



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
BACHARELADO EM: CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA**

**SÃO BORJA
Março, 2024**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA UNIPAMPA CAMPUS DE SÃO BORJA

- ❖ **Reitor:** Edward Frederico Castro Pessano
- ❖ **Vice-Reitora:** Francéli Brizolla
- ❖ **Pró-Reitor Graduação:** Elena Maria Billig Mello
- ❖ **Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:** Fabio Gallas Leivas
- ❖ **Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação:** Ana Paula Manera Ziotti
- ❖ **Pró-Reitor de Extensão e Cultura:** Franck Maciel Peçanha
- ❖ **Pró-Reitor de Desenvolvimento e Assistência Estudantil:** Honoria Gonçalves Ferreira
- ❖ **Pró-Reitor Adjunto de Desenvolvimento e Assistência Estudantil:** Bruno dos Santos Lindemayer
- ❖ **Pró-Reitora de Planejamento, Administração e Infraestrutura:** Paulo Fernando Marques Duarte Filho
- ❖ **Pró-Reitor Adjunto de Planejamento, Administração e Infraestrutura:** Fabiano Zanini Sobrosa
- ❖ **Pró-Reitor de Gestão de Pessoas:** Ana Paula de Oliveira Gracioli
- ❖ **Procurador Educacional Institucional:** Michel Rodrigues Iserhardt
- ❖ **Diretor do Campus São Borja:** Valmor Rhoden
- ❖ **Coordenador Acadêmico do Campus de São Borja:** Thiago da Silva Sampaio
- ❖ **Coordenador Administrativo:** Gustavo de Carvalho Luiz
- ❖ **Coordenador do Curso:** Luis Gustavo Teixeira da Silva
- ❖ **Coordenador Substituto:** Leandro Carlos Dias Conde
- ❖ **Núcleo Docente Estruturante (Equipe de Elaboração deste Documento):**
Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo; Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua; Prof. Dr. Muriel Pinto; Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira; Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira; Prof. Dr. Leandro Carlos Dias

Conde; Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva; Prof. Dr. Márcio Cunha Carlomagno; Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero; Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio.

❖ **Colaboração:** Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Eixos Estruturantes de Formação da Matriz Curricular da Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política	43
Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso	46
Quadro 3 - Pré-requisitos de disciplinas do curso de do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA	49
Quadro 4 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso	50
Quadro 5 - CCCGs ofertados atualmente pelo curso	54
Quadro 6 - Equivalências dos componentes curriculares	64
Quadro 7 - Atividades Extensionistas	76
Quadro 8 - Utilização dos espaços físicos da Unidade	238
Quadro 9- Trabalho escrito de natureza teórico-prática	257
Quadro 10 - Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica	257
Quadro 11 - Critérios para avaliação de defesa oral	258
Quadro 12 - Pesos para a nota final	258
Quadro 13 - Modelo de Relatório – “UNIPAMPA Cidadã”	265
Quadro 14 - Atividades de Ensino para ACGs	270
Quadro 15 - Atividades de Pesquisa para ACGs	271
Quadro 16 - Atividades de Extensão para ACGs	272
Quadro 17 - Atividades Culturais, artísticas, sociais e de gestão para ACGs	273

Sumário

IDENTIFICAÇÃO	8
APRESENTAÇÃO	10
1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA	11
1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO	21
1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO	25
1.3.1 Justificativa	25
1.3.2 Histórico do Curso	26
1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO	29
1.4.1 Administração do Campus – São Borja	29
1.4.2 Funcionamento do Curso	29
1.4.3 Formas de Ingresso	30
2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	31
2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO	31
2.1.1 Políticas de Ensino	31
2.1.2 Políticas de Pesquisa	32
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	37
2.2.1 Objetivo geral	38
2.2.2 Objetivos específicos	38
2.3 PERFIL DO EGRESSO	39
2.3.1 Campos de Atuação Profissional	40
2.3.2 Habilidades e Competências	40
2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	42
2.4.1 Matriz Curricular	47
2.4.2 Requisitos para integralização curricular	52
2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais	52
2.4.4 Flexibilização curricular	54
2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação	55
2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação	62
2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica	64
2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos	65
2.4.4.5 Alunos dos cursos de graduação com extraordinário aproveitamento	65
	5

2.4.5 Migração curricular e equivalências	65
2.4.6 Estágios obrigatórios ou não obrigatórios	74
2.4.7 Trabalho de Conclusão de Curso	75
2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso	76
2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO	80
2.5.1 Interdisciplinaridade	82
2.5.2 Práticas Inovadoras	83
2.5.3 Acessibilidade Metodológica	84
2.5.4 Técnicas de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem	86
2.6 APOIO AO DISCENTE	90
2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	91
2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	96
2.9 RECURSOS DIDÁTICOS	99
3 EMENTÁRIO	100
4. GESTÃO	255
4.1 RECURSOS HUMANOS	255
4.1.1 Coordenação de Curso	256
4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)	258
4.1.3 Comissão do Curso	259
4.1.4 Supervisor de Extensão	260
4.1.5 Corpo Docente	260
4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA	263
REFERÊNCIAS	267
REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS AO CURSO	273
APÊNDICES E ANEXOS	275
APÊNDICE A - Regulamento de TCC	275
APÊNDICE B - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO	286
APÊNDICE C - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO (ACGs)	297
APÊNDICE D - RESPONSABILIDADES DOS DISCENTES	303
APÊNDICE E - REGULAMENTAÇÃO PARA ABERTURA DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS NO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA	304
ANEXO A - Regulamento do NDE (Núcleo Docente Estruturante)	
ANEXO B – MODELO DE ESTRUTURA PARA PROJETO DE PESQUISA E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	308
ANEXO C - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	16

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE ACEITE DO ORIENTADOR	16
ANEXO E - DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ORIENTAÇÃO	18
ANEXO F - DECLARAÇÃO DE TROCA DE ORIENTADOR	19

IDENTIFICAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA)

Mantenedora: Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA

Natureza Jurídica: Fundação Federal

Criação/Credenciamento: Lei 11.640, 11/01/2008, publicada no Diário Oficial da União de 14/01/2008

Credenciamento EaD: Portaria MEC 1.050 de 09/09/2016, publicada no D.O.U. de 12/09/2016

Recredenciamento: Portaria MEC 316 de 08/03/2017, publicada no D.O.U. de 09/03/2017

Conceito Institucional: 3

- Site: www.UNIPAMPA.edu.br

REITORIA

Avenida General Osório, n.º 900

Fone: + 55 53 3240-5400

CEP 96400-100 – Bagé/RS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Rua Professora Melanie Granier, n.º 53 – 4º andar

CEP 96400-500 – Bagé/RS

Fone: + 55 53 3247-5445 Ramal 4803 (Gabinete)

Fone: + 55 53 3242 7629 5436 (Geral)

E-mail: prograd@UNIPAMPA.edu.br

CAMPUS SÃO BORJA

Rua: Alberto Benevenuto, 3200, Bairro Passo

CEP: 97670-000, São Borja - RS

Fone: +55 55 3430 9850

Site: <https://UNIPAMPA.edu.br/saaborja/>

E-mail: saaborja@UNIPAMPA.edu.br

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Área do conhecimento: Ciências Sociais / Ciência Política

Nome: Ciências Sociais – Ciência Política

Grau: Bacharelado

Código e-MEC: 122056

Titulação: Bacharel(a) em Ciências Sociais – Ciência Política

Turno: Noturno

Integralização: Prazo mínimo de integralização: 04 anos (oito semestres);

Prazo máximo de integralização: 08 anos (16 semestres).

Carga horária total: 2770 horas

Periodicidade: semestral

Número de vagas (pretendidas ou autorizadas): 50 vagas anuais

Regime Acadêmico: Anual

Modo de Ingresso: Sistema de Seleção Unificada (SiSU), entre outras modalidades de ingresso definidas pela instituição

Data de início do funcionamento do Curso: 09/03/2009

Atos regulatórios de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso:

- Autorização: 29/10/2008 - Ata nº 10 de 29 de outubro de 2008;
- Reconhecimento de Curso: Portaria 300 de 08/07/2016;
- Renovação de Reconhecimento de Curso: Portaria 908 de 18/12/2013;

Obs.: Estas informações foram retiradas do e-MEC (e-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior): <https://emec.mec.gov.br/>

Página web do curso: <https://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/cienciapolitica>

Contato: sbcp@listas.UNIPAMPA.edu.br

APRESENTAÇÃO

A versão aqui apresentada do PPC do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA ocorre em substituição ao documento idealizado em 2015. O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política orienta-se pela premissa de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão para a formação de seus discentes, bem como pelas legislações vigentes que regulamentam o funcionamento de cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Na ocasião da presente atualização, uma das novidades é a curricularização da extensão, medida resolutiva CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares, prevendo-se um mínimo obrigatório de 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária.

A curricularização da extensão, também chamada de integralização da extensão, vem por acentuar a indissociabilidade do ensino e da pesquisa, tendo por objetivos a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social.

A atualização do currículo deste curso busca aprimorar e aprofundar as discussões críticas, a atuação prática, capacidade de pesquisa, formação livre, a reflexão e a plena articulação teoria-prática, de forma a fortalecer o conhecimento pelo ensino articulado com a pesquisa e a extensão e a conferir qualidade para a atuação no mercado de trabalho. O presente Projeto Político Pedagógico prevê o cumprimento de um total de 2770 horas/aula distribuídas em componentes curriculares obrigatórios, CCCGs, ACEE e ACGs. Apresenta-se ainda um novo rol de CCCGs (Componentes Curriculares Complementares de Graduação) e reformulação de todos os ementários, com bibliografia atualizada. As ACGs (Atividades Complementares de Graduação) continuam previstas, com carga horária de 120 horas, bem como a necessidade de defesa de TCC ao final do curso. Cabe observar que a nova matriz está consonante com os eixos estruturantes de formação sugeridos pelas diretrizes curriculares.

São Borja, outubro de 2022.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade regional. Esta demanda encontrou guarida na política, promovida pelo governo federal, de expansão e renovação das instituições federais de educação superior. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica, a chamada “metade sul do estado do Rio Grande do Sul”, que se apresenta como um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior.

O reconhecimento das condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na mencionada região motivaram os dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma nova instituição federal de ensino superior para a região. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia vinte e sete de julho de dois mil e cinco, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesta mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, o consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os campi localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; à UFPel, coube a implantação dos campi de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, a saber: no Campus Alegrete, Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; no Campus Bagé, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e

Inglês), Licenciatura em Matemática; no Campus Caçapava do Sul, Geofísica; no Campus Dom Pedrito, Zootecnia; no Campus Itaqui, Agronomia; no Campus Jaguarão, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) e Pedagogia; no Campus Santana do Livramento, Administração; no Campus São Borja, Comunicação Social (Jornalismo), Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e Serviço Social; no Campus São Gabriel, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; e no Campus Uruguaiana, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos campi vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos campi vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e técnico administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os campi. Ainda em 2006, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais e com lideranças comunitárias regionais sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei 11.640 criou a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu artigo segundo:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul. (BRASIL, 2019)

A partir de então, a UNIPAMPA passa a existir de forma autônoma em relação às Instituições de Ensino Superior consorciadas para sua implantação. Em janeiro de 2008, foi dada posse à primeira reitoria, que, na condição pro tempore, teve como principal responsabilidade integrar os campi criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa.

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, garante a abertura aos mais amplos setores da vida social, assumindo pautar suas ações de forma democrática, em favor de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeita as especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.

Na concepção de universidade da UNIPAMPA, fazer educação terá sentido quando essas premissas puderem ser concretizadas nas práticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão. Nessa direção, a Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutor do saber acumulado pela humanidade, nem tampouco o educando pode ser tomado como um receptor passivo desse saber. Dessa forma, a Universidade precisa ter presente uma concepção contemporânea sobre o conhecimento, como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos em seus processos de ensino-aprendizagem.

A UNIPAMPA, desafiada a ser essa universidade, entende o conhecimento como um devir e não como um processo controlável, cujo escopo pareça ser o domínio de conteúdo. Concebe que o conhecimento se faz possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias de uma educação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, na construção de sua identidade e na percepção de habilidades reflexivas que sejam efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular – que deve refletir escolhas e intencionalidades – se traduz em seus projetos de ensino, suas propostas de extensão e seus temas de pesquisa, balizados por esses compromissos. Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos, adotar entendimentos comuns, das noções de disciplinaridade e de interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade.

O educando é compreendido como sujeito que vive na e pela comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora. Potencial este que vem ao encontro da missão da UNIPAMPA (2019-2023), que por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, busca promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos

comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2019-2023), a UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público *per capita*, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas e sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Nesse sentido, o PDI reforça que as políticas de ensino da UNIPAMPA fundamentam-se no princípio da indissociabilidade com a pesquisa e a extensão. “Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado à pesquisa e extensão” (UNIPAMPA, 2019, p. 27). Considerando-se essa premissa e as características institucionais e da região, “destacam-se concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos” (UNIPAMPA, 2019, p. 28).

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura multicampi facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

A Universidade Federal do Pampa, com organização multicampi, tem sede em Bagé e está consolidada em dez municípios, cujos campi atuam de forma descentralizada: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

A UNIPAMPA como instituição social está comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade. Ela tem como missão a promoção da educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023), a criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão e do desejo de vir a ser (visão de futuro).

MISSÃO

A UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

VISÃO

A UNIPAMPA busca constituir-se como instituição acadêmica de reconhecida excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de contribuir na formação de cidadãos para atuar em prol da região, do país e do mundo.

VALORES

Transparência e interesse público; Democracia; Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais; Garantia de condições de acessibilidade; Liberdade de expressão e pluralismo de ideias; Respeito à diversidade;

Indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão; Ensino superior gratuito e de qualidade; Formação científica sólida e de qualidade; Exercício da cidadania; Visão multi, inter e transdisciplinar do conhecimento científico; Empreendedorismo, produção e difusão de inovação tecnológica; Desenvolvimento regional e internacionalização; Medidas para o uso sustentável de recursos renováveis; e Qualidade de vida humana.

A UNIPAMPA adota em seu PDI (2019-2023) os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade;

Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas;

Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, p. 25)

Pretende-se uma Universidade comprometida com a formação de egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometido com as necessidades contemporâneas locais e globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. A política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

- Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;

- Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses públicos;
- Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.
- Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreçam a inserção internacional.

Ainda em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023) e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
 Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
 Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável;
 Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;
 Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, p. 30)

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, a UNIPAMPA adota os seguintes princípios:

Valorização da extensão como prática acadêmica;

Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;

Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;

Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;

Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;

Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos;

Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;

Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

Efetivação da curricularização da extensão, medida resolutive CNE/CES n. 7, de 18 de dezembro de 2018, que regulamenta as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, pp. 31-32)

A UNIPAMPA conta, atualmente, com 73 cursos de graduação (67 presenciais e 6 à distância) em funcionamento, distribuídos em seus dez campi, conforme especificação a seguir:

- Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados).
- Câmpus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa,

Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas).

- Campus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia e Engenharia de Minas (Bacharelados).
- Campus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados).
- Campus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura).
- Campus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado).
- Campus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados).
- Campus São Borja: Ciências Humanas, Geografia EaD/UAB e História EAD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Comunicação Social – Relações Públicas, Direito e Serviço Social (Bacharelados).
- Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura); Fruticultura (Tecnólogo).
- Campus Uruguaiana: Ciências da Natureza, Ciências da Natureza EaD/UAB, Educação Física (Licenciaturas); Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária e Engenharia de Aquicultura (Bacharelados).

A UNIPAMPA também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi), atualmente encontram-se em funcionamento 11 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

- Campus Bagé: Ensino de Matemática no Ensino Médio: Matemática na Prática (UAB); Alternativas para uma Nova Educação.
- Campus Caçapava do Sul: Ensino de Ciências e Tecnologia;
- Campus Dom Pedrito: Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processos formativos.
- Campus Santana do Livramento: Direitos Fundamentais, Fronteiras e Justiça.
- Campus São Borja: Mídia e Educação (EaD/UAB).
- Campus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Gestão em Saúde (EaD/UAB); Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária.

Em relação aos cursos de mestrado e doutorado, são ofertados:

- Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software.
- Campus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino; Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais.
- Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática.
- Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação.
- Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração.
- Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa.
- Campus São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas.
- Campus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas;

Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

A Universidade conta, atualmente, com um total de 12.159 alunos (graduação e pós-graduação), 907 professores e 884 funcionários técnico-administrativos. No Campus de São Borja, especificamente, são 1550 alunos na graduação, 79 na pós-graduação lato-sensu e 90 nos mestrados profissionais em Políticas Públicas e em Comunicação e Indústria Criativa. Em relação ao campus São Borja, sede do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, ele reúne, atualmente, 82 professores e 45 técnicos-administrativos¹.

1.2 CONTEXTO DA INSERÇÃO REGIONAL DO CAMPUS E DO CURSO

O município de São Borja tem a sua origem no município de Rio Pardo criado pela Resolução do Presidente da Província em Conselho em 11 de março de 1833 quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois antes desta data, pertenceu à Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas, compondo o denominado Sete Povos das Missões.

Em São Borja, no ano de 1888, discutiu-se os destinos da nação, como o fim da Monarquia e o início do Regime Republicano, através da moção plebiscitária da autoridade do Aparício Mariense da Silva. O documento propôs que todas as maçonarias do país considerassem o atual momento e a necessidade do Brasil ter um novo sistema de governo. O são-borjense Getúlio Dornelles Vargas nasceu em 19 de abril de 1882. Figura ao mesmo tempo amada e odiada, Vargas foi o homem que por mais tempo presidiu o Brasil, de 1930 a 1945 e depois de 1951 a 1954. Getúlio foi responsável pela criação da CLT (Consolidação de Leis Trabalhistas) e por estruturar o país fundando a Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Vale do Rio Doce (1942), a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945) e Petrobrás (1953). Em São Borja, também nasceu o presidente João Goulart, que presidiu o Brasil de 1961 a 1964, deposto pelo Regime Militar.

São Borja está localizado no Oeste do Rio Grande do Sul, apresentando uma população de 61.671 habitantes, segundo o censo do IBGE – Instituto Brasileiro de

¹ O quantitativo foi retirado dos relatórios dos Dados Abertos (GURI - Dados Abertos - (unipampa.edu.br)

Geografia e Estatística, ano base 2010, distribuídos em uma área de 3.616,691 km², com densidade populacional de 17,05 hab/km². A população urbana corresponde a 89% dos habitantes. O município de São Borja apresenta um IDH considerado alto, com índice geral de 0,736, muito próximo ao IDH médio do Brasil, que, em 2010, segundo o IBGE, era de 0,727.

A cidade de São Borja vem experimentando um declínio populacional ao longo dos anos e dificuldade para atração de novos empreendimentos comerciais, apesar de estar situada em uma área geográfica privilegiada para o ramo da logística, tendo um dos serviços personalizados mais rápidos e eficientes do Mercosul, através do Centro Unificado de Fronteiras (CUF). Há um grande vazio populacional para uma área significativa e a população concentrada na área urbana. Essa situação é decorrente de um longo processo de concentração de terras que nos remonta ao século XIX e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva, passando nas décadas de 70 e 80 do século XX para a produção extensiva do arroz, ou seja, mudou a matriz produtiva, mas permaneceu a grande propriedade na base da produção.

Apesar de já ter ocupado lugar de destaque na economia estadual, o município, nas últimas décadas, perdeu importância econômica na atividade primária, fruto da pequena diversificação da sua matriz produtiva e da migração de pessoas em busca de melhores oportunidades para outras regiões do Estado. Daí a importância da educação superior que tem, entre outras funções, o papel de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do 17 município, formando e capacitando profissionais e também desenvolvendo pesquisas e programas de extensão.

Os indicadores sociais também nos dizem nas suas entrelinhas sobre essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010 e o coeficiente de mortalidade infantil em 2014 foi de 16,33% por mil nascidos vivos. Esses indicativos nos dizem da persistência de condições precárias, principalmente ao acesso à saúde, apesar da expectativa de vida ao nascer em 2010, conforme o último censo do IBGE de 2010, ter chegado a 76,61 anos. Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por uma realidade econômica também comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, em termos econômicos, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul.

A Universidade Federal do Pampa foi criada pelo Governo Federal para minimizar o processo de estagnação econômica onde está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

A expansão da educação pública superior com a criação da Universidade Federal do Pampa, além de concretizar um antigo sonho da população, permitiu que a juventude, ávida de conhecimentos, permanecesse em sua região de origem, adquirindo conhecimentos necessários para impulsionar o progresso de sua região, formando concomitantemente mão-de-obra qualificada e aumentando a autoestima de seus habitantes. Como consequência, as novas gerações vislumbrarão opções para que se desenvolvam sociedades cultural e economicamente independentes.

Desde 2006, parte dessa realidade começou a mudar na cidade e região, com a chegada da UNIPAMPA, mas também do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR). Hoje, São Borja tornou-se cidade universitária com a presença da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

O Campus São Borja da UNIPAMPA iniciou suas atividades em 2006, quando da implantação da Universidade, com a oferta inicial, no ano seguinte (2007), de três cursos de graduação: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, e Serviço Social. Atualmente, oferece oito cursos de graduação, que são os bacharelados em Jornalismo, Comunicação Social – Habilitação em Publicidade e Propaganda, Comunicação Social – Habilitação em Relações Públicas, Ciências Sociais – Ciência Política, Direito e Serviço Social, e as licenciaturas em Ciências Humanas e Geografia (este último, na modalidade à distância). Além disso, oferta três cursos de pós-graduação lato sensu: Práticas de Comunicação Não Violenta e Cultura da Paz; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar e dois programas de mestrado profissional: Comunicação e Indústria Criativa e Políticas Públicas. Atualmente, são 1550 alunos matriculados na graduação, 95 na pós-graduação lato-sensu e 90 no stricto sensu. Convém observar que, por ser uma Universidade Federal, com ingresso pelo Sisu, a UNIPAMPA também recebe estudantes de outros estados do Brasil, que representam 10,93% do total de alunos do campus.

Nesse sentido, o campus São Borja da UNIPAMPA tem um papel fundamental no aperfeiçoamento de profissionais do ensino superior, visando à formação de mão-de-obra qualificada. O curso de Ciências Sociais – Ciência Política beneficia não só a cidade, mas também toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul. O curso contribui para a formação qualificada dos discentes, por meio de estudos, pesquisas e implementações práticas dos conhecimentos. Isso tem uma importância muito grande, pois demonstra que, após dezesseis anos de existência, a UNIPAMPA aprofunda sua participação no processo de expansão universitária. A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da universidade e a sociedade espera uma resposta aos seus anseios em ver uma instituição sólida, conceituada e atuante. Essa proposta está em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), o qual prevê a consolidação do processo de implantação da universidade através de ações nos eixos do ensino, da pesquisa e da extensão.

1.3 CONCEPÇÃO DO CURSO

1.3.1 Justificativa

O ser humano é eminentemente político, já que em todas as suas relações há um componente de poder e de dominação. Nas organizações, quer de direito público ou privado, essas relações se exprimem e muitas se exacerbam. Nas relações de autoridade e liderança, nas discussões administrativas e na luta por interesses, o componente político se manifesta. Dessa forma, o estudo do referencial teórico das Ciências Sociais – marcadamente da Ciência Política – é fundamental, pois fornece um aporte teórico e metodológico que permite a compreensão das questões que afetam os Estados e cujo estudo e resolução estão entre as atividades prioritárias dos governos.

A amplitude e diversidade no setor público, e as variadas e, cada vez mais, complexas inter-relações entre a sociedade civil e o sistema político, criaram novas necessidades e, conseqüentemente, o aumento da procura de profissionais capacitados para compreender e analisar a intrincada teia de organizações, tanto públicas quanto privadas, que dão forma à sociedade contemporânea.

A implantação do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA no Campus de São Borja deve-se, principalmente, à vocação política do município, berço de dois presidentes da República e de outras lideranças políticas de expressão

nacional. Quando da criação do projeto da Universidade, a distribuição dos cursos obedeceu a dois critérios, sendo, primeiro, uma identificação, em cada campus, por área do conhecimento, e, segundo, à vocação do município. No caso de São Borja, entendeu-se que os cursos citados teriam afinidade com a região, além de serem resultado da reivindicação da comunidade, por intermédio de suas lideranças. Cabe observar que o curso de Ciências Sociais - Ciência Política, até então, era encontrado apenas em regiões distantes de São Borja, não sendo oferecido por nenhuma universidade em toda faixa de fronteira oeste e sul do Rio Grande do Sul. Os cursos mais próximos no Rio Grande do Sul estavam localizados em Santa Maria e Porto Alegre, municípios distantes 300 e 484 quilômetros, respectivamente, de São Borja.

Ainda que a Ciência Política tenha adquirido autonomia no final do século XIX, a noção de ciência objetiva só muito lentamente se desligou de preceitos morais e das crenças. Por isso, tem existido um desconhecimento generalizado e uma falsa expectativa baseada no que ela representa. A base para essas interpretações está na compreensão de que a mesma se relacionava apenas às atividades da carreira política. Porém, isso é um grande equívoco: o trabalho do cientista político é mais do que o exercício da política; é o estudo do Estado e das outras instituições políticas, da administração pública e da ação do governo, assim como dos meios de comunicação, do comportamento e da atitude dos movimentos sociais e dos partidos políticos, bem como seus programas e processos eleitorais. É um profissional capaz de criticar injustiças sociais e propor soluções políticas para elas, além de procurar meios possíveis e propostas de ação para a consolidação do Estado igualitário e democrático que o curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA pretende formar.

1.3.2 Histórico do Curso

As Ciências Sociais se constituem como campo do conhecimento, no interior das Ciências Humanas, composto por três áreas: Ciência Política, Sociologia e Antropologia. De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, as Ciências Sociais podem ser definidas sinteticamente como:

Um conjunto de disciplinas que tentam de forma objetiva estudar os sistemas e estruturas sociais, os processos políticos e econômicos, as interações de grupos ou indivíduos diferentes com a finalidade de fundamentar um corpus de conhecimento possível de verificação. [...] Conjunto de disciplinas que

têm como traço comum um hipotético fato ou fenômeno social [...] (SILVA, 1986, p.184)

Portanto, as Ciências Sociais como campo do conhecimento científico, estudam a constituição da realidade social e política, as relações entre indivíduos e grupos e os complexos processos materiais e simbólicos que lhes dão forma.

No caso específico da Ciência Política, de acordo com Dicionário de Ciências Sociais, publicado pela Fundação Getúlio Vargas:

[...] além de estudar, a par de outras disciplinas, temas tais como soberania, independência política, liberdade, governo, a Ciência Política dá ênfase especial às relações desses fenômenos com as situações reais determinadas pelas classes sociais, a geografia, a religião e os tipos de controle econômico, político ou psicológico que entram em jogo (SILVA, 1986, p.184)

Portanto, a Ciência Política é uma Ciência Social que estuda, por um lado, o exercício, distribuição e organização do poder nas instituições e na sociedade, por outro lado, estuda aspectos da realidade política, que envolvem os acontecimentos e processos políticos.

No cenário de institucionalização da Ciência Política, na metade do século XX, foi definido em quais fenômenos o poder e a política poderiam ser estudados. Isto porque, dizer que o objeto da disciplina é o poder e a política é dizer pouco, na medida em que, a complexificação da sociedade e do Estado ampliaram as estruturas e possibilidades de análise.

Por esse motivo, em 1948, a UNESCO convocou uma reunião com os profissionais da área, com o propósito de estabelecer o objeto da Ciência Política. Nesta reunião não houve consenso entre as duas posições majoritárias, ou seja, aqueles que defendiam o estudo do poder e aqueles que entendiam o objeto como sendo a política/Estado. O documento da UNESCO integrou ambas as perspectivas, identificando grandes áreas relacionadas, nas quais o poder e a política poderiam ser investigados, são elas: Teoria Política; Instituições Políticas; Políticas Públicas; Partidos Políticos, Grupos e Opinião Pública; Relações Internacionais.

A partir disso, o perfil do curso de Ciências Sociais – Ciência Política deve contemplar as seguintes premissas: a Ciência Política oferece aos seus alunos uma formação acadêmica teórica que visa abranger de forma integral as principais áreas de estudo da disciplina. Dessa forma, com o propósito de permitir a compreensão da administração pública, bem como dos fenômenos sociais e políticos. Os estudos são

multidisciplinares, oportunizando aos egressos o desenvolvimento de planejamentos, consultorias, formação e assessoria junto a empresas públicas, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Essa perspectiva inclui uma formação autônoma, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional de maneira sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.

Adaptado ao contexto em que a UNIPAMPA está inserida, o curso de Ciências Sociais - Ciência Política prima por uma graduação que proporcione boa formação acadêmica e técnica, mas vai além, desenvolvendo no aluno visão crítica, humanista, criativa e capaz de produzir análises e questionamentos em linha com o que de melhor é produzido no campo das Ciências Sociais. Assim sendo, a UNIPAMPA quer formar um profissional pautado pela pluralidade, pela visão de mundo complexa e pela sensibilidade humanística, além da natural competência técnica. Para isso, a instituição oferece instrumental adequado, mas sobretudo conhecimento que vise a aguçar a capacidade de reflexão sobre os usos sociais desses instrumentos, contribuindo para o aprimoramento da cidadania e do bom uso dos meios de comunicação.

As Ciências Sociais no Brasil têm sólida atuação em programas governamentais, de ação social e de pesquisa. A atuação de cientistas sociais - cientistas políticos em programas sociais marca a configuração dessa área de conhecimento no Brasil. A área se constitui na forte relação entre teoria e prática se consolidando em cursos e programas de pós-graduação.

O curso tem a cuja missão de formar profissionais éticos, com capacidade, consciência, espírito crítico e responsabilidade para dar conta das necessidades demandadas pela sociedade em sua área de saber, contribuindo para o desenvolvimento da realidade em que se encontra, mas com competência também para atuar nos mais diversos contextos em que o cientista social - cientista político é chamado a se fazer presente.

Por fim, o curso de Ciências Sociais - Ciência Política tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sócio-cultural de São Borja e região, capacitando o corpo discente. Finalmente, tendo em vista as graves desigualdades regionais, econômicas e sociais no Brasil, que geram exclusão social, o cientista social - cientista político tem um papel crucial na atuação no processo de transformação da sociedade

brasileira. Devido a isso, o curso tem o compromisso de incidir positivamente no território, somando esforços ao seu desenvolvimento.

1.4 APRESENTAÇÃO DO CURSO

1.4.1 Administração do Campus – São Borja

O campus São Borja, assim como os demais campi da Universidade, é subordinado à Reitoria, estabelecida na cidade de Bagé, distante 450 km do município. Cada campus, porém, tem sua estrutura local e é administrado por uma direção própria, composta por uma direção geral, coordenação acadêmica e coordenação administrativa. Os cursos, por sua vez, são gerenciados pelas coordenações de curso, compostas pela figura do coordenador e do substituto. Cada curso conta, ainda, com seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Comissão de Curso formados por todos os docentes que nele atuam.

Quanto às estruturas decisórias, há, em cada campus, uma Comissão para cada especificidade, ou seja, Ensino, Pesquisa e Extensão. Após deliberação por essas comissões, todas as decisões são submetidas ao Conselho de Campus, a quem compete a deliberação final. Compete registrar ainda a existência, em cada campus, de uma estrutura de suporte acadêmico-administrativo, composta de Secretaria Acadêmica, Secretaria Administrativa, Biblioteca e Coordenação de Laboratórios.

1.4.2 Funcionamento do Curso

Os alunos devem inscrever-se no mínimo 8 créditos, ou 165 horas, por semestre, com uma duração de quatro anos para a sua integração, em tempo regular, podendo um aluno estender a integração até oito anos (16 semestres), sem limite máximo. As entradas são anuais (no primeiro semestre do ano), com oferta de 50 vagas a cada ano. O curso é totalmente presencial e funciona em período integral (matutino e noturno), com turmas de segunda a sexta-feira e, eventualmente, aos sábados. Para concluir o curso em tempo não regular (04 anos), o aluno deverá cumprir a carga horária estabelecida nos semestres.

O curso é prioritariamente noturno (das 18h50min às 22h50min), com possibilidade de serem ofertados componentes curriculares de graduação aos sábados, nos turnos da manhã e/ou da tarde. Alguns componentes curriculares complementares de graduação podem ser ofertados também no período matutino (das 07h30min às 11h30min), ou vespertino (das 13h30min às 17h30min).

Caso o aluno, por alguma razão, opte, eventualmente, em determinado semestre, por se matricular no número mínimo de 08 créditos (120 horas) permitido pela UNIPAMPA, deverá compensar esse mínimo nos semestres subsequentes, para integralizar o curso no tempo máximo permitido de oito anos (16 semestres). A carga horária máxima permitida ao aluno se matricular em cada semestre, no curso de Ciências Sociais - Ciência Política, é de 32 créditos (480 horas).

O Calendário Acadêmico é definido anualmente pela instituição, conforme Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 253, de 12 de setembro de 2019. O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 dias letivos cada um. A carga horária total do curso é de 2770 horas.

A matriz curricular prevê a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso (componente curricular obrigatório). Além disso, são ofertadas 2010 horas de componentes curriculares obrigatórios e 360 horas de carga horária de Componentes Curriculares Complementares de Graduação.

1.4.3 Formas de Ingresso

O preenchimento das vagas no curso de Ciências Sociais - Ciência Política atende aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, observando a Resolução CONSUNI nº 260/2019, que estabelece as Normas para ingresso no ensino de graduação na UNIPAMPA, respeitando o número de vagas definido e autorizado para cada curso. Em Ciências Sociais - Ciência Política são 50 (cinquenta vagas) anuais. A seguir são apresentadas as formas de ingresso:

1. Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação (MEC);
2. Chamada por Nota do ENEM;
3. Ingresso via edital específico.

O preenchimento de vagas ociosas, decorrentes de abandonos, cancelamentos e desligamentos, ocorre via Processo Seletivo Complementar, destinado a estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos interessados em reopção de curso, egressos de cursos interdisciplinares, portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA, aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono, cancelamento ou que extrapolem o prazo máximo de integralização do curso e que desejam reingressar e aos ex-discentes de instituições de ensino superior interessados em concluir sua primeira graduação.

Outras formas de ingresso previstas pela Resolução compreendem as seguintes modalidades: I. Transferência Ex-officio; II. Programa de Estudantes-Convênio; III. Matrícula de Cortesia. Cada uma das modalidades está detalhada na Resolução citada.

2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1 Políticas de Ensino

As políticas institucionais desenvolvidas no âmbito do curso estão em conformidade com o previsto no PDI vigente, estando voltadas para a promoção de oportunidades diferenciadas e inovadoras de aprendizagem, alinhadas com o perfil do egresso e de modo a assegurar que tais práticas sejam dotadas de indicadores que demonstrem seu êxito e inovação.

Conforme explicitado no PDI, as políticas de ensino fundamentam-se no princípio da indissociabilidade com a pesquisa e a extensão.

Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado à pesquisa e extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, p. 27)

Considerando-se essa premissa e as características institucionais e da região, destacam-se

[...] concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, p. 28)

De modo a concretizar esses objetivos, o curso, além de promover um ensino focado no perfil do egresso, proporciona ao aluno a participação em monitorias e programas de reforço ao aprendizado, inclusive com bolsas que contribuem para a manutenção do estudante. Entre esses programas, destacam-se o PDA (Programa de Desenvolvimento Acadêmico).

O Curso de Ciências Sociais - Ciência Política desenvolve um conjunto de atividades através da prática extensionista desenvolvida por alunos e professores, pesquisas e elaboração de eventos no âmbito local e regional. Destaca-se o evento bianual internacional do curso, o Seminário Internacional de Ciências Sociais – Ciência Política: Buscando o Sul, onde ocorrem debates que visam ao fortalecimento dos estudos sobre as temáticas de Relações de Fronteira, Políticas Públicas e Pensamento Social Latino-Americano. Seus principais objetivos destacam-se a intenção de fortalecer as redes acadêmicas e científicas entre as Universidades que estão nas margens da bacia do Prata, possibilitando uma melhor compreensão das dinâmicas sociais, relações transfronteiriças e as ações políticas de espaços periféricos que estão ao sul do continente americano, dentro destas áreas foram realizados trabalhos dos alunos participantes. Os discentes e docentes do curso também participam do SIEPE (Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão), evento promovido anualmente pela UNIPAMPA, além de eventos específicos promovidos pelos docentes e voltados aos componentes curriculares que ministram.

O Curso também conta com uma Revista Acadêmica, a “MISSÕES – Revista de Ciências Humanas e Sociais” da área de humanidades, que recebe artigos em fluxo contínuo e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento. No âmbito do Mestrado Profissional em

Políticas Públicas, composto por professores do curso de Ciências Sociais - Ciência Política e que opera vinculado ao curso, levando os alunos da pós-graduação a interagir com os alunos do curso, pensando o papel das políticas públicas na região e no país.

2.1.2 Políticas de Pesquisa

A UNIPAMPA tem bem delineadas e estabelecidas suas políticas de pesquisa, com incentivo à participação docente e discente em práticas de tais natureza. Praticamente todos os professores estão diretamente envolvidos em grupos, programas e projetos de pesquisa, que contam com a participação de alunos, inclusive com bolsas do Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) e de eventuais projetos com recursos oriundos de editais internos e externos, como CNPq, Fapergs etc. O incentivo à pesquisa é constante no curso, e os estudantes têm demonstrado motivação para essa prática. Além disso, sempre quando há disponibilidade de recursos, viagens acadêmicas de estudo e visitas técnicas são realizadas, a fim de proporcionar o conhecimento da prática profissional. Com esse fim, o curso promove eventos acadêmicos ou em parceria com setores da comunidade, de forma a aproximar alunos e professores do contexto em que estão inseridos e também contribuir para o desenvolvimento regional a partir de suas ações e projetos.

A concepção de pesquisa no curso é concebida na perspectiva da própria universidade, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, ou seja, pesquisa voltada para a construção do conhecimento científico básico e aplicado, de caráter interdisciplinar, que busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão possibilita uma leitura contínua e crítica da realidade. Os professores estão diretamente envolvidos na articulação de grupos de pesquisa, primando pela participação também de alunos e técnico-administrativos.

Como resultado, diversos projetos têm-se originado dessas ações, bem como publicação de livros e artigos. Praticamente todas as pesquisas realizadas são socializadas, pelos professores e alunos em congressos e seminários, sobretudo no Siepe (Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão), evento promovido anualmente pela UNIPAMPA. O curso conta com 2 laboratórios de pesquisa ativos:

- O Observatório do Legislativo e Executivo (OLEX). O observatório possui como proposta aglutinar pesquisadores que desenvolvam estudos teóricos e empíricos sobre legislativos e executivos nacionais e/ou subnacionais. A análise desses dois atores institucionais é um dos temas que mais desperta interesse na Ciência Política contemporânea aproximando estudiosos de diferentes correntes teóricas espalhados em vários lugares do mundo. O objetivo do OLEX, ao unir pesquisadores com diferentes perspectivas sobre o Legislativo e Executivo, é manter a diversidade da agenda de pesquisa e coordenar os esforços para a produção e divulgação de estudos avançados. A partir dessas metas, a ênfase do grupo é a investigação de questões essenciais para os regimes democráticos e a ampliação do debate sobre temas como governabilidade, gestão pública, sistema partidário, comportamento eleitoral, teorias democráticas, participação política e políticas públicas.
- O Observatório de Políticas Públicas vinculado ao PPGPP-UNIPAMPA e ao Curso de Ciências Sociais - Ciência Política possui como objetivo geral observar, formular, implementar e avaliar políticas públicas. Entre as linhas de ação destaca-se: Avaliação da Administração Pública Municipal; Monitoramento dos Equipamentos da Saúde Pública; Índice de Evasão e Retenção Municipal; Mapa da Violência Urbana; Termômetro da Empregabilidade Local; e Taxa de Ocupação de Hotéis e de Passageiros Transportados.

Os professores desenvolvem atualmente as seguintes pesquisas:

- EDSON ROMARIO MONTEIRO PANIAGUA: As Eleições para Deputado Federal no distrito eleitoral do Rio Grande do Sul nos anos de 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018: Por uma Geografia Política do voto.
- GERSON DE LIMA OLIVEIRA: Realidade(s) em disputa: um estudo sobre mobilização e engajamento em torno de controvérsias públicas - o caso do complexo hidrelétrico binacional Garabi-Panambi.
- JAQUELINE CARVALHO QUADRADO: Democracia e Mídias Digitais.
- JAQUELINE CARVALHO QUADRADO: Espaço Urbano e Segurança Pública.
- JAQUELINE CARVALHO QUADRADO: que a escola nos diz? Análises etnográficas sobre gênero, sexualidade e currículo escolar

- RONALDO BERNARDINO COLVERO: Elitismo e autoritarismo: uma análise prosopográfica da elite política são-borjense (1964-1988).
- SIMONE BARROS DE OLIVEIRA: As mães em cárcere: Uma análise a partir da teoria fundamentada.
- CLAUDIO JUNIOR DAMIN: A Revolução Federalista de 1893 nos municípios de Lagoa Vermelha e Vacaria

2.1.3 Política de Extensão

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Na UNIPAMPA, as Resoluções N° 332/2021 e N° 317/2021 regulamentam, respectivamente, a prática extensionista e a inserção da extensão nos Cursos de Graduação de acordo com princípios conceituais definidos pela Política Nacional de Extensão e pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Nessas concepções, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico, bem como, pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

Valorização da extensão como prática acadêmica;
Impacto e transformação: visando a mitigação de problemas sociais e o desenvolvimento da região;

Interação dialógica: propiciando o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa (movimentos sociais, sociedade civil organizada, organizações governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas), entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes;

Integralização do Plano Nacional de Educação;

Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;

Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis devem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;

Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;

Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;

Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI, 2019, p. 32)

Os professores desenvolvem atualmente as seguintes pesquisas:

- Ronaldo Bernardino Colvero: Admirável Mundo Novo: quebrando paradigmas através da educação.
- Ronaldo Bernardino Colvero: Leme: oficinas preparatórias para o ENEM.
- Jaqueline Carvalho Quadrado: Mulheres sem Fronteiras.
- Jaqueline Carvalho Quadrado: SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA

Projeto “UNIPAMPA Cidadã”

Os (as) discentes do curso devem realizar 60 horas de atividade do “Projeto UNIPAMPA Cidadã – Curso Ciências Sociais – Ciência Política” que faz parte do Programa Institucional – UNIPAMPA Cidadã.

O “UNIPAMPA Cidadã – Curso Ciências Sociais – Ciência Política” é um projeto de extensão composto por ações de cidadania e solidariedade onde os(as) discentes da UNIPAMPA realizam trabalhos comunitários em instituições públicas, organização/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

A Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada, entre outros, pelos seguintes princípios: valorização da extensão como prática acadêmica; impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região; e interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes.

Empresa Júnior

O curso conta também com uma empresa júnior fundada em 2015 por alunos do curso de Ciências Sociais - Ciência Política com amplo apoio do corpo no campus São Borja, com a necessidade de informar e capacitar os discentes do curso para o mercado de trabalho. A empresa júnior Demokratos² tem entre outros objetivos ampliar os horizontes dos acadêmicos para o mercado de trabalho. Não possui fins lucrativos. É integralmente formada e gerida pelos alunos do curso que têm como principais objetivos fomentar o aprendizado prático em suas áreas de atuação, bem como pesquisas eleitorais, marketing político, assessoria política, cursos de formação, entre outras áreas.

A agência júnior segue os moldes da Brasil Júnior Confederação Brasileira de Empresas Júnior). O foco da Demokratos é servir como um laboratório prático para que alunos do curso possam aplicar as teorias, contemplando três pilares importantes: os alunos; a partir do aprendizado e troca de experiências diretamente com as empresas, as empresas; beneficiadas a partir de projetos criados pelos alunos e orientados pelos professores e a universidade; pelo seu envolvimento para com o mercado de trabalho.

A agência funciona na UNIPAMPA – Campus São Borja, e conta com uma infraestrutura ampla para a execução dos serviços ofertados para a comunidade.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

² Ver site: <https://demokratosjr.wixsite.com/demokratosjr>

2.2.1 Objetivo geral

O curso tem como objetivo geral: propiciar conhecimentos teóricos e técnicos necessários ao Cientista Social, tendo como ênfase de sua formação a Ciência Política. Com isso, utilizando eixos constitutivos de sua formação para empregá-los em atividades relacionadas a diferentes contextos, entre eles: 1) o âmbito sistema político, em ações de assessoria, consultoria e marketing político às esferas do Poder Executivo e Legislativo, bem como a partidos políticos; 2) as políticas públicas, sobretudo em seu processo de formulação, gestão, implementação e avaliação, em diferentes níveis de governo; 3) na área de ciência e tecnologia, em investigações realizadas por institutos de pesquisa, *think tanks* e pelas universidades.

2.2.2 Objetivos específicos

Proporcionar o envolvimento dos estudantes em práticas de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem:

- A. Formação de profissionais com capacidade analítica e crítica para compreender o funcionamento da sociedade e das instituições do Estado;
- B. Formação de profissionais com habilidade para atuar no planejamento, formulação, gestão e avaliação de políticas públicas;
- C. Execução de análise sócio-histórica das esferas social, econômica e política;
- D. Desenvolvimento de habilidades profissionais para realizar assessorias e/ou consultoria em marketing político a partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, entre outros;
- E. Conhecimento da estrutura do Estado, da sociedade e das políticas públicas brasileiras;
- F. Desenvolvimento da capacidade de reflexão para analisar os padrões éticos de atuação profissional;
- G. Promoção de projetos de ensino, pesquisa e extensão voltados para a comunidade local, regional, nacional e internacional;
- H. Formação de conhecimentos teóricos e metodológicos no campo das Ciências Sociais;

- I. Investimento na formação sociocultural e política do aluno, com a expectativa de que este venha a aplicar os referidos conhecimentos em sua atividade profissional;
- J. Iniciação à pesquisa na área de Ciências Sociais – Ciência Política, contribuindo para a formação de profissionais capazes de refletir de forma crítica sobre suas práticas e empenhados na constante atualização de seus conhecimentos;
- K. Compreensão da realidade social e profissional, com vistas a formar profissionais adequados às necessidades sociais e cientes dos desafios do mercado de trabalho;
- L. Estímulo à capacidade de reflexão sobre os processos político-sociais, a partir do desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

2.3 PERFIL DO EGRESSO

Consonante aos objetivos do curso e pautando-se no que prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Sociais - 2002 (BRASIL, 2001³), o bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do Cientista Social - Cientista Político em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio do conhecimento teórico e das práticas de pesquisa, de diagnóstico e de intervenção na realidade social. Desse modo, o futuro profissional deverá ser capaz de apresentar as seguintes habilidades e competências:

- Compreensão da dinâmica política nas instituições do Estado, e também na sociedade;
- Domínio dos recursos necessários para a concepção, análise, implementação e avaliação de políticas públicas;
- Domínio das ferramentas para implementar ações na área de assessoria, consultoria e marketing político;
- Conhecimento da estrutura da administração pública;
- Capacidade de estabelecer relações entre o setor público e o setor privado, ou seja, o exercício de *compliance*, seja na construção e/ou adequação às normas de funcionamento ou em ações de parceria público-privada;

³ Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001

- Competências metodológicas de formação para o desenvolvimento de pesquisas qualitativas e quantitativas, no setor público ou privado, de natureza sócio-política;
- Entendimento dos desafios do Estado Federativo, com compreensão sobre as atribuições das esferas de governo (União, estados e municípios);
- Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática política e social;
- Domínio dos principais conceitos teóricos e metodológicos das Ciências Sociais – Ciência Política.

2.3.1 Campos de Atuação Profissional

A demanda por profissionais de Ciências Sociais - Ciência Política formado pela UNIPAMPA tem sido crescente. O trabalho do bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política pode ser feito no setor público ou no setor privado. Para atuar no setor público, o profissional pode ser um funcionário nos governos (federal, estadual ou municipal), nos legislativos (Congresso Nacional, Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores), na diplomacia e em institutos de pesquisa – como IBGE, DIEESE, IPEA, Fundação Carlos Chagas, Fundação Fiocruz, Casa de Rui Barbosa, dentre outros – soma-se a atuação em ONG's e instituições de fomentos de ações sociais, principalmente a partir dos anos 1980 e 1990. Dentre os mais renomados podemos citar, IBASE, FASE, ASPTA, IDACO, Viva Rio, ISER e outros. No setor privado, as alternativas incluem desde empregos em institutos de pesquisa, empresas de consultoria, empresas com negócios internacionais, partidos políticos, ONGs, até o trabalho autônomo em consultorias e assessorias, por exemplo, na elaboração de estudos e relatórios de impactos sociais, na consultoria de campanhas eleitorais e a partidos políticos. Assim, o campo de atuação do cientista social - cientista político tem a ver com as relações de poder que envolvem, ou não, o Estado. Tomando por base esse parâmetro, observa-se o quanto ele é abrangente.

2.3.2 Habilidades e Competências

Do graduado em Ciências Sociais - Ciência Política, espera-se como competências gerais:

- A. Assimilar conceitos que permitam a compreensão de teorias;
- B. Usar tais conceitos e teorias para analisar a realidade política e social;
- C. Posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício da profissão de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política, bem como sobre os problemas inerentes à sua atuação;
- D. Deter significativo conjunto de conhecimentos e informações sobre a política, a sociedade e sua profissão;
- E. Dominar as linguagens habitualmente empregadas nas Ciências Sociais – Ciência Política;
- F. Refletir permanentemente sobre os desafios e oportunidades de sua prática profissional;
- G. Ter capacidade para compreender os mecanismos envolvidos nos processos políticos, bem como o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade.

Do graduado em Ciências Sociais - Ciência Política, espera-se como competências específicas:

- A. Ordenar as informações obtidas com o propósito de compreender e explicar as dinâmicas do universo político e das relações sociais, culturais e, principalmente, de poder na sociedade;
- B. Realizar pesquisas qualitativas e quantitativas no campo das Ciências Sociais, com ênfase nos recursos e princípios da Ciência, com o propósito de fundamentar suas ações profissionais;
- C. Definir objetivos e estratégias metodológicas a fim de efetuar as relações entre o setor público e o setor privado;
- D. Avaliar resultados parciais e integrais para, a partir disso, determinar, quando necessário, mudanças em planejamentos estabelecidos no âmbito do setor público ou privado;
- E. Executar e orientar trabalhos de produção de campanhas políticas;
- F. Dominar linguagens e competências na articulação entre teoria, pesquisa e prática política e social;
- G. Identificar e analisar as transformações econômicas e sociais em escala global, nacional, regional e local que influem no setor público e privado;

- H. Reconhecer a responsabilidade social da profissão, mantendo os compromissos éticos estabelecidos pelas entidades profissionais da área.

2.4 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A estrutura adotada pretende contemplar a especificidade da formação em Ciência Política e, ao mesmo tempo, proporcionar a prática interdisciplinar, tanto dentro do campo acadêmico e profissional das Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) focado na Ciência Política, quanto entre esta área do conhecimento e os demais campos das humanidades. Tem como orientação a organização de um processo de ensino-aprendizagem mais flexível, com a superação da dicotomia entre teoria e prática.

Visando obter a formação pretendida, os conteúdos são agrupados em três eixos a serem cumpridos pelo aluno no decorrer do curso: Formação Específica Profissional, Formação Complementar e Formação Livre, nos quais se dará o desdobramento dos conteúdos das diretrizes curriculares.

O Eixo de Formação Específica Profissional é constituído pela base do saber característico da área de atuação do cientista social – cientista político no sentido de propiciar uma formação sólida de conteúdo específico a fim de permitir aos alunos perspectivas de atuação profissional. Este eixo é composto de um conjunto de atividades acadêmicas obrigatórias básicas.

O Eixo de Formação Complementar compreenderá as atividades acadêmicas obrigatórias e optativas. É formado por conteúdos interdisciplinares da área de Ciências Sociais – Ciência Política e da grande área das Ciências Humanas, propiciando o aprofundamento e/ou a complementação da formação profissional através da conexão entre diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. Seus conteúdos são provenientes de componentes curriculares obrigatórios de graduação e componentes curriculares complementares de graduação. Por meio deles, o discente terá a oportunidade de trilhar diferentes percursos formativos ao longo da graduação.

O Eixo de Formação Livre compreende atividades acadêmicas de livre escolha do aluno no contexto da IES. Nas Atividades Complementares de Graduação (ACGs),

são incluídas as atividades de iniciação à pesquisa, monitorias, estágios extracurriculares, publicações, participação com apresentação em eventos (oral e/ou pôster), ou outras atividades a serem definidas a critério do Colegiado do Curso totalizando 120 horas. O aluno deverá cursar no mínimo a carga horária estipulada podendo fazer um número maior de Atividades Complementares de Graduação de acordo com seus interesses, assim como de Atividades Complementares de Extensão (220 horas). Preza-se pela universalidade de conhecimentos, valorizando-se a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade.

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular são desenvolvidas no curso a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem e os eixos que integram os componentes curriculares. Nesse aspecto, as atividades complementares de Graduação, atividades a distância, projetos de ensino-aprendizagem, estágios, tutorias, projetos de pesquisa, aproveitamentos de estudo (inclusive de componentes curriculares de outros cursos da UNIPAMPA), atividades de extensão, atividades práticas, atividades culturais além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista apontados no PDI.

Os conteúdos dos componentes curriculares são compatíveis com o perfil definido para o egresso e estão alinhados às mais recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do curso, que também promove e incentiva a participação dos alunos em eventos de atualização profissional (intra e extra campus), bem como atividades de pesquisas aplicadas. Estimula-se que o discente escolha dentro das ofertas de atividades, pesquisas e componentes curriculares diferentes percursos formativos ao longo da graduação, baseados nos eixos de formação.

Quadro 1 - Eixos Estruturantes de Formação da Matriz Curricular da Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política

Matriz de construção dos Eixos		
Objetivos centrais dos eixos	Evidenciar a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade, a contextualização e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino,	
	Extensão e a relação entre teoria e prática.	
Base estrutural da matriz curricular	Eixo integrador (norteador)	Eixos curriculares – transversais e por semestre, com temática comum. Este, por sua vez, objetiva uma formação generalista, evitando fragmentações.
Perfil do egresso (base da construção temática)	Uma formação acadêmica sólida, generalista, humanística e de forma abrangente, que lhes permita compreender a administração pública, bem como os fenômenos sociais e políticos; capacitando-os analiticamente para gerir e avaliar políticas públicas. Por conseguinte, os estudos são multidisciplinares, permitindo aos egressos o desenvolvimento de planejamentos, consultorias, formação e assessoria junto a empresas públicas, organizações governamentais e não governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares. Esta perspectiva inclui uma formação autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com o desenvolvimento local, regional e nacional de maneira sustentável, objetivando a construção de uma sociedade justa e democrática.	
Objetivo geral do curso	Propiciar conhecimentos teóricos e práticos necessários ao Cientista Social com ênfase em Ciência Política, relacionando-os com as especificidades teóricas e práticas voltadas para assessoria executiva e legislativa , bem como gestão e planejamento de políticas públicas .	
Eixos norteadores da matriz curricular	Assessoria executiva e legislativa	Gestão e planejamento de políticas públicas.

Semestres
1º semestre
Eixo curricular: Cultura, Sociedade, Política e Direitos Humanos
Objetivo: refletir de forma transdisciplinar três temáticas básicas aos estudos sobre a sociedade, cultura e a política: as relações de poder e o Estado e as diferentes formas de governo (sistemas, regimes e etc.), a partir de suas diferentes dimensões: econômica, jurídico/constitucional, histórica, sociológica, antropológica e política. Refletir sobre a centralidade dos Direitos Humanos na preocupação com as questões sociais abordadas pelas principais correntes iniciais das Ciências Sociais. Dessa maneira, possibilitar-se-á uma visão geral e ampla do funcionamento da sociedade, das construções políticas e dos conflitos inerentes a esse processo de desenvolvimento.
2º semestre
Eixo curricular: Instituições, fenômenos sociais e formas de governo
Objetivo: refletir de forma integrada sobre o processo de formação das instituições políticas, o papel do cientista social e o seu impacto nos processos sociais e, logo, na construção do entendimento sobre a realidade social, política, econômica e cultural que emerge a partir de tal processo.
3º semestre
Eixo curricular: Métodos, metodologia e sociedade
Objetivo: refletir de forma geral a articulação entre a sociedade, cultura, política, Estado e poder, enquanto fenômeno histórico concreto, e o processo de construção das ciências sociais. Compreender o processo de institucionalização e consolidação das ciências sociais.
4º semestre
Eixo Curricular: Estado democrático, cultura política e comportamento político
Objetivo: estudar o processo de formação do Estado democrático e sua consolidação. Verificando as principais relações: com os modelos de gestão pública e suas respectivas formas de governabilidade; com o surgimento e funcionamento dos partidos políticos e dos sistemas eleitorais e com o comportamento político dos indivíduos nos processos de participação política local e regional.
Seminário: “Estado Democrático, Cultura Política e Comportamento Político: ontem, hoje e amanhã”.
5º semestre

Semestres
<p>Objetivo: estudar o processo de formação histórica das políticas públicas em um contexto internacional e no Brasil, em seus aspectos teóricos e em seus modelos históricos. Buscando assim perceber no seu desenvolvimento a relação com as reformas de Estado, com os partidos políticos, os movimentos sociais, a sociedade civil e sistemas eleitorais e com a constituição da cultura política a partir dos processos de participação e construção da cidadania na sociedade.</p>
6º Semestre
<p>Eixo curricular: Sociedade, Políticas Públicas e Poder</p>
<p>Objetivo: estudar métodos e metodologia em três aspectos: (I) no foco dos principais métodos e técnicas de construção de um TCC; (II) na discussão epistemológica das metodologias da ciência política no Brasil e; (III) nos métodos e metodologias de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Busca-se assim, perceber a relação entre métodos e metodologia e a constituição da sociedade. Estudando paralelamente a formação da elite brasileira e seu impacto nas políticas públicas e nas formas de conhecer e experimentar a realidade brasileira.</p>
7º semestre
<p>Eixo curricular: O Estado, a região de fronteira e o internacional</p>
<p>Objetivo: estudar a relação do Estado e da Sociedade brasileira com o internacional, estudar as configurações específicas de cidades localizadas em regiões de fronteira, focando seu desenvolvimento regional e local. Buscando também perceber as especificidades nas relações de poder existentes e o impacto do processo de globalização econômica, política, social e cultural em andamento nessas regiões.</p>
8º semestre
<p>Eixo Curricular: Política, Estado e Administração Pública</p>
<p>Objetivo: Analisar e compreender os institutos e instrumentos jurídicos da Administração Pública Brasileira a partir do estudo do Direito Administrativo e destacar o papel da Administração Pública nas relações internas e externas a fim de tratar de questões relevantes do funcionamento do Estado</p>

2.4.1 Matriz Curricular

A Matriz Curricular do Curso, contendo os componentes curriculares, cargas horárias e número de créditos é apresentada abaixo:

Quadro 2 - Matriz Curricular do Curso

Código	1º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0001	Introdução às Ciências Sociais-Ciência Política	4	-	-	60	4
SB0049	História Econômica e Política do Brasil I	4	-	-	60	4
SB0031	Metodologia do Trabalho Científico	4	-	-	60	4
SB0032	Teoria Política I	4	-	-	60	4
SB0051	Antropologia I	4	-	-	60	4
			TOTAL		300	

Código	2º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0050	Sociologia I	4	-	-	60	4
SB0037	Teoria Política II	4	-	-	60	4
SB0062	Pesquisa Qualitativa	4	-	-	60	4
SB0060	História Econômica e Política do Brasil II	4	-	-	60	4
SB0068	Relações Internacionais	4	-	-	60	4

Código	2º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
			TOTAL		300	

Código	3º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0055	Sociologia II	4	-	-	60	4
SB0057	Antropologia II	4	-	-	60	4
SB0056	Teoria Política III	4	-	-	60	4
	CCCG I	4	-	-	60	4
SB0065	Pesquisa Quantitativa	4	-	-	60	4
			TOTAL		300	

Código	4º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0054	Cultura Política	4	-	-	60	4
SB0066	Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I	4	-	-	60	4
	Instituições Políticas Brasileiras	2	-	-	30	2
SB0034	Estado e Sociedade na América Latina	2	-	-	30	2
	Assessoria Parlamentar	4	-	-	60	4
	CCCG II	4	-	-	60	4
			TOTAL		300	

Código	5º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0058	Políticas Públicas	4	-	-	60	4
	Política Externa Brasileira	4	-	-	60	4
	Comportamento Eleitoral e Marketing Político	4	-	-	60	4
SB0071	Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Democracia	4	-	-	60	4
	CCCG III	4	-	-	60	4
			TOTAL		300	

Código	6º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0039	Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais II	4	-	-	60	4
SB0061	Avaliação de Políticas Públicas	4	-	-	60	4
	Práticas de Consultoria e Assessoria Política	4	-	-	60	4
SB0063	Seminário de Projeto	2	-	(SB0031) Metodologia do Trabalho Científico. (SB0062) Pesquisa Qualitativa. (SB0065) Pesquisa Quantitativa.	30	2
	Integração Regional, Desenvolvimento e Sustentabilidade	2	-	-	30	2
	CCCG IV	4	-	-	60	4
			TOTAL		300	

Código	7º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
	Direito Constitucional	4	-	-	60	4
SB0070	Gestão Pública	2	-	-	30	2
SB0072	Prática de Políticas Públicas	4	-	-	60	4
SB0074	Seminário de TCC I	4	-	(SB0063)	60	4

Código	7º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
				Seminário de Projeto		
	CCCG V	4	-	-	60	4
	Processo Legislativo	2	-	-	30	2
			TOTAL		300	

Código	8º Semestre	CH Teórica	CH Prática	Pré-requisito	Carga Horária	Créditos
SB0075	Seminário de TCC II	8	-	(SB0074) Seminário de TCC I	120	8
	Direito Administrativo	4	-	-	60	4
	CCCG VI	4	-	-	60	4
SB0069	Poder Político Local e Regional	2	-	-	30	2
			TOTAL		270	

I Pré-requisitos

Os pré-requisitos dos componentes obrigatórios são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Pré-requisitos de disciplinas do curso de do curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA

Componente	Componentes pré-requisito
Seminário de Projeto	Metodologia do Trabalho Científico. Pesquisa Qualitativa. Pesquisa Quantitativa

Componente	Componentes pré-requisito
Seminário de TCC I	Seminário de Projeto
Seminário de TCC II	Seminário de TCC I

A regulamentação que versa sobre a abertura de quebra de pré-requisitos no curso de Ciências Sociais – Ciência Política encontra-se disposta no **Apêndice E** do presente documento.

No Quadro 4 são apresentadas as distribuições de carga horária em Componentes Curriculares Obrigatórios e Complementares, Atividades Complementares de Graduação, Atividades Curriculares de Extensão e Trabalho de Conclusão de Curso.

Quadro 4 - Distribuição da carga horária exigida para integralização do curso

Modalidade da Atividade	Carga Horária
1. Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2010
1.1 Trabalho de Conclusão de Curso	180
2. Componentes Curriculares Complementares de Graduação	360
3. Atividades Complementares de Graduação	120
4. Atividades Curriculares de Extensão	280
4.1 Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas*	0
4.2 Atividades Curriculares de Extensão Específicas (Programas e Projetos)	220
4.3 Atividades Curriculares de Extensão Específicas (UNIPAMPA Cidadã)	60
Total (soma dos itens 1, 2, 3 e 4)	2770

* O curso de Ciências Sociais - Ciência Política adota somente a modalidade de Atividades Curriculares de Extensão Específicas ligadas a programas e projetos promovidos pelo curso e pela universidade, não havendo no curso Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas

1. Termo Médio para Integralização Curricular: 8 semestres
2. Prazo Máximo para Integralização Curricular: 16 semestres
3. Limite Mínimo de Carga Horária Requerível por Semestre: 165 horas
4. Limite Máximo de Carga Horária Requerível por Semestre: 540 horas
5. Número de Trancamentos Parciais Possíveis: 9 t.p.
6. Número de Trancamentos Totais Possíveis: 4 t.t.

2.4.2 Requisitos para integralização curricular

A integralização curricular para a graduação em Ciências Sociais - Ciência Política na UNIPAMPA requer, no mínimo, o cumprimento do seguinte:

Independentemente da obrigatoriedade dos componentes, o aluno é estimulado, no decorrer do curso, a se envolver em projetos de pesquisa e extensão, atividades sociais e culturais.

Cabe salientar que o curso de Ciências Sociais - Ciência Política participa do Exame Nacional de Desempenho do Estudante – ENADE, que é componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação, conforme a Lei nº 10.861/04, acarretando, portanto, a necessidade de todos os alunos submeterem-se ao Exame.

2.4.3 Abordagem dos Temas Transversais

Atento às preocupações que permeiam a formação integral do estudante, inclusive relacionadas às temáticas de formação humanística, ambiental, de acessibilidade e de formação étnico-racial, o curso contempla em seu currículo e nos conteúdos/ementas dos componentes curriculares as seguintes temáticas transversais:

- Cultura Afro-Brasileira e Indígena – O currículo do curso de Ciências Sociais – Ciência Política contempla a Educação das Relações Étnico Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e povos indígenas, em acordo com a Resolução CNE/CP nº. 01 de 17 de junho de

2004. O curso de Ciências Sociais – Ciência Política compreende o desafio e a necessidade da presença da educação das relações étnico raciais na graduação e seus docentes têm procurado atender ao dispositivo legal através da abordagem da temática de forma transversal dentro dos programas de curso e da utilização de autores e autoras reconhecidos em tal questão em suas bibliografias. Essas temáticas estão inclusas em diversas disciplinas e atividades curriculares do curso, destacando-se os seguintes componentes curriculares obrigatórios: “Antropologia I”, “Antropologia II”, “Sociologia I”, “Sociologia II”. E no CCG “História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros”

- Libras – Os temas transversais estão voltados para a compreensão e para a construção da realidade social e dos direitos e responsabilidades relacionados com a vida pessoal e coletiva e com a afirmação do princípio da participação política. Nesse sentido, o componente LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) é ofertado na forma de CCG na matriz curricular do Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política, explicitado no rol de CCGs, sendo este um componente de 60 (sessenta) horas.
- Educação Ambiental – A questão do meio ambiente e do clima se aproxima e interage com outras dimensões da educação, mas sua especificidade está no respeito à diversidade, aos processos vitais dos estilos de vida individuais e coletivos e a sua relação direta e indireta com o meio ambiente. A integração da educação ambiental se faz presente nos componentes do curso de Ciências Sociais – Ciência Política de modo transversal, contínuo e permanente, ao integrar nas três áreas formadoras das Ciências Sociais, ou seja, Sociologia, Ciência Política e Antropologia. A temática também é trabalhada de forma específica pelo componente curricular obrigatório “Integração Regional, Desenvolvimento e Sustentabilidade” e o CCG “Gestão e Avaliação de Impacto Socioambiental”.
- Direitos Humanos – O curso de Ciências Sociais – Ciência Política está comprometido, em sua gênese, com o respeito e a valorização dos direitos humanos. O currículo do curso de Ciências Sociais – Ciência Política contempla

em seus Eixos Estruturantes de Formação e de forma transversal, conforme Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, a preocupação com a temática para o alcance de uma educação voltada para o respeito aos direitos fundamentais, enfatizando uma formação profissional e cidadã na formação de Cientistas Sociais – Cientistas Políticos. A temática sobre os Direitos Humanos é trabalhada de forma específica pelos componentes curriculares obrigatórios “Direito Constitucional” e “Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Democracia” e os CCCGs “Direitos Humanos”, “Cultura e Paz” e “Relações de Gênero”.

A UNIPAMPA constituiu, através da Portaria nº 1.356, de 03 de agosto de 2010, uma Comissão Especial de Estudos sobre “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a HiCABI, para acompanhar a implantação da legislação nos programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA. Também foi composto o Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI), para tratar da cultura afrobrasileira, africana e indígena e criar espaços coletivos de reflexões no âmbito acadêmico sobre a aplicação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Outras ações são desenvolvidas pela Assessoria de Diversidade e Ações Afirmativas e Inclusão da UNIPAMPA.

2.4.4 Flexibilização curricular

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida por ele mesmo, por meio da escolha de componentes curriculares complementares de graduação; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares.

A interdisciplinaridade e a flexibilização curricular são desenvolvidas no curso a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem em consonância com os eixos de formação estruturante que orientam os componentes curriculares. Desta forma, as atividades complementares de Graduação, atividades a distância, projetos de ensino-aprendizagem, aproveitamentos de estudo (inclusive de componentes

curriculares de outros cursos da UNIPAMPA), atividades de extensão, de pesquisa, atividades práticas, além de proporcionarem a relação teoria e prática, apresentam ao currículo a flexibilidade necessária para garantir a formação do perfil do egresso generalista e humanista apontados no PDI (2019-2023).

Os conteúdos dos componentes curriculares presentes no presente PPC são compatíveis com o perfil definido para o egresso e estão alinhados às mais recentes necessidades de aprimoramento nas práticas do curso, que também promove e incentiva a participação dos alunos em eventos de atualização profissional (intra e extra campus), visitas técnicas, bem como atividades de pesquisas aplicadas.

2.4.4.1 Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Os CCCGs são componentes curriculares eletivos, com o objetivo de complementar a formação profissional do aluno. A indicação para o aluno cursar os CCCGs consta da matriz curricular, devendo o acadêmico cumprir um mínimo de 360 horas de componentes eletivos, mas podendo, a seu critério, extrapolar esse número. O curso estabeleceu um rol de CCCGs, que são ofertados semestralmente, de forma alternada, podendo as turmas sugerirem as ofertas de sua preferência. Além disso, admite-se a possibilidade de o aluno cursar componentes ofertados nos demais cursos dos campi da UNIPAMPA e, eventualmente, em outras universidades (em situação de aproveitamento de estudos e mobilidade acadêmica), sobretudo relacionados às grandes áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Os CCCGs ofertados atualmente pelo curso são apresentados a seguir

Quadro 5 - CCCGs ofertados atualmente pelo curso

Componentes Curriculares Complementares de Graduação	CH Teórica	CH Prática	Carga Horária	Créditos
Comunicação Política	60	-	60	4
Gestão e Avaliação de Impacto Socioambiental	60	-	60	4

Cultura de Paz	30	-	30	2
Estudos Afro-asiáticos	30	-	30	2
Gerenciamento de Campanhas Políticas	30	-	30	2
Integração e cooperação Latino Americana	30	-	30	2
Multimídia e Educação	30	-	30	2
Política e Mídia	30	-	30	2
Gestão em Educação	60	-	60	4
Meio Ambiente e Cidadania	30	-	30	2
Formação dos Estados Americanos	30	-	30	2
Libras	60	-	60	4
Política Brasileira Contemporânea	60	-	60	4
Geografia dos espaços rurais e urbanos	60	-	60	4
História Moderna	30	-	30	2
Pensamento Social e Político Brasileiro	60	-	60	4
Comportamento Eleitoral e Marketing Político II	60	-	60	4

Política Comparada	60	-	60	4
Direitos Humanos	60	-	60	4
Direito Internacional	60	-	60	4
Direito Eleitoral	30	-	30	2
Intérpretes do Brasil	60	-	60	4
Direito Tributário	30	-	30	2
Geografia do Brasil: sociedade e espaço	30	-	30	2
História Contemporânea	30	-	30	2
Economia Política	4	-	60	4
Filosofia Política	4	-	60	4
Teorias do Discurso	60	-	60	4
Teorias do Jornalismo	60	-	60	4
Fundamentos de Psicologia	60	-	60	4
Sociologia Brasileira	60	-	60	4
História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros	60	-	60	4

Relações de Gênero	60	-	60	4
Cultura, Mídia e Gênero	60	-	30	4
Estudos Feministas	60	-	60	4
Realidade Socioeconômica e Política da América Latina	30	-	30	2
Elites Políticas	60	-	60	4
Teorias Democráticas e Representação Política	60	-	60	4
Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	-	60	4
Econometria	60	-	60	4
Estatística básica	60	-	60	4
Estatística aplicada às Ciências Sociais – Ciência Política	60	-	60	4
Judiciário e Democracia	60	-	60	4
Introdução à Ciência Política	60	-	60	4
Produção do Conhecimento em Ciência Política	60	-	60	4
Políticas Públicas, Segurança Alimentar e Saúde Única	60	-	60	4

Geografia Eleitoral	60	-	60	4
Geopolítica	60	-	60	4
Financiamento Eleitoral e Partidário	60	-	60	4
Competição Política e Eleitoral no Brasil	60	-	60	4
Sociologia da diferenciação e das desigualdades sociais	60	-	60	4
Fronteira Região e Sociedade	60		60	4
Teoria das Relações Internacionais	60		60	4
Temas e agendas da política internacional contemporânea	60		60	4
Desenvolvimento e Cooperação Internacional	60		60	4
Política Externa dos Estados Unidos da América	60		60	4
Política Externa Chinesa	60		60	4
Estudos Exemplares em Ciência Política	60		60	4
Redes, Atores e Movimentos Sociais Transnacionais	60		60	4

Política Pública em Educação	60		60	4
Pensamento Social e Político de Ásia e África	60		60	4
Teoria Econômica	60		60	4
Comunicação, Cultura e Ideologia	60	-	60	2
Políticas de Comunicação e Realidade de Fronteira	30	-	30	2
Política Cultural	60	-	60	4
Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade	60	-	60	4
Estratégias de Relacionamento com a Mídia	60	-	60	4
Identidades Culturais	60	-	60	4
Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social	60	-	60	4
Teoria Política, Estado Moderno e Sociedade Civil	60	-	60	4
Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais	60	-	60	4
As Ciências Sociais no Brasil	60	-	60	4

Geografia Humana e Econômica	60	-	60	4
Campanhas eleitorais: Estudos de caso	60	-	60	4
Pesquisas Eleitorais	60	-	60	4
Sistemas Eleitorais – Avançado	60	-	60	4
Reforma Política no Brasil	60	-	60	4
Política Americana	60	-	60	4
Política e Cinema	60	-	60	4
Instituições Políticas Comparadas	60	-	60	4
Estudos Legislativos	60	-	60	4

2.4.4.2 Atividades Complementares de Graduação:

As Atividades Complementares de Graduação (ACGs) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente. As ACGs do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política são aquelas não previstas na grade curricular do curso e cujo objetivo é o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam

para sua formação humana e profissional, conforme a Resolução nº337/2022 que altera a Altera a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011⁴.

O aluno deverá cumprir o mínimo de 120 horas de atividades acadêmico científico culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 120 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar.

Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação de Ciências Sociais – Ciência Política via Secretaria Acadêmica, para a análise e o registro da carga horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 60 horas num mesmo grupo de atividades (ensino, pesquisa, extensão, cultura), devendo ser contemplados, no mínimo, dois grupos. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

Para efeito de cômputo de horas, levar-se-á em consideração o total de horas dedicado à atividade, conforme certificado, declaração ou atestado emitido pelo organizador/responsável pelo evento/atividade.

Conforme prevê a Resolução Consuni/UNIPAMPA 337/2022, é obrigatório o desenvolvimento e/ou participação de pelo menos 10% (dez por cento) de carga horária total de ACGs em cada um dos grupos I, II e IV, previstos no art. 104 da Resolução Consuni/UNIPAMPA 29/2011. As atividades complementares somente são analisadas se realizadas nos períodos enquanto o discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias. É de responsabilidade do discente solicitar, no período informado no Calendário Acadêmico da UNIPAMPA, o aproveitamento das atividades complementares realizadas. O discente deve anexar ao seu requerimento cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados pelo coordenador e/ou pessoa por ele designada, mediante apresentação dos originais, conforme

As Atividades Complementares devem ser realizadas sob supervisão/orientação/avaliação de docentes do próprio curso. Os mecanismos e

⁴ Art. 105. Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos I, II e IV previstos no artigo 104.

critérios para avaliação seguem regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, atribuindo a elas um sistema de computação de horas para efeito de integralização do total da carga horária previsto para o curso pode ser lido no Apêndice C.

2.4.4.3 Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica nacional e internacional permite aos alunos de graduação cursar disciplinas em outras IES do País e do exterior. Ao aluno em mobilidade é garantido o vínculo com a instituição e curso de origem assim como o aproveitamento da(s) disciplina(s) cursada(s) em seu Histórico Escolar (carga horária, frequência e nota). Entre os programas da instituição estão: BRACOL, BRAMEX, CAPES-BRAFITEC e Andifes/Santander.

Os programas BRACOL (Brasil-Colômbia) e BRAMEX (Brasil-México) tem como principais objetivos fortalecer a internacionalização da atividade acadêmica, criar frentes de colaboração e reciprocidade, com o objetivo de abrir a Universidade para o mundo. Busca-se como resultado aproximar as pessoas da ciência, fortalecer o intercâmbio bilateral e propiciar aos estudantes indicados a oportunidade de acesso às culturas estrangeiras bem como contrastar com a experiência própria, adquirir uma visão mais rica e universalista da realidade e de promover uma maior integração entre Brasil, Colômbia e México.

O programa CAPES - BRAFITEC consiste de projetos de parcerias universitárias em todas as especialidades de engenharia, exclusivamente em nível de graduação, para fomentar o intercâmbio em ambos os países participantes e estimular a aproximação das estruturas curriculares, inclusive à equivalência e o reconhecimento mútuo de créditos obtidos nas instituições participantes.

O Programa Andifes/Santander de Mobilidade Acadêmica foi instituído mediante convênio assinado pelos respectivos representantes e permite que alunos de uma instituição cursem componentes curriculares em outra instituição, de acordo com requisitos estabelecidos no convênio. O edital é voltado para mobilidade realizada em IFES em unidade federativa diferente da instituição de origem.

2.4.4.4 Aproveitamento de Estudos

Conforme Art. 62 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o aproveitamento de estudos é o resultado do reconhecimento da equivalência de componente curricular de curso de graduação da UNIPAMPA, com um ou mais componentes curriculares cursados em curso superior de graduação” (UNIPAMPA, 2011, p. 12). O aproveitamento de estudos deve ser solicitado à Comissão de Curso e deferido pelo Coordenador de Curso.

Os procedimentos e regras para aproveitamento de estudos seguem a Resolução 29, de 28 de abril de 2011. Em seu Art. 62, 1º parágrafo, “a equivalência de estudos, para fins de aproveitamento do componente curricular cursado, só é concedida quando corresponder a no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária e a 60% (sessenta por cento) de identidade do conteúdo do componente curricular de curso da UNIPAMPA” (UNIPAMPA, 2011, p. 12).

2.4.4.5 Alunos dos cursos de graduação com extraordinário aproveitamento

O Art. 64 da Resolução 29/2011 permite que discentes com desempenho intelectual comprovadamente acima da média tenham abreviada a duração de sua formação. É possível solicitar dispensa por extraordinário saber todo discente regularmente matriculado no Curso de Ciências Sociais – Ciência Política que não tenha reprovação prévia, por frequência ou por nota, no componente curricular que deseja dispensar.

A dispensa por extraordinário saber do componente curricular TCC I e II será analisada pela Comissão do Curso e levará em consideração se o trabalho previamente elaborado (Artigo, Monografia, Dissertação, Tese) tem aderência ao curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

2.4.5 Migração curricular e equivalências

Para os discentes que estão cursando a matriz curricular do PPC 2015, deverá ser feita a migração de currículo. Para tal, é necessário estabelecer as equivalências dos componentes curriculares. Os quadros abaixo apresentam a equivalência dos componentes obrigatórios entre as matrizes curriculares anterior e atual. Neles constam como serão aproveitados os componentes curriculares cursados (medida resolutiva) que não forem mais ofertados no Curso que está vigorando, e como está planejada a realização de componentes curriculares em semestres diferentes do PPC atualmente em vigor. O novo PPC passará a vigorar para os ingressantes em 2023-1 e para as próximas entradas.

Quadro 6 - Equivalências dos componentes curriculares

1º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutiva
Introdução às Ciências Sociais	60	Introdução às Ciências Sociais - Ciência Política	60		Equivalências entre os componentes
Introdução à Ciência Política	60	Equivalente a CCCG	60		Aproveitamentos das horas como CCCG
Economia Política	60	Equivalente a CCCG	60		Aproveitamentos das horas como CCCG

Estudos Constitucionais	60	Direito Constitucional	60	Será ofertado no 5º Semestre	Equivalências entre os componentes
Formação Histórica, Econômica e Política do Brasil I	60	História Econômica e Política do Brasil I	60		Equivalências entre os componentes

2º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Sociologia I	60	Sociologia I	60		Equivalências entre os componentes
Antropologia I	60	Antropologia I	60	Será ofertado no 1º Semestre	Equivalências entre os componentes
Instituições Políticas Brasileiras	60	Instituições Políticas Brasileiras	30	Será ofertado no 4º semestre	Equivalências entre os componentes. Carga horária excedente computada como CCCG de 30h.
Pesquisa I	60	Metodologia do Trabalho Científico	60	Mudança do nome do componente para melhor refletir a ementa.	Equivalências entre os componentes

				Ofertado no 1º semestre.	
Teoria Política I	60	Teoria Política I	60	Será ofertado no 1º Semestre	Equivalências entre os componentes

3º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Sociologia II	60	Sociologia II	60		Equivalências entre os componentes
Formação Histórica, Econômica e Política do Brasil II	60	História Econômica e Política do Brasil II	60	Ofertado no 2º semestre	Equivalências entre os componentes
Pesquisa II	60	Pesquisa Qualitativa	60	Mudança do nome para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 2º Semestre	Equivalências entre os componentes
Teoria Política II	60	Teoria Política II	60		Equivalências entre os componentes

Antropologia II	60	Antropologia II	60	Será ofertado no 3º semestre	Equivalências entre os componentes
-----------------	----	-----------------	----	------------------------------	------------------------------------

4º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Teorias Democráticas	60	Equivalente a CCCG	60		Aproveitamentos das horas como CCCG
Pesquisa III	60	Pesquisa Quantitativa	60	Mudança do nome para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 3º Semestre	Equivalências entre os componentes
Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I	60	Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I	60		Equivalências entre os componentes
Estado e Sociedade na América Latina	60	Estado e Sociedade na América Latina	30	Redução de carga horária. Ofertado no 4º semestre.	Equivalências entre os componentes. Carga horária excedente computada como CCCG de 30h.

Gestão Pública	60	Gestão Pública	30	Redução de carga horária. Ofertado no 7º semestre.	Equivalências entre os componentes. Carga horária excedente computada como CCCG de 30h.
		Assessoria Parlamentar	60	Será ofertado no 4º semestre	Sem pendências

5º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Política Comparada	60	Equivalente a CCCG	60		Aproveitamentos das horas como CCCG
Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais II	60	Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais II	60		Equivalências entre os componentes
Cultura Política e Democracia	60	Cultura Política	60	Mudança do nome do componente para melhor refletir a ementa. Será	Equivalências entre os componentes

				ofertado no 3º Semestre	
Teoria Política III	60	Teoria Política III	60	Ofertado no 3º semestre	Equivalências entre os componentes
Políticas Públicas I	60	Políticas Públicas	60	Mudança do nome do componente para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 3º Semestre	Equivalências entre os componentes
		Comportamento Eleitoral e Marketing Político	60	Será ofertado no 5º Semestre	Sem pendências
		Política Externa Brasileira	60	Será ofertado no 5º Semestre	Sem pendências

6º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Elite Política Brasileira	60	Práticas de Consultoria e Assessoria Política	60		Equivalências entre os componentes

Produção do Conhecimento em Ciência Política	60	Equivalente a CCCG	60	Extinção do componente	Aproveitamentos das horas como CCCG
Política Pública II	60	Avaliação de Políticas Públicas	60	Mudança do nome para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 3º Semestre	Equivalências entre os componentes
Seminário de Projeto	60	Seminário de Projeto	60		Equivalências entre os componentes
CCCG I	30	Integração Regional, Desenvolvimento e Sustentabilidade	30	Será ofertado no 6º semestre	Carga horária equivalente
CCCG II	30	Equivalente a CCCG	30	Será ofertado no 3º Semestre	Carga horária equivalente

7º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutive
Relações Internacionais	60	Relações Internacionais	60	Ofertado no 3º semestre	Equivalências entre os componentes

Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil	60	Equivalente a CCCG	60	Extinção do componente	Aproveitamentos das horas como CCCG
Movimentos Sociais	60	Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Democracia	60	Mudança do nome para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 5º Semestre	Equivalências entre os componentes
Políticas Públicas III	60	Prática de Políticas Públicas	60	Mudança do nome para melhor refletir a ementa. Será ofertado no 6º Semestre	Equivalências entre os componentes
Seminário de TCC I	30	Seminário de TCC I	30		Equivalências entre os componentes
		Direito Constitucional	60	Será ofertado no 7º Semestre	Sem pendências
		Processo Legislativo	30	Será ofertado no 7º Semestre	Sem pendências

8º Semestre

Componente curricular anterior	Carga horária	Novo componente curricular	Carga horária	Observações	Medida resolutiva
Poder Político Local e Regional	60	Poder Político Local e Regional	30	Será ofertado no 8º semestre.	Equivalências entre os componentes. Carga horária excedente computada como CCCG de 30h.
CCCG VI	60	Direito Administrativo	60	Será ofertado no 8º semestre	Equivalências entre os componentes
		CCCGVI	60	Será ofertado no 8º semestre	Sem pendências

2.4.6 Estágios obrigatórios ou não obrigatórios

A Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 329, de 04 de novembro de 2021, dispõe sobre as normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a UNIPAMPA. De acordo com o seu Art. 1º:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em Instituições de Educação Superior, seguindo os preceitos estabelecidos pela Lei nº11.788/2008 em sua integralidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2021)

Conforme o Art. 4º, da Resolução 329, “o estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso”:

§ 1º Estágio Curricular Obrigatório é um componente da matriz curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, com regulamentação específica aprovada pela Comissão de Curso, em consonância com as normas da UNIPAMPA, com a Lei nº 11.788/2008 e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, fora da carga horária regular e obrigatória, podendo ou não ser aproveitado como parte da integralização curricular. § 3º É de responsabilidade da UNIPAMPA assegurar a oportunidade do estágio curricular obrigatório aos discentes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2021)

No curso de Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA o estágio curricular não é atividade obrigatória.

2.4.7 Trabalho de Conclusão de Curso

Conforme Art. 116 da Resolução 29, de 28 de abril de 2011, que aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas, “o Trabalho de Conclusão de Curso, doravante denominado TCC, também entendido como Trabalho de Curso, é um componente curricular dos cursos de graduação da Universidade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos”. (UNIPAMPA, 2011, p. 19).

No curso de Ciências Sociais - Ciência Política, o TCC é desenvolvido nos componentes curriculares denominados “Seminário de Projeto”, “Seminário de TCC I” e Seminário de TCC II”, os quais são voltados à produção, no sexto, sétimo e oitavo semestres, de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado como um Trabalho Monográfico, igualmente relacionado às problemáticas teóricas pertinentes ao currículo vigente no curso. A matrícula e consequente aprovação do acadêmico na disciplina Seminário de Projeto é pré-requisito para a disciplina Seminário de TCC I. Para se matricular no Seminário de TCC II o aluno deverá ter cursado e obtido aprovação em Seminário de TCC I. O conjunto de disciplinas Seminário de Projeto, Seminário de

TCC I e Seminário de TCC II formam a tríade de produção científica responsável pela preparação conceitual e profissional do Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. No componente curricular Seminário de TCC II, o aluno terá a responsabilidade de executar o projeto previamente elaborado em Seminário de Projeto e iniciado em TCC I, com a orientação do professor-orientador e, quando aplicável, do coorientador. Após a conclusão do trabalho, o aluno deverá encaminhar uma versão preliminar à Coordenação do componente curricular de TCC, em três cópias, que podem ser impressas ou digitais, uma para cada membro da banca de avaliação. Após a defesa pública e a consideração de eventuais ajustes sugeridos pela banca de avaliação, o aluno disporá de um período de dez dias úteis para entregar a versão final do trabalho. Essa versão final deve ser apresentada em formato digital, em PDF, e será destinada ao arquivamento na documentação do Curso, bem como para inclusão no sistema SisBi da biblioteca da UNIPAMPA. Dessa forma, ao seguir esse processo, o aluno terá cumprido todos os requisitos necessários para a aprovação no componente curricular de TCC II.

Cabe destacar que para cursar Seminário de Projeto, é necessário que o aluno tenha concluído todos os componentes curriculares de pesquisa, ainda que sem ordem definida. São eles: Metodologia do Trabalho Científico. Pesquisa Qualitativa e Pesquisa Quantitativa.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá estar vinculado a um professor orientador, constante do quadro de professores ativos do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

Considera-se Trabalho de Conclusão de Curso o trabalho monográfico que desenvolva uma investigação, de caráter teórico e/ou empírico, a partir de atividades de pesquisa, considerando que sua análise e procedimentos metodológicos deverão estar organizados de forma técnica adequada às normas de produção de um trabalho científico constante no **Apêndice A**. O Trabalho de Conclusão do Bacharelado em Ciências Sociais - Ciência Política é de elaboração individual. A regulamentação específica aprovada pelo curso consta como **Apêndice A** deste documento.

2.4.8 Inserção da extensão no currículo do curso

Conforme a Resolução CNE/CES nº 07/2018, Art. 3º: A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Esse processo, em permanente articulação com ensino, pode ressignificar a elaboração e produção de conhecimentos e saberes no âmbito de cada curso. Segundo a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA Nº 317/2021, no mínimo 10% da carga horária total dos cursos de graduação deve ser composta por atividades de extensão, compondo parte da matriz curricular.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

O caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense continuamente a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação. No caso do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, a extensão conta com atividade curricular específica o projeto “UNIPAMPA Cidadã” com carga horária de 60 horas e carga horária parcial de 220 horas para a prática de extensão em projetos de extensão vinculados a projetos desenvolvidos pelos docentes para esse fim, assim como cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade, perfazendo um total de 280 horas da carga horária total de extensão curso.

No caso da atividade curricular específica “UNIPAMPA Cidadã”, com previsão mínima de 60 horas no curso de Ciências Sociais, os discentes devem realizar ações junto à sociedade civil organizada, organizações não governamentais (ONGs), instituições de ensino e entes públicos. Conforme determina a resolução Consuni nº 317/2021, “o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” são realizados pelo supervisor de extensão do curso de acordo com as normas estabelecidas no PPC”. O cumprimento das horas relativas à

“UNIPAMPA Cidadã” deve ocorrer a partir do segundo ou terceiro semestre de realização do curso

O regulamento que rege a inserção da extensão no curso de Ciências Sociais - Ciência Política, em obediência ao que prevê a Resolução Consuni nº 317/2021, está anexo a este documento.

Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. O caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense continuamente a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação e que, no caso do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, conta com atividade curricular específica (UNIPAMPA Cidadã) e carga horária parcial para a prática de extensão em projetos de extensão e em componentes curriculares obrigatórios, perfazendo um total de 280 horas da carga horária total do curso para esse fim, com a execução de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços à comunidade. Destaca-se que o curso de Ciências Sociais - Ciência Política adota somente a modalidade de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) ligadas a programas e projetos promovidos pelo curso e pela universidade, não havendo no curso Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV).

A inserção das atividades de extensão no curso segue o regulamento apensado a este PPC (**Apêndice B**).

Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)

Os discentes do curso devem realizar um total de 220 horas de atividades de extensão na modalidade Atividade Curricular de Extensão Específica. As atividades curriculares de extensão específicas (ACEE) podem ser realizadas nas modalidades

programas, projetos, cursos ou eventos com aderência na comunidade e no território.

Sendo assim definidas:

- Programa – é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;
- Projeto - é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;
- Curso - é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;
- Evento - são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

Só serão aceitas como ACEE no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política, atividades de extensão desenvolvidas nas seguintes áreas temáticas:

- Políticas Públicas
- Instituições
- Política Internacional e Política Comparada
- Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro
- Política Externa e Cooperação
- Participação Política
- Educação
- Movimentos Sociais
- Desigualdade e Estratificação
- Religião
- Gênero
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Comunicação Política
- Comportamento Político e Eleitoral
- Estudos Legislativos
- Opinião Pública

- Métodos e Técnicas de Pesquisa
- Divulgação Científica de Ciência Política
- Sustentabilidade
- Mundo do Trabalho.

O cálculo das Atividades Curriculares de Extensão encontra-se no **Apêndice C**.

As atividades de extensão correspondem a 10% da carga horária total do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política (280 horas) e estão organizadas da seguinte forma:

Quadro 7 - Atividades Extensionistas

Curso de Ciências Sociais - Ciência Política		
Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE)	Ligadas a programas ou projetos de extensão promovidos pelo curso	220 horas
	Validadas através do UNIPAMPA Cidadã	60 horas
Carga horária total		280 horas

2.5 METODOLOGIAS DE ENSINO

O curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA apresenta suas atividades estruturadas conforme metodologias de ensino apropriadas ao pleno desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. As estratégias, os métodos e as técnicas presentes em sua oferta nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão têm coerência com a premissa da interdisciplinaridade, da contextualização, da relação teórico-prática, do desenvolvimento do espírito científico e da formação de sujeitos autônomos e cidadãos, preparados para o exercício da comunicação, tendo em vista a sociedade em que atuam e as perspectivas voltadas ao mercado de trabalho.

Desta forma, as atividades acadêmicas vinculadas ao curso mesclam diferentes ferramentas em sua execução, como o fomento à pesquisa e ao debate, a promoção de

estudos de caso, a realização de seminários, aulas expositivas dialogadas e atividades viabilizadas através do suporte das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com uso, inclusive, de plataformas de ensino aprendizagem à distância, tão úteis e necessárias em momentos como o vivenciado durante a suspensão das atividades presenciais por decorrência da pandemia Covid – 19. Na ocasião, o curso recorreu a recursos e ferramentas disponibilizados tanto pela Universidade, como a plataforma moodle, utilizada pelos cursos na modalidade EaD, quanto as de livre acesso na internet (Conferência Web, Google Meet e grupos fechados em redes sociais, como o Facebook e Twitch para a disponibilização de conteúdos e realização de aulas, debates e conferências). Para a comunicação diária, canais de comunicação como e-mail, telegram e whatsapp são recursos utilizados corriqueiramente.

Os docentes do curso preocupam-se, desde a proposta constante no Plano de Ensino (aprovado previamente pela Comissão de Curso e discutido na primeira semana letiva com os alunos), com a contextualização das questões teóricas a realidades práticas, reais, presentes ou passadas próximas, bem como com o constante desenvolvimento de uma postura reflexiva e científica.

Os componentes incluem, além das aulas, quando necessário e oportuno atividades práticas para estimular o desenvolvimento da reflexão autônoma e para o treinamento de habilidades de pesquisa. Os materiais didáticos incluem material bibliográfico, equipamentos de informática, softwares, material audiovisual e conteúdo eletrônico, escolhidos com autonomia pelo professor de cada disciplina. Atividades de campo e inovações pedagógicas são empregadas a critério de cada professor.

O curso de Ciências Sociais - Ciência Política demanda muita leitura e estudo, além de constante atualização. Para isso, os estudantes constantemente são expostos à produção acadêmica de excelência, tanto nas disciplinas quanto na elaboração do TCC e nas atividades de iniciação científica. A comunicação com a Coordenação, docentes e pós-graduandos é a ferramenta utilizada para promover a integração do estudante na área, nas atividades de pesquisa e nas inovações tecnológicas e metodológicas que são constantes nas Ciências Sociais - Ciência Política. O Trabalho de Conclusão de Curso funciona como instrumento de consolidação, articulação e sistematização dos conhecimentos teóricos, das habilidades metodológicas e da autonomia intelectual desenvolvidos ao longo do curso. O Seminário de Pesquisa, que precede a elaboração

do TCC, funciona como treinamento da capacidade de crítica construtiva, cooperação e transparência.

2.5.1 Interdisciplinaridade

A área da Ciências Sociais é, em sua origem, interdisciplinar. O curso de Ciências Sociais - Ciência Política compõe-se interdisciplinarmente por três áreas de conhecimento que estão em constante diálogo. É, portanto, constitutiva a concepção de interação entre disciplinas do curso, evidenciada num esforço curricular. Toda a concepção de estrutura e funcionamento dos planos de ensino levam em consideração não só a Ciência Política, mas Sociologia e a Antropologia. No tocante à área específica da Ciência Política na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), há uma forte vocação interdisciplinar. Podemos dividir a Área em quatro subáreas com especialidades definidas: Ciência Política, Relações Internacionais, Políticas Públicas e Estudos de Defesa/Estudos Estratégicos. A atenção em relação à interdisciplinaridade e, portanto, à qualidade da formação dos profissionais, egressos desse curso, é que norteou o esforço de montagem do curso de Ciências Sociais - Ciência Política.

O curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA conta com uma matriz curricular do Curso comprometida com que o ensino/aprendizagem seja desenvolvido através da interdisciplinaridade, associando conteúdos teóricos a atividades práticas, sem deixar de lado os princípios éticos e o compromisso com o desenvolvimento da sociedade.

A interdisciplinaridade está contemplada de várias formas: a) pela articulação no currículo com disciplinas de outras áreas do conhecimento; b) pelo encadeamento, ao longo do ciclo profissional de formação; c) pela capacidade de sistematização geral que o treinamento em métodos, o seminário de pesquisa e a elaboração do TCC demandam do estudante; d) pela livre combinação de componentes curriculares; e) pela exigência, própria dos desenvolvimentos mais recentes da Ciência Política, do diálogo com outras áreas e da inclusão de variáveis não políticas nas análises. Temas como relações raciais, meio ambiente e direitos humanos, por exemplo, são tratados de forma interdisciplinar no curso.

2.5.2 Práticas Inovadoras

O curso de Ciências Sociais - Ciência Política da UNIPAMPA estimula e promove práticas inovadoras na oferta de suas diferentes atividades, no ensejo de contribuir para a associação entre universidade-sociedade, presente-futuro, ciência-progresso. Seja nos componentes da matriz curricular, seja na oferta de projetos de pesquisa ou extensão, a natureza inovadora é fomentada a partir da experimentação laboratorial, da interação com a comunidade e da produção e socialização do conhecimento científico.

A universidade deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização, estando atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, está-se inovando também na medida em que o PPC vai reduzindo a ênfase do processo educacional e de formação no curso aos aspectos de avaliação tradicionais e avança-se na consciência de que o trabalho precisa considerar competências desenvolvidas pelo aluno num processo que deve ser constante e progressivo, contínuo e evolutivo, no qual dificuldades decorrentes de sua formação anterior não se tornem impeditivos para seguir adiante e nem sejam desconsideradas enquanto um desafio ou obstáculo a ser superado

O curso promove o uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem; a Produção de material instrucional pelos docentes; a Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância; a adoção de metodologias inovadoras como ProblemBased Learning (PBL); a ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos; Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico; Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas; Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas.

A universidade não deve perder de vista que uma formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da

sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicas raciais e afros descendentes e, por fim, do empreendedorismo.

2.5.3 Acessibilidade Metodológica

A acessibilidade metodológica está associada à adoção do princípio do “Desenho Universal” no planejamento, desenvolvimento e avaliação dos processos. De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009), Desenho Universal significa “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico”. Assim, todas as atividades acadêmicas devem ser desenvolvidas em formatos “acessíveis”, ou seja, possíveis de serem compreendidas por pessoas que interagem com o mundo por meio de múltiplas linguagens: Pessoas com surdez que utilizam Libras ou que leem lábios; pessoas cegas que utilizam tecnologias de leitura em áudio e/ou sistema Braille; pessoas com baixa visão que necessitam de material ampliado e de contraste figura/fundo; pessoas que utilizam algum tipo de Tecnologia Assistiva (aparelhos auditivos, próteses, órteses, ferramentas de comunicação aumentativa e Alternativa - CAA, etc.).

Nesse sentido, independentemente de haver pessoas com deficiência em determinado ambiente interativo, os recursos (slides, textos físicos e digitais, vídeos, filmes, etc.), bem como as técnicas e procedimentos (dinâmicas interativas, instrumentos avaliativos, apresentação de trabalhos, etc.) devem ser concebidos em formato acessível. Contudo, o “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias” (BRASIL, 2009). Há que se considerar que cada sujeito aprendente apresenta especificidades próprias. Além da preocupação com o formato acessível de todos os materiais, a acessibilidade metodológica abrange as flexibilizações aplicáveis a cada caso, a exemplo da ampliação de tempo para realização de trabalhos avaliativos, monitorias/tutorias individuais, produção de materiais específicos para compreensão de determinado conceito, avaliação processual que permite o acompanhamento das trajetórias individuais, dentre outras que se apresentam nos diversos contextos de interação.

No âmbito institucional, a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328/2021 orienta os procedimentos referentes à acessibilidade no âmbito das atividades

acadêmicas, científicas e culturais da UNIPAMPA, a instituição de percursos formativos flexíveis para discentes com deficiência e discentes com altas habilidades/superdotação. A acessibilidade pedagógica de que trata esta resolução, conforme o capítulo II, refere-se à eliminação de barreiras vislumbradas no processo de ensino e aprendizagem, especialmente por meio de:

I - adaptações razoáveis: são consideradas, na perspectiva do aluno, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que pessoa com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

II - garantia de recursos de tecnologia assistiva ou ajuda técnica compreendidos como: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

III - reconhecimento da LIBRAS como língua oficial das pessoas pertencentes à comunidades surdas.

IV - o Braille como sistema de escrita utilizado por pessoas com deficiência visual. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2021b)

Ainda, segundo a referida resolução, ao discente com deficiência será garantida a flexibilidade do percurso formativo, no que diz respeito à escolha de componentes curriculares a serem cursados e a certificação destas escolhas ao final do percurso formativo trilhado, as orientações sobre o percurso formativo flexível deverão ser registradas na pasta do discente.

O discente com altas habilidades/superdotação poderá ter abreviada a duração dos seus cursos, conforme o artigo 64 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011. Também poderá cursar componentes curriculares para aprofundamento, no próprio curso ou outro curso de graduação (através de mobilidade acadêmica), incluindo componentes que estejam fora do semestre seriado. A escolha de componentes curriculares deverá considerar, prioritariamente, as habilidades do(a) discente. O discente que optar pelo percurso formativo flexível terá garantida a quebra de pré-requisito.

Para os discentes com déficit cognitivo e discentes com deficiência múltipla poderá ser conferida certificação específica, a partir das habilidades desenvolvidas e aprendizagens construídas com base na avaliação dos pareceres do percurso formativo flexível.

Na UNIPAMPA, a política de acessibilidade é coordenada pelo Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) vinculado à Reitoria e materializada nas dez unidades acadêmicas por meio de um servidor que atua como interface nesses contextos de interação direta com a comunidade acadêmica. No Campus São Borja, essa função é desenvolvida atualmente por uma das pedagogas do Núcleo de Desenvolvimento Educacional – NUDE que realiza assessoria aos docentes e acompanhamento pedagógico aos discentes com vistas a auxiliar os cursos no cumprimento da acessibilidade.

O Decreto nº 6.949/2009, que promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, destaca no Artigo 24 o reconhecimento do direito à educação para pessoas com deficiência. Para assegurar esse direito de forma não discriminatória e com base na igualdade de oportunidades, é essencial estabelecer um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como promover a aprendizagem contínua (BRASIL, 2009).

De acordo com o Artigo 112 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a acessibilidade é definida com base no conceito de "pessoa com deficiência", que é caracterizada por um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Quando esse impedimento interage com uma ou mais barreiras, pode dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

No contexto da acessibilidade pedagógica, o acesso ao currículo para indivíduos com deficiência requer não apenas a remoção de barreiras físicas, como espaços, mobiliário, edifícios e transporte acessíveis, mas também o acesso a materiais e metodologias de apoio pedagógico que permitam a representação e expressão da aprendizagem.

A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ressalta a importância de planejar a estrutura curricular de forma a incluir tecnologias assistivas adequadas aos objetivos, metodologias, avaliação e cronograma das atividades. Além disso, deve-se garantir a permanência de estudantes com deficiência, o que inclui a eliminação de barreiras arquitetônicas para a circulação de pessoas com deficiência física. Isso envolve a disponibilidade de vagas em

estacionamentos, rampas com corrimãos, elevadores e banheiros adaptados, com barras de apoio. Para aqueles com deficiência visual, é essencial manter salas de apoio equipadas com dispositivos como máquinas de datilografia em Braille, impressoras Braille acopladas a computadores, sistemas de síntese de voz, gravadores, fotocopiadoras para ampliação de textos, software de ampliação de tela, e equipamentos para ampliação de textos. Também é importante planejar um aumento gradual do acervo bibliográfico em Braille e de materiais sonoros para fins didáticos.

No caso de deficiência auditiva, é necessário providenciar intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente durante exames, para complementar a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não reflete o verdadeiro conhecimento do aluno. A flexibilidade na correção das avaliações escritas, priorizando o conteúdo semântico, é fundamental. Além disso, é importante incentivar o aprendizado da língua portuguesa, especialmente na modalidade escrita, para aprimorar o vocabulário relacionado aos componentes curriculares do curso em que o estudante está matriculado.

Os professores também devem ter acesso à literatura e informações sobre as necessidades linguísticas específicas dos alunos com deficiência auditiva. Com o objetivo de institucionalizar os direitos das pessoas com deficiência, a Unipampa aprovou a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021, que estabelece Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e a implementação de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência. O Capítulo II da resolução aborda especificamente a acessibilidade metodológica.

No que tange ao curso de Ciências Sociais - Ciência Política, as demandas relativas à acessibilidade, sempre que há necessidade, são trabalhadas em conjunto com os profissionais do Nina e Nude, o que tem garantido o acompanhamento metodológico de todas as questões relativas ao Plano de Aulas do professor, bem como ao PPC. Ainda que dentro de suas limitações e especificidades, tem-se incentivado docentes e técnicos a atender, sempre que houver necessidade, de forma especializada, àqueles que necessitam: disponibilizando material didático digital acessível - tanto na biblioteca setorial como por meio de plataformas educacionais (Plataforma Moodle), disponibilizando material didático em formato impresso e acessível, para aqueles que precisam, e, quando necessário, disponibilizando material em formato impresso em caráter ampliado (para alunos com baixa visão).

Ainda, do ponto de vista das estratégias relativas à organização didático-pedagógica, o curso conta com a inserção da disciplina eletiva de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em seu Projeto Pedagógico. Além do mais, o curso dispõe de Programa de Iniciação Científica (PIBIC), que visa auxiliar, tanto os alunos que buscam enriquecimento curricular, como aqueles que possuem algum tipo de dificuldade relativa à pesquisa científica. Além disso, em respeito à diversidade inerente ao ser humano, e com intuito, na medida do possível, de assegurar a implementação da educação inclusiva, tentamos garantir, em nossas avaliações, práticas especializadas para aqueles que têm algum tipo de necessidade específica, como: estudantes com deficiência visual, e discentes com grau leve de deficiência/problema mental.

Como exemplos de ações afirmativas de inclusão, poderíamos citar que nosso corpo docente é orientado a estender o tempo de avaliação para esses alunos, pois estes, naturalmente, necessitam de um período maior para desenvolverem as atividades. Também, caso haja um alto grau de deficiência visual, existe a possibilidade de aplicação da avaliação oral, ou de outros mecanismos inclusivos. Ressaltamos que os casos, nos quais haja a impossibilidade de atendimento dentro do próprio Curso, seja por questões físicas, seja por questões de vulnerabilidades existentes, é buscado auxílio do NINA e do Nude para melhor atender as necessidades.

2.5.4 Técnicas de Informação e Comunicação (TIC) no processo de ensino-aprendizagem

O Curso de Ciências Sociais - Ciência Política – congrega docentes e discentes a uma série de recursos tecnológicos na conexão do trinômio universitário ensino-pesquisa-extensão. O uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TICs – ocorre em estudos coletivos, individuais, em apoios de monitoria e formação etc. Os estudantes acessam tais tecnologias como ferramenta de inclusão digital indispensável à formação do cientista social - cientista político.

Os professores podem usar plataformas digitais de interação e informação, tais como blogs e sites no qual disponibilizam material de consulta e oferecem espaço para procedimentos de interação assíncronos. As unidades do curso usam, inclusive, as plataformas das redes sociais para manter a comunicação com os alunos, por via de perfil próprio e grupos de debate exclusivos dos alunos. Tanto pelo Moodle, quanto

pelos Google Sala de Aula, são disponibilizados avisos, ações, aulas gravadas, agilizando o relacionamento e a troca de informações de forma assíncrona e intermitente entre a comunidade atendida pelo curso.

Tanto nas atividades presenciais quanto nas atividades semipresenciais, a organização didático-pedagógica caracterizar-se-á pelo uso de ferramenta de suportes virtuais, como no caso da plataforma MOODLE (Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment). O MOODLE é um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), isto é, um sistema de gestão de aprendizagem, principalmente na modalidade de ensino a distância, para auxiliar os educadores a criar, com facilidade, cursos online de qualidade (no caso de atividades semipresenciais) ou suportar e acrescentar os cursos presenciais. É mesmo neste segundo caso que o MOODLE vem sendo usado: pela entrega do conteúdo das aulas (por exemplo, os slides em power point), sugestões de textos online, revistas, jornais, exercícios, etc. De fato, o MOODLE poderá ser utilizado como didática complementar de auxílio geral às aulas presenciais.

A atividade didática nas aulas presenciais (principalmente de tipo expositivo dialogadas), geralmente se caracteriza pelo uso de slides em PowerPoint, apresentação de filmes ou documentários, utilização de recursos audiovisuais, isto é, um conjunto de ferramentas que acompanha a organização da atividade didático-pedagógica. Nesse caso, o Moodle permite acessar de novo o conteúdo das aulas, sugerir leituras complementares, criar ambientes dinâmicos e interativos (como no caso do “Fórum” ou do “chat”, ambos presentes no MOODLE), entre os alunos e entre professores e alunos.

As aulas são mediadas por recursos tecnológicos como o uso de Projetores de Multimídia e computadores interligadas com a rede de internet wi-fi gratuita com acesso liberado aos alunos, permitindo uma troca de informações e acesso às plataformas de exibição de vídeos e materiais de consulta durante as aulas.

Na estrutura física, os alunos têm acesso a um laboratório de Informática com computadores que possuem acesso à internet e softwares apropriados para as atividades de formação educacional, bem como outros específicos da atuação profissional, além de contarem com rede wi-fi gratuita no campus I e II. Tal estrutura permite que disciplinas obrigatórias como Metodologia do Trabalho Científico, Pesquisa Quantitativa, Pesquisa Qualitativa, ou eletivas, como Estatística, Geografia Eleitoral, GAEopolítica, entre outras, sejam desenvolvidas em conexão prática com seus conteúdos ministrados. Todos os prédios de ambos os campi da UNIPAMPA campus São Borja têm acesso livre à

internet wi-fi, em rede aberta. Também foi disponibilizado aos alunos o Sistema Eduroam. O Eduroam (education roaming) é um serviço desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa que oferece acesso sem fio à internet sem a necessidade de múltiplos logins e senhas, de forma simples, rápida e segura. Este sistema permite que o aluno acesse sites das universidades estrangeiras, com seus computadores e celulares pessoais e sejam reconhecidos como membros da comunidade acadêmica da UNIPAMPA e tenham acesso aos periódicos e espaços de interação exclusivos à pesquisa internacional - com liberação gratuita e com maior velocidade de conexão.

Tanto no campo da pesquisa, como no da extensão, o uso das TICs ocorre de forma relacionada a saberes interconectados com experiências de sala de aula e execuções práticas fomentadas por atividades didáticas diversas. Os estudantes que participam do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) ou do Programa de Educação Tutorial (PET), por exemplo, tem a possibilidade de articular tecnologias e o uso de softwares na medida em que executam os projetos demandados às capacidades do futuro bacharel em Ciências Sociais - Ciência Política.

2.6 APOIO AO DISCENTE

No Plano de Desenvolvimento Institucional é descrita a Política de Assistência Estudantil e Comunitária, considerada de extrema importância por viabilizar o acesso ao Ensino Superior Público Federal por promover a permanência e a conclusão de curso pelos acadêmicos, a formação ampla e qualificada, bem como por combater as desigualdades sociais e regionais e a retenção. As políticas desenvolvidas na UNIPAMPA são baseadas no que foi estabelecido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil do MEC (PNAES - Decreto nº 7.234/2010), pelo Plano de Desenvolvimento Institucional e pelas demais legislações pertinentes. Entre os programas e ações de assistência estudantil estão: plano de permanência, programa de apoio à instalação estudantil, programa de desenvolvimento acadêmico, programa de apoio à participação discente em eventos, programa de alimentação subsidiada e programa de ações afirmativas.

Cada campus conta com o Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), formado por uma equipe multiprofissional constituída por Pedagogo, Psicólogo,

Assistente Social e Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a fim de garantir a execução e articulação das ações de acessibilidade e inclusão, das atividades de cultura, lazer e esporte, das ações de acompanhamento aos cotistas, das políticas de ações afirmativas e dos demais projetos. Quanto a Política de Acessibilidade e Inclusão da Universidade, esta é fomentada e articulada institucionalmente, de forma transversal, por meio do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). É papel do NInA, em articulação com as demais unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto nº 7.611/2011).

Em relação ao apoio a discentes com deficiência, a instituição tem como documento norteador as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Formativos Flexíveis (Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 328/2021) e a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 240/2019, que, no Art. 5º prevê a dilatação do tempo máximo de integralização curricular para alunos com deficiência.

2.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do discente no curso de Ciências Sociais - Ciência Política é processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme Art. 59 da Resolução Consuni 29/2011. A avaliação é compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento. É percebida como um processo contínuo e democrático, devendo ser processual e não apenas visar o resultado final.

Ao aluno, conforme explicitado nos planos de ensino, é assegurado o direito a atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem. O curso segue o estabelecido pelo Art. 61, da Resolução 29/2011, que estabelece que “atividades de recuperação serão asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2011)

Portanto, a avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um PPC coletivo e, enquanto mediadora do processo de ensino-aprendizagem, respeitando-se as

especificidades de cada atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Assim, a avaliação deve ser: diagnóstica e em processo continuado; um meio para aperfeiçoar o curso, a metodologia do professor e o desempenho do aluno; parte integrante do plano do curso, da unidade e da aula, envolvendo alunos e professores no mesmo processo. A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do curso e das atividades pedagógicas de acordo com os objetivos do curso e perfil do formando, como segue.

Enquanto mediadora do processo ensino-aprendizagem, a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos.

O curso segue uma prática avaliativa ao mesmo tempo diagnóstica, formativa e somativa. Entende a avaliação diagnóstica como a avaliação de uma determinada realidade, em certo momento, para melhor desenvolver um projeto ou processo. No caso, tem por objetivo compreender o estágio de aprendizagem em que se encontra o discente para ajustar e adequar o projeto/processo do ensino – aprendizagem. A avaliação formativa, por sua vez, é entendida como uma prática de avaliação contínua, que objetiva fornecer feedback, a fim de ajustar o processo de ensino-aprendizagem. E a avaliação somativa é realizada após o processo finalizado, para verificar se os objetivos foram alcançados.

Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, as competências e habilidades a serem desenvolvidas; bem como os critérios de avaliação, que devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo.

No final de cada atividade acadêmica, alunos e professores devem discutir e avaliar o desenvolvimento das atividades, gerando novas propostas e caminhos para superação das dificuldades. A verificação da aprendizagem do aluno no curso é, comumente, mensurada a partir de provas escritas, seminários, relatórios, realização de atividades práticas, desenvolvimento de produtos jornalísticos etc. Leva-se em conta também a assiduidade e participação/envolvimento do aluno nas discussões, debates e

demais atividades realizadas em aula. Após a divulgação do resultados, é assegurada ao discente a possibilidade de pedido de vistas aos documentos referentes às suas atividades de avaliação, podendo este, ainda, requerer à Coordenação de Curso revisão da nota parcial ou da nota final a qual lhe foi atribuída na avaliação de sua aprendizagem, com a justificativa expressa em documento físico, considerado o prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis após a informação do resultado da avaliação, conforme preceituado pelas normas básicas de graduação estabelecidas pela Resolução 29/2011.

O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento. É importante salientar que não haverá exame final e nem dependência, sendo que o aluno deverá refazer o componente curricular (crédito) presencialmente no ano seguinte.

Ressalta-se que, de acordo com o art. 59 da Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29/2011, o resultado final da avaliação de aprendizagem é expresso como aprovado ou reprovado, de acordo com os critérios de frequência e nota atribuída ao discente.

Reforça-se que a todo aluno é assegurada a realização de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem. O curso segue o estabelecido pelo Art. 61, da Resolução 29/2011, que estabelece que “atividades de recuperação serão asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2011). As atividades de recuperação são descritas nos respectivos Planos de Ensino, resguardado ao docente o direito e o dever de planejamento dessas atividades, como exemplo: aulas de reposição, correção de avaliações em conjunto, questionários e exercícios complementares, além de leituras e realização de seminários adicionais sobre o conteúdo em questão.

A nota atribuída segue uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez), sendo aprovado o discente que atender à frequência de 75% (setenta e cinco por cento) na carga horária do componente curricular e obtiver nota igual ou maior do que 6 (seis).

O TCC – Monografia, por constituir atividade de natureza acumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de promoção mínima igual a 6,0 (seis).

I. Pressupostos do Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelos professores do curso de Ciências Sociais – Ciência Política da UNIPAMPA, com base em seu PPC, tem como preocupação central a articulação entre os objetivos e perfis de egresso pretendidos. Ou seja, na formação de profissionais que tenham capacidade para:

- Desenvolver a assessoria executiva e legislativa;
- Desenvolver a gestão e o planejamento de políticas públicas.

Isso pressupõe algumas características bem definidas que devem ser configuradas ao longo da realização do curso, tais como:

1. A construção de uma capacidade analítica e crítica sobre a sociedade;
2. A produção de análises sócio-históricas e políticas das esferas social, econômica e política em nível mundial, regional e local;
3. A compreensão da complexa dinâmica de funcionamento das relações sócio-políticas a partir do desenvolvimento da capacidade de ordenar informações e produzir dados relevantes quer através de pesquisas quantitativas, qualitativas ou ambas;
4. O desenvolvimento de compromisso social na produção de um conhecimento profissional e de qualidade que colabore para a afirmação da democracia e da cidadania.

Nesse sentido, busca-se dar conta da implementação de um processo pedagógico que:

- a) seja integral, logo, não fragmentado, que possibilite a comunicação entre os conteúdos de forma interdisciplinar e permita o diálogo constante entre as especificidades dos saberes em foco e as diferentes bagagens biográficas dos futuros egressos. Permitindo, assim, procedimentos metodológicos e técnicos que enfrentem diferentes graus de aprendizado e integre o ensino e a avaliação como polos interconectados de um processo global de construção do conhecimento;
- b) compreenda a dinamicidade do mundo contemporâneo, possuindo, a partir do advento da globalização cultural, econômica, política e social, padrões de realidades sociais que se encontram em permanente mudança. Isso remete à produção de conteúdos e metodologias que consigam estabelecer um processo

de conhecimento contínuo, equilibrando o saber histórico e clássico (conteúdos indispensáveis para uma grade curricular), com aulas que atualizam e posicionem tal conteúdo em relação à realidade.

II. Estratégias, métodos e técnicas

Para operacionalizar essa integração e o diálogo com um conhecimento permanentemente renovado, firmam-se as seguintes estratégias:

Estratégia 1 - Afirmar um processo de ensino e aprendizado integral, interdisciplinar e crítico, por meio do estímulo à reflexão por parte do aluno e do professor sobre os temas discutidos nos componentes curriculares. Além de focar na realidade contemporânea e construir habilidades para a análise social e política.

Metodologia: interativa, a partir de aulas dialogadas, realização de mini-palestras com pessoas de fora do componente curricular, utilização de recursos digitais e midiáticos (internet, multimídia), produção de análises textuais da realidade.

Técnicas de ensino-aprendizagem: Trabalho em grupo, seminários, produções textuais, atividades de campo (pesquisas, observações).

Estratégia 2 - Reconhecer e afirmar o equilíbrio entre as especificidades da construção do saber e a bagagem biográfica dos alunos (as). Sem buscar uma padronização ou nivelamento de informações, mas sim um processo de apropriação e construção de informações necessárias para a reflexão e análise crítica que respeite os tempos e limites de cada participante.

Metodologia: atendimento individualizado e em grupo. Avaliação permanente e continuada, retomada constante dos conteúdos e avanço da carga curricular de forma progressiva. Técnicas: exercícios para verificar o processo de compreensão, atividades de recuperação do conteúdo, acompanhamento individualizado e em grupo.

Estratégia 3 – Compreender e realizar o processo de ensino e o de avaliação como partes interconectadas de um processo geral de construção do conhecimento. Logo, tal processo deve ser diagnóstico e continuado. Diagnóstico, pois deve servir como um sensor das dificuldades do processo (compreendendo aluno e professor). De

ensino e aprendizado, avaliando o processo de compreensão e a eficácia, ou não, das metodologias e técnicas utilizadas. Dessa forma, são possíveis as necessárias correções ou mudança de rumos e, neste sentido, se permite, no próprio semestre, as necessárias modificações em tempo real, como forma efetiva de não prejudicar o aluno (a). Devem-se prever atividades constantes de recuperação de conteúdos, cuja compreensão não tenha sido satisfatória, como forma de garantir ao aluno e ao professor um crescimento do acúmulo de conhecimento de forma processual e integrada, permitindo a absorção de um conhecimento cada vez mais complexo.

Dessa forma, garante-se um processo permanente de avaliação, sistemático, que a compreende como um instrumento de qualificação do processo de ensino-aprendizagem e não como instrumento punitivo. Além disso, que não pensa o saber em bases de pura transmissão quantitativa do conhecimento. Ao contrário, ressalta-se a dimensão dialética, de um saber em permanente movimento. Assim, nosso sistema de avaliação confere a articulação de três processos:

- A avaliação como um processo conjunto e articulado, realizado de forma integrada pelos professores em diálogo constante com os alunos, ou seja, um processo democrático;
- A avaliação como um processo transparente que afirme os critérios e regras de avaliação de forma pública para toda a comunidade acadêmica;
- A avaliação que aponte para a superação das dificuldades, estabelecendo mudanças que permitam as necessárias correções de rumos, típico de uma construção de saber dialética e transformadora; e que isto seja retornado à comunidade acadêmica a partir da retroalimentação das metodologias em formas diferentes e qualitativamente superiores às metodologias substituídas.

Metodologia: diagnóstica, contínua, transparente e democrática.

Técnicas de avaliação: artigos, apresentação de seminários, realização de pesquisas (quantitativas e qualitativas), provas, produção de resenhas, realização de trabalhos em grupo e individuais.

Técnicas de recuperação de conteúdo: atendimento individualizado e em grupo, aulas especiais (com objetivo de recuperação coletiva), trabalhos substitutivos, provas substitutivas.

2.8 GESTÃO DO CURSO A PARTIR DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) engloba diversas dimensões, abrangendo. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Avaliação da congruência da instituição com sua missão declarada e a implementação eficaz do PDI. Políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação: Análise das políticas e práticas relacionadas ao ensino, pesquisa, extensão e programas de pós-graduação. Responsabilidade Social: Avaliação do compromisso da instituição com a responsabilidade social, incluindo ações voltadas para a comunidade e impacto social. Comunicação com a Sociedade: Exame da eficácia da comunicação da instituição com diversos públicos, incluindo estudantes, docentes, funcionários e a sociedade em geral. Políticas de Pessoal: Avaliação de questões relacionadas a carreira, remuneração, desenvolvimento profissional e condições de trabalho do pessoal da instituição. Organização e Gestão: Análise da eficácia das estruturas organizacionais e práticas de gestão da instituição. Infraestrutura Física, de Ensino, de Pesquisa, Biblioteca e Recursos de Informação e Comunicação: Avaliação das instalações físicas, recursos educacionais e tecnológicos disponíveis. Planejamento e Avaliação: Foco nos processos e resultados da autoavaliação institucional, garantindo a melhoria contínua. Políticas de Atendimento aos Estudantes: Análise das políticas e serviços destinados a atender às necessidades dos estudantes. Sustentabilidade Financeira: Avaliação da saúde financeira da instituição e sua capacidade de manter operações de forma sustentável. Essa abordagem transversal enfatiza a importância de promover um ambiente educacional inclusivo e de alta qualidade, onde todos os estudantes, independentemente de suas necessidades ou modalidade de ensino, tenham igualdade de oportunidades e acesso a uma educação de excelência.

A autoavaliação institucional é promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão colegiado permanente que tem como atribuição o planejamento e a condução dos processos de avaliação interna. A Comissão organiza-se em Comitês Locais de Avaliação (CLA), sediados nos campi e compostos pelos segmentos da comunidade acadêmica – um docente, um técnico-administrativo em educação, um discente e um representante da comunidade externa –, e em uma Comissão Central de Avaliação (CCA), que, além de reunir de forma paritária os membros dos CLAs, agrega os representantes das Comissões Superiores de Ensino, Pesquisa e Extensão. São

avaliadas as seguintes dimensões: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); a política de ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; políticas de pessoal (carreira, remuneração, desenvolvimento e condições); organização e gestão; infraestrutura física, de ensino, de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; planejamento e avaliação: especialmente os processos e resultados da auto avaliação institucional; políticas de atendimento aos estudantes; sustentabilidade financeira (BRASIL, 2017a). As temáticas do EaD e da inclusão de alunos com necessidades especiais perpassa transversalmente essas áreas.

Inclui-se ainda o Programa de Acompanhamento do Egresso (PAE), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Este programa, em atividade desde 2016, tem por objetivo estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade. A UNIPAMPA desenvolveu um Programa de Acompanhamento de Egresso (PAE), que visa estabelecer a política e as ações de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação desta Universidade. Conforme a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 294/2020, cabe aos docentes da Comissão de Curso divulgar a política de acompanhamento de egressos aos alunos, principalmente aos formandos.

Através da comunicação com os egressos, metas poderão ser traçadas para resolver problemas relativos à formação oferecida, isso, conseqüentemente, refletirá na comunidade acadêmica, na matriz curricular e na atividade dos professores. Após o recebimento dos relatórios, os docentes poderão refletir sobre o ensino, o currículo e o método adotado analisando se o perfil do egresso exposto no PPC condiz com a prática que os ex-alunos vivenciaram.

O papel do docente é fundamental, ainda, para que se estabeleça um processo de sensibilização dos alunos sobre a importância de contribuírem com a avaliação da instituição. É importante que os alunos compreendam a importância de suas constatações e opiniões não somente enquanto estudantes, mas que saibam, previamente, da importância que terão também enquanto cidadãos formados pela Instituição. Logo, é preciso sensibilizá-los desde o início de seu percurso na Universidade para que ele venha a contribuir significativamente na vida institucional, seja participativo e crítico com sua autoavaliação, de modo que esta sirva de base para questionamentos e reflexões sobre o processo.

Cabe ao NDE utilizar os resultados para refletir acerca das condições e percepções dos egressos. Tal reflexão é um importante instrumento de debate, através do qual se constatará, de acordo com os indicadores, os sucessos ou deficiências no curso e sobre os quais novas ações poderão ser planejadas.

Importante destacar ainda que a autoavaliação é entendida como uma importante ferramenta de aperfeiçoamento de gestão, por fornecer subsídios para a adoção e priorização de melhorias internas. Paralelamente à autoavaliação institucional, o próprio curso realiza, de tempos em tempos, sondagens específicas, ouvindo principalmente a percepção dos alunos sobre a gestão do curso. Os resultados são divulgados aos estudantes a partir de reuniões da coordenação de curso e professores, visando à implantação de melhorias constantes.

A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico, dos processos de gestão e das atividades curriculares.

2.9 RECURSOS DIDÁTICOS

O curso de Ciências Sociais - Ciência Política, possui um laboratório de Informática e seis salas de aula equipadas com aparelhos multimídia. O curso considera que pela característica própria da formação, boa parte do estudo necessário à apropriação do conhecimento refere-se ao tempo dedicado à leitura, cuja apreensão sistematizada é fundamental para o acompanhamento das aulas teóricas. Isto abre caminho para que a dedicação a esta atividade possa se dar fora de classe, como de fato já ocorre, mas com subsídios de aprendizagem e avaliação mediados por tecnologias da informação.

Quanto ao suporte teórico, a UNIPAMPA tem biblioteca em seus dez campi e, no de São Borja, especificamente, por ser voltado às áreas de Humanas e Sociais Aplicadas, há uma predileção ainda maior para a utilização de recursos bibliográficos, disponibilizando a Universidade, além de acervo físico diversificado, acervo virtual e acesso integral a portais de periódicos, como o da Capes, por exemplo.

Os docentes do curso buscam capacitação contínua para que seus conhecimentos, habilidades e atitudes estejam adequados para a realização de suas atividades em conformidade com os recursos comunicacionais e tecnológicos. Também deve-se observar a garantia da acessibilidade digital, comunicacional, metodológica e instrumental; a interatividade entre docentes e discentes na frequência e na coerência com a carga horária semipresencial prevista; o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar de forma a possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso

Praticamente todo o material didático das aulas ministradas está plenamente adaptado à digitalização e disponibilização em ambiente multimídia, os materiais também são de fácil acesso pelo GURI, Moodle ou Google Sala de Aula, o que proporcionou ao curso a rápida adaptação ao ensino remoto, quando este se fez necessário, sem prejuízos para o aprendizado.

3 EMENTÁRIO

A seguir, é apresentado o ementário, contemplando as ementas dos componentes curriculares obrigatórios e complementares que compõem a nova matriz do curso.

1º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Introdução às Ciências Sociais-Ciência Política**

Código: SB 0001

Período: **Noturno**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Ciência Políticas - a disciplina. A história da disciplina, Ciência Política e outras Ciências Sociais. A origem da Ciência Política no Brasil. Introdução a análise teórica e empírica nas Ciências Sociais, com ênfase na Ciência Política. Apresentação de pesquisa em Ciências Sociais. A profissão de

Cientista Social e Cientista Político.

Objetivo geral

Possibilitar o conhecimento acerca da formação das Ciências Sociais-Ciência Política. Ao final do componente o discente será capaz de compreender as linhas de investigação e inserção no mercado de trabalho.

Objetivos específicos

Discutir a formação da Ciência Política enquanto área do conhecimento e áreas de atuação;

Analisar o surgimento e estabelecimento da Sociologia e da Antropologia para compreender a constituição social e cultural no Estado moderno;

Examinar as relações de investigações e atuação profissional entre as três disciplinas das Ciências Sociais, Ciência Política, Sociologia e Antropologia.

Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; Matteucci, Nicola. Dicionário de política. Brasília, DF : UnB, 13.ed. 2007.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 8º edição, 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). Introdução às Ciências Sociais. Campinas (SP): Papirus, 17.ed. 2010.

Bibliografia Complementa

ANDERY, Maria Amália. Para Compreender a Ciência – uma perspectiva histórica. 14.Ed.. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 16º edição, 2010.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

FERREIRA, L. P. et al. Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento político moderno e contemporâneo. São Paulo: Elsevier, 2ª ed., 2011.

SCOTT, John. 50 grandes sociólogos contemporâneos. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **História Econômica e Política do Brasil I**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0049

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O período colonial. O Primeiro Reinado (1822-1831). O Segundo Reinado (1840-1889). A Primeira República (1889-1930). A proclamação da República e os governos milita

A Constituição de 1891. O regime oligárquico: a "política dos estados"; coronelismo; sistema eleitoral; sistema partidário; a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais. A economia agroexportadora: políticas de valorização do café. O Crescimento industrial. A crise dos anos 20 do século XX: tenentismo e revoltas. A Revolução de 1930: consequências para o sistema eleitoral e para os partidos políticos. A Era Vargas (1930-1945). A Constituição de 1934. A Constituição de 1937: o Estado Novo. O retrocesso do Estado Novo: extinção dos partidos políticos e malogro do partido único. O contexto internacional dos anos 1930 e 1940; o Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Industrialização e legislação trabalhista. A República Liberal (1945-1964). A nova ordem política: os partidos políticos e eleições; a Constituição de 1946. A Industrialização Brasileira no Período 1930-1945. O Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Falhas e Críticas ao Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI). A década de 1950. O Plano SALTE. O Plano de Metas. O pós-guerra e a Nova Fase de Industrialização. Política externa: relações com os EUA; a Guerra Fria; a "Operação Pan-Americana"; a "política externa independente"; o Brasil na ONU; o Brasil no Rio de Janeiro; o Brasil e a expulsão de Cuba na OEA.

Objetivo geral

Compreender os processos de construção histórica do Brasil, possibilitando aos discentes, ao final do componente, um panorama sobre as tensões e disputas políticas no país.

Objetivos específicos

Examinar o processo de constituição da independência brasileira, sua formação política, a organização dos partidos políticos no período imperial, as leis de terras; Discutir a importância do manifesto republicano e o fim da monarquia, o advento da república brasileira, ou seja, como foi instalada, a emergência e crise na República Velha. Analisar os eventos históricos ocorridos neste período estabelecendo correlações com a realidade contemporânea.

Bibliografia Básica

BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. Evolução do pensamento político brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

WEFFORT, Francisco. Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens. São Paulo, SP : Ática, 2006.

Bibliografia Complementar

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercídia Mara Facuri. Política e sociedade no Brasil (1930-1964). São Paulo, SP : Annablume, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 15ª ed., 2012.

GONÇALVES, Reinaldo. O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas. São Paulo: Contexto, 2ª ed., 2003.

GUIMARÃES, Juarez R. (Org.). Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 7ª ed., 1987.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Teoria Política I**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0032

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Evolução histórica do pensamento político. Clássicos da Ciência Política na Teoria Política Clássica, Medieval e Moderna, procurando analisar suas concepções políticas enquanto relevantes para o entendimento da Ciência Política.

Objetivo geral

Analisar as concepções políticas da antiguidade, período medieval e início da idade moderna.

Objetivos específicos

Compreender as interpretações que fundamentaram a concepção da Teoria Política

Clássica, com enfoque em autores como: Platão, Aristóteles, Políbio, Cícero;

Analisar os pressupostos da Teoria Política Medieval, especialmente em autores como:

Santo Agostinho, e Santo Tomás de Aquino;

Examinar as bases do pensamento da Teoria Política Moderna, sobretudo em Maquiavel.

Bibliografia Básica

ARISTÓTELES. A política. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 2006.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto; MUNÕZ, Alberto Alonso (Orgs.). Curso de Filosofia Política do Nascimento da Filosofia a Kant. São Paulo: ATLAS, 2008.

PLATÃO. A República. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Bibliografia Complementar

BITTAR, Eduardo. Curso de filosofia política. São Paulo: Atlas, 2ª ed., 2007.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 13ª ed., 2006.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. Introdução ao pensamento ético-político de Santo Agostinho. São Paulo, Loyola, 2009.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PISIER, Evelyne. História das ideias políticas. Barueri: Manole, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Antropologia I**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0051

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Compreensão da antropologia como campo de conhecimento das ciências sociais voltado à compreensão do outro e sua contribuição para o entendimento das sociedades e diferenças culturais.

Objetivo geral

Compreender os pressupostos de constituição da Antropologia, ao final do componente os discentes terão um quadro acerca das principais escolas de pensamento e autores na formação da disciplina.

Objetivos específicos

Examinar a formação da Antropologia no início do Século XX;

Abordar a formação da Escola Americana, sobretudo o Interacionismo Simbólico;

Analisar os pressupostos da Escola Francesa, Estruturalismo, e da Escola Britânica, estrutural-funcionalismo.

Bibliografia Básica

CASTRO, Celso (Org.). Evolucionismo cultural : textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2a ed., 2009.

KUSCHNIR, Karina. Antropologia da política. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2007.

LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. O que é etnocentrismo. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar

BOAS, Franz. A mente do ser primitivo. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARDOSO, Ruth (Org.) A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4a ed., 2004.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

HOEBEL, E. Adamson; FROST, Everett Lloyd. Antropologia cultural e social. São Paulo: Cultrix, 1981.

WHITE, Leslie A.; DILLINGHAM, Beth. O conceito de cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Metodologia do Trabalho Científico**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0031

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A Ciência e as Ciências sociais. Diferenças e relações entre conhecimento empírico e conhecimento de senso comum. Conceituação de ciência e método. Noções introdutórias sobre tipos de trabalhos acadêmicos/científicos e publicações: fichamento, resumo, resenha, ensaio teórico, comunicação e artigo científico (aspectos materiais e formais – regras institucionais e da ABNT). O que é um projeto de pesquisa.

Objetivo geral

Analisar o processo de construção do pensamento científico, por meio da construção de métodos para compreender a realidade social e política. Ao final do componente o discente será capaz de discernir a diferença entre o conhecimento científico e o senso comum, e a importância desse aspecto na sociedade.

Objetivos específicos

Oportunizar uma cultura universitária que familiarize o acadêmico com a compreensão da ciência e seus instrumentos para a produção do conhecimento científico;

Orientar a leitura e análise de textos, elaboração de trabalhos acadêmicos, revisão de bibliografias para embasamento de trabalhos em sala de aula, relatórios, resumos e resenhas;

Estimular o conhecimento sobre os parâmetros e regras que balizam a construção do conhecimento científico, tanto em seus aspectos formais, como normas textuais, quanto em seus aspectos substantivos, como aplicação de métodos de acordo com fenômenos e realidades a serem estudadas.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica. 3. ed. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 2003.

AQUINO, Italo de Souza. Como escrever artigos científicos: sem arroudeio e sem medo da ABNT. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 24. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

FUMANGA, Mario; SIQUEIRA, Fabio; KAHLMEYER-MERTENS, Roberto S. Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, RS: ArtMed, 1999.

PARANHOS, Ranulfo et al. Levando Gary King a sério: desenhos de pesquisa em Ciência Política. Revista Eletrônica de Ciência Política, [S.l.], v. 3, n. 1-2, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v3i1-2.29614>.

SOARES, Gláucio A.D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. Sociologia, problemas e práticas, v. 48, p. 27-52, 2005. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/192/1/SOCIOLOGIA48_cap03.pdf.

2º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Sociologia I**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0050

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O surgimento da Sociologia. O estudo dos clássicos da sociologia.

Objetivo geral

Analisar os autores, conceitos e teorias clássicos da sociologia.

Objetivos específicos

Examinar as bases conceituais do pensamento sociológico moderno;

Analisar os pressupostos sociológicos na obra de August Comte e Émile Durkheim;

Discutir a obra e a contribuição de Karl Marx e Max Weber para a compreensão dos fenômenos sociais e políticos.

Bibliografia Básica

DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Global, 10a ed., 2006.

TRINDADE, Hélió (Org.). O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007.

WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, volume 2, 2009.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 7a ed., 2008.

GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

MARX, Karl. O capital: crítica de economia política. Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 6 v., 2008.

QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2a ed., 2002.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Pesquisa Qualitativa**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0062

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo de metodologias de pesquisa qualitativas em Ciências Sociais enfatizando suas formas de produção, análise e interpretação de conhecimento. Métodos e técnicas de coleta, análise, interpretação e representação dos materiais empíricos qualitativos e a utilização de software de pesquisas qualitativas (Nvivo, Iramuteq, Sphinx e Atlas.TI). Grupos focais, etnografias, estudos de caso, análises de discurso e métodos mistos em pesquisa qualitativa. Técnicas de produção e de análise de material empírico qualitativo: observações, entrevistas, pesquisas documentais, pesquisas com imagens, sons e vídeos, pesquisas em ambientes virtuais e digitais, análise de conteúdo, interpretativa e análise narrativa.

Objetivo geral

Discutir os pressupostos operacionais e conceituais das metodologias de pesquisa qualitativa. Ao final do componente o discente será capaz de discernir e aplicar distintas ferramentas de investigação, de base qualitativa, entre elas: grupos focais, entrevistas abertas e semi-abertas, observação participante, entre outras.

Objetivos específicos

Discutir a constituição das metodologias qualitativas nas Ciências Sociais - Ciência Política;

Abordar a importância das metodologias qualitativas na compreensão dos fenômenos políticos e sociais;

Fornecer as bases técnicas e teóricas para aplicação e agregação dos dados coletados na modalidade qualitativas de pesquisa.

Bibliografia Básica

GIBBS, Graham; COSTA, Roberto Cataldo. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Estudo de caso: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados, como redigir o relatório. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 12a ed., 2011.

Bibliografia Complementar

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 6a ed., 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 25a ed., 2007.

ROSA, Maria Virgínia; ARNOLDI, Marlene. A entrevista na pesquisa qualitativa : mecanismo para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva, 1928-. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Teoria Política II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0037

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Evolução histórica do pensamento político. Clássicos da Ciência Política na Teoria Política Moderna, procurando analisar suas concepções políticas enquanto relevantes para o entendimento da Ciência Política.

Objetivo geral

Analisar as concepções políticas elaboradas pela Teoria Política Moderna, com enfoque em autores como: Maquiavel, Thomas Hobbes, John Locke, Jean Jacques Rousseau e Montesquieu. Ao final do componente o discente será capaz de compreender os fundamentos do pensamento político moderno e estabelecer relações com o cenário contemporâneo, tendo em vista a atualidade das premissas elaboradas neste período.

Objetivos específicos

Compreender noções de Estado, Governo e Instituições Políticas a partir da Teoria Política Moderna;

Examinar a ruptura com a Teoria e o Pensamento Político Medieval;

Analisar as transformações políticas e sociais, com base nas obras, ocorridas no período moderno.

Bibliografia Básica

MACHIAVELLI, Niccolò. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEFFORT, Francisco C. (org.). Os Clássicos da Política. Volume I - Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, O Federalista. São Paulo: Ática, 2006.

WEFFORT, Francisco C. (org.). Os Clássicos da Política. Volume II - Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Michelangelo Bovero (org.) ; tradução: Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro, RJ : Campus, 2000.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções: 1789-1848. São Paulo, SP : Paz e Terra, 25a ed., 2010.

QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza (Orgs.). O pensamento político clássico : Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2a ed., 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SKINNER, Quentin. As Fundações do Pensamento Político Moderno. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **História Econômica e Política do Brasil II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0060

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. O Regime Militar (1964-1985). A Constituição de 1967 e as modificações de 1969. A desaceleração no crescimento. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Reformas do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). A importância das reformas do PAEG para a retomada do crescimento em 1968. A retomada do crescimento 1968-1973. Causas do "Milagre Econômico". O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Desaceleração econômica e o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). A crise dos anos oitenta. Política externa: relações com os EUA; o "pragmatismo responsável"; relações com a América Latina, relações com a África; o Brasil na ONU. O processo de transição política. O processo democrático a partir de 1985. A

Constituição de 1988. Abertura (comercial e financeira) parcial da economia brasileira.
O Plano Real.

Objetivo geral

Compreender as transformações sociais e políticas ocorridas no Brasil a partir da década de 1930.

Objetivos específicos

Analisar o processo político pós-1930, atentando para as transformações que ocorreram no Brasil com a Era de Vargas;

Discutir as bases e coalizões políticas na primeira experiência democrática no Brasil, de 1945 até 1964;

Examinar a constituição da ditadura militar no Brasil, assim como o período de abertura democrática e a consolidação da democracia.

Bibliografia Básica

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 15a ed., 2012.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HABERT, Nadine. A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar. 3.ed. São Paulo: Editora Ática, 4a ed. 2006.

Bibliografia Complementar

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GASPARI, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GASPARI, Elio. A ditadura derrotada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 5a ed. 2003.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Relações Internacionais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0068

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Compreensão dos principais conceitos e marcos teóricos no estudo das Relações Internacionais: realismo, idealismo, liberalismo, marxismo, escola inglesa, institucionalismo, construtivismo, teorias interpretativas, pós-colonialismo, teorias não

ocidentais, teorias normativas e seus desdobramentos e críticos.

Objetivo geral

Analisar os principais fenômenos e aspectos que nortearam o contexto das relações internacionais ao longo do século XX e os principais eventos contemporâneos nas primeiras décadas do século XXI.

Objetivos específicos

Oferecer uma introdução à formação e desdobramentos das principais correntes teóricas e o debate normativo das Relações Internacionais;

Apresentar os grandes eventos no sistema internacional, localizando o contexto histórico e mostrando como podem ser interpretados à luz das correntes teóricas do campo das Relações Internacionais;

Analisar os pressupostos das principais escolas de pensamento das Relações Internacionais.

Bibliografia Básica

JACKSON, Robert H.; SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

PECEQUILO, Cristina. Introdução às Relações Internacionais. Petrópolis: Vozes, 8a ed., 2010.

SARFATI, Gilberto. Teorias de relações internacionais. São Paulo: Saraiva, 2005.

Bibliografia Complementar

ACCIOLY, Elizabeth. Mercosul e União Européia : estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá, 4a ed., 2010.

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. Lua Nova: vol. 99, nº 47, pgs. 201 a 251, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451999000200011>.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. A guerra e o direito internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BUZAN, Barry. A evolução dos estudos de segurança internacional. São Paulo: UNESP, 2012.

3º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Sociologia II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0055

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo das abordagens teóricas contemporâneas da sociologia.

Objetivo geral

Analisar os autores, conceitos e teorias contemporâneos da sociologia.

Objetivos específicos

Examinar a construção das escolas de pensamento na Sociologia;

Compreender os pressupostos da Escola Francesa, tanto do Estruturalismo como do Pós- Estruturalismo;

Discutir a formação e conceitos da Escola Alemã, Teoria Crítica.

Bibliografia Básica

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão: Petrópolis: Vozes, 33º edição, 2007.

GIDDENS, A. A constituição da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 3º edição, 2009.

SCOTT, John. 50 grandes sociólogos contemporâneos. São Paulo: Contexto, 2009.

Bibliografia complementar

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo, SP : Editora UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, SP : Perspectiva, 8º edi., 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Classes, raças e democracia. São Paulo, SP : Editora 34, 2002.

HABERMAS, Jurgen. O discurso filosófico da modernidade : doze lições. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2002.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo, SP : Cultrix, 16º edição, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Antropologia II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0057

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Oferecimento de elementos antropológicos referentes à formação do Brasil. Estudos de antropologia brasileira. Estudos clássicos do caráter nacional. Consolidação dos “temas” da Antropologia no Brasil: pesquisas sobre relações raciais, populações indígenas, campesinato e antropologia urbana. Presença indígena no Brasil, enfatizando a dimensão dos direitos e valorização da riqueza da diversidade cultural desses povos.

Objetivo geral

Discutir a formação da Antropologia Brasileira, suas concepções e formas de abordagem sobre as questões nacionais.

Objetivos específicos

Apresentar um panorama antropológico a respeito da realidade brasileira ao longo dos anos;

Destacar a formação da identidade cultural e social no Brasil;

Analisar os principais debates atuais na Antropologia. Antropologia dos povos indígenas, o direito constitucional às terras tradicionalmente ocupadas, com ênfase à etnologia e história Guarani.

Bibliografia Básica

BARROS JUNIOR, Antonio Walter Ribeiro de (Org.). Antropologia: uma reflexão sobre o homem. Bauru: Edusc, 2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Classes, raças e democracia. São Paulo, SP : Editora 34, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização : a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2009.

Bibliografia Complementar

CLASTRES, P. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João; QUINTERO, Pablo. Para uma antropologia histórica dos povos indígenas: reflexões críticas e perspectivas. Horizontes Antropológicos [online]. 2020, v. 26, n. 58 . Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-71832020000300001>.

RIBEIRO, Darcy. *As américas e a civilização : processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 8a ed., 2008.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Pesquisa Quantitativa**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0065

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Tipos de dados e variáveis. Estatística Descritiva. Diagramas de Dispersão. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Teste de Hipótese. Significância Estatística. Testes Estatísticos. Escala de Likert e Alfa de Cronbach. Qui-quadrado em cross-table. Análise de Correlação. Análise Multivariada de Dados. Análise de Regressão. Análise de Cluster. Análise Fatorial. Análise de Variância (Anova). Análise Multivariada da Variância (Manova). Análise de Séries Temporais.

Objetivo geral

Compreender os diferentes tipos de abordagens na análise quantitativa. Desenvolver capacidade de análise prática de dados empíricos.

Objetivos específicos

Analisar as principais ferramentas quantitativas aplicadas nas Ciências Sociais- Ciência Política;

Estimular a aplicação de métodos quantitativos;

Examinar a adoção de métodos quantitativos na Ciência Política brasileira.

Bibliografia Básica

BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009.

FIELD, Andy. Descobrimo a estatística usando o SPSS. São Paulo: Artmed, 2009.

HAIR, Joseph. Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 6a ed., 2009.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. *Opinião Pública* 20 (2014): 377-406. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203377>.

CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v. 7, n. 1, p. 173–188, 18 jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. São Paulo, SP : Edgard Blucher, 2a ed., 2007.

KERLINGER, Fred. Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual. São Paulo: EPU, 1979.

SIQUEIRA, José de Oliveira. Fundamentos de métodos quantitativos aplicados em administração, economia, contabilidade e atuária. São Paulo: Saraiva, 2011.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Teoria Política III**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0056

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O estudo de modelos teóricos baseados na Teoria Política Contemporânea, com enfoque nas instituições e na cultura política voltados para identificar problemas decorrentes da formação de preferências, adesão a regras e instituições, processos de delegação, condições de estabilidade e mudança institucional.

Objetivo geral

Analisar a constituição da Teoria Política Contemporânea e sua forma de abordagem para compreender o cenário da Revolução Industrial, Urbanização, relações de poder e instituições.

Objetivos específicos

Discutir as contribuições da Escola Marxista para compreender as assimetrias de poder nas sociedades capitalistas;

Analisar a Teoria das Elites e sua compreensão do funcionamento da esfera política e social;

Examinar os pressupostos da Escola Pluralista e sua influência na organização institucional das democracias contemporâneas.

Bibliografia Básica

CADEMARTORI, Daniela Mesquita Leutchuk de. O diálogo democrático : Alain Touraine, Norberto Bobbio e Robert Dahl. Curitiba: Juruá, 2006.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5a ed., 2006.

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 16a ed., 2010.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, L. P., et al. Curso de Ciência Política: grandes autores do pensamento

político moderno e contemporâneo. São Paulo: Elsevier, 2011.

HALL P, TAYLOR R. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, 58:193-2240 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>.

NOZICK, R. Anarquia, Estado e Utopia. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

KING, Gary; KEOHANE, Robert O.; VERBA, Sidney. Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994.

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da ciência política. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>.

4º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Instituições Políticas Brasileiras**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo da formação das instituições políticas, seu processo de constituição na organização política e na relação entre interesses sociais e políticos, continuidades e transformações do processo político, enfatizando as instituições políticas no Brasil. Relações Executivo-Legislativo.

Objetivo geral

Compreender as dimensões de análise das instituições políticas brasileiras.

Objetivos específicos

Examinar as relações entre o Poder Executivo e Legislativo no Brasil;

Discutir os padrões do sistema partidário e eleitoral;

Analisar o papel do poder central na conformação das instituições políticas.

Bibliografia Básica

LIMA JR, Olavo Brasil de. Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NICOLAU, Jairo; POWER Timothy. Instituições representativas no Brasil : Balanço e reforma. Belo Horizonte, MG : Editora UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2007.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990.

Bibliografia Complementar

AVELAR, L.; Cintra, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2a ed., 2007.

DIAS, Reinaldo. Ciência Política. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (44), 81–106, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Uma teoria da preponderância do Poder Executivo: o sistema de comissões no Legislativo brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais 15 (2000): 45-67. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000200004>

SANTOS, Fabiano. Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil. Dados 42 (1999): 111-138. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-5258199900010000>

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais I**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0066

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Análise de categorias básicas da Ciência Política através do estudo dos partidos políticos, surgimento, tipologias e abordagens teóricas sobre o tema, assim como dos sistemas partidários e eleitorais.

Objetivo geral

Compreender e desenvolver a noção de partido político, sistemas partidários e eleitorais a partir da visão de seus principais estudiosos e dos respectivos contextos de elaboração.

Objetivos específicos

Examinar a aplicação dos sistemas eleitorais, e suas variações, nas democracias;

Analisar a constituição dos partidos políticos, e sistemas partidários, como instituições democráticas;

Compreender as regras e procedimentos envolvidos nas eleições.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo. Ciência Política. São Paulo: Atlas, 2008.

NICOLAU, Jairo; POWER Timothy. Instituições representativas no Brasil : Balanço e reforma. Belo Horizonte, MG : Editora UFMG; Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ, 2007.

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5a ed. 2008.

Bibliografia Complementar

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels. Rev. Sociol. Polit., Nov 2012, vol.20, no.44, p.83-95. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400007>.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Abr 2012, no.7, p.349-385. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>

MARENCO, André; NOLL, Maria Izabel. Décadas de Michels: marcos contextuais e prazo de validade para a "lei de ferro". Rev. Sociol. Polit., Nov 2012, vol.20, no.44, p.63- 72. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782012000400005>

PERES, Paulo. Revisitando a "teoria geral" dos partidos de Maurice Duverger. BIB - Revista

Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (68), 17–58, 2009. Disponível em:
<https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/332>

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Cultura Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0054

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo das formas de relação entre cultura e democracia focando o seu desenvolvimento histórico e teórico. Construção de um panorama teórico geral das principais abordagens: cultura cívica, comportamentalismo, cultura política e capital social. A relação entre cultura e os processos de democratização na América Latina e no Mundo.

Objetivo geral

Compreender os diferentes tipos de abordagens na análise sociológica da cultura e da participação política (tanto no caso brasileiro como em outros casos).

Objetivos específicos

Desenvolver a capacidade de análise crítica dos estudos empíricos;

Examinar os pressupostos provenientes da Escola Americana e Francesa;

Comparar e criticar os métodos de análise quantitativa e qualitativa.

Bibliografia Básica

BAQUERO, Marcello. Vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2000.

PUTNAM, R. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 5a ed., 2006.

SANTOS, Boaventura dos. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, RJ : Civilização Brasileira, 4a ed., 2009.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. Capital social : teoria e prática. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 7a ed., 2008.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América : sentimentos e opiniões : de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os

americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Estado e Sociedade na América Latina**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: SB0034

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo do processo de formação dos Estados na América Latina através das principais interpretações sobre as formações nacionais, bem como trabalhos dedicados ao estudo da cultura e pensamento na América Latina.

Objetivo geral

Analisar o processo de construção da América Latina como região e suas interpretações em torno dos principais debates e problemáticas transversais das sociedades latino-americanas.

Objetivos específicos

Examinar a concepção de América Latina e relação com diversos aspectos que formam parte de um arcabouço teórico e metodológico sobre a sociedade, a política e a formação identitária latino-americana;

Discutir o processo de colonização e as lutas por independência na região;

Compreender a tensão e disputa na constituição do Estado e as reivindicações pelos direitos civis, políticos e sociais na América Latina.

Bibliografia Básica

ANDRADE, Manuel Correia. O Brasil e a América Latina. São Paulo, SP : Contexto, 8ª edição, 1999.

OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia; CORRÊA, Aureanice de Mello (orgs.). O Brasil, a América Latina e o mundo : espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro, RJ : Lamparina, 2008.

SOARES, Laura Tavares. Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Silva Maria de. Sociologia: um olhar crítico. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BAQUERO, Marcello. Democracia e desigualdades na América Latina: novas perspectivas. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

BEIGEL, Fernanda. (2013), “Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento”. Revista Nueva Sociedad, no 245, pp.110-123. Disponível em: https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3944_1.pdf

RIBEIRO, Darcy. As Américas e a civilização. Processos de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

TRINDADE, Hégio (Org.). As ciências sociais na América Latina em perspectiva comparada: 1930-2005. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2a ed., 2007.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Assessoria Parlamentar**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Regimento Interno do Senado Federal. Regimento Comum do Congresso Nacional. Estrutura do Legislativo nacional. bicameralismo, legislatura, sessões legislativas, turnos, líderes, lideranças, maioria e minoria. A criação e o objetivo de blocos parlamentares e comissões. A ação legislativa: iniciativa, anteprojeto, autógrafos, correção de erro, deliberação, redação final, redação do vencido, questão de ordem, recursos, destaque e emendas. O papel do relator. A tomada de decisão no Legislativo: quórum, requerimentos, veto, votação, voto vencido em separado, urgência, sanção e promulgação. Elaboração de pareceres e proposições. O papel da assessoria política em cargos em comissão no Brasil. Representação de interesses (lobby).

Objetivo geral

Compreender os principais conceitos, temas e problemas em assessorias políticas no Brasil.

Objetivos específicos

Desenvolver instrumentos intelectuais, conceituais e analíticos para que discentes possam produzir análises e trabalhos técnicos nesta área;
Estimular a realização de atividades práticas, em interlocução com esferas políticas locais;
Apresentar e discutir diferentes metodologias na realização da atividade de assessoria parlamentar.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

AVELAR, L.; Cintra, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2a ed., 2007.

DANTAS, Edmundo Brandão. Marketing político: técnicas e gestão no contexto brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

EID, Marco Antônio de Carvalho. Entre o poder e a mídia: assessoria de imprensa no governo. São Paulo: M. Books, 2003.

MANCUSO, Wagner Pralon. Lobby da indústria no Congresso Nacional : empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas, 2007.

PRAÇA, Sérgio, Andréa Freitas, and Bruno Hoepers. 2012. A rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro, 2010-2011. *Novos estudos CEBRAP* (94), Nov 2012, 91-107. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002012000300004>.

SANTOS, Fabiano; Canello, J. 2016. Comissões permanentes, estrutura de assessoramento e o problema informacional na Câmara dos Deputados do Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1127-1168. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582016109>.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Thomson, 2004.

5º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Política Externa Brasileira**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Compreensão do processo de definição e elaboração da Política Externa Brasileira (PEB) desde distintas perspectivas teóricas a partir do diálogo entre as dimensões internacional e doméstica. Evolução dos marcos conceituais da PEB: a trajetória e desenvolvimento da Política Externa Brasileira desde o Barão do Rio Branco, o dilema do americanismo, a Política Externa da primeira república, a Política Externa Independente e do Pragmatismo, a Doutrina de Segurança Nacional, o Pós-Guerra Fria, a redemocratização, o ajuste neoliberal, os desafios da inserção internacional do Brasil no Século XXI e questões emergentes contemporâneas.

Objetivo geral

Analisar a trajetória, formulação e impacto da Política Externa Brasileira em suas várias faces e fases.

Objetivos específicos

Compreender os processos de formulação da política exterior brasileira e os seus respectivos condicionamentos de ordem política, econômica e social;
Desenvolver a capacidade analítica sobre a atuação externa do Brasil no Sistema Internacional;
Avaliar as ações no âmbito da Política Externa Brasileira desde a redemocratização.

Bibliografia Básica

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. 2ª. Brasília: Ed. UnB, 4a ed., 2011.

GARCIA, Eugênio Vargas. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil. Brasília: Ed. Contraponto, 2a ed., 2005.

PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira (1889-2002). Rio de Janeiro: Zahar, 2a ed., 2011.

Bibliografia Complementar

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. Brasil no mundo: ensaios de análise política e prospectiva. São Paulo, SP : UNESP, 2010.

FIGUEIRA, Ariane Roder. Introdução à análise de política externa: volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2a ed., 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: UFRGS, 2a ed., 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Movimentos Sociais, Sociedade Civil e Democracia**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0071

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Os movimentos sociais. Novos movimentos sociais. A sociedade civil organizada. ONGs. Movimentos sociais no campo. O Estado e os movimentos sociais.

Objetivo geral

Analisar o surgimento, o desenvolvimento teórico e histórico e a contribuição dos movimentos sociais para a construção da cidadania no país.

Objetivos específicos

Discutir os pressupostos conceituais de compreensão dos movimentos sociais e da sociedade civil;

Abordar estudos de caso realizados no Brasil e na América Latina, sobre movimentos sociais e segmentos da sociedade civil;

Considerar a importância dos movimentos sociais e da sociedade civil para ampliação da participação e do aprimoramento da democracia.

Bibliografia Básica

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis, RJ : Vozes, 2a ed., 2010.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, Ongs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2a ed., 2008.

LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova praxis. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo. Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.

ABERS, Rebecca; BULLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. Sociologias, 13(28), 52–84, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000300004>.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (76), 49–86, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 7a ed., 2008.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Comportamento Eleitoral e Marketing Político**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Teoria do Voto. Abordagem Sociológica. Abordagem Psicológica. Escolha Racional. Voto Econômico. Eleitor Prospectivo e Retrospectivo. Racionalidade limitada: o papel do afeto no voto. Diferença entre marketing político e eleitoral. Ferramentas para o marketing eleitoral.

Objetivo geral

Analisar as principais dimensões analíticas sobre comportamento eleitoral. Habilitar os discentes para compreender, discernir e produzir análises e produtos de marketing político

Objetivos específicos

Examinar o papel das pesquisas de intenções de voto no cenário eleitoral;
Compreender as estratégias implementadas para campanhas eleitorais;
Discutir o papel da mídia nas eleições, sobretudo a campanha nas mídias sociais e Internet.

Bibliografia Básica

FERRAZ, Francisco. Manual completo de campanha eleitoral. Porto Alegre: L&PM, 3a ed., 2008.

KUNTZ, Ronald. Marketing político: manual de campanha eleitoral. São Paulo, SP : Global, 11a ed., 2006.

QUEIROZ, Adolpho (Org.). Na arena do marketing político: ideologia e propaganda nas campanhas brasileiras. São Paulo: Summus, 2006.

Bibliografia Complementar

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral brasileiro. Ijuí: Unijuí, 2009.

MENDONÇA, Duda. Casos & coisas: histórias de vida e mistérios do marketing político revelados com impressionante riqueza de detalhes pelo maior especialista brasileiro no assunto. São Paulo: Globo, 2001

NICOLAU, Jairo. Sistemas Eleitorais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 5a ed. 2008.

PORTO, Walter Costa. Voto no Brasil: da Colônia à 6ª. República. Rio de Janeiro: Topbooks, 2a ed., 2002.

SANTA RITA, Chico. Novas batalhas eleitorais: o que o público não vê nas campanhas políticas. São Paulo: Ediouro, 2008

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Políticas Públicas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0058

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos) CH prática: -

Ementa

Estudo das principais correntes teóricas sobre políticas públicas no mundo e no Brasil. Estudo dos principais modelos de políticas públicas (welfarestate e neoliberal), e a análise das políticas públicas no Brasil: o Estado, a constituição, o processo de reforma do Estado, os processos de formulação e execução e das políticas sociais, as formas de efetivação da cidadania e controle social.

Objetivo geral

Compreender os diferentes tipos de políticas públicas e seus efeitos. Desenvolver a capacidade de análise crítica dos diversos tipos de políticas públicas, indicadores sociais e econômicos.

Objetivos específicos

Apresentar e discutir conceitos básicos sobre políticas públicas; Compreender as distintas fases do ciclo da política pública;

Identificar e combinar os diferentes campos de conhecimento na área de políticas públicas no Brasil;

Identificar prioridades, ausências e possibilidades no campo das políticas públicas no Brasil.

Bibliografia Básica

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas públicas. São Paulo, SP: Publifolha, 2010.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2011.

Bibliografia Complementar

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; DAVID ROCKEFELLER CENTER FOR LATIN AMERICA STUDIES; HARVARD UNIVERSITY. A política das políticas públicas: progresso econômico e social na América Latina: relatório 2006. Tradução de Banco Interamericano de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Elsevier; Washington, DC: BID, 2007. TEMOS: 8 exemplares disponíveis.

LIMA, Antonio B.; PALAFOX, Gabriel H.M. (Orgs.). Estado e políticas públicas em tempos de reformas. Campinas: Alínea, 2010.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v.16, p. 20–45, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

6º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Avaliação de Políticas Públicas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0061

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Avaliação: conceito e especificidade. O papel do avaliador. Planejamento da avaliação. Identificando questões e formulando questões. Compreensão sobre o programa. Tipos de avaliação. Dos objetivos aos indicadores da avaliação. Produção de relatórios avaliativos.

Objetivo geral

Discutir a compreensão do processo de avaliação sobre as políticas públicas e de seus impactos.

Objetivos específicos

Examinar as abordagens teóricas sobre o processo de avaliação de políticas públicas;

Diferenciar as avaliações administrativas, judiciais e políticas;

Abordar estudos de caso sobre políticas públicas na escala nacional, regional e local.

Bibliografia Básica

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. São Paulo: Alínea, 4a ed., 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage, 2011.

Bibliografia Complementar

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis: Vozes, 7a ed., 2007.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. Políticas públicas: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

FARIA, Carlos Aurélio. P. A política da avaliação de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p. 97–110, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>.

ORTEGA, Antonio César (Org.). Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Campinas: Alínea, 2007.

SARTI, Flávia M.; SANTOS, Gislene A. (Orgs.). Ética, pesquisa e políticas públicas. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.

TREVISAN, Andrei P.; VAN BELLEN, Hans M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529–550, maio, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Práticas de Consultoria e Assessoria Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Desenvolver ação prática de Consultoria Política. Planejamento. Captação de recursos. Execução. Avaliação.

Objetivo geral

Discutir a aplicação empírica dos instrumentos intelectuais desenvolvidos nas disciplinas de assessoria parlamentar e comportamento eleitoral, entre outras.

Objetivos específicos

Compreender as formas de atuação na área de consultoria e assessoria política;
Analisar o papel das *think tank* em distintos segmentos das políticas públicas;
Examinar os pressupostos regimentais e operacionais da assessoria política.

Bibliografia Básica

AVELAR, L.; CINTRA, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2a ed., 2007.

FERRAZ, Francisco. Manual completo de campanha eleitoral. Porto Alegre: L&PM, 3a ed., 2008.

MACHIAVELLI, Niccolò. O príncipe. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MORRIS, Dick. Jogos de Poder. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Bibliografia Complementar

CARLOMAGNO, Márcio. 2019. O que podemos responder pesquisando assessorias parlamentares? Agenda de investigação. BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica, v. 88, n. 1, p. 1–20. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/470/448>.

MCQUAIL, Denis. Atuação da mídia: comunicação de massa e interesse público. Porto Alegre: Penso, 2012.

MAZARIN, Jules. Breviário dos políticos: Cardeal Mazarin. São Paulo, SP : Editora 34, 7a ed., 1997.

RIBAS, A. N.; SILVA, P. V. 2011. A natureza do assessoramento legislativo. In: BRASIL (Ed.). 40 anos de consultoria legislativa: consultores legislativos e consultores do orçamento. Brasília: Edições Câmara, p. 17-25. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7465/40_anos_consultoria.pdf?sequence=2&isAllowed=y.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Thomson, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Integração Regional, Desenvolvimento e Sustentabilidade**
Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

O contexto histórico e contemporâneo dos processos de integração regional no ao redor do mundo. A integração regional como promotora de desenvolvimento. O estudo do desenvolvimento regional e da sustentabilidade e as suas implicações na sociedade. As teorias do desenvolvimento articulados com o contexto local, regional e global; com o meio ambiente e a sustentabilidade. O capital social articulado com o desenvolvimento regional. A formação histórica do oeste do Estado do Rio Grande do Sul vista a partir dos seus diversos “modelos” de desenvolvimento, construídos na dinâmica das interações entre os atores na região.

Objetivo geral

Examinar a relação entre integração regional, desenvolvimento, sustentabilidade e globalização. A relação entre legitimidade e democracia nos processos de integração regional. Os desafios do binômio desenvolvimento/sustentabilidade, seus limites e possibilidades no nível nacional, regional e global.

Objetivos específicos

Compreender a relação entre desenvolvimento e sustentabilidade;

Examinar aspectos políticos e sociais da região, com relação ao processo de integração; Apresentar diferentes concepções sobre o processo de integração em outros países e continentes.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 5a ed., 2009.

ETGES, Virgínia Elisabeta; AREND, Silvio Cezar (Orgs.). Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

GINESTA, Jacques. El Mercosur y su contexto regional e internacional: una introducción. Porto Alegre: UFRGS, 1999. 213.

VEIGA, José Eli da. Do global ao local. Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

Bibliografia Complementar

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio Antonio Gonçalves. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 8a ed., 2011.

ORTEGA, Antonio Cesar (Org.). Território, políticas públicas e estratégias de

desenvolvimento. Campinas: Alínea, 2007.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 3a ed., 2008.

VIANA, Gilney; SILVA, Mariana. DINIZ, Nilo (Orgs.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Seminário de Projeto**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: SB0063

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo das metodologias de construção de projetos de pesquisa e de trabalhos científicos com o objetivo de definição do desenho inicial do projeto de TCC. Serão abordadas as principais etapas de pesquisa: suas formas de planejamento e estruturação; e a elaboração do trabalho científico e seus elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Objetivo geral

Discutir a compreensão da metodologia de um projeto de pesquisa e de trabalhos científicos.

Objetivos específicos

Analisar as possibilidades de construção da pesquisa para a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso;

Compreender os desafios metodológicos para a execução de pesquisas acadêmicas;

Examinar os princípios de elaboração, escrita e forma, de Trabalhos de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Cátia Rosana Lemos de; MARQUES, Dilva Carvalho. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2a ed., 2023. Disponível em: Disponível em:

<https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2023/10/manual-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos-2023.pdf>.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 3a ed., 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 4a ed. 2006.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2a ed., 2008.

SALOMON, Dêlcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 12a ed., 2010

Bibliografia Complementar

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 5a ed. 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 6a ed., 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 6a ed., 2006.

RICHARDSON, Roberto. Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 3a ed., 1999.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 18a ed., 2011.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0039

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo das configurações dos partidos políticos, sistemas partidários e eleitorais no processo histórico e contemporâneo no Brasil.

Objetivo geral

Identificar as formações partidárias no Brasil ao longo da história contemporânea pós-1985.

Objetivos específicos

Analisar as transformações do sistema partidário brasileiro em cada período;

Discutir a instituição da Justiça Eleitoral e a adoção de regras e padrões de governança eleitoral no Brasil;

Examinar as variações no direito ao voto e a implementação do sistema eleitoral.

Bibliografia Básica

DELGADO, L. de A. N. PTB: de Getúlio ao reformismo. (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 2a ed., 2011.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. São Paulo: Loyola, 1993.

MAINWARING, Scott 1954-.; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy J. Partidos

conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOUZA, M. do C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964). São Paulo: Alfa Ômega, 1990.

Bibliografia Complementar

AVELAR, L.; Cintra, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2a ed., 2007.

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. E-book Minha Biblioteca, 2015.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (44), 81–106, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>.

KINZO, Maria D.'Alva. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>.

VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). Opinião Pública, 17(2), 400–425. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762011000200005>.

7º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Processo Legislativo**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Procedimento Legislativo: Definição; Tipos: normal ou ordinário, abreviado, sumário, sumaríssimo, especial, concentrado. Processo Legislativo: Definição; Tramitação específica de cada matéria legislativa. Tramitação de Proposições Sujeitas a Disposições Especiais: proposta de emenda à Constituição; projetos de código; projetos com tramitação urgente estabelecida na Constituição; projetos referentes a Atos Internacionais; Projeto de Lei Orçamentária; Projeto de Lei do Plano Plurianual; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; Projeto de Lei de Crédito Adicional; Apreciação de Matérias em Regime de Urgência. Atribuições Privativas.

Objetivo geral

Compreender o processo legislativo brasileiro, à luz de seu arcabouço institucional, e em suas distintas manifestações nas esferas federal, estadual e municipal.

Objetivos específicos

Discutir a natureza Jurídica e os Princípios Gerais do Processo Legislativo;
Examinar a configuração do Processo Legislativo na Constituição Federal de 1988;

Avaliar as distintas formas de Iniciativa do Processo de Elaboração das Leis: concorrente, reservada ou exclusiva, vinculada, popular. Matérias Legislativas: decreto legislativo, emenda, emenda à Constituição, indicação, lei ordinária, lei complementar, lei delegada, medida provisória, parecer, requerimento, resolução, veto.

Bibliografia Básica

ABRAHAM, Marcus. Teoria dos gastos fundamentais orçamento público impositivo, da elaboração à execução. São Paulo: Almedina Brasil: 2021. E-book Minha Biblioteca.

TSEBELIS, George. Veto players: how political institutions work. New York: Russell Sage Foundation; Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

GIACOMONI, James. Orçamento governamental teoria, sistema, processo. São Paulo: Atlas, 2018. E-book Minha Biblioteca.

Bibliografia Complementar

CONTI, José Maurício. Orçamentos públicos: a lei 4.320/1964 comentada. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2a ed., 2010.

MICHILIS, Carlos. Cidadão constituinte : a saga das emendas populares. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANTOS, Fabiano. Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão. Dados 45 (2002): 237-264. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582002000200003>.

SANTOS, Núbia Cristina Barbosa; GASPARINI, Carlos Eduardo. Orçamento impositivo e relação entre poderes no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política (2020): 339-396. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-335220203109>.

TOMIO, Fabrício Ricardo; RICCI, Paolo. Seis décadas de processo legislativo estadual: processo decisório e relações Executivo/Legislativo nos Estados (1951-2010). Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539 13.21 (2019): 59-107. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4410/1/4410.pdf>.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Direito Constitucional**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Princípios fundamentais da Constituição brasileira vigente. Federação, entes federados e competências materiais e administrativas. Organização dos poderes. Poder Legislativo. O processo legislativo. Poder Executivo: as competências do Presidente da República. Poder Judiciário: estrutura. Órgãos auxiliares da Justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Objetivo geral

Compreender as funções e a efetividade do Direito Constitucional na sociedade contemporânea.

Objetivos específicos

Analisar a estrutura do Estado brasileiro, a partir da composição da Federação;
Identificar o papel dos Três Poderes, bem como suas atribuições;
Discutir a organização do Poder Legislativo.

Bibliografia Básica

GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na Constituição de 1988: (interpretação e crítica). São Paulo: Malheiros, 14a ed., 2010.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo, SP: Malheiros, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal; RIDENTI, Marcel; OLIVEN, Ruben George (Orgs.). Constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Bibliografia Complementar

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. São Paulo: Malheiros, 16a ed., 2009.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 17a ed., 2013.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Macedo. Direito constitucional descomplicado. São Paulo: Método, 11a ed., 2013.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves; OLIVEIRA, Renan Medeiros de. Hércules, Hermes e a Pequena Sereia: Uma Reflexão Sobre Estereótipos de Gênero, Subrepresentação das Mulheres nos Tribunais e a (I)Legitimidade Democrática do Poder Judiciário. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 8, p. 877-910, 2018. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/5358/3977>.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira; SARMENTO, Daniel. Direito constitucional: Teoria,

História e Métodos de Trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2a ed., 2017.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Gestão Pública**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: SB0070

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

A construção do campo de. Gestão pública – conceitos, objetivos e princípios. O surgimento da burocracia brasileira. Reforma do Estado e o Novo Gerencialismo Público. Governabilidade. Governança. Controle social. Accountability. Agent x Principal.

Objetivo geral

Compreender os diferentes tipos e ferramentas da gestão pública e seus efeitos.

Objetivos específicos

Discutir o processo de governança, por meio da interlocução entre Estado, governo, sociedade e atores sociais;

Desenvolver a capacidade de análise crítica dos diversos tipos de avaliação, indicadores econômicos e de gestão;

Examinar os principais modelos de gestão pública contemporâneos focando as experiências de gestão local e participativa no Brasil.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silvia. Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de planejamento governamental: foco nas políticas públicas e nos indicadores sociais. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

MARTINS, Paulo Emílio; PIERANTI, Octavio Penna (Orgs.). Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2a ed., 2006.

Bibliografia Complementar

ABRUCIO, Fernando. O impacto do modelo gerencial na administração pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Cadernos ENAP, n. 10, Brasília: ENAP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/556>.

CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de; SILVEIRA, Raquel Dias da (Coord.). Estudos dirigidos de gestão pública na América Latina: volume 1. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

COSTIN, Claudia. Administração pública. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LINS, João; MIRON, Paulo. Gestão pública: melhores práticas. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2009.

TORRES, Marcelo Douglas. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Prática de Políticas Públicas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0070

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo de casos de políticas públicas: análise das políticas públicas em educação, saúde e segurança focando o seu ciclo de implementação, funcionamento e formas de gestão.

Objetivo geral

Analisar as políticas públicas da educação, saúde e segurança no Brasil, verificando seu funcionamento e as perspectivas colocadas para a construção da cidadania, enquanto afirmação dos direitos sociais básicos.

Objetivos específicos

Compreender o processo de constituição das políticas públicas;

Avaliar os condicionamentos, jurídicos e políticos, e tensões envolvidos nas políticas públicas de educação, saúde e segurança;

Examinar a ação dos governos no tocante ao desenho e implementação das políticas públicas.

Bibliografia Básica

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Silva Regina (Orgs.). Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

ALMEIDA, Carla Cristina L.; FRANCISCO, Elaine Marlova V. Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. São Paulo: Alínea, 4a ed., 2009.

Bibliografia Complementar

ARRETCHE, Marta. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da

descentralização. São Paulo, SP: Revan, 2000. 301 p.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 312 p.

COSTA, Nilson do Rosário. Políticas públicas, justiça distributiva e inovação: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo, SP: Hucitec, 1998. 173 p.

ORTEGA, Antonio Cesar (Org.). Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Campinas, SP: Alínea, 2007. 256 p.

SECCHI, Leonardo. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo, SP: Cengage, 2011. 133 p.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. 2. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2010.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Seminário de TCC I**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

Código: SB0074

Período: **Noturno**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

O objeto de pesquisa; os métodos e técnicas e o planejamento do trabalho de pesquisa em Ciências Sociais – Ciência Política.

Objetivo geral

Compreender o processo de planejamento e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Objetivos específicos

Discutir as etapas de construção do Trabalho de Conclusão de Curso;

Abordar possibilidades teóricas e metodológicas para incorporação nos respectivos TCCs;

Acompanhar o processo de desenvolvimento dos capítulos do TCC.

Bibliografia Básica

RICHARDSON, Roberto. Jarry. Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 3a ed., 1999.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 12a ed., 2010

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 23a ed. 2007.

Bibliografia Complementar

ARAÚJO, Cátia Rosana Lemos de; MARQUES, Dilva Carvalho. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2a ed., 2023. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2023/10/manual-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos-2023.pdf>.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 3a ed., 2009.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 5a ed. 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 6a ed., 2006.

MARCELLINO, N. C. (org.). Introdução às Ciências Sociais. São Paulo: Papyrus, 17a ed., 2010.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 18a ed., 2011.

8º SEMESTRE

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Direito Administrativo**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: -

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estado e administração. Regime jurídico-administrativo. Objeto do Direito Administrativo. Princípios de direito administrativo. Poderes administrativos. Atos administrativos. Organização estrutural da administração pública. Processo Administrativo. A solução consensual na esfera administrativa.

Objetivo geral

Analisar institutos e instrumentos jurídicos aplicáveis à Administração Pública.

Objetivos específicos

Abordar os princípios do Direito Público e do Estado Democrático de Direito;

Compreender o papel desempenhado pelo Direito Administrativo na solução de questões de interesse da coletividade;
Desenvolver a consciência quanto à relevância do bem comum.

Bibliografia Básica

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Jur, ebook Minha Biblioteca, 5º edição, 2022 .

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. Rio de Janeiro Forense, 20º e 25º edição, 2007; 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 33. Rio de Janeiro Forense, ebook Minha Biblioteca 36.ed. 2023.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública. Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 11º edição, 2010.

Bibliografia complementar

AVELAR, L.; Cintra, A. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2ª ed., 2007.

BONAVIDES, Paulo. Teoria Geral do Estado. São Paulo: Malheiros, 8º edição, 2010.

CAETANO, Marcello. Princípios fundamentais do direito administrativo. Coimbra: Almedina, 2003.

OLIVEIRA, Fernão Justen de. Parceria público-privada: aspectos de direito público econômico (Lei n. 11.079/2004). Belo Horizonte, MG: Forum, 2007.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Seminário de TCC II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0075

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Trabalho de conclusão de curso na área de Ciências Sociais – Ciência Política.

Objetivo geral

Examinar e discutir as possibilidades de construção, teórica e metodológica, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Objetivos específicos

Desenvolver dinâmicas de discussão acerca do Trabalho de Conclusão de Curso

mensais de apoio ao conteúdo desenvolvido em Seminário de Projeto e Seminário de TCC I, para o aluno, supervisionando o cumprimento dos prazos e encontros de apresentação do trabalho desenvolvido.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo Pereira; ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 3a ed., 2003.

MARTINS JUNIOR, Joaquim. Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2a ed., 2008.

TACHIZAWA, Takeshy; MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. Rio de Janeiro, RJ : Fundação Getúlio Vargas, 12a ed., 2006.

Bibliografia Complementar

AQUINO, Italo de Souza. Como ler artigos científicos: da graduação ao doutorado. São Paulo: Saraiva, 3a ed., 2012.

ARAÚJO, Cátia Rosana Lemos de; MARQUES, Dilva Carvalho. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2a ed., 2023. Disponível em: Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/sisbi/files/2023/10/manual-de-normalizacao-de-trabalhos-academicos-2023.pdf>.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (Orgs.). A bússola do escrever : desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 3a ed., 2012.

BOOTH, Wayne; WILLIAMS, Joseph; MONTEIRO, Henrique. A arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2a ed., 2005.

MARQUES, Mario Osorio. Escrever é preciso : o princípio da pesquisa. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 5a ed., 2003.

Identificação do Componente

Componente Curricular: **Poder Político Local e Regional**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

Código: SB0069

Período: **Noturno**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Análise dos conceitos de espaços, regiões e territórios articulados ao sistema de poder.

Estudo da trajetória do desenvolvimento regional no Brasil e os efeitos da globalização na articulação dos territórios nacionais. Concepções e metodologias em desenvolvimento sustentável e sua aplicação às regiões. Estado, instituições e legislação para o desenvolvimento regional. A participação da sociedade civil nas decisões políticas e as articulações intermunicipais na formulação de políticas públicas e gestão regional.

Objetivo geral

Compreender as relações entre as esferas nacional, regional e local a partir do advento da globalização e sua interface com as configurações geopolíticas.

Objetivos específicos

Observar as transformações do Estado e da sociedade civil no processo de integração intermunicipal, através da formulação de políticas públicas;
Examinar as configurações das relações de poder na escala local e regional;
Avaliar os fatores de desenvolvimento na escala local e regional.

Bibliografia Básica

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 51a ed., 2007.

GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando Luiz. Governos locais: uma leitura introdutória. 2019.

Disponível: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4159>.

GUIMARÃES, Juarez. Raymundo Faoro e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (Orgs.). Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

Bibliografia Complementar

COLUSSI, Eliane Lucia. Violência política e cisão no PRR de São Borja. História Unisinos 11 (1): 84-95, Janeiro/Abril 2007. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/download/5878/3064/18172>.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 26a ed., 2009.

SANTOS, André Marenco dos. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. Opinião Pública, v. 19, p. 01-20, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000100001>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América : sentimentos e opiniões : de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social

democrático fez nascer entre os americanos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. Federalismo, municípios e decisões legislativas: a criação de municípios no Rio Grande do Sul. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 24, p. 123-148, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a09n24.pdf>

EMENTÁRIO DOS COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO – CCCGS

Identificação do componente

Componente Curricular: **Libras**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Línguas de Sinais e minoria linguística; as diferentes línguas de sinais; status da língua de sinais no Brasil; cultura surda; organização linguística da LIBRAS para usos informais e cotidianos: vocabulário; morfologia, sintaxe e semântica; a expressão corporal como elemento linguístico.

Objetivo geral

Caracterizar e interpretar o sistema de transcrição para LIBRAS, estabelecendo a comunicação por sinais.

Objetivos específicos

Desenvolver competência linguística na Língua Brasileira Sinais, em nível básico elementar. Aprender uma comunicação básica de Libras.

Utilizar a Libras com relevância linguística, funcional e cultural.

Refletir sobre a possibilidade de ser professor de alunos surdos e interagir com surdos em outros espaços sociais. Refletir e discutir sobre a língua em questão e o processo de aprendizagem.

Bibliografia Básica

ALBRES, Neiva de Aquino. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À ARTE E CULTURA EM LIBRAS: POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS E POLÍTICAS DE TRADUÇÃO. *Travessias Interativas*, [S. l.], v. 10, n. 22, p. 366–385, 2020. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/Travessias/article/view/15344>

ANDREIS-WITKOSKI, S. A PROBLEMATIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS. *Nuances: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente*, v. 24, n. 2, p. 86–100, 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2481> PIMENTA, N. e QUADROS, R. M. Curso de Libras I. (DVD) LSBVideo: Rio de Janeiro. 2006.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. *Estudos Lingüísticos: a língua de sinais brasileira*. Editora ArtMed: Porto Alegre. 2004. Recurso online

Bibliografia Complementar

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, Walkíria Duarte. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais*. Imprensa Oficial. São Paulo: 2001.

Dicionário virtual de apoio: <http://www.acessobrasil.org.br/libras/>

Dicionário virtual de apoio: <http://www.dicionariolibras.com.br/>

Legislação Específica de Libras – MEC/SEESP – <http://portal.mec.gov.br/seesp>.

PIMENTA, N. *Números na língua de sinais brasileira (DVD)*. LSBVideo: Rio de Janeiro, 2009.

Identificação do componente

Componente Curricular: **História e Cultura dos Povos Originários, Africanos e Afro-brasileiros**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Povos originários e afro-brasileiros na formação social e cultural do Brasil. Estudo da África e Brasil na perspectiva pós-colonial. Educação antirracista. A educação nas relações étnico-raciais. Estudo das leis 10.639/03 e 11.645/08 - a temática africana, afro-brasileira e indígena na sala de aula. Trabalho de campo de análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, dos Planos de ensino no que concerne à temática africana, afro-brasileira e dos povos originários. Estudo de espaços educativos de povos originários e quilombolas.

Objetivo geral

Compreender a formação social, cultural, epistemológica e política do Brasil a partir dos povos africanos, afro-brasileiros e povos originários.

Objetivos específicos

Discutir a educação nas suas dimensões étnico-raciais: desconstrução de racismos.
Elaborar instrumentos pedagógicos para práticas antirracistas no cotidiano escolar
Analisar à luz dos fundamentos da educação antirracista os Projetos Políticos Pedagógicos e Planos de Ensino da educação básica na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul. Conhecer os diferentes espaços de formação de povos originários e quilombolas.

Bibliografia Básica

Caldas, A., & Silva, N. P. (2024). A Crítica de Guerreiro Ramos à Escola de Chicago: Assimilação, Aculturação e Racismo . *Dados*, 67(3), e20220018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.322>

Daflon, V. T., Carvalhaes, F., & Feres, J.. (2017). Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. *Dados*, 60(2), 293–330. <https://doi.org/10.1590/001152582017121>

MATOS, Patrícia Modesto; FRANCA, Dalila Xavier de. Socialização étnico-racial e racismo: dos saberes afro-brasileiros e africanos à construção da identidade étnico-racial. *Educ. Rev.*, Curitiba , v. 37, e78243, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602021000101004&lng=pt&nrm=iso

NEVES, J. G. A LEI 11.645/2008 OU LEI ARACY LOPES DA SILVA: UM OLHAR DECOLONIAL PARA OS POVOS INDÍGENAS, A EDUCAÇÃO CRÍTICA E A FORMAÇÃO DOCENTE. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 262, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/99609>

Silva, E. (2013). O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. *Revista História Hoje*, 1(2), 213–223. Disponível em: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v1i2.48>

Bibliografia Complementar

COLAÇO, T. L. “Incapacidade” indígena: tutela religiosa e violação do direito guarani nas missões jesuíticas. Curitiba: Juruá, 2012.

COSTA, E. V. Da senzala à colônia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, M. C. (Org.). História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

FARIA, S. C. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004.

FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. A temática indígena na escola: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.

GOMES, N. L.; MUNANGA, K. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006.

ISAIA, A. C.; MANOEL, I. A. (Orgs.). Espiritismo e religiões e religiões afro-brasileiras. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

LIMA, M. N. M. (Org.) Escola plural: a diversidade na sala; formação de professores em História e Cultura Afro-brasileira e Africana. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF; Salvador, BA: CEAFFRO, 2006.

LINHARES, M. Y. (Org.). História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LODY, R. O povo de santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

MUNANGA, K. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. Memória d'África: a temática africana em sala de aula. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, F. S. Afro-descendência em cadernos negros e jornal do MNU. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

WOLKMER, A. C. (Org.) Direito e justiça na América Indígena: da conquista à colonização. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Políticas públicas, segurança alimentar e saúde única**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Introdução, princípios e conceitos em políticas públicas sob uma ótica de saúde única, que trata de compreender o moderno sistema alimentar e as relações entre os alimentos, saúde e ambiente sob uma perspectiva política, econômica e social. O papel do Estado na garantia da segurança alimentar. A influência do Estado e das políticas públicas na determinação dos modelos agroalimentares. Soberania alimentar. Cooperação, comércio internacional e segurança alimentar (Codex Alimentarius). Sociedade Civil, Alimentação e Cultura. Políticas de vigilância em Saúde, Nutrição e Zoonoses.

Objetivo geral

Contextualizar a consolidação da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional e internacional.

Objetivos específicos

Compreender os aspectos contemporâneos da agenda de Segurança Alimentar;

Refletir sobre os desafios de segurança e soberania alimentar;

Aprender sobre o papel da Cooperação em Políticas Públicas de combate à fome;

Proporcionar discussões e debates do tema baseado em evidências científicas;

Bibliografia Básica

BRASIL. Plano Nacional de Alimentação e Nutrição. Ministério da Saúde, Brasil. Disponível em: <

https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf
>.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, Julho de 2004. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_Alimentar_II/textos_referencia_2_conferencia_seguranca_alimentar.pdf>.

ALBUQUERQUE, Maria F. M. A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. Rev. Nutr., v. 22, n. 6, p. 895-903, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/K8QycNXpRNRs8GxWhFCmDBP/abstract/?lang=pt>>.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersetorial. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/yhS4qHnHjDfx6nmMpBBYPjk/?lang=pt>>.

MALUF, Renato S.; SANTARELLI, Mariana; PRADO, Veruska. A cooperação brasileira em segurança alimentar e nutricional: determinantes e desafios presentes na construção da agenda internacional. Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional – CERESAN, 2014. Disponível em: <https://ceresan.net.br/wp-content/uploads/2016/docs/Cooperacao_Brasileira_em_SAN.pdf>

Bibliografia Complementar

QUEIROZ, Christina. Paradoxo à mesa. Revista FAPESP, n. 297, Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/paradoxo-a-mesa/>>.

BARBOSA, Roseane M. S.; COLARES, Luciléia G. T.; SOARES, Elaine A. Desenvolvimento de guias alimentares em diversos países. Rev. Nutr. v. 21, n. 4, 455-467, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/5pF6WRjYXhrQZTCNXVFTcyt/abstract/?lang=pt>>

OLIVEIRA-COSTA, Marinella S.; MENDONÇA, Ana V. M. Alimentação saudável, políticas públicas e a imprensa – do que estamos falando? Rázon y Palabra. Jul-Set, v. 20, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://ecos.unb.br/wp-content/uploads/2018/04/5alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-midia.pdf>>.

CASTILLA-CARRASCAL, Ivette T. Sociedade Civil e Segurança Alimentar na CPLP: o papel da Rede da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional REDSAN-CPLP. Rev. Política Hoje, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/245590>>.

AZEVEDO, Elaine; PELICIONI, Maria C. F.; WESTPHAL, Marcia F. Práticas intersetoriais nas políticas públicas de promoção de saúde. Rev. de Saúde Coletiva, v. 22, n. 4, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/YxtPjCZTBSwKqdx98G4sLRp/abstract/?lang=pt>>.

CAMPOS, Gastão W.; BARROS, Regina B.; CASTRO, Adriana M. Avaliação de política nacional de promoção de saúde. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/t39W4PnHZCxWnYCbZyyk9Vc/abstract/?lang=pt>>.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Fronteira Região e Sociedade**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A formação das sociedades em regiões de fronteiras. A territorialização transfronteiriça da região Platina e o Mercosul. Formação dos territórios, territorialização e desterritorialização.

Objetivo geral

Analisar o panorama histórico evidenciando a discussão teórica inerente ao federalismo brasileiro.

Objetivos específicos

Discutir a concepção de Fronteira, transfronteirização e regiões transfronteiriças;

Definir a Relação entre o local e o global;

Compreender a relação entre Sociedade, sociedade civil, governo e Estado.

Bibliografia Básica

Cepik, M.; Arturi, C. S.. (2011). Tecnologias de informação e integração regional: desafios institucionais para a cooperação Sul-Americana na área de segurança. *Dados*, 54(4), 651–692. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000400005>

Costa G.V.L da. Governamentalidade e Soberania na Fronteira Brasil-Bolívia: Segurança Nacional e Saúde Pública como Dispositivos de Poder. *Dados [Internet]*. 2018Apr;61(2):373–404. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018156>

MACHADO, L. O. Ciência, tecnologia e desenvolvimento regional na Faixa de Fronteira do Brasil. *Parcerias Estratégicas (Brasília)*, Brasília, D.F., v. 20, p. 709-728, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/28167194/Ci%C3%Aancia_tecnologia_e_desenvolvimento_regional_na_faixa_de_frenteira_do_Brasil

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? - DOI 10.5216/ag.v1i2.3013. *Ateliê Geográfico, Goiânia*, v. 1, n. 2, p. 27–41, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/3013>

Bibliografia Complementar

COSTA, Wanderley Messias da. *O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 2002.

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. Territorialidades Humanas e Redes Sociais. Florianópolis: Ed. Insular, 2013. 2ª edição.

FERRARI, Maristela. Conflitos e Povoamento na Fronteira Brasil- Argentina: Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR), Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

MACHADO, Lia Osório. Estado, territorialidade, redes: Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura (Org.) Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, M.E.; BRANDÃO, C.A. e GALVÃO, A.C. (Orgs.) Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora UNESP/ANPUR, 2003, p. 695-707.

MACHADO, Lia Osório. Sociedade urbana, inovação tecnológica e a nova geopolítica. Boletim de Geografia Teórica. Vol 22 (43- 44): 398-403, 1992.

ALMEIDA, R. Região de fronteira terrestre Brasil-Argentina: uma contribuição ao debate sobre desenvolvimento regional. Revista Catarinense de Economia, v. 4, n. 2, p. 139 - 163, 12 set. 2021. <https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v4.n2.95>

DALLABRIDA, V. R.; BROSE, Marcos. A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE REGIONAL: A experiência da Região Fronteira Noroeste. Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), Santa Cruz do Sul/RS, v. 7, n.n.2, p. 107-123, 2002.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Geopolítica**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A Invenção da Geopolítica. O Declínio do discurso geopolítico. O debate sobre o Imperialismo. Geopolítica e Geoeconomia; Segurança Internacional. O poder espacial no mundo contemporâneo.

Objetivo geral

Construir um conhecimento introdutório acerca da Geopolítica. Estudar teorias que deem suporte a análises específicas na área e em outros segmentos de Segurança, Fronteiras e Política Internacional.

Objetivos específicos

Conhecer a história da Geopolítica;

Conhecer as contribuições dos principais teóricos;

Entender como os chefes de Estados se apropriam (ram) do conhecimento no intuito de promoverem as guerras;

Entender o processo de utilização de teorias de geopolítica na elaboração das Políticas Externas das Grandes Potências.

Bibliografia Básica

Fernandes, José Pedro Teixeira. A Geopolítica Clássica Revisitada. Instituto da Defesa Nacional. 2ª Série; Nº 105 (Verão 2003). ISSN 0870-757X (Digital). Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD105/NeD105.pdf>

Lara, J. R. (2009). Elementos de geopolítica. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11912/7820>.

Ribeiro WC. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. Estud av [Internet]. 2010;24(68):69–80. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100008>

Wanderley Messias da Costa, « O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração », Confins [En ligne], 7 | 2009 .Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/6107> COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2013.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Papyrus, 2001.

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

CHOMSKY, Noam. O que Tio Sam realmente quer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. In: Estudos Avançados USP. V. 16 n. 44, 2002.

CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. Quem tem medo da Geopolítica? São Paulo: EDUSP/HUCITEC, 1999.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização do Pensamento Único à Consciência Universal. São Paulo: Editora Record, 2011.

TODOROV, Tzvetan. O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teoria das Relações Internacionais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A evolução das Relações Internacionais e os primeiros grandes debates. Teoria liberal e teoria realista das Relações Internacionais. Grandes debates e debates interparadigmáticos; Realismo Estrutural (Neorealismo) e Realismo Neoclássico; Liberalismo Sociológico, Institucional e Republicano; Neofuncionalismo; Teoria dos Regimes; Economia Política; Análise de Política Externa; Teoria dos Jogos em Relações Internacionais; Realismo Liberal (Escola Inglesa)

Objetivo geral

Compreender as principais correntes teóricas das Relações Internacionais, propiciando ao aluno a aplicação desses conceitos teóricos na análise da atual conjuntura internacional.

Objetivos específicos

Identificar os principais atores do sistema internacional;

Analisar as dinâmicas ator-ator e ator-sistema;

Compreender noções como equilíbrio de poder, sistema internacional, cooperação/competição internacional e o papel das organizações internacionais de acordo com as teorias das Relações Internacionais.

Bibliografia Básica Cervo, A.L. Conceitos em Relações Internacionais. Rev bras polít int [Internet]. 2008Jul;51(2):8–25. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000200002>

Herz, M.. (1997). Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. Dados, 40(2), 307–324. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200006>

Lima, M. R. S. de .. (1996). Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria. Dados, 39(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581996000300005>

Mendes C. Pós-estruturalismo e a crítica como repetição. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2015Jun;30(88):45–59. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/308845-59/2015>

Milani, C. R. S. (2007). GLOBALIZAÇÃO E CONTESTAÇÃO POLÍTICA NA ORDEM MUNDIAL CONTEMPORÂNEA. Caderno CRH, 19(48). Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v19i48.18861>

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Leonardo Arquimimo de (org.) Política internacional, política externa & relações internacionais. 1 ed. Curitiba: Juruá, 2009.

CASTRO, Thales. Teoria das Relações Internacionais. FUNAG, Brasília, 2012.

GILL, Stephen (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. Teorias das Relações Internacionais: da abordagem clássica ao debate pós-positivista. Almedina, Coimbra, 2009.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/EPSJV, pp 99-143, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. Introdução às Relações internacionais: teoria e abordagens. Zahar, 2007.,

HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre, UFRGS, 2ª ed., 2007.

GUIMARÃES, F. S. Teoria das Relações Internacionais. 01. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Temas e agendas da política internacional contemporânea.**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Causas de desintegração do bloco soviético e o fim da Guerra Fria. A hegemonia dos Estados Unidos. O neoliberalismo. As guerras dos anos 90 e do século XXI. As grandes potências. A ONU e o Conselho de Segurança. Os governos russos e a confrontação com os EUA. A ascensão da China. Análise de processos políticos na Europa, América, Ásia, Oceania, Oriente Médio e África. Formação de blocos econômicos e políticos. Novos blocos emergentes de poder mundial. Cooperação Sul-Sul. Terrorismo internacional. A crise econômica mundial. Inserção internacional da América Latina e do Brasil no século XXI. Atores contemporâneos na política internacional. Processos e conflitos contemporâneos.

Objetivo geral

Apresentar e contextualizar os principais debates da política internacional do pós-Guerra Fria até a atualidade. Proporcionar uma visão sistêmica dos principais fenômenos internacionais; e alguns dos principais problemas e questões da política internacional contemporânea.

Objetivos específicos

Produzir uma visão sistêmica dos principais fenômenos internacionais;

Refletir sobre os desafios da ordem internacional contemporânea;

Analisar o surgimento de novos conflitos internacionais;

Proporcionar discussões e debates do tema baseado em evidências científicas.

Bibliografia Básica

Herz, M., & Yamato, R. V. (2018). As Transformações das Regras Internacionais sobre Violência na Ordem Mundial Contemporânea. *Dados*, 61(1), 3–45. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582018145>

LIMA, MARIA REGINA SOARES DE. A Atualidade do Pensamento de Hans Morgenthau. *RELAÇÕES INTERNACIONAIS (LISBOA)*, v. 58, p. 27-40, 2018.

Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri58/RI_58_art03_MRSL.pdf

Milani, C. R. S.. (2012). Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, 25(65), 211–231. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200003>

Salomón, M., & Pinheiro, L.. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. Revista Brasileira De Política Internacional, 56(1), 40–59. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292013000100003>

Bibliografia Complementar

AYERBE, L. F. Estados Unidos e América Latina. A construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, L. A. Geopolítica e relações internacionais. Curitiba: Juruá, 2002.

JUDT, Tony. Pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A formação do império americano: da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa dos Estados Unidos. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

STUENKEL, O. O Mundo Pós-Occidental. Potências Emergentes e a Nova Ordem Global. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

STUENKEL, O. BRICS e o futuro da ordem global. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

CONDE, L. C. D. Humilhação e Reconhecimento: Brasil e China em Busca de Status Internacional. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2022.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Gestão e Avaliação de Impacto Socioambiental**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Desenvolvimento da questão socioambiental ao longo da história; Ecologia; Políticas Públicas, Mitigação e Controle dos impactos socioambientais. Análise das políticas ambientais: perspectiva histórica, filosófica e social. Indicadores de sustentabilidade social, ambiental e econômica. Gestão e Avaliação.

Objetivo geral

Investigar o arcabouço teórico que norteia a análise de impacto socioambiental. O papel do cientista social no estudo de impacto e no relatório de impacto (EAI/RIMA);

Objetivos específicos

Compreender a importância de uma abordagem socioambiental;

Refletir sobre os desafios na aferição de impacto;

Aprender sobre o papel dos indicadores;

Proporcionar discussões e debates do tema baseado em evidências científicas;

Bibliografia Básica

FRANCO NETTO, Guilherme. Impactos socioambientais na situação de saúde da população brasileira: estudo de indicadores relacionados ao saneamento ambiental inadequado. *Tempus - Actas de Saúde Coletiva*. v.4, n.4, p.53-71, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/25569/ImpactoSocAm.pdf?sequence=2&isAllowed=y>

Martins, R. C.. (2015). A classificação disciplinar no mercado dos enunciados ambientais*. *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 30(87), 97–114. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/308797-113/2015>

Mueller, C. C. (1992). Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. *Revista De Administração Pública*, 26(3), 64 a 87. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8760>

POLIGNANO, Marcus Vinicius; LEMOS, Rodrigo Silva. Rompimento da barragem da Vale em Brumadinho: impactos socioambientais na Bacia do Rio Paraopeba. *Cienc. Cult.*, São Paulo , v. 72, n. 2, p. 37-43, Apr. 2020 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200011>

Bibliografia Complementar

VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2002.

ALMEIDA, J. R. de; et al. Planejamento Ambiental. Caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum. Uma necessidade, um desafio. 2ª. Ed. Rio de Janeiro. Thex Ed.:Biblioteca Estácio de Sá. 1999.

ABBOT, J. & GUIJT, I. Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Londres: IIED – International Institut for Environment and Development. 1999.

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004. p. 13-35.

ACSELRAD, H. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA, A. W. (Org.). *Capitalismo globalizado e recursos naturais territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Desenvolvimento e Cooperação Internacional**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O campo da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), tal como foi constituído no pós-Segunda Guerra Mundial. O conceito de desenvolvimento. Os principais marcos históricos da CID. Cooperação e Política externa

Objetivo geral

Contextualizar o surgimento e a consolidação da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) como agenda de política externa. Compreender quais são os principais atores envolvidos na CID. Refletir sobre desenvolvimento e cooperação.

Objetivos específicos

Compreender os aspectos políticos da cooperação internacional;

Estudar a institucionalização e multilateralização da cooperação;

Aprender sobre o papel da Cooperação Sul-Sul;

Proporcionar discussões e debates do tema baseado em evidências científicas.

Bibliografia Básica

CONDE, Leandro. C. D. Do Conceito de Desenvolvimento à Cooperação Internacional como uma Agenda de Política Externa: Considerações Teóricas e Conceituais. *MISSÕES: REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS*, v. 7, p. 193-212, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/104581/25578>

AYLLÓN, B. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, vol. 5, n. 8, 2006. Disponível em: https://www.faap.br/revista_faap/rel_internacionais/pdf/revista_economia_08.pdf

LIMA, M. R. S. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Rev. Bras. Polít. Int.* 48 (1): 24-59, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/RLvRNjTTpvTS9wfyNSXcMpr/?format=pdf&lang=pt>

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/y7g7pH4L735RydsPSRJW9rM/abstract/?lang=pt>

Bibliografia Complementar

MILANI, Carlos R. S. *Solidariedade e Interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

LACERDA, Marcos. CID, Conferência de Bandung e a Questão dos Direitos Humanos. Em Desenvolvimento e cooperação internacional: relações de poder e política dos Estados, editado por Carlos Roberto Sanchez Milani, Elsa Sousa Kraychete. Salvador: EDUFBA, 2014.

ECHART MUÑOZ, E.; PUERTO, L. M. Los Objetivos de Desarrollo del Milenio: Una nueva agenda de desarrollo?. Revista Española de Desarrollo y Cooperación, v. 17, p. 9-27, 2006.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política Externa dos Estados Unidos da América**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Isolacionismo e Unilateralismo. O Wilsonianismo. A Construção Hegemônica e a Guerra Fria (1947/1989). O Pós-Guerra Fria: Ascensão, Declínio e a Nova América. Guerra ao Terror e a Doutrina Bush. Continuação ou mudança? A política externa de Obama. Donald Trump, nacionalismos e protecionismos.

Objetivo geral

Oferecer uma visão crítica das grandes linhas da política externa dos Estados Unidos, examinando seus componentes teóricos, históricos e estruturais. Identificar as principais tradições das Política Externa dos Estados Unidos da América.

Objetivos específicos

Compreender o papel que os Estados Unidos ocupam no cenário internacional;
Estudar os atores responsáveis pela elaboração da política externa dos Estados Unidos;
Refletir acerca da atuação externa estadunidense e os impactos políticos, econômicos e sociais;

Bibliografia Básica

CONDE, L. C. D. Continuidades da Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: os Imperativos da Democracia e do Mercado. Conjuntura Austral. Revista do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais da UFRGS, v. 6, p. 75-96, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.52808>

Froelich, I. V. (2005). A Política Externa Americana e seus críticos. Revista Brasileira De Política Internacional, 48(2), 205–215. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292005000200011>

GUIMARÃES, Cesar. A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. Estudos Avançados [online]. v. 16, n. 46, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142002000300005>>.

RESENDE, E. S. A.; LEITE, Lucas. A Construção das Ameaças e do Inimigo nos Discursos Presidenciais Norte-Americanos (1993-2013). *TEORIA & SOCIEDADE* (UFMG), v. 22, p. 71-105, 2014. Disponível em: <https://bib44.fafich.ufmg.br/teoriaesociedade/index.php/rts/article/download/195/141>
Teixeira, C. G. P. (2014). Uma política para o continente - reinterpretação a Doutrina Monroe. *Revista Brasileira De Política Internacional*, 57(2), 115–132. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329201400307>

Bibliografia Complementar

ANDERSON, Perry. A política externa norte-americana e seus teóricos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
DOMINGUES, José Maurício. “Leituras do Império: o Poder Global dos Estados Unidos reavaliado”. *Contexto Internacional*, v. 36, n. 1, p. 171-199, 2005.
WOOD, Ellen Meiksins. O império do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.
PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos Estados Unidos. 3ª. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
TODD, Emmanuel. Depois do Império: a decomposição do sistema americano. São Paulo: Record, 2003

Identificação do componente

Componente Curricular: **Economia Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

As bases históricas da passagem do feudalismo ao capitalismo e a necessidade/possibilidade de surgimento da Economia Política. O sistema capitalista segundo as análises liberal, marxista, keynesiana e neoliberal. As categorias fundamentais da produção capitalista, segundo a crítica marxiana. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo

Objetivo geral

Compreender o desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista ao longo da história – suas crises e contradições. Analisar a evolução do pensamento econômico e sua relação com as diferentes concepções de Estado, bem como a relação entre organização espacial e economia política.

Objetivos específicos

Possibilitar uma introdução ao debate de questões centrais na Economia Política de forma articulada com a ciência política;
Adensar a reflexão sobre a composição orgânica do capital e suas implicações nos desdobramentos da acumulação capitalista;

Refletir sobre as transformações contemporâneas no padrão de acumulação e suas implicações nos mecanismos de regulação social;

Bibliografia Básica

GRESPLAN, Jorge. Marx crítico da teoria clássica do valor. *Crítica Marxista* (São Paulo), São Paulo, v. 12, p. 59-76, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo73Artigo%203.pdf

GRESPLAN, Jorge. A crise na crítica à economia política. *Crítica Marxista* (Roma), São Paulo, v. 10, p. 94-110, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie25Dossie%202.pdf

COUTINHO, M. C. A Crítica da Economia Política: Teoria e Atualidade. *Crítica Marxista* (Roma), Campinas, v. 10, p. 122-132, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie27Dossie%204.pdf

GUIMARÃES, A. Q. (2007). Modelos de capitalismo e economia política comparada: instituições, performance e as respostas alemã e japonesa aos desafios recentes. *Dados*, 50(1), 159–188. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000100006>

MOLLO M. L.R; Fonseca P.C.D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. *Brazil J Polit Econ* [Internet]. 2013Apr;33(2):222–39. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31572013000200002>

Bibliografia Complementar

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho* / Giovanni Alves. 2ª edição. Londrina: Praxis. Bauru: Canal 6, 2007.

STALLYBRASS, Peter. *O casaco de Marx: roupas, memória, dor* / Peter Stalybrass; tradução de Tomaz Tadeu. - 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CARCANHOLO, R. A. Sobre a ilusória origem da mais-valia. *Crítica Marxista* (São Paulo), São Paulo, v. 16, p. 76-95, 2003.

CARCANHOLO, Reinaldo A. *Capital: essência e aparência*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2011. 2 v.

MARX, Karl, *O capital: crítica de economia política*. Livro 1, v. 1. 29. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição a crítica da economia política*. 4. ed. São Paulo, SP: WM Martins Fontes, 2011.

MANDEL, Ernesto; SALAMA, Pierre; VALIER, Jaques. *Introdução à teoria econômica marxista*. Editora Sundermann, São Paulo, 2006.

MESZAROS, Istvan. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política externa chinesa**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Relações internacionais do Império Chinês. Pensar, na história e na conjuntura contemporânea, as relações entre território e identidade na política externa chinesa (PEC). Relações internacionais da República Popular da China (RPC) no período maoísta. Política da Porta Aberta e inserção da RPC no sistema mundial. A superpotência China. A China e a cooperação Sul-Sul.

Objetivo geral

Analisar as transformações da política externa chinesa. Estudar contornos da geopolítica mundial a partir do desenvolvimento sem precedentes da China e de sua conversão em superpotência desafiadora do status quo internacional.

Objetivos específicos

Analisar a política externa chinesa, seus atores e principais agendas nos anos mais recentes, principalmente a partir dos anos pós-reformas de Deng Xiao Ping;

Analisar os processos decisórios em matéria de política externa chinesa, com ênfase para o uso instrumental da agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento;

Identificar e analisar os principais eventos históricos que modificaram a estrutura política da região asiática;

Compreender a evolução das relações endógenas da Ásia;

Bibliografia Básica

JABBOUR, E.; DANTAS, A.; VADELL, J. Da nova economia do projetamento à globalização instituída pela China. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 9, n. 4, p. 90-105, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v9n4p90-105>

KALOUT, H.; DE SÁ GUIMARÃES, F. Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, [S. l.], n. 4, p. 18–36, 2022. Disponível em: <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/75>

NOGUEIRA, I., FONIA, L. E. M. (2022). A TRANSIÇÃO NA POLÍTICA EXTERNA DA “ASCENSÃO PACÍFICA” PARA O “SONHO CHINÊS” À LUZ DO DEBATE TEÓRICO DE RI NA CHINA. Cadernos Do CEAS: Revista crítica De Humanidades, 47(255), 86–108. Disponível em: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p86-108>

NOGUEIRA, I. O Estado na China. OIKOS (RIO DE JANEIRO), v. 20, p. 6-16, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/issue/view/2176>

NIU, H. (2013). A grande estratégia Chinesa e os BRICS. Contexto Internacional, 35(1), 197–229. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292013000100007>

Bibliografia Complementar

- KATZENSTEIN, Peter J (Ed.) Sinicization and the rise of China. Civilizational processes beyond East and West. New York: Routledge, 2012.
- PAUTASSO, D. Desenvolvimento e poder global da China: a política Made in China 2025. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v. 18, p. 183-198, 2019.
- PAUTASSO, D.; NOGARA, T.; UNGARETTI, C.; DORIA, GAIO. A Iniciativa Cinturão e Rota e os dilemas da América Latina. REVISTA TEMPO NO MUNDO, v. 24, p. 77-106, 2020.
- CONDE, L. C. D. Humilhação e Reconhecimento: Brasil e China em Busca de Status Internacional. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2022.
- STUENKEL, O. O Mundo Pós-Occidental. Potências Emergentes e a Nova Ordem Global. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- STUENKEL, O. BRICS e o futuro da ordem global. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. China – Uma nova História. L&PM. Ed. 2. 2007.
- LYRIO, Maurio de Carvalho. A ascensão chinesa como potência: fundamentos políticos internos. Brasília: FUNAG, 2008.
- VIZENTINI, Paulo. O Dragão chinês e o elefante indiano. Porto Alegre: Século XXI, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estudos Exemplares em Ciência Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A leitura de importantes textos das Ciências Sociais pertencentes a momentos históricos distintos, mas centrais para a formação do Cientista Social – Cientista Político, ainda que não sejam canônicos.

Objetivo geral

Ter contato com importantes autores e autoras selecionados das Ciências Sociais de distintas correntes e de grande importância para a formação intelectual.

Objetivos específicos

Compreender os aspectos teóricos das obras estudadas;

Refletir sobre o impacto dos autores e autoras no campo das Ciências Sociais;

Proporcionar discussões e debates temáticos das obras selecionadas.

Bibliografia Básica

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: Violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n.3, p. 03-17, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/YtDsTzWVBr8g3KRP5bCy3gs/?lang=pt>

SOUZA, C. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais. Dados, v. 46, n. 2, p. 345–384, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000200006>

Ramos, Alberto Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira. O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília: Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39-69. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/47013386/GUERREIRO-RAMOS-O-PROBLEMA-DO-NEGRO.pdf>.

FERNANDES, F. A reconstrução da realidade nas Ciências Sociais. Mediações - Revista de Ciências Sociais, Londrina, v. 2, n. 1, p. 47–56, 1997. DOI: 10.5433/2176-6665.1997v2n1p47. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9372>

Bibliografia Complementar

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando, “Governabilidade e concentração de poder institucional – o governo FHC”, Tempo social, no. 11, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme, O golpe parlamentar brasileiro de 2016 (Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017).

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio, Fazendo a cidade. Rio de Janeiro: Mórula 2016.

ZALUAR, Alba, “Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos”, Dados, vol. 55 2012.

NICOLAU, Jairo, Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à câmara dos deputados (Rio de Janeiro: Zahar, 2017).

TRINDADE, Héliogio. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.

ELIAS, Norbert (1996), Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

POLANYI, Karl. A grande transformação as origens da nossa época; Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1960.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Redes, Atores e Movimentos Sociais Transnacionais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Novos movimentos sociais, movimentos transnacionais, organizações dos movimentos sociais transnacionais, movimentos sociais globais. Redes e atores transnacionais. As ONGs e a transnacionalização de bandeiras. Movimentos sociais na era da globalização: direitos humanos, feminismos, movimentos camponeses, ambientais.

Objetivo geral

Contextualizar e problematizar a questão da transnacionalização dos movimentos sociais. Compreender as dimensões internacionais da ação coletiva. Introduzir ao tema da transnacionalização da ação coletiva. Compreender as perspectivas teóricas que compõem os processos de transnacionalização.

Objetivos específicos

Analisar o papel das Organizações não governamentais transnacionais;
Analisar o processo de internacionalização das bandeiras locais;
Compreender os processos de articulação em redes;

Bibliografia Básica

BRINGEL, B. Ativismo Transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. Estudos de Sociologia, Rev. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. 16, n. 2, p. 185 – 215, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235294/28292>

BRINGEL, B.; ECHART MUÑOZ, E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, p. 28-35, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/168>

LUIZ, J. R. As linhas vermelhas para o desenvolvimento rural: a internacionalização da agenda da agricultura familiar e seus impactos na governança global. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.bdt.uerj.br:8443/bitstream/1/17556/2/Tese_Juliana%20Ramos%20Luiz_2018_Completa.pdf

CARVALHO, P, D. Controvérsias e a Produção do Transnacional: Os Casos da Contag e do MPA. DADOS - REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 64, p. 1-37, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/m3pMRhDXyBx49ZgpLG44JCG/?format=pdf&lang=pt>

Bibliografia Complementar

VIEIRA, Flávia Braga. Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2010.

VIEIRA, Flávia Braga. Articulações internacionais desde baixo em tempos de globalização. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (Org.). Movimentos sociais na era global. 1ed.Petropolis, RJ: Vozes, 2012.

BRINGEL, Breno; ECHART MUÑOZ, E. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das fronteiras. Cadernos CRH, v. 21, p. 457-475, 2008.

FRASER, Nancy. Transnacionalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post westphalian world. In Nash, Kate (ed). Transnacionalizing the public sphere. Cambridge: Polity Press, 2014.

TARROW, Sidney. The new transnational activism. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.

BRINGEL, Breno; VIEIRA, Flávia Braga. Movimientos internacionalistas y practicas de cooperacion sur-sur: brigadas y experiencias formativas del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil y La Via Campesina. Revista Española de Desarrollo y Cooperación, v. 36, p. 65-80, 2015.

LUIZ, Juliana R.; BUENO, A. M. C. (Org.); RIBEIRO, R. A. (Org.); CARVALHO, T. C. O. (Org.). Política Externa, Agricultura e Modelos de Desenvolvimento: conceitos, teorias e estudos de caso. 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política Pública em Educação**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Educação como direito a partir da Constituição de 1988 e demais diretrizes educacionais vigentes. Políticas públicas para educação.

Objetivo geral

Contextualizar a o surgimento e consolidação das políticas públicas educacionais. Conhecer as diretrizes educacionais vigentes e as políticas públicas em educação

Objetivos específicos

Identificar as diretrizes educacionais vigentes a partir da Constituição de 1988;
Conhecer políticas públicas ligadas à educação no contexto global e nacional;
Problematizar os impactos das políticas educacionais na sociedade brasileira.

Bibliografia Básica

BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. –Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

MORAES, B. M. (et al) Políticas Públicas de Educação. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em:

https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1161651/livropoliticaspUBLICASdeeducacao_v011_versaodigital_1ed.pdf

ROSSETTO, C. B. DE S.; GONÇALVES, F. DE O. Equidade na Educação Superior no Brasil: Uma Análise Multinomial das Políticas Públicas de Acesso. *Dados*, v. 58, n. 3, p. 791–824, jul. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201559>

TORRES, H. DA G.; CAMELO, R.; CASTRO, M. H. G. Dificuldades de Coordenação e Políticas Educacionais no Brasil: O Caso do Ensino Fundamental. *Dados*, v. 62, n. 4, p. e20170226, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019190>

Bibliografia Complementar

CASTRO, C. M. Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980.

HADDAD, S. A educação no movimento dos trabalhadores rurais sem terra em Bagé e Sarandi (RS). Brasília: INEP, 1994.

BONAMINO, Alicia C. de. Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências. RJ, Quartet, 2002.

DAVIES, Nicholas. O FUNDEF e o orçamento da educação: desvendando a caixa preta. Niterói, 1998.

FERNANDES, Florestan. O desafio educacional. São Paulo, Ed. Cortez, 1989.

GERALDI, Corinta Ma. Grisolia. Algumas condições de produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em: Revista de Educação AEC, N°. 100, 1996.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Pensamento Social e Político de Ásia e África**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Epistemologias pós-coloniais. Nativismo x instrumentalismo. Conhecimento endógeno x exógeno. Capitalismo racial. Pan-africanismo, Negritude e os movimentos anticolonialistas na África. Orientalismo. Estudos Subalternos. Crítica ao pós-colonialismo: o pensamento decolonial

Objetivo geral

Abordar as perspectivas teóricas dos contextos sociais e políticos não-centrais e avaliar o quanto tais perspectivas oferecem novos aportes à teoria social e política que se faz hegemônica, possibilitando um diálogo entre correntes de pensamento constituídas em Ásia e África. Estudar essas matrizes de pensamento a partir de uma perspectiva endógena de conhecimento.

Objetivos específicos

Identificar e analisar os principais eventos de resistência epistêmica que modificaram a estrutura política e social em Ásia e África;

Compreender a evolução das relações endógenas da Ásia;
Compreender a evolução das relações endógenas da África.

Bibliografia Básica

BRASIL. COLEÇÃO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA. UNESCO/MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146.

DURÃO, Gustavo de Andrade. Intelectuais africanos e pan-africanismo: uma narrativa pós-colonial. Revista Tempo e Argumento, vol. 10, núm. 25, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 212-242. Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180310252018212>.

SILVA, L. L. S. DA. O embate entre Edward Said e Bernard Lewis no contexto da resignificação do Orientalismo. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 1, n. 40, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2016.1i40.a41786>

SANTOS, Luiz Ivaldo Villafane Gomes. A arquitetura de paz e segurança africana, Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca/download/855-Arquitetura_de_Paz_e_Seguranca_Africa_na_A.pdf

Bibliografia Complementar

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A itinerância das ideias e o pensamento social africano. Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 21, n. 40, p. 195-225, 2014.

VIZENTINI, Paulo. As relações internacionais da África e Ásia. Petrópolis: Vozes, 2007.

CABRAL, Amílcar. Fundamentos e Objetivos. Obras escolhidas de Amílcar Cabral/A arma da teoria/Unidade e luta, vol. I, Seara Nova, Lisboa, 1978 Pp. 70-88.

CÉSAIRE, Aimé. Diário de um retorno ao país natal. Tradução, posfácio e notas de Lilian Pestre de Almeida. Edusp, 2013.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. O Pensamento Africano Sul-Saariano. Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um esquema). São Paulo, Clacso - EDUCAM, 2008.

DU BOIS, W.E.B. As Almas da Gente Negra. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador, Edufba, 2008.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora. Editora UFJF, 2010.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte, UFMG, 2005.

CHAKRABARTY Dipesh. Al Margen de Europa: estamos ante el final del predominio cultural europeo? Barcelona, Ensayo TusQuets, 2008.

CHATTERJE, Partha. Colonialismo, Modernidade e Política. Salvador, Edufba, 2004.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar. UFMG, 2010.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teoria Econômica**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Contabilidade social. Política fiscal e Setor Público. Moeda, mercado financeiro e taxa de juros. Setor externo (Política cambial, Política Comercial e Balanço de Pagamentos). Inflação (demanda, custos e inercial) e Curva de Phillips. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Estudo das crises recentes

Objetivo geral

Conhecer e interpretar a aplicabilidade da macroeconomia. Oferecer instrumentos de análise que servirão para compreender as mudanças que vem ocorrendo na economia mundial.

Objetivos específicos

Aprofundar as discussões sobre justiça a partir dos autores apresentados;

Estudar os Fundamentos da teoria macroeconômica;

Adquirir capacidade de análise dos fenômenos internacionais.

Bibliografia Básica

ARIENTI, W. L.. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 23, n. 4, p. 604–621, out. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572003-0642>

IPEA. Clássicos de literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro_classicosdeLiteratura.pdf

Giambiagi, Fábio; Moreira, Maurício Mesquita (Organizadores). A economia brasileira nos anos 90. 1. ed. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2972/1/1999_A%20economia%20brasileira%20nos%20anos%2090_P.pdf

BRESSER-PEREIRA, L. C.; RÊGO, J. M.. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 13, n. 2, p. 272–294, abr. 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571993->

Bibliografia Complementar

0732KRUGMAN, Paul, WELLS, Robin. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MANKIW, N. G. *Introdução à Economia: Princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

VASCONCELLOS, Marco A. *Economia: Micro e Macro*. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELLOS, Marco A. e PINHO, Manual de Economia da USP. São Paulo: Saraiva, 2011.

LOPES, L. M. e VASCONCELLOS, M. A. S. de. Macroeconomia: nível básico e nível intermediário. São Paulo: Atlas. 1998.

MANKIWI, N. G. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC. 1995

PASSOS, Roberto Martins; NOGAMI, Otto. Princípios de economia. 5. ed. São Paulo: Thompson, 2006.

ROSSETI, José Paschoal. Introdução à economia. 17. Ed. São Paulo, Atlas, 2005.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Cultura, Mídia e Gênero**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Perspectivas feministas e histórias **dos feminismos**. Feminismos decoloniais. Feminismos interseccionais. Gênero e Colonialidade. Feminismo Comunitário. Feminismo Popular. Pedagogias feministas e decoloniais na América Latina. Epistemologia e feminismos. Feminismos e luta política.

Objetivo geral

Adquirir uma visão histórica e conjuntural das abordagens feministas enquanto categoria social de diferenciação através da análise das principais correntes teóricas, problemáticas e metodologias de investigação.

Objetivos específicos

Abarcar a complexidade e diversidade teórica subjacentes ao conceito de “feminismos”, o qual tem se mostrado uma ferramenta analítica e também política para possibilitar o reconhecimento de muitas ações - e não apenas autodenominadas e ditas como conscientes mobilizações - enquanto feminismos;

Aprender, por um lado, os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da crítica feminista à teoria social e, por outro, a contribuição desta última para a construção da teoria feminista contemporânea;

Caracterizar teorias feministas ancoradas em discussões pós-coloniais e descoloniais, principalmente na América Latina;

Estudar as estratégias feministas desenvolvidas no processo de elaboração de perspectivas críticas para a política e para determinados objetivos em pauta no contexto da redemocratização do país.

Bibliografia básica

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. Revista Estudos Feministas, 15 (2), Florianópolis, UFSC, maio-agosto 2007; pp. 291-308. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3), 320, setembro-dezembro, 2014. pp.935-952. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? 2001. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>

SEGATO, R. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, *e-cadernos CES* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>

TRUTH, Soujourner. E eu não sou uma mulher? Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

Bibliografia complementar

CARDOSO, Cláudia Pons. *Por um Feminismo Afrolatinoamericano. Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Salvador: UFBA, 2012. p. 134 a 143.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Whitin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, jan/abr 2016, p. 99-126.

CORREA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, *Cadernos Pagu*, no.16, Campinas, 2001.

CURIEL, Ochy. Crítica Pós-Colonial a Partir das Práticas do Feminismo Antirracista. *Nômadas (Col)*, núm. 26, 2007, pp. 92-101

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11- 33, 2009.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Feminismos comunitarios territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. *Revista Estudios Psicosociales Latinoamericanos*. Vol. 3, Número 1, 2020, p. 88-107 https://www.researchgate.net/publication/344774989_Feminismos_comunitarios_territoriales_de_Abya_9_Yala_mujeres_organizadas_contra_las_violencias_y_los_despojos

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo: Teoría, Crítica y Perspectivas*. Icaria Antrazyt. 1997. http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/ecofeminismo.pdf.

PAIM, Elisângela Soldatelli (org). *Resistências e re-existências : mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia / São Paulo : Editora Funilaria, 2020* https://rosalux.org.br/wpcontent/uploads/2021/03/Resistencias_re-existencias_web.pdf

SEGATO, Rita Laura. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um*

vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES, 18, 2012.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Sociologia Brasileira**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estuda as contribuições teóricas da Sociologia no Brasil, os principais períodos de sua institucionalização como disciplina acadêmico-, e os ensaístas. As recepções de tradições sociológicas europeias e norte-americana pela sociologia brasileira, assim como a situação atual da Sociologia, os principais campos de pesquisa, os novos temas e novas abordagens que vieram a ser propostos para a explicação e/ou compreensão da situação social brasileira.

Objetivo geral

Proporcionar aos alunos uma visão das principais interpretações sobre o Brasil a partir de ensaístas de diferentes áreas do conhecimento, e do surgimento da Sociologia no Brasil, enquanto disciplina acadêmica, suas preocupações iniciais e o seu desenvolvimento ao longo da história brasileira.

Objetivos específicos

Referenciar historicamente as principais obras, questões e debates intelectuais fundamentais e estruturadoras de uma compreensão sobre o Brasil;
Problematizar questões sociológicas contemporâneas em ações interdisciplinares.

Bibliografia básica

CANDIDO, A. A sociologia no Brasil. *Tempo Social*, v. 18, n. 1, p. 271–301, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>

DAFLON, V. T.; CHAGURI, M. M.. Mulheres na Teoria Social: presente e passado para uma sociologia plural. *Sociologias*, v. 24, n. 61, p. 16–24, set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18070337-129026>

IANNI, O.. A Sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 25–33, jan. 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141996000100006>

MAIO, M. C.. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 13, n. spe, p. 605–630, set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395152996>

Bibliografia complementar

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de canudos*. 39. ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves,

2000. 536 p. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia*

patriarcal. 51. ed. São Paulo, SP: Global, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009

RAYMUNDO Faoro e o Brasil. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERNANDES, Florestan. Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. 4. ed. São Paulo, SP: Global, 2008.

IANNI, Octávio. A sociologia no horizonte do século XXI. São Paulo, SP: Boitempo, 1997.

BOSI, Alfredo. Literatura e resistência. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre azul, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Classes, raças e democracia. São Paulo, SP: Editora 34, 2002.

INSTITUTO VICTOR NUNES LEAL. A contemporaneidade do pensamento de Victor Nunes Leal. São Paulo Saraiva 2013.

SOUZA, Jessé. A construção social da subcidadania: para uma sociedade política da modernidade periférica. 2. ed. -. Belo Horizonte, MG: Ed. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2012.

NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo, SP: Editora 34, 2012.

ROUANET, Sergio Paulo. As razões do iluminismo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004

SCHWARTZMAN, Simon. Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo. São Paulo, SP: Augurium, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo, SP: Claro Enigma, 2012.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política. 3. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Graphia, 2004.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estudos Afro-asiáticos**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Noções sobre a herança cultural das principais civilizações africanas e asiáticas. Oriente Médio, Extremo Oriente, neocolonialismo, movimentos de independência e geopolítica atual da África e Ásia.

Objetivo Geral

Conhecer a herança cultural das principais civilizações da África e da Ásia.

Objetivos Específicos

Conhecer peculiaridades do extremo oriente (feudalismo no Japão);

Identificar a origem dos conflitos atuais no Oriente Médio;

Conhecer a origem dos conflitos étnicos na Ásia e principalmente na África.

Bibliografia Básica

Eurocentrismo, História e História da África. Sankofa (São Paulo), [S. l.], v. 1, n. 1, p. 47–63, 2008. DOI: 10.11606/issn.1983-6023.sank.2008.88723. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88723..>

Isfahani-Hammond, Alexandra. Aristocratas da Senzala: Gilberto Freyre na interseção do orientalismo e dos estudos sobre a escravidão. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/770/77013085003.pdf>.

Danner, Leno Francisco; Danner, Fernando. Um mundo sem mediações: descolonização africana como teoria política da modernização periférica. Griot: Revista de Filosofia, vol. 22, núm. 3, 2022, pp. 149-161. Disponível em: <https://doi.org/10.31977/grirfi.v22i3.2928>.

DANILEVICZ PEREIRA, A.; MEDEIROS, K. THE EMERGENCE OF THE PERIPHERY IN THE WORLD SYSTEM: FROM THE BANDUNG CONFERENCE TO THE BUENOS AIRES CONFERENCE (1955-1978). AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, [S. l.], v. 4, n. 7, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.56965. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56965>.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e África. São Paulo: Contexto, 2º ed. 1991.
KI-ZERBO, Joseph. História geral da África I: Metodologia e pré-história da África. 3º ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
MOKHTAR, Gamal (ed.). História geral da África II: África Antiga. 3º ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
EL FASI, Mohammed (ed.). História geral da África III: África do Século VII ao XI. 2º ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.
NIANE, Djibril Tamsir (ed.). História geral da África IV: África do Século XII ao XVI. 3º ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Integração e cooperação Latino Americana**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Categorias espaciais fundamentais para os estudos de fronteira (espaços sociais, região, fronteira, cidades gêmeas, território, identidade territorial). História social e produtiva da campanha e das Missões Jesuítico-Guarani. Importância geopolítica do território fronteiriço no RS. Integração transfronteiriça e as dinâmicas socioeconômicas nas margens do Prata. Análise dos principais indicadores da região fronteiriça do RS e das regionalizações Político-administrativas em voga para este cenário. Políticas de desenvolvimento territorial para as fronteiras argentinas e brasileiras. Fundamentos de planejamento regional e a nova Governança público – territorial. As jurisprudências específicas para as cidades de fronteira. Análise de cartografias regionais.

Objetivo Geral

Discutir as dinâmicas sociais, culturais e políticas que estão relacionadas aos processos de integração socioespacial nas margens da bacia do Prata.

Objetivos Específicos

Definir o conceito de integração;

Analisar o processo de integração da União Europeia.

Bibliografia Básica

GAGGIOTTI, Hugo. La pampa Rioplatense: un espacio degradado en el imaginário hispanico-criollo. Revista Scripta Nova, Barcelona. N, março de 1998. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-17.htm>>. Acesso em: jun. 2019.

VIGEVANI, Tullo, FAVARON, Gustavo de Mauro ; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 1, p. 5–27, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100001>

SCHMITTER, P. C.. A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 80, p. 9–44, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200002>

VIGEVANI, T.; RAMANZINI JÚNIOR, H.. Pensamento brasileiro e integração regional. Contexto Internacional, v. 32, n. 2, p. 437–487, jul. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292010000200006>

MATHIAS, S. K.; GUZZI, A. C.; GIANNINI, R. A.. Aspectos da integração regional em defesa no cone sul. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 51, n. 1, p. 70–86, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292008000100004>

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, Ronald (orgs.). História das Américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINTO, Muriel. A identidade socioterritorial missioneira da cidade histórica de São Borja-RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional enraizada entre antigas reduções Jesuítico-Guarani. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2015. Disponível em: <

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131160?show=full>>. Acesso em: jun. 2019.

GAGGIOTTI, Hugo. La pampa Rioplatense: un espacio degradado en el imaginário hispanico-criollo. Revista Scripta Nova, Barcelona. N, março de 1998. Disponível em: < <http://www.ub.edu/geocrit/sn-17.htm>>. Acesso em: jun. 2019.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Multimídia e Educação**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo dos processos comunicacionais e dos recursos tecnológicos na sociedade contemporânea. História e conceito de multimeios. A interpelação entre comunicação e educação. O conceito e as práticas de educomunicação. Análise de projetos, práticas e programas de comunicação na Escola. Análise fílmica e produção impressa e audiovisual.

Objetivo Geral

Compreender a inter-relação entre comunicação e educação através da análise teórica e de práticas comunicacionais desenvolvidas na Escola.

Objetivos Específicos

Estudar o cenário comunicacional contemporâneo e as relações com o ambiente escolar. Instigar o discente à curiosidade investigativa no que se tange ao avanço das tecnologias comunicacionais e do consumo midiático;

Apontar caminhos teóricos e práticos para que o discente tenha familiaridade com os recursos tecnológicos alternativos;

Estudar as linguagens comunicacionais, como: teatro, impresso, fotografia, cinema, rádio, tevê, internet;

Propiciar a prática de tecnologias como: produção audiovisual (documentário educativo), impresso (informativo) e de portal digital (Blog e rede social).

Bibliografia Básica

SANTOS, S. M. A. V.; BUENO, A.; FERREIRA, D. C. D.; VIANA, E. P.; LAET, L. E. F. RECURSOS MULTIMÍDIAS PARA A EDUCAÇÃO: REVISÃO DE LITERATURA. Revista Ilustração, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 11–18, 2024. DOI: 10.46550/ilustracao.v5i1.243. Disponível em:

<https://journal.editorailustracao.com.br/index.php/ilustracao/article/view/243>.

FREITAS, E. M. de .; SANTOS, E. J. Z. dos .; GONSALVES, M. A. .; PINHEIRO, M. de O. .; MENDES, S. R. . RECURSOS MULTIMÍDIAS E EDUCAÇÃO. Revista Amor Mundi, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 117–122, 2023. DOI: 10.46550/amormundi.v4i10.364.

Disponível em:

<https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/364>.

BARBOSA, S. C. dos S. .; RÉUS, R. .; CARDOSO, A. de S. .; CARVALHO, S. R. de .; ALVES, I. M. N. V. . O IMPACTO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO. Revista Amor Mundi, [S. l.], v. 4, n. 5, p. 191–195, 2023. DOI: 10.46550/amormundi.v4i5.253. Disponível em:

<https://journal.editorametrics.com.br/index.php/amormundi/article/view/253>.

PEREIRA, Edivaldo Lubavem; BETT, Eduardo Gonzaga. AS TECNOLOGIAS FRENTE AO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM. Revista Aproximação, [S.l.], v. 2, n. 02, mar. 2020. ISSN 2675-228X. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/aproximacao/article/view/6362>

Bibliografia Complementar

BACCEGA, Aparecida. Televisão e escola. Uma mediação possível? São Paulo: Senac, 2003.

CITELLI, Adilson. Comunicação e educação: a linguagem em movimento. São Paulo: Senac, 2004.

COGO, Denise Maria. Televisão, escola e juventude. Porto Alegre: Mediação, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LOUREIRO, Robson. Indústria cultural e educação em tempos pós-modernos. Campinas (SP): Papyrus, 2003.

MARCONDES, Beatriz; MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thais. Como usar outras linguagens na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2006.

DELORS, Jacques. A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005.

NEUMANN, Laurício. Educação e comunicação alternativa. Petrópolis: vozes, 1991.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política e Mídia**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudos sobre mídia e política, em diferentes sistemas políticos, a partir de análise de fatos, linguagens e instituições do campo da comunicação. Temas vinculados às estratégias e produtos determinados pelas relações entre sociedade, instituições políticas, meios de comunicação e opinião pública. A informação e o debate político a partir da mídia em períodos eleitorais. A política como espetáculo midiático e a mídia pautando as agendas políticas.

Objetivo Geral

Abordar e desenvolver conteúdos que propiciem aos alunos abordar criticamente informações, bibliografia e questões relacionadas ao campo da comunicação política.

Objetivos Específicos

Orientar leituras e desenvolver análises que possibilitem a compreensão sobre as relações entre meios de comunicação massivos, sociedade e política;

Analisar casos de comunicação a partir de estratégias e objetivos do campo político;

Aproximar o estudante de autores, conceitos e questões fundamentais ao entendimento das relações de poder estabelecidas entre a política, mídias e sociedade;

Promover a discussão e análise crítica de mídias e de material informativo, publicitário e promocional gerado por sujeitos e instituições;

Analisar a produção da comunicação política em períodos eleitorais numa perspectiva crítica.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 88–113, abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>

OLIVEIRA, W. J. F. de. Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. DOI: 10.52780/res.14759. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14759>

GUAZINA, L. O CONCEITO DE MÍDIA NA COMUNICAÇÃO E NA CIÊNCIA POLÍTICA: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES. *Revista Debates*, [S. l.], v. 1, n. 1, p.

p. 49, 2007. DOI: 10.22456/1982-5269.2469. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/246>
CONDE, LEANDRO CARLOS DIAS. Representação e posicionamento midiático. AURORA (PUCSP. ONLINE), v. 15, p. 103-121, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1982-6672.2022v15i43p103-121>

Bibliografia Complementar

CARLSSON, Ulla; FEILITZEN, Cecilia (orgs.). A criança e a mídia: imagem, educação, participação. 2ed. Brasília, DF: UNESCO, 2002.
MATTOS, Sérgio. História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política. Editora Vozes, 2002.
D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). O Brasil não é mais aquele... mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Gestão em Educação**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A gestão da educação brasileira. Projeto Político Pedagógico. As concepções que fundamentam as Teorias das Organizações e de Administração Escolar. A organização do trabalho administrativo-pedagógico.

Objetivo Geral

Apresentar as concepções político-pedagógicas e as teorias da organização escolar que estruturam a gestão da educação brasileira.

Objetivos Específicos

Debater as concepções e contextos que fundamentam as teorias da organização e da administração escolar;

Compreender o conceito de gestão democrática;

Refletir a respeito do lugar dos educadores e da comunidade escolar nas práticas de gestão escolar.

Bibliografia Básica

ARROYO, MIGUEL GONZALEZ. (2020). Gestão da Educação com Justiça Social. Que Gestão dos Injustiçados?. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, 36(2), 768-788. Epub 11 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol36n22020.100820>

CARDOSO MACHADO, E. N.; FALSARELLA, A. M. Nova gestão pública, educação e gestão escolar. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. 2, p. 372-389, 2020. DOI: 10.22633/rpge.v24i2.13255. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13255>.

DOURADO, L. F.. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e

perspectivas. *Educação & Sociedade*, v. 28, n. 100, p. 921–946, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300014>

FRANCO, Sérgio Roberto; FRANCO, Maria Estela Dal Pai; LONGHI, Solange. Política e Gestão da Educação Superior, Tecnologia e Possibilidades em Tempos de Covid-19. *Rev. Int. Educ. Super.*, Campinas, v. 8, e022039, 2022. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2446-2022 acessos em 21 mar. 2024. Epub 12-Ago-2022. <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8663799>.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M.; ARCAS, P. H. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 667–680, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol31n32015.63800>

Bibliografia Complementar

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394. Brasília, 1996.

LIBANEO, J. C. Educação escolar: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

PARO, V. H. Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino. São Paulo: Ática, 2012.

PILETTI, N. Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar. São Paulo: Ática, 2010.

PARO, V. H. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação. São Paulo: Cortez, 2010. 103 p.

SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, R. F. História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

THURLER, M. G A organização do trabalhador escolar: uma oportunidade para repensar a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Meio Ambiente e Cidadania**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

A inserção da crise ambiental na agenda política mundial. O Estado Socioambiental de Direito: ênfase na obrigatória conexão da cidadania com o elemento ecológico. Principais obstáculos à concretização do desenvolvimento sustentável na sociedade do risco e do consumo. O papel da educação no enfrentamento dos problemas ambientais.

Objetivo Geral

Possibilitar a edificação de instrumental teórico-prático acerca das relações entre meio ambiente e cidadania, com ênfase no papel do educador em tal construção.

Objetivos Específicos

Compreender as principais ocorrências que permitem afirmar a existência de uma crise

ambiental. Identificar as posturas dos Estados frente aos problemas de cunho ecológico; Verificar a indissociabilidade entre direitos sociais (dentre os quais se encontra a educação) e os ambientais apreendendo, assim, a essência do chamado Estado Socioambiental de Direito;

Examinar as perspectivas conservadora e crítica da Educação Ambiental, verificando qual se faz presente nas diretrizes curriculares para Educação Ambiental no Brasil;

Bibliografia Básica

CARMO, W.; KROLING, A.; MANEIA, A. Meio ambiente e cidadania: uma perspectiva sobre o desenvolvimento sustentável. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 220–227, 2014. DOI: 10.5902/2236117011261. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/11261>

LIMA NETO, F. C.. TEORIA SOCIOLÓGICA E CIDADANIA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA POLÍTICA. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 114, p. 287–312, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-287312/114>

RIZO SCHIAVO, Victor; COELHO DE AZEVEDO BUSSINGUER, Elda. O licenciamento ambiental como política pública e o poder das empresas. Opin. jurid., Medellín, v. 19, n. 38, p. 83-98, June 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22395/ojum.v19n38a4>.

PEGUI, Natanie; Cássia. Estado, desenvolvimento sustentável e governança no Brasil: políticas públicas para energia e água pós Rio-92. Esboços: histórias em contextos globais, vol. 27, núm. 44, 2020, pp. 78-93. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2020.e63220>.

Bibliografia Complementar

BALANDIER, G. O contorno: poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BAUMAN, Z. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAPRA, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 2012.

HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix, 2004.

CARVALHO, I. C.M. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2008.

BAUMAN, Z. Capitalismo parasitário. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2010.

CAPRA, F. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Formação dos Estados Americanos**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Da América Colonial ao século XXI. A formação dos Estados Nacionais Latino-Americanos. O processo histórico entre as diversas conjunturas políticas, sociais e econômicas.

Objetivo Geral

Compreender o processo histórico da formação dos Estados latino-americanos no bojo das permanências das estruturas coloniais.

Objetivos Específicos

Problematizar a realidade social e política latino-americana;
Relacionar as estruturas econômicas com as conjunturas políticas e sociais dos Estados americanos.

Bibliografia Básica

MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. de .. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. *Interações (Campo Grande)*, v. 21, n. 3, p. 577–596, jul. 2020. Disponível em: .
<https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300>

GUIMARÃES, A. S. A.. Formações nacionais de classe e raça. *Tempo Social*, v. 28, n. 2, p. 161–182, maio 2016. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.109752>

FIORI, J. L.. ESTADO E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 24, n. 1, p. e202416, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/198055272416>

SILVA, Fabricio Pereira da; BALTAR, Paula; LOURENÇO, Beatriz. Colonialidade do Saber, Dependência Epistêmica e os Limites do Conceito de Democracia na América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/15980>.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, J. A. *Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial depois da Guerra Fria*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALMON, P. *História social do Brasil: Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CAMÍN, H. A.; MEYER, L. *À Sombra da revolução Mexicana: História Mexicana Contemporânea, 1910 – 1989*. São Paulo: USP, 2000.

CAÑIZARES-ESGUERRA, J. *Como escrever a história do Novo Mundo*. São Paulo: USP, 2011.

FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G. L. *Argentinos e Brasileiros: Encontros, Imagens e Estereótipos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

AZEVEDO, C.; RAMINELLI, R. *História das Américas: Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

DONGHI, H. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FERRÉ, A. M.; METALLI, A. *A América Latina do Século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006. FILHO, P. C. *No olho do furacão: América Latina nos anos 60/70*. São Paulo: Cortez, 2003.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Geografia dos espaços rurais e urbanos**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Formação das paisagens urbanas e rurais a partir da apropriação do espaço pelas atividades de produção. Evolução da agricultura. Uso do solo e estrutura agrária. Estudo da formação e expansão dos espaços urbanos. Relações entre urbanização e industrialização. Aspectos contemporâneos da produção urbana. Resistências e conflitos nos espaços urbanos e rurais.

Objetivo Geral

Compreender a produção do espaço urbano e rural.

Objetivos Específicos

Compreender formas, processos e atores da produção do espaço rural e urbano;
Identificar o impacto das tecnologias na produção desigual e combina do espaço;
Analisar os conflitos sociais do rural e urbano.

Bibliografia Básica

OLIVERIRA, A. U. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo: Labur edições, 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf

CELLA, D.; QUEDA, O.; FERRANTE, V. L. S. B. A definição do espaço rural como local para o desenvolvimento territorial. Retratos de Assentamentos, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 69-91, 2019. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.333. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/333>.

BELIK, W. A heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 53, n. 1, p. 9–30, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301001>

SILVA, S. P. POLÍTICAS PÚBLICAS, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 16, n. 58, 2011. DOI: 10.12660/cgpc.v16n58.3565. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3565>.

GRÍGOLO, S. C.; CECCONI DEON, P. R.; FROEHLICH, J. M. A contribuição da abordagem do desenvolvimento territorial na transformação das práticas de extensão rural. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 109–126, 2015. DOI: 10.24302/drd.v5i2.917. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/917>

Bibliografia Complementar

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). Geografia das Metr6poles. S6o Paulo: Contexto, 2012.

SANTOS, M. Manual de geografia urbana. S6o Paulo, Labur 2008.

SOUZA, M. L. A produ76o do espa7o urbano: agentes e processos, escalas e desafios. S6o Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A. F. A. A (Re)produ76o do espa7o urbano. S6o Paulo: Editora da Universidade de S6o Paulo, 2008.

ROSS, J. S. Geografia do Brasil. S6o Paulo: Edusp, 2011.

SANTOS, M. A urbaniza76o brasileira. S6o Paulo: Edusp, 2005.

Identifica76o do componente

Componente Curricular: **Hist6ria Moderna**

Carga Hor6ria: **30 horas (2 cr6ditos)**

CH te6rica: 30h (2 cr6ditos)

CH pr6tica: -

Ementa

A Idade Moderna. A ruptura do Feudalismo e o processo de transi76o. Os processos sociais, culturais e econ6micos at6 o advento do capitalismo.

Objetivo Geral

Compreender as mudan7as, perman6ncias e rupturas na Hist6ria Moderna e o processo de transi76o do feudalismo para o capitalismo.

Objetivos Espec6ficos

Destacar a complexidade do per6odo hist6rico e as diversas possibilidades de entendimento da realidade pol6tica, econ6mica e social do per6odo at6 o in6cio do capitalismo;

Evidenciar a din6mica da sociedade europeia ocidental.

Bibliografia B6sica

SILVA, M. C. da .. UMA HIST6RIA GLOBAL ANTES DA GLOBALIZA76O? CIRCULA76O E ESPA7OS CONECTADOS NA IDADE M6DIA. Revista de Hist6ria (S6o Paulo), n. 179, p. a06119, 2020. Dispon6vel em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.160970>

MACHADO, Marina Monteiro; ALVEAL, Carmen. Entrevista com Margarida Sobral Neto, Professora Catedr6tica de Hist6ria Moderna da Universidade de Coimbra. Revista Maracanan, [S. l.], n. 23, p. 175–183, 2020. Dispon6vel em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/47137>

COSENTINO, Francisco C. Rituais e cerim6nias pol6ticas no ultramar luso-espanhol: governo geral do Estado do Brasil e vice-reino de Nova Espanha, 1580-1640. Fundaci6n Espa7ola de Historia Moderna, 2012. Dispon6vel em: https://digital.csic.es/bitstream/10261/73282/1/R.C.FEHM_Le%c3%b3n_2012_p.2023-2034_Cosentino.pdf

Bibliografia Complementar

ANDERSON, P. Linhagens do Estado Absolutista. S6o Paulo: Brasiliense, 1989.

BURCKHARDT, J. A cultura do Renascimento na It6lia: um ensaio. S6o Paulo, SP:

Companhia de Bolso, 2009.
BURKE, P. Cultura Popular na Idade Moderna: Europa, 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
HOBSBAWM, E. RANGER, T. A invenção das tradições. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2008. Bibliografia
MAQUIAVEL, N. O príncipe. São Paulo, SP: L & PM, 1998.
PIRENNE, H. História Econômica e Social da Idade Média. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
SKINNER, Q. As fundações do pensamento político moderno. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.
WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2007.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Geografia do Brasil: sociedade e espaço**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo do quadro natural e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de ocupação. Organização e aproveitamento econômico do espaço brasileiro. Estudo da composição, estrutura e dinâmica da população brasileira.

Objetivo Geral

Compreender as interações entre elementos do ambiente e da sociedade na formação da paisagem do território brasileiro.

Objetivos Específicos

Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração;

Entender as estruturas e a produção, visando a compreender as diferentes formas de organização do espaço brasileiro;

Explicar a dinâmica da população brasileira e a organização espacial construída na sua relação com o ambiente.

Bibliografia Básica

CASTILLO, R.; FREDERICO, S.. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 3, p. 461–474, dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132010000300004>

BORGES, J. F.; TAKAHASHI, A. R. W.. The uncomfortable lack of space and spatiality in strategy studies as social practice: a research agenda. *Organizações & Sociedade*, v. 28, n. 97, p. 343–369, abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92302021v28n9705EN>

GEOGRAFIA, CARTOGRAFIA E O BRASIL AFRICANO: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES. *Revista do Departamento de Geografia*, [S. l.], n. spe, p.

332–350, 2014. DOI: 10.11606/rdg.v0i0.542. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/85558>

Bibliografia Complementar

- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). *Reconstruindo a Agricultura: ideias e ideais na Perspectiva do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1997.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. 6. ed. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011.
- AB’SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2012.
- COSTA, W. M. *O Estado e as Políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. São Paulo: editora da USP, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **História Contemporânea**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

A formação e consolidação do capitalismo. Os Estados Nacionais. Os movimentos sociais do século XIX. O colonialismo, o neocolonialismo e a expansão imperialista. A crise do sistema capitalista. A revolução Russa. A 1ª Guerra Mundial, a 2ª Guerra Mundial. Os regimes totalitários. A guerra fria.

Objetivo Geral

Apresentar os principais elementos que compõem a história contemporânea.

Objetivos Específicos

Compreender o processo histórico na formação do mundo contemporâneo;
Problematizar as categorias conceituais como capitalismo, classe, autoritarismo, fascismo, nazismo, colonialismo, imperialismo;
Analisar história contemporânea europeia e os reflexos e desdobramentos nos demais continentes.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/1cc35ec5-24c2-4f40-bcfd-a79d42f3cfd/content>

Ferreira, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, vol. 10, núm. 23, 2018, pp. 80-108. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/2175180310232018080>.

MATTOS, H.; ABREU, M.; GURAN, M.. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, v. 27, n. 54, p. 255–273, jul. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862014000200003>

FICO, C.. História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, v. 28, n. 47, p. 43–59, jan. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>

Bibliografia Complementar

ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HECKER, A. *Revolução russa: uma história em debate*. São Paulo, SP: Expressão e Arte, 2007.

HOBBSAWM, E. J. *A Era do Capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. BROUË, P. *União Soviética: da revolução ao colapso*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

HOBBSAWM, E. J. *O Mundo do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2000.

MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. *Neonazismo, negacionismo e extremismo político*. Porto Alegre: CORAG, 2000.

SERGE, V. *O Ano I da Revolução Russa*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

TROTSKI, Leon. *A Revolução de Outubro*. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teorias do Discurso**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Quadro geral das Teorias do Discurso. Os discursos midiáticos e as formações discursivas circulantes. Discurso e Jornalismo. Elementos pragmáticos do discurso. Sujeito e subjetivação na linguagem. Identidade. Representação. Vozes do discurso. A Perspectiva discursiva da Enunciação. A significação. A construção de sentidos. O discurso do poder e o poder do discurso. Argumentação no discurso. Discurso e mudança social.

Objetivo Geral

Compreender o funcionamento discursivo da linguagem nos processos de comunicação social e no jornalismo.

Objetivos Específicos

Conhecer teorias fundantes e autores cânones destas tradições teóricas e suas correntes;
Desenvolver a leitura e compreensão de textos teóricos no campo do discurso;
Estabelecer relações intertextuais e das teorias com questões da realidade;
Identificar problemas próprios das teorias do discurso para a investigação em pesquisa no jornalismo e na comunicação;
Capacitar o(a) aluno(a) para a introdução ao trabalho de análise destes problemas em

perspectiva teórica e científica do campo da Linguística em diversos de seus desdobramentos: do texto, da enunciação, do discurso, etc.

Bibliografia Básica

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 135–145, jun. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782003000100011>

MARQUES, M. de S.. status ontológico da teoria do discurso (TD) em laclau e mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. *Dados*, v. 63, n. 2, p. e20180242, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582020211>

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R.. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 15, n. 4, p. 679–684, out. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>

Bibliografia Complementar

DIJK, Teun Adrianus Van. *Cognição, discurso e interação*. 7ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 207 p. (Caminhos da linguística).

DIJK, Teun Adrianus Van. *Discurso e poder*. 2ed. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito: curso dado no College de France (1981-1982)*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

FIORIN, Jose Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 14ed. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teorias do Jornalismo**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Os meios de comunicação de massa e a construção da realidade. A hipótese da agenda-setting. A teoria do espelho. A teoria do newsmaking. A teoria do Gatekeeper. Teoria organizacional. As teorias de ação política. As teorias construcionistas. A teoria estruturalista. A teoria interacionista. O jornalismo e o poder. A comunidade jornalística. Tendências e alternativas na teoria do jornalismo.

Objetivo Geral

Construir um panorama do pensamento teórico brasileiro e português em jornalismo.

Objetivos Específicos

Desenvolver competências de leitura e compreensão de textos acadêmicos e científicos;
Promover a inter-relação dos diferentes momentos teóricos em perspectiva evolutiva;
Relacionar teoria e prática no interesse de oferecer clareza quanto ao fato de as teorias serem descritivas e não prescritivas;

Apresentar correntes, teorias e autores e a base de seu pensamento;

Destacar a contribuição dos estudos portugueses e brasileiros para o campo;

Reconhecer trabalhos fundadores e tendências nos estudos teóricos em jornalismo.

Bibliografia Básica

MACHADO, E. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento). E-Compós, [S. l.], v. 1, 2004. DOI: 10.30962/ec.2. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2>.

A essência da teoria do jornalismo. RuMoRes, [S. l.], v. 17, n. 34, p. 266–273, 2023. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.216790. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/21679>

SEIXAS, L.. Teorias de jornalismo para gêneros jornalísticos. Galáxia (São Paulo), v. 13, n. 25, p. 165–179, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/97XF5QGJvdmBvcCZLZK6nVd/>

OLIVEIRA GONÇALVES, G.; RODRIGUES DA SILVA, N.; PINCER BATISTA, C. Saberes Plurais para o Jornalismo: crítica de gênero e contribuições femininas nas Teorias do Jornalismo. Pauta Geral - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 171–193, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14727>.

O jornalismo é “às vezes” uma forma de conhecimento: Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo. Revista Alterjor, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 181–187, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/127957>

Bibliografia Complementar

ASSIS, Francisco de. (Org) Imprensa do interior. Conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013

BARROS FILHO, Clóvis de. Teorias da Comunicação em Jornalismo. Reflexões sobre a mídia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BERGER, Christa; MARROCO, Beatriz. A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CHARRON, Jean e BONVILLE, Jean de. Natureza e Transformação do Jornalismo. Florianópolis / Brasília: Insular, 2017.

FONSECA, Virgínia P. da Silveira. Indústria de Notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Fundamentos de Psicologia**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Compreensão das bases do funcionamento psíquico e estruturação da personalidade. O comportamento humano. Aspectos da subjetividade contemporânea. Os processos comunicacionais e de persuasão.

Objetivo Geral

Desenvolver a capacidade de compreensão sobre os aspectos subjetivos e de formação da personalidade.

Objetivos Específicos

Conhecer as escolas da psicologia;

Incentivar o pensamento crítico sobre o meio em que está inserido e sobre as práticas políticas.

Bibliografia Básica

ROSE, N.. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 155–164, maio 2008. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000200002>

FERREIRA, M. C.. A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. spe, p. 51–64, 2010. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500005>

CHAVES, E. S.. Nina rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. *Psicologia em Estudo*, v. 8, n. 2, p. 29–37, jul. 2003. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200004>

DIMENSTEIN, M.; MACEDO, J. P.; LEITE, J. F.; GOMES, M. A. de F. Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 24–36, 2016. Disponível em:

http://periodicos.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/Dimenstein%2C%20Macedo%2C%20Leite%2C%20Gomes

Bibliografia Complementar

CARVALHO, Nelly. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Atica, 1996.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. *Psicologia: uma (nova) introdução. Uma visão histórica da psicologia como ciência*. São Paulo: PUC, 2007.

GOMES, Neusa D. *Publicidade: Comunicação Persuasiva*. POA: Sulina, 2003.

HERRMANN, Fábio, *O que é psicanálise?* 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1984.

VESTERGAARD, T. *A Linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Realidade Socioeconômica e Política da América Latina**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

O Componente Curricular aborda uma visão global dos problemas sociais, políticos e econômicos mais significativos do mundo contemporâneo, com especial enfoque para a América Latina na relação com os movimentos sociais, ao contexto das relações étnico raciais e de gênero.

Objetivo Geral

Construir conhecimento sobre questões sócio históricas da realidade latino americana no contexto das relações comunicativas.

Objetivos Específicos

Construir conhecimento sobre questões sócio históricas da realidade latino americana.
Definir o contexto das relações comunicativas na América Latina.

Bibliografia Básica

GOHN, M. da G.. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na américa latina. Caderno CRH, v. 21, n. 54, p. 439–455, set. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000300003>

Silva, J. F. S. da .. (2021). América Latina: capital e devastação social. Revista Katálysis, 24(1), 7–19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74788>

BAER, W.; MALONEY, W.. Neoliberalismo e distribuição de renda na américa latina. Brazilian Journal of Political Economy, v. 17, n. 3, p. 358–383, jul. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571997-0901>

GAVIÃO, L.. RAÍZES DA AMÉRICA LATINA: ORIGENS E FUNDAMENTOS DE UMA IDENTIDADE. Revista de História (São Paulo), n. 180, p. a07620, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.171183>.

Bibliografia Complementar

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CALDERA, A. Serrano. Filosofia e Crise: Pela filosofia latino-americana. Petrópolis: Vozes, 1985.

JAKOBSKINO, Mário. A América Latina: Histórias de dominação e libertação. Campinas: Papirus, 1985.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ZIMMERMANN, Roque. América Latina – o não-ser. Petrópolis: Vozes, 1986.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Comunicação, Cultura e Ideologia**

Carga Horária: **60 horas (4créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estuda as relações entre comunicação, cultura e ideologia.

Objetivo Geral

Estudar diferentes concepções acerca do conceito de cultura.

Objetivos Específicos

Compreender a influência exercida pelos meios de comunicação sobre a sociedade e cultura contemporâneas;

Entender as transformações provocadas pelas tecnologias da comunicação;

Estudar o conceito de ideologia; estabelecer relações entre comunicação, cultura e

ideologia.

Bibliografia Básica

ROSO, A. et al.. Cultura e ideologia: a mídia revelando estereótipos raciais de gênero. *Psicologia & Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 74–94, jul. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822002000200005>

BORBA, J.. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 147–168, mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100006>

WEBER, Maria Helena. Balizas do campo comunicação e política. *Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia*, Sorocaba, SP, v. 8, n. 18, p. 6–48, 2020. DOI: 10.22484/2318-5694.2020v8n18p6-48. Disponível em: <https://uniso.emnuvens.com.br/triade/article/view/4046>. Acesso em: 21 mar. 2024.

FONSECA, F.. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 6, p. 41–69, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200003>

Bibliografia Complementar

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo: Ática, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: BTU, 1983.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Políticas de Comunicação e Realidade de Fronteira**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Aborda a fronteira como território de realidades sociais, políticas, econômicas, comunicativas e culturais. Aborda a fronteira internacional associada às diferenças entre os dois lados, estabelecendo tipologias de cidades de fronteira, como também se caracteriza pela permeabilidade e como lugar de produção de comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas territoriais nacionais, a partir das políticas internacionais de comunicação.

Objetivo Geral

Estudar o conceito de fronteira.

Objetivos Específicos

Conhecer o marco legal da comunicação na fronteira

Construir conhecimento sobre questões relativas ao contexto comunicacional da realidade de fronteira.

Bibliografia Básica

PEREIRA, E; CARVALHO, M. Migração pendular e saúde: perfil de paraguaios em tratamento dialítico em município de fronteira internacional . Revista Enfermagem Contemporânea, [S. l.], v. 11, p. e3942, 2022. DOI: 10.17267/2317-3378rec.2022.e3942. Disponível em:

<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/3942>

BORBA, J.. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. Opinião Pública, v. 11, n. 1, p. 147–168, mar. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100006>

FONSECA, F.. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 6, p. 41–69, jul. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200003>

Bibliografia Complementar

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer. Petrópolis: Vozes: 1994.

_____. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994.

DEL POZO, José. História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARTINS, Ruy G. O método da fronteira. Palheira: Almedina, 2007.

COELHO, Teixeira. Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário. São Paulo, Fapesp / Iluminuras, 2012.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política Cultural**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Compreensão das políticas públicas e privadas na área da cultura. Compreensão do papel do estado e do mercado no campo da cultura. Identificação das Políticas de cultura: história e situação contemporânea. Análise de experiências e da legislação em políticas de cultura, especialmente no Brasil e no Rio Grande do Sul. Reflexão das políticas culturais em países desenvolvidos. Análise das fontes de financiamento para a cultura no âmbito federal, estadual e municipal.

Objetivo Geral

Discutir as dimensões e perspectivas das políticas culturais no Brasil.

Objetivos Específicos

Discorrer e entender as dimensões da cultura, políticas públicas e políticas culturais;

Discutir às políticas públicas e culturais na esfera federal, estadual e municipal.

Bibliografia Básica

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 88–113, abr. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762006000100004>

OLIVEIRA, W. J. F. de. Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 26, n. 50, 2021. DOI: 10.52780/res.14759. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14759>

GUAZINA, L. O CONCEITO DE MÍDIA NA COMUNICAÇÃO E NA CIÊNCIA POLÍTICA: DESAFIOS INTERDISCIPLINARES. *Revista Debates*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 49, 2007. DOI: 10.22456/1982-5269.2469. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/246>

CONDE, LEANDRO CARLOS DIAS. Representação e posicionamento midiático. *AURORA (PUCSP. ONLINE)*, v. 15, p. 103-121, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1982-6672.2022v15i43p103-121>

Bibliografia Complementar

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro, RJ: FG, 2009.

MATTELART, Armand. Diversidade Cultural e Mundialização. São Paulo, Parábola, 2005.

NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. O mercado da cultura em tempos (pós) modernos. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 2000.

OLIVIERI, Cristiane Garcia. Cultura neoliberal. Leis de incentivo como política pública de cultura. São Paulo, Escrituras / Instituto Pensarte, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMERY, Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro (orgs.). Tempos de Capanema. São Paulo, SP: FVG, 2000.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O contexto histórico e contemporâneo do desenvolvimento regional e da sustentabilidade e as suas implicações na sociedade. As teorias do desenvolvimento articuladas com o contexto local, regional e global; com o meio ambiente e a sustentabilidade. O capital social articulado com o desenvolvimento regional. A formação histórica do oeste do Estado do Rio Grande do Sul vista a partir dos seus diversos “modelos” de desenvolvimento, construídos na dinâmica das interações entre os atores.

Objetivo Geral

Compreender o desenvolvimento regional e a sustentabilidade e as suas implicações na sociedade.

Objetivos Específicos

Contextualizar historicamente a construção de algumas das principais teorias do

desenvolvimento regional e da sustentabilidade;
Refletir sobre as diversas dimensões do desenvolvimento e a sua articulação territorial.

Bibliografia Básica

MARTINS, Tiago C. (org.). Política e economia da cultura e os gastos públicos municipais: um estudo na Região das Missões - RS [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. Disponível em:

https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books?id_livro=432

OLIVEIRA, N. M. REVISITANDO ALGUMAS TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL Revising classical regional development theories. Informe GEPEC, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 203–219, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i1.25561. Disponível em:

<https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/25561>.

SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Celso Furtado: a esperança militante (Desafios): vol. 3 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, 462 p. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection, vol. 3. ISBN: 978-65-86221-12-1. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586221688>.

Bibliografia Complementar

ETGES, Virginia Elisabeta. Crises do capitalismo, estado e desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2014.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, Jose Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estratégias de Relacionamento com a Mídia**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Funcionamento e dinâmica de trabalho dos meios de comunicação de massa no país, estado e cidade. As relações entre as organizações, mídia e sociedade. Consultoria de mídia. Coletivas e exclusivas de imprensa.

Objetivo Geral

Capacitar o aluno a mediar o contato com os mais variados meios de comunicação de massa, passando por atendimento à imprensa.

Objetivos Específicos

Dimensionar a amplitude das estratégias de assessoria de imprensa;

Capacitar a realização de entrevistas coletivas e exclusivas.

Bibliografia Básica

SULLIVAN, Marguerite Hoxie. Uma assessoria de imprensa responsável na era digital. Washington: Bureau de Programas de Informações Internacionais Departamento de Estado dos Estados Unidos, 2012. Disponível em: < <http://goo.gl/EwYbh1>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

STEFFENELLO GHISLENI , Taís; FRAINER KNOLL , Graziela. Estratégias de comunicação na ambiência digital:: Mapeamento do quadro conceitual. ALCEU, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 83–103, 2020. DOI: 10.46391/ALCEU.v20.ed40.2020.48. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/48>

DE MELO, Rochele Malheiros et al. O ENGAJAMENTO PÚBLICO ATRAVÉS DAS MÍDIAS SOCIAIS. Revista Estudo & Debate, [S.l.], v. 28, n. 3, out. 2021. ISSN 1983-036X. Disponível em:

<http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/2865>

Bibliografia Complementar

LUCAS, Luciene e FREITAS, Ricardo F. (org). Desafios contemporâneos em comunicação: perspectiva de relações públicas. São Paulo: Summus, 2002.

LUCAS, Luciane (org.). Media training: como agregar valor melhorando a relação com a imprensa. São Paulo: Summus, 2007.

KOPPLIN, Elisa, FERRARETTO, Luiz Artur. Assessoria de Imprensa: Teoria E Prática. 3.Ed. Porto Alegre: Editora Sagra, 2001.

MAFEI, Maristela. Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia. São Paulo: CONTEXTO, 2004.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Identidades Culturais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Elementos epistemológicos da antropologia social e/ou cultural, de maneira introdutória, quanto ao conceito e objeto de estudo. De modo a construir uma reflexão sobre o imaginário, as representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais, com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Objetivo Geral

Oferecer um quadro analítico das identidades culturais expressas na realidade brasileira e nas particularidades regionais.

Objetivos Específicos

Relacionar Identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais. Analisar questões étnico-raciais, família, gênero e violência na cultura brasileira.

Bibliografia Básica

QUEIROZ, M. I. P. D.. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. *Tempo Social*, v. 1, n. 1, p. 29–46, jan. 1989. Disponível em: .

<https://doi.org/10.1590/ts.v1i1.83318>

TENÓRIO, M. C. Identidade cultural e origem dos Sambaquis. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [S. l.], n. 14, p. 169–178, 2004. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2004.89665. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89665>

Carvalho, A. F. E.. (2014). Reafirmar a Identidade cultural local: o património cultural imaterial local como recurso [Dissertação de mestrado] Escola Superior de Educação de Lisboa/Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa. Disponível em: https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/5276/1/FCarvalho_ReafirmIdentCultLocal_PCI_%28Reparado%29.pdf

BHABHA, Home. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

Bibliografia Complementar

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. CASTRO, Celso (org.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CANCLINI, Nelson Garcia. *Culturas Híbridas*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

DAMATTA, Roberto. *O que é o Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

_____. *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. S/ao Paulo: Rocco Ed. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura -um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A herança colonial e a constituição do Estado Nacional: patriarcado, patrimonialismo e as questões étnicas, emergência e crise na República Velha, a instauração e colapso do Estado Novo, o surgimento da questão social, industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos e as particularidades da questão social no Brasil. O nacionalismo, o desenvolvimento, a inserção dependente no sistema capitalista mundial, a modernização conservadora no pós-64 e Transição democrática e neoliberalismo.

Objetivo Geral

Identificar a formação sócio histórica do Brasil desde o descobrimento até os dias atuais e as particularidades da questão social no território nacional.

Objetivos Específicos

Compreender a herança colonial e a constituição do Estado Nacional;

Entender a emergência e a crise da República Velha, a instauração do Estado Novo e o

surgimento da Questão Social no Brasil;
Identificar o processo de industrialização, urbanização e o surgimento de novos sujeitos políticos e da contradição capital-trabalho, assim como a inserção dependente no sistema capitalista mundial;
Compreender a modernização conservadora no pós-64, a transição democrática, o neoliberalismo e o neo-desenvolvimentismo.

Bibliografia Básica

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA. *Temporalis*, [S. l.], v. 13, n. 25, p. 261–278, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2013v13n25p261-278. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/303>

FERREIRA, Carla Cecília Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. DIALÉTICA DA QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA. *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 62–76, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p62-76. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36500>

SABINO DE SOUZA, Cristiane Luiza; TELES, Heloísa. PRESSUPOSTOS PARA UMA ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL. *Temporalis*, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 44–61, 2021. DOI: 10.22422/temporalis.2021v21n42p44-61. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>

Bibliografia Complementar

MENDONÇA, S. A consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M.Y. (Org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MENDONÇA, S. Sociedade e política: construção e crise do Populismo no Brasil. In: LINHARES, M.Y. (Org). *História Geral do Brasil*, 8.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MONTEIRO, H. M. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M.Y. (Org). *História Geral do Brasil*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CAIO, Prado Junior. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia / São Paulo*, SP: Companhia das Letras, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. *Questão Social: particularidades no Brasil* Ed. Cortez, Rio de Janeiro, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teoria Política, Estado Moderno e Sociedade Civil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

As teorias do Estado. O Estado moderno na análise dos clássicos (Hobbes, Locke, Rousseau e Hegel). Estado e sociedade civil na análise liberal e na análise marxista. O debate contemporâneo acerca da democracia, da cidadania e do socialismo. O Estado e a reprodução capitalista.

Objetivo Geral

Propiciar, a partir da leitura dos clássicos da teoria política, um quadro de análise das

relações entre Estado e sociedade.

Objetivos Específicos

Analisar o Estado moderno e sua relação com a sociedade civil;
Problematizar a emancipação política e o surgimento do Estado moderno;
Refletir sobre as categorias sujeito de direito e cidadania na sociedade do contrato;
Refletir sobre a forma política estatal e reprodução capitalista.

Bibliografia Básica

SANTOS, Francisco Geraldo Matos; DOMINGUES, Ingrid Sousa. O campo jurídico e a formação do estado moderno à luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 18–32, 2020. DOI: 10.21910/rbsd.v7n1.2020.359. Disponível em: <https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/359>

MONEREO Pérez, José Luis. 2021. «Democracia Social Y económica En La Metamorfosis Del Estado Moderno: Harold J. Laski». *Lex Social: Revista De Derechos Sociales* 11 (1):298-377. Disponível em: <https://doi.org/10.46661/lexsocial.5426>.

SILVA, M. M. da; MARCASSA, L. P. O Estado contemporâneo sob as lanternas de Lenin: definindo o grande Leviatã. *Geminal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 205–221, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i2.37662. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/37662>

BRESSER-PEREIRA, L. C.. ESTADO, ESTADO-NAÇÃO E FORMAS DE INTERMEDIÇÃO POLÍTICA1. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 100, p. 155–185, jan. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-155185/100>

Bibliografia Complementar

BOBBIO, Norberto. *Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil*. 2. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2002 137 p.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. *Democracia e sociedade autoritária*. *Comunicação & Informação*. v. 15, n. 2, jul.-dez. 2012.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl, *O socialismo jurídico*. 2ª ed., São Paulo, Ensaio, 1991.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. v 1. Livro primeiro. Tomo 1. In: *Os Economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Acumulação Capitalista e Desigualdades Sociais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A crítica à globalização. Problematização sobre a mundialização da economia e financeirização do capital. A predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista. Os impactos do capital financeiro no mundo do trabalho. A desigualdade social e os processos de exclusão social.

Objetivo Geral

Analisar o processo de mundialização da economia e financeirização do capital a fim de compreender seus efeitos no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos

Refletir sobre as contradições presentes no processo de globalização e expansão do capitalismo;

Problematizar as dimensões da globalização;

Compreender a globalização como uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo moderno;

Apreender no que consiste o capital financeiro;

Reconhecer e apreender os processos de exclusão social decorrentes do atual momento do capitalismo.

Bibliografia Básica

SOUZA, J. M. A. de .. Estado e sociedade civil no pensamento de marx. *Serviço Social & Sociedade*, n. 101, p. 25–39, jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000100003>

GONÇALVES, G. L.. Forma e violência jurídica na acumulação capitalista: sobre relações de troca e expropriação. *Revista Direito e Práxis*, v. 10, n. 4, p. 2858–2878, out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/45690>

PASSOS, T. K. de S.; TEIXEIRA, S. M. Neoliberalismo, democracia e políticas sociais: Paradoxos de uma barbárie. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, [S. l.], v. 20, n. 1, p. e37389, 2021. DOI: 10.15448/1677-9509.2021.1.37389. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/37389>

DIEHL, R. C.; COSTA, M. M. M. DA. Direitos, desigualdades e sistemas de proteção social na América Latina:: construções, desconstruções e lutas. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 125, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9732/2022.V125.756>

Bibliografia Complementar

AMIN, Samir. Os desafios da mundialização. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

CASTEL, Robert.; BOGUS, Lúcia. (Org.). As armadilhas da exclusão social. Desigualdade e questão social. São Paulo, SP: EDUC, 2008.

MESZAROS, Istvan. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

KATUTA, Angela Massumi. Sociedade e Cidadania: desafios para o século XXI. Ponta Grossa/PR, UEPG, 2010.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

Identificação do componente

Componente Curricular: **As Ciências Sociais no Brasil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. A formação do pensamento social brasileiro na compreensão dos principais problemas brasileiros.

Objetivo Geral:

Conhecer alguns dos principais temas e problemas do Pensamento Social Brasileiros.

Objetivos Específicos:

Problematizar as próprias origens da Sociologia no Brasil, focando autores e debates desde o último quartel do século XIX;

Conhecer a contribuição de pensadores brasileiros das ciências sociais do século XX.

Bibliografia Básica

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V.. A sociologia no brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 13, n. 3, p. 416–435, set. 2013. Disponível em: .

<https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.3.16522>

CAMACHO, T. Florestan Fernandes e as ciências sociais no Brasil. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 5, n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/832>

BRASIL, A.. AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL: ESTUDO REALIZADO PARA A CAPES POR L. A. COSTA PINTO E EDISON CARNEIRO. Sociologia & Antropologia, v. 2, n. 3, p. 269–278, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v2311>

KÜCHEMANN, Berlindes Astrid; BANDEIRA, Lourdes M.; ALMEIDA, Tânia Mara C. A categoria gênero nas Ciências Sociais e sua interdisciplinaridade. Revista do CEAM, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 63–81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>

Bibliografia Complementar

FERNANDES, F Mudanças sociais no Brasil: Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Global, 2008.

IANNI, O. Estado e capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PRADO JUNIOR, C. A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MARX, K. O Capital. São Paulo: EDIPRO, 2003

Identificação do componente

Componente Curricular: **Geografia Humana e Econômica**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

As fronteiras e as formas de apropriação política do espaço. Relações Estado e território. Geografia da População. Distribuição espacial da população no Brasil e no mundo. Os grandes movimentos migratórios internacionais e intranacionais. Dinâmica populacional e indicadores da qualidade de vida das populações. Geografia Econômica. Globalização e divisão internacional do trabalho. Formação e estrutura dos blocos

econômicos internacionais. Processo de urbanização e formação de redes de cidades. Conurbação, metropolização e cidades-mundiais. Dinâmica intraurbana das metrópoles brasileiras. O papel das cidades médias na modernização do Brasil.

Objetivo Geral:

Promover o estudo de elementos da humana, especialmente da realidade brasileira para compreender a complexidade do espaço geográfico do Brasil e suas perspectivas frente aos efeitos do processo de globalização tanto econômica como cultural e social

Objetivos Específicos:

Discutir sobre as regionalizações mais utilizadas no país, assim como refletir sobre o cenário demográfico e urbano a partir do censo de 2010.

Bibliografia Básica

CASTRO, C.; PLÁCIDO, R.; MEDEIROS, I. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. Metodologias e Aprendizado , [S. l.], v. 6, p. 516–533, 2023. DOI: 10.21166/metapre.v6i.3983. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. Geosp: espaço e tempo (Online), São Paulo, v. 19, n. 2, p. 374-390, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2015.102810>. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102810>. / <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/39358>

REIS, Máira Lopes. ESTUDOS DE GÊNERO NA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO. Espaço e Cultura, [S. l.], n. 38, p. 11–34, 2015. DOI: 10.12957/espacoecultura.2015.29067. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/2906>

Bibliografia Complementar

CORREA, Rogério Lobato. CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato. Brasil: Questões Atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

GALLUP, John Luke; GAVIRIA, Alejandro; LORA Eduardo. Geografia é Destino? São Paulo: UNESP, 2007.

GEORGE, Pierre, Geografia Econômica, São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1983.

LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de textos, 2009.

SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. São Paulo: USP, 2012.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: USP, 2012.

THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: Disparidades e Dinâmicas do Território. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MOREIRA JÚNIOR, Orlando. Tendências nas pesquisas geográficas sobre cidades pequenas no Brasil: apontamentos para análise, Revista Geographia, vol, 16, n.32, 2014

HEIDRICH, Álvaro. CASTELLO, Iára Regina. SOARES, Paulo Roberto. Metrôpole, disputa por espaço, ideias e moradias. In: HEIDRICH, Alvaro.

MAMMARELLA, Rosetta. Habitação e Metrôpole: Representação e produção da cidade em disputa. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2014.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. Revista Mercator, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.

DIETZ, Circe. RÜCKERT, Aldomar. Integração regional, a região transfronteiriça da bacia do Rio da Prata e os projetos de infraestruturas de conexão. Revista Confins, n.17, 2013.

CARNEIRO, Camilo. Fronteira irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

Identificação do componente

Componente Curricular: **CAMPANHAS ELEITORAIS: ESTUDOS DE CASO**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estratégias eleitorais e de comunicação. Análise de campanhas eleitorais e reeleitorais. Razões para sucesso ou derrota nas urnas. Acertos e erros de posicionamento. Percepção na opinião pública e limites contextuais de candidaturas.

Objetivo Geral:

Analisar a estratégia eleitoral e de comunicação de campanhas em eleições majoritárias e proporcionais no Brasil.

Objetivos Específicos:

Diagnosticar razões de sucesso e insucesso de campanhas eleitorais;

Compreender as estratégias implementadas em campanhas eleitorais;

Discutir o papel do cientista político na formulação de estratégias de campanhas eleitorais.

Bibliografia Básica

ALVES, M. Profissionalização das Campanhas Eleitorais: Metodologia de Estudo. Revista Agenda Política, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 84–96, 2014. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em:

<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/46>

SANTOS, R. M.; RAMOS, M. D. da S. PRODUÇÃO LEGISLATIVA, CAMPANHAS ELEITORAIS E VOTO DISTRITALIZADO: ESTUDO DE CASO DOS VEREADORES CANDIDATOS À REELEIÇÃO EM CURITIBA EM 2012. Revista Faz Ciência, [S. l.], v. 18, n. 27, p. 154, 2016. DOI: 10.48075/rfc.v18i27.12329. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/12329>

NICOLAU, J.. O sistema eleitoral de lista aberta no brasil. Dados, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582006000400002>

GOMES, W. et al.. "politics 2.0": a campanha online de barack obama em 2008. Revista de Sociologia e Política, v. 17, n. 34, p. 29–43, out. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000300004>

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral. Editora Record, 2015.

FIGUEIREDO, Marcus et al. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *Opinião Pública*, v. 4, n. 3, p. 182-203, 1997.

LAVAREDA, Antônio. Emoções ocultas e estratégias eleitorais. São Paulo: Objetiva, 2009.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais: campanha e voto nas eleições municipais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SANTA, RITA. Chico. Novas batalhas eleitorais. São Paulo: Ediouro, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Pesquisas Eleitorais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Pesquisa eleitoral. Definições teóricas. Construção da amostra. Margem de erro e intervalo de confiança. Confecção do questionário. Aplicação do instrumento de pesquisa. Processamento e tratamento dos dados. Análise dos resultados. Erros metodológicos em pesquisas eleitorais.

Objetivo Geral:

Construir uma pesquisa eleitoral com amostra e aplicação de questionário.

Objetivos Específicos:

Apresentar as diversas fases de construção de uma pesquisa eleitoral;

Abordar elementos teóricos e práticos;

Capacitar os discentes a analisarem os resultados de pesquisas eleitorais.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, A.; ARAÚJO JÚNIOR, C. A. G. de; ROMÃO, M. C. AS PESQUISAS DAS PESQUISAS: A OPINIÃO DO ELEITOR SOBRE AS PESQUISAS ELEITORAIS. *Teoria & Pesquisa Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 20, n. 2, 2012. DOI: 10.4322/tp.v20i2.264. Disponível em:

<https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/264>

EL-DASH, Neale Ahmed. Avaliação metodológica das pesquisas eleitorais brasileiras. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/45/45133/tde-20220712-125043/pt-br.php>

SILVEIRA, F. E. Pesquisas, enquetes e estudos eleitorais. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 351–384, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2002.2.106. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/106>.

PEIXOTO, V. de M.; MARQUES, L. M.; RIBEIRO, L. M. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, p. 93–116, set. 2022. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.006>

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alberto Carlos. Erros nas pesquisas eleitorais e de opinião. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. Pesquisa eleitoral e clima de opinião. Opinião pública, v. 1, n. 2, p. 1-8, 1993.

ALMEIDA, Jorge; PRANDI, Reginaldo; SADER, Emir. Como vota o brasileiro: perfil ideológico do leitor e evolução do voto nas pesquisas de opinião de 1994. 2. ed. São Paulo, SP: Xamã, 1998.

BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2009.

LIPPMANN, Walter. Opinião pública. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Econometria**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Modelo de regressão linear simples: introdução e estimação. Modelo de regressão clássico linear: definição. Modelo de regressão linear: inferência. Extensões do modelo de regressão clássico linear. Regressão linear múltipla: estimação e inferência. Inferência Causal. Fontes adicionais de incerteza. Multicolinearidade. Heterocedasticidade. Autocorrelação. Regressão com variáveis independentes qualitativas (DUMMIES). Variáveis instrumentais. Estruturas de dados e regressões para painéis.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

SANTOS, Moises da Silva. Econometria: modelos de regressão no estudo de variáveis econômicas de Araguaína -TO. 2021. 60 f. Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Matemática, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2021. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/4798>

FALCONERI, Priscila Silva Rodrigues. Ensaio utilizando econometria espacial: aplicações em modelos de decisão de famílias em áreas de risco e precificação e demanda por gasolina em postos de combustíveis de Fortaleza -CE. Tese (Doutorado) - FEAAC - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade - CAEN - Programa de Pós-Graduação em Economia, Fortaleza, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/74583>

Nunes, Alcina; Balsa, Carlos (2008). O software open source como instrumento pedagógico: aplicação prática à econometria e à matemática. In XVIII Luso-Spanish Conference on Management - Innovation, Entrepreneurialship, Knowledge and Enterprise in Competitiveness. Porto. ISBN 978-989-20-1009-0 Disponível em:

<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/1842/1/XVIIIJLEGC.pdf>

Teixeira, J. R. (1984). Uma perspectiva histórica da economia quantitativa e do papel da sociedade brasileira de econometria - uma visão pessoal. *Brazilian Review of Econometrics*, 4(2). Disponível em: <https://doi.org/10.12660/bre.v4n21984.3141>

Bibliografia Complementar

PEREDA, Paula Carvalho. *Econometria aplicada*. São Paulo GEN Atlas 2018

GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. 3. ed. São Paulo, SP: Pearson Makron Books, 2005.

MAIA, Alexandre Gori. *Econometria conceitos e aplicações: aprenda os fundamentos da análise econométrica e resolva problemas econômicos concretos*. São Paulo Saint Paul 2017

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. *Econometria de séries temporais*. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2008.

NEVES, Cesar das. *Econometria e séries temporais com aplicações à dados da economia brasileira*. Rio de Janeiro LTC 2014

HOFFMANN, Rodolfo. *Análise de regressão: uma introdução a econometria*. 4ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.

STOCK, James H.; WATSON, Mark W. *Econometria*. São Paulo, SP: Pearson Addison Wesley, 2004

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. *Econometria*. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estatística básica**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Probabilidade: conceito, axiomas e teoremas fundamentais. Variáveis aleatórias. Distribuições de probabilidade. Estatística descritiva. Distribuições teóricas e empíricas. Distribuições unidimensionais e bidimensionais. Introdução à Teoria da Amostragem, principais esquemas. Inferência Estatística: Processos de decisão, Teoria da Estimação, Testes de Hipóteses e Análise de Variância.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

OLIVEIRA, José Sérgio Casé de. *Estatística aplicada às ciências sociais aplicadas II*. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 112 p. ISBN 9788582921623 (broch.) Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28125/1/eBook_Estat%3%adstica_para_Ci%3%aaancias_Sociais_Aplicadas_II_UFBA.pdf

CAZORLA, I. M.; DE CASTRO, F. C. O PAPEL DA ESTATÍSTICA NA LEITURA DO MUNDO: o letramento estatístico - Doi: <http://dx.doi.org/10.5212/PublicatioHum.v.16i1.045053>. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 16, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2834>
MINAYO, M. C. de S.. Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 27, n. 3, p. 919–932, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>

Bibliografia Complementar

BABBIE, E. Métodos de Pesquisa de Survey. Belo Horizonte. UFMG, 2003.
GERRING, J. Social Science Methodology: A Criterial Framework. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.
JANET M. BOX-STEFFENSMEIER, Et al. The Oxford Handbook of Political Methodology. Oxford Handbooks of Political Science, 2008.
KEMAN, H. Et Allii. Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics. London: Sage Publications, 1999.
KING, G.; KEOHANE, R.; VERBA, S. Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princeton, Princeton University Press, 1994.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estatística aplicada à Ciências Sociais – Ciência Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Métodos estatísticos aplicados às pesquisas em Ciência Política e áreas correlatas. O uso prático de softwares para construção de banco de dados, produção de testes e representações gráficas

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

CAMPOS, Luiz Augusto. A identificação de enquadramentos através da análise de correspondências: um modelo analítico aplicado à controvérsia das ações afirmativas raciais na imprensa. Opinião Pública, v. 20, p. 377-406, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/zqhLRY3rqswQXB3scF53xTG/>
MINAYO, M. C. de S.. Origem inusitada da pesquisa qualitativa em ciências sociais no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 27, n. 3, p. 919–932, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000400012>
OLIVEIRA, José Sérgio Casé de. Estatística aplicada às ciências sociais aplicadas II. Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 112 p. ISBN 9788582921623 (broch.) Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28125/1/eBook_Estat%*c3*%adstica_para_Ci%*c3*%aancias_Sociais_Aplicadas_II_UFBA.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28125/1/eBook_Estat%c3%adstica_para_Ci%c3%aancias_Sociais_Aplicadas_II_UFBA.pdf)

Bibliografia Complementar

CERVI, Emerson. Análise de dados categóricos em Ciência Política. Curitiba: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. 2014.

CERVI, Emerson. Manual de métodos quantitativos para iniciantes na ciência política. Vol. 1 Curitiba: UFPR, 2017.

Lasswell, Harold. Por que ser quantitativista. In: Lasswell, Harold (Org). A linguagem da política. Brasília: UNB, 1982

Silver, Nate. O sinal e o ruído: por que tantas previsões falham e outras não. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

KEMAN, H. Et Alli. Doing Research in Political Science: An Introduction to Comparative Methods and Statistics. London: Sage Publications, 1999.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Reforma Política no Brasil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O debate sobre reforma política e eleitoral no Brasil. Principais pontos de debate na opinião pública. Avaliação de propostas de reformas eleitorais.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

AMORIM NETO, Octavio; CORTEZ, Bruno Freitas; PESSOA, Samuel de Abreu. Redesenhando o Mapa Eleitoral do Brasil: uma proposta de reforma política incremental. *Opinião Pública*, v. 17, p. 45-75, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/WSxssd5zyq6vN4K7StL75zB/>

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). *Dados*, v. 59, p. 1091-1125, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FjxvsM9jJPfVhX58gKLrgpv/?lang=pt>

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. O Brasil precisa de limite de mandatos legislativos?: reforma política baseada em evidências. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2020. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70725>

Bibliografia Complementar

AVRITZER, Leonardo. Reforma política no Brasil. Editora UFMG, 2006.

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). *Dados*, v. 59, p. 1091-1125, 2016.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; RENNÓ, Lucio (Org.). Reforma política – lições da história recente. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SERRA, José. Reforma política no Brasil: parlamentarismo x presidencialismo. São Paulo: Edições Siciliano, 1993

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Dados, v. 40, p. 493-535, 1997

Identificação do componente

Componente Curricular: **Sistemas Eleitorais - Avançado**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Conceitos avançados e aplicados de sistemas eleitorais. Sistema de ranked-choice e outros. Efeitos diversos das regras eleitorais sobre o comportamento político e partidário, comparativamente. Engenharia constitucional comparada. Proposições de reforma eleitoral.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

CARLOMAGNO, Márcio C. Sistema proporcional, puxador de votos e um problema inexistente: os mais votados já são os que se elegem. Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR, v. 3, n. 10, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/newsletter-Observatorio-v.-3-n.-10.pdf>

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. Dados, v. 40, p. 493-535, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/CVPJFhSCMKsHMjzxxZSFxfp/>

SOUZA, V. P. G. de .. Como se fomenta ou se barra reformas eleitorais? uma revisão de escopo. Revista de Sociologia e Política, v. 31, p. e006, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e006>

Bibliografia Complementar

AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. In: Political Parties. Routledge, 2001. p. 2-29

AMES, Barry. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. The Journal of politics, v. 57, n. 2, p. 324-343, 1995.

COX, Gary. Electoral rules and electoral coordination. Annual Review of Political Science 2.1: 145-161, 1999.

COX, Gary W. Duverger's propositions: In: Cox, Gary. Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems. Vol. 7. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

GROFMAN, Bernard. The Impact of Electoral Laws on Political Parties. The Oxford Handbook of Political Economy: 102-18, 2006.

GOLDER, M. Presidential Coattails and Legislative Fragmentation. American Journal of Political Science, 50, 34-48, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política Americana**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A Revolução Americana e o pensamento político dos founding fathers. Instituições Políticas dos Estados Unidos. Spoils system. Principais marcos das administrações no século XX. Sistema partidário americano e suas inflexões ao longo do tempo. Sistema eleitoral americano e o colégio eleitoral. Comportamento político e eleitoral nos Estados Unidos.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

POLSBY, Nelson. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. Rev. Sociol. Política 16(30): 221-251, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/qfZ64Z63nswQcsjTrqd7b8F/?lang=pt&format=pdf>

TSEBELIS, George. Processo decisório em sistemas políticos: veto players no presidencialismo, parlamentarismo, multicameralismo e pluripartidarismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 12, no. 34, p.89-118, 1997. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/graduacaocienciasocias/wp-content/uploads/sites/565/2015/09/Programa-MACP-1-1.docx>

LIMONGI, Fernando. “O Novo Institucionalismo e Os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”. BIB - Boletim Informativo Bibliográfico, n. 37, p. 3-38, 1994. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/152>

Bibliografia Complementar

MAYHEW, David R., Congress: The Electoral Connection (New Haven, CT: Yale University Press, 1974.

MCCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional Oversight Overlooked: Police Patrols versus Fire Alarms. American Journal of Political Science 28, no. 1: 165-179, 1984

CAIN, Bruce, FAREJOHN, John A. e FIORINA, Morris. The Personal Vote: Constituency Service and Electoral Independence. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

CAREY, John; SHUGART, Matthew (Org.). Executive decree authority. Cambridge:

Cambridge University Press, 1998

ARTER, David. Introduction: Comparing the Legislative Performance of Legislatures
Journal of Legislative Studies 12: 3-4, 245-257, 2006.

CHERNYKH, S., D. DOYLE, et al. Measuring Legislative Power: An Expert
Reweighting of the Fish-Kroenig Parliamentary Powers Index. Legislative Studies
Quarterly 42(2): 295-320, 2017.

COX, G. and M. MCCUBBINS. Setting the Agenda: Responsible Party Government in
the U.S. House of Representatives. Cambridge, Cambridge University Press, 2005

Identificação do componente

Componente Curricular: **Comportamento Eleitoral e Marketing Político II**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Teoria do Voto. Escolha racional e voto econômico. Eleitor Prospectivo e Retrospectivo.
Racionalidade limitada: o papel do afeto no voto. Explicações sobre o comportamento
eleitoral.

Objetivo Geral:

Analisar as principais dimensões analíticas sobre comportamento eleitoral. Habilitar os
discentes para compreender, discernir e produzir análises e produtos de marketing
político.

Objetivos Específicos:

Examinar o papel das pesquisas de intenções de voto no cenário eleitoral;

Compreender as estratégias implementadas para campanhas eleitorais;

Discutir o papel da mídia nas eleições, sobretudo a campanha nas mídias sociais e
Internet.

Bibliografia Básica

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. 2018. Eleições como de costume? Uma
análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas
tecnologias digitais (1998-2016). Revista Brasileira de Ciência Política, nº 26, pp 7-62.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/HShqCWG3ghZ7SrdPwPGMprq/abstract/?lang=pt>

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e
Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. Dados, vol. 55, no 1, 2012, pp. 71-117.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/HZPmcR6DnM7vJYmQJFX4cFn/?lang=pt>

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio, 2007. O que é que o reeleito tem? O retorno: o
esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. Revista de Economia Política. 2007. Vol.
27, no. 4, p. 664-683. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rep/a/NbLsLqGMrdkSTDzYdNHwBdr/?lang=pt>

Bibliografia Complementar

BORBA, Felipe. 2015. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras.

Opinião Pública, vol. 21, nº 2.

BORGES, André. 2010. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188.

LAVAREDA, Antônio. 2009. *Emoções ocultas e estratégias eleitorais*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

LASSWELL, Harold. 1927. The Theory of Political Propaganda. *The American Political Science Review*, v. 21, n. 3, p. 627-631.

MANIN, Bernard. 1995. Metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10 n.29.

NICOLAU, J. M. 2004. *Sistemas Eleitorais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NICOLAU, Jairo. 2017. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). *Journal of Democracy*, V.6, N.1.

PERES, Paulo Sergio. 2013. Institucionalização do sistema partidário ou evolução da competição? Uma proposta de interpretação econômica da volatilidade eleitoral. *Opinião pública*, vol. 19, nº 1, p. 21-48.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. 2013. O que faz a diferença: Gastos de Campanha, Capital Político, Sexo e Contexto Municipal nas Eleições para Prefeito em 2012. *Cadernos ADENAUER*, v. 2, p. 107-124

VEIGA, Luciana Fernandes. 2002. Em busca das razões para o voto: o uso que o eleitor faz da propaganda política. *Revista Contracampo*. n. 07.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política e Cinema**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A relação entre política institucional e o cinema. A indústria audiovisual enquanto instrumento de propaganda de guerra (nazismo, comunismo e macarthismo). Aproximações e afastamentos entre arte e conceitos científicos: o cinema como meio para a divulgação científica e compreensão de conceitos da ciência política, notadamente, do marketing político.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

RIBEIRO, Pedro José Floriano. 2004. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. *Rev. Sociol. Polít.*, n. 22, p. 25-43. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/76JNhZr4KWxpXxJdNn6yT4v/?lang=pt>

Souza, G. (2012). O ponto de vista político no cinema de periferia. *Galáxia*, (24), 115-126. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Disponível

em: <https://www.redalyc.org/pdf/3996/399641250010.pdf>

SILVA, M. G. da. CINEMA, HISTÓRIA E POLÍTICA. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 4, n. 11, p. 06–11, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.4158790. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/35>

Bibliografia Complementar

SCOTT, Ian. American politics in Hollywood film. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.

FERRAZ, Vicente; ALDÉ, Alessandra. Arquitetos do poder. Urca Filmes, 100 min, 2010.

HAYNES, Toby. Brexit: The Uncivil War. House Productions, 92 min, 2019.

LARRAÍN, Pablo. No. Participant Media / Sony Pictures Classics, 118 min, 2012.

LEVINSON, Barry. Wag the Dog. Baltimore Pictures / New Line Cinema, 97 min, 1997.

SALLES, João Moreia. Entreatos. VideoFilmes, 117 min, 2004.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Competição Política e Eleitoral no Brasil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Fundamentos da disputa eleitoral no Brasil. Competição política e eleitoral. Índices de competitividade eleitoral. Preditores eleitorais. Sistema eleitoral brasileiro e seus efeitos.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

NICOLAU, Jairo. Os quatro fundamentos da competição política no Brasil (1994-2014). Journal of Democracy, V.6, N.1, 2017. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pf-ifch/public-files/eventos/55258/nicolau_2017_-_os_quatro_fundamentos_da_competicao_politica_no_brasil_1994_-_2014.pdf

MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Rafael. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. Dados, vol. 55, no 1, 2012, pp. 71-117. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/HZPmcR6DnM7vJYmQJFX4cFn/?lang=pt>

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. 2013. O que faz a diferença: Gastos de Campanha, Capital Político, Sexo e Contexto Municipal nas Eleições para Prefeito em 2012. Cadernos ADENAUER, v. 2, p. Disponível em: 107-124.

https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_10389_5.pdf/11046824-77ff-9c4c-0a34-2449b34d3f02

Bibliografia Complementar

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A Concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. *Dados*. 2011, vol.54, n.2, pp.319-347.

BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. 2018. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 26, pp 7-62.

BORGES, André. 2010. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio, 2007. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. *Revista de Economia Política*. 2007. Vol. 27, no. 4, p. 664–683.

VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Geografia Eleitoral**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Geoprocessamento do voto. Estatísticas espaciais. Geografia espacial. Territorialização dos candidatos e do voto. Cartografia regional do voto. Divisão espacial do voto e comportamento eleitoral. Espaços territoriais legislativos e executivos. Distribuição espacial do voto.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

SOARES, Gláucio Ary Dillon; TERRON, Sonia Luiza. Dois Lulas: a geografia eleitoral da reeleição (explorando conceitos, métodos e técnicas de análise geoespacial). *Opinião Pública*, v. 14, p. 269-301, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/DtVyrpxMJGNMV4MfqmrjzgH/?lang=pt>

AVELINO, George; BIDERMAN, Ciro; SILVA, Glauco Peres da. A concentração eleitoral no Brasil (1994-2014). *Dados*, v. 59, p. 1091-1125, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/FjxvsM9jJPfVhX58gKLrgpv/abstract/?lang=pt>

AMES, Barry. A estratégia eleitoral na representação proporcional com lista aberta. *Cadernos Metrôpole*, v. 14, n. 27, p. 59-87, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/14781>

Bibliografia Complementar

- AMES, Barry. Electoral strategy under open-list proportional representation. In: Political Parties. Routledge, 2001. p. 2-29
- AMES, Barry. Electoral rules, constituency pressures, and pork barrel: bases of voting in the Brazilian Congress. The Journal of politics, v. 57, n. 2, p. 324-343, 1995.
- BORGES, André; PAULA, Carolina de; SILVA, Adriano da Nóbrega. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. Revista de Sociologia e Política, v. 24, p. 31-58, 2016.
- DE CARVALHO, Nelson Rojas. Geografia política das eleições congressuais: a dinâmica de representação das áreas urbanas e metropolitanas no Brasil. Cadernos Metrópole, v. 11, n. 22, p. 367-384, 2009.
- MESQUITA, Lara. Emendas ao orçamento e conexão eleitoral na Câmara dos Deputados brasileira. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2008.
- SILOTTO, Grazielle. A relevância regional nas estratégias partidárias: evidências das listas de candidatos de São Paulo. Revista de Sociologia e Política, v. 27, 2019.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Instituições Políticas Comparadas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Relação executivo-legislativo. Mecanismos de governabilidade e accountability. Sistemas de governo comparados: presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais comparados.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Revista Dados, 1988. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=348>
- BORGES, André. 2013. Eleições presidenciais, federalismo e política social. Revista Brasileira de Ciência Política, Vol. 28 n° 81. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/4RDGTvSP5bXRmmR8LrDnt4w/?format=pdf&lang=pt>
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. Dados, v. 46, p. 735-771, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/msFYCm8hfrxNn7zxpBwkRvL/>

Bibliografia Complementar

CHERNYKH, S., D. DOYLE, et al. Measuring Legislative Power: An Expert Reweighting of the Fish-Kroenig Parliamentary Powers Index. *Legislative Studies Quarterly* 42(2): 295-320, 2017.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, p. 735-771, 2003.

MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: O caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 46, p. 735-771, 2003.

VEIGA, Luciana Fernandes. O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, v. 17, n. 2, p. 400-425, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estudos Legislativos**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Teorias sobre as instituições legislativas. O Congresso Nacional na nova ordem constitucional. Relação Executivo/Legislativo. Comportamento dos parlamentares e partidos políticos na arena legislativa: disciplina, migração e produção legislativa. Representação, conexão eleitoral e carreira parlamentar. Legislativos subnacionais.

Objetivo Geral:

Apresentar e debater com os discentes os principais tópicos das pesquisas sobre o legislativo.

Objetivos Específicos:

Habilitar os discentes para compreender, discernir e produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao legislativo brasileiro.

Bibliografia Básica

AMORIM NETO, Octavio. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*. 2000, vol.43, n.3, pp.479-519. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/3xyyXsZD8NdvxFcSLJbKrN/>

SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes; PATRÍCIO, Inês. Modelo de comportamento legislativo sob restrições institucionais. *Nova Economia*, v. 7, n. 2, 1997. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2244>

LEMOS, L. B. O Congresso Brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994: uma análise distributivista. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 44, 3, 2001, p. 561-630. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/dados/a/Tf8zj4JxQWssTwjJRw7PTSq/?lang=pt>

RICCI, P. O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais? *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 46, 4, 2003, p. 699-734. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/XvdskJt4Zyh6BTZpRRXFnd/>

Bibliografia Complementar

AMES, Barry. Famintos por Pork: uma análise da demanda e oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política. In: Zucco Jr, Cesar. O congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ANASTASIA, Fatima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. Organização do Poder Legislativo e Executivo-Legislativo. In: ANASTASIA, Fatima; MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. Governabilidade e representação política na América do Sul. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

CAREY, J. M.; REINHARDT, G. Y. Impacto das instituições estaduais na unidade das coalizões parlamentares no Brasil. Dados - Revista de Ciências Sociais, 46, 4. 2003, p. 773-804.

LEMOS, Leany; RICCI, Paolo. Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: antes e depois das eleições. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Org.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LEMOS, Leany Barreiro. O controle legislativo no Brasil pós-1988. In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy (Org.). Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Processo Orçamentário e Comportamento Legislativo: Emendas Individuais, Apoio ao Executivo e Programas de Governo. Dados, Vol. 48, no 4, 2005, pp. 737 a 776.

LIMONGI, Fernando; Figueiredo, Argelina. Poder de agenda e políticas substantivas. In: INACIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INACIO, Magna. Mudança procedimental, oposições e obstrução na Câmara dos Deputados. In: INACIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INACIO, Magna; RENNÓ, Lúcio. Estudos legislativos no Brasil. In: INACIO, Magna; RENNÓ, Lúcio (Org.). Legislativo brasileiro em perspectiva comparada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

INACIO, Magna. Engajamento parlamentar no Brasil. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Org.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

POWER, Timothy. O presidencialismo de coalização na visão dos parlamentares brasileiros. In: POWER, Timothy; ZUCCO JR., Cesar (Org.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

RICCI, Paolo; TOMIO, Fabricio. O poder da caneta: a Medida Provisória no processo legislativo estadual. Opin. Publica. 2012, vol.18, n.2, pp.255-277.

SAMUELS, David, 2000. Ambition and Competition: Explaining Legislative Turnover in Brazil. Legislative Studies Quarterly. 2000. Vol. 25, no. 3, p. 481-497.

SAMUELS, David, 2003. Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil. New York: Cambridge University Press.

SANTOS, Manoel Leonardo; SILVA, Mariana Batista da; FILHO, Dalson Britto Figueiredo and ROCHA, Enivaldo Carvalho da. Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. Opin. Publica. 2015, vol.21, n.1, pp.33-59.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Gerenciamento de Campanhas Políticas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Criação da equipe de coordenação. Gerenciamento estratégico. Gerenciamento da comunicação. O cronograma de ações. Identificando a plataforma do candidato. Controle orçamentário: legislação e captação de recursos.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

SCHMITT, Rogério; CARNEIRO, Leandro Piquet; KUSCHNIR, Karina. Estratégias de campanha no horário gratuito de propaganda eleitoral em eleições proporcionais. Dados, v. 42, p. 277-301, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/xcRDBXNSdZsJTfhLtMDnyLf/?lang=pt>

RIBEIRO, Pedro José Floriano. Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos. Rev. Sociol. Polít., n. 22, p. 25-43, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/76JNhzr4KWxpXxJdNn6yT4v/?lang=pt>

VALDEZ ZEPEDA, Andrés; HUERTA FRANCO, Delia A.; PEREZ PRECIADO, Octavio Adolfo. O humor na estratégia de persuasão durante as campanhas eleitorais. Revista Brasileira de Ciência Política, p. 245-258, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7FcMVgdjH5NyB4JTcLxpMRx/abstract/?lang=pt>

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Alberto Carlos. A cabeça do eleitor. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FIGUEIREDO, Rubens (Org.). Marketing político em tempos modernos. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2008.

MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada. Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à Presidência em 2014 no Facebook. Compolítica, v. 5, n. 2, p. 75-112, 2015.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, n. 22, 2011

Identificação do componente

Componente Curricular: **Políticas Comparada**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estuda a Ciência Política como componente curricular comparativa: os sistemas políticos em perspectiva comparada, os principais métodos da técnica comparativa de análise política, e os diferentes enfoques teóricos de análise política.

Objetivo geral

Conhecer o campo de estudo da política comparada. Contextualizar os principais trabalhos de política comparada. Estudar os métodos de política comparada.

Objetivos específicos

Compreender as principais abordagens em política comparada;
Refletir sobre as teóricas e metodológicas da análise comparativa.
Aprender sobre o desenvolvimento histórico da análise comparativa.

Bibliografia Básica

MELO, M.A. O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática. Rev bras Ci Soc [Internet]. 2007Feb;22(63):11–29. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000100003>

O'DONNELL, G. (1999). Teoria democrática e política comparada. Dados, 42(4), 577–654. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581999000400001>

PALERMO, V. Os caminhos da Reforma na Argentina e no Brasil. Lua Nova, No. 45, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a06n45.pdf>

REZENDE, F. D. C. Razões emergentes para a validade dos estudos de caso na ciência política comparada. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [Internet]. 2011Jul;(6):297–337. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200012>

Bibliografia Complementar

BAQUERO, M. GONZALEZ, R. A política comparada na América Latina: dilemas e desafios no Brasil. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v.7, n.3, p.111-126, set-dez. 2013. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/43949/27733>

CHILCOTE, Ronald H. Teorias de Política Comparativa: a busca de um paradigma reconsiderado. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, André Marengo dos. Quando comparamos para explicar: investigação de instituições políticas. Rev. bras. Ci. Soc., out 2012, vol.27, no.80, p. 203-217.

ZOVATTO, D. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, vol.11, n.2, pp. 287-336, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v11n2/26417.pdf>.

LANDMANN, R. *Issues and Methods in Comparative Politics: An Introduction*. London: Routledge, 2003.

FINTER, A (Org.). *Political Science: The State of the Discipline II*. Washington: American Political Science Association, 1993.

MAHONEY, J. Qualitative Methodology and Comparative Politics. *Comparative Political Studies*. 40(2): 122-144, 2007.

SKOCPOL, T. France, Russia, China: A Structural Analysis of Social Revolutions. *Comparative Studies in Society and History*. 18(2): 175-210, 1976.

Componente Curricular: **Produção do Conhecimento em Ciência Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Questões epistemológicas e metodológicas relativas à produção na Ciência Política brasileira.

Objetivo geral

Analisar as questões metodológicas da Ciência Política através da discussão dos trabalhos publicados recentemente nas principais revistas científicas na área no Brasil.

Objetivos específicos

Refletir sobre a produção epistemológica em Ciência Política.

Aprender sobre as correntes metodológicas na Ciência Política.

Compreender as desigualdades na produção do conhecimento no campo da Ciência Política.

Bibliografia Básica

AMADEO, J. Teoria Política: um balanço provisório. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 19, n. 39, jun. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000200003

AMARAL, E. F. de L.; MONTEIRO, V. do P. Avaliação de Impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v56n3/03.pdf>

AVRITZER, L. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, vol. 50, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>

Bibliografia Complementar

BACHELARD, G. O primeiro obstáculo: a experiência primeira. In: A formação do espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FARIA, C. F. Do ideal ao real: as consequências das mudanças conceituais na teoria deliberativa. Lua Nova [online]. 2012, n.87, pp. 63-81.

GIDDENS, A. “Comte, Popper e o positivismo”. In: Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, B. de S. O paradigma emergente. In: A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Sociologia da diferenciação e das desigualdades sociais**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa: Estudo das formas de diferenciação, estratificação social e das desigualdades através de uma reflexão sociológica, analisando as abordagens clássicas sobre esses temas, as configurações dos diversos modos de desigualdades em diferentes tempos e lugares, a ideia de exclusão-inclusão, mobilidade social e a questão das desigualdades sociais no Brasil.

Objetivos geral

Compreender os mecanismos de produção e reprodução das desigualdades como produto das relações sociais.

Objetivos específicos

Analisar as diferentes formas de desigualdades com o auxílio das teorias sociológicas clássicas;

Refletir sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais que contribuem para o estabelecimento das desigualdades em sociedades distintas;

Demonstrar como as desigualdades sociais podem ser identificadas no dia a dia com o recurso de análises qualitativas e quantitativas;

Promover o debate sobre o aprofundamento das desigualdades sociais no Brasil e o desenvolvimento da exclusão social.

Bibliografia Básica:

SCALON, Celi; SALATA, André. Desigualdades, estratificação e justiça social.

Civitas-Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, V16, N.2, p. 179-188, 2016.

Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/24479/14779>>.

Acesso em: jun. 2019.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação educacional no Brasil do século XXI. **Dados**, 54(2), 389–430, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200006>.

Acesso em: mar. 2024

ALVES, E. R.. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Sociedade e Estado**, 23(1), 179–184, 2008.

<https://doi.org/10.1590/S0102-69922008000100009>. Acesso em: mar. 2024

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CAMPOS, André (et. Al). **Atlas da exclusão social no Brasil, Volume 2: dinâmica e manifestação territorial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

GENTILI, Pablo (et al). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MILIBAND, Ralph. Análise de Classes. In.: GIDDENS, A; TURNER, J. (orgs.).

Teoria social hoje. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Direito Internacional**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Correntes do Direito Internacional. Conceito, objeto e características do Direito Internacional Público. Fontes do DIP. Personalidade jurídica internacional: Estado, Organizações internacionais e Indivíduo. Responsabilidade internacional. Domínio público internacional. Relações diplomáticas e consulares. Solução pacífica dos litígios. Fundamentos do Direito Internacional privado. Métodos de escolha da lei aplicável no direito brasileiro. Limites à aplicação da lei estrangeira. Cooperação jurídica internacional. Fontes do DIPr e seus conflitos.

Objetivo geral

Compreender de que forma está estruturada as relações jurídicas que se estabelecem entre os diversos atores no âmbito do direito internacional e salientar suas peculiaridades frente aos sistemas jurídicos internos dos Estados. Além disso, busca-se transmitir os conceitos, princípios, normas e institutos que regem e informam o direito internacional público e privado.

Objetivos específicos

Analisar as diferentes fontes do Direito Internacional e salientar suas peculiaridades entre as diversas áreas do direito internacional e frente aos sistemas jurídicos internos dos Estados;

Discutir o instrumental utilizado pelo Direito Internacional Público e Privado capacitando os alunos para analisar devidamente os problemas e conflitos referentes à criação, interpretação e aplicação das normas de direito internacional;

Construir uma visão universalista, cosmopolita do homem e do Estado e analisar criticamente a ordem jurídica internacional.

Bibliografia Básica

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Teoria geral do controle de convencionalidade no direito brasileiro. **Revista de informação legislativa do Senado Federal**. Brasília a. 46 n. 181 jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194897/000861730.pdf?sequence=3> . Acessado em mar. 2024.

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 2, p. 161-176, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292003000200007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/pq4t6v94vLJSq9vS7wM56Wt/?lang=pt#> . Acesso em: fev. 2022

TRINDADE, Otavio Cançado. A constitucionalização do direito internacional: mito ou realidade? **Revista de informação legislativa do Senado Federal**, v. 45, n. 178, p. 271-284, abr./jun. 2008. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/45/178/ril_v45_n178_p271.pdf . Acesso em mar. 2024.

Bibliografia Complementar

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 24. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online.

NYE JR., Joseph S. Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009.

GUERRA, Sidney Cesar Silva. Curso de direito internacional público. 13. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online.

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional privado. 12. Rio de Janeiro Forense 2016 1 recurso online

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional público: parte geral. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. (1ex.)

SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. Direito internacional público. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006. (13ex.)

RAMOS, André de Carvalho. Curso de direito internacional privado. 2. São Paulo Saraiva Jur 2021 1 recurso online.

REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Direito Eleitoral**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Princípios do Direito Eleitoral. Sistemas Eleitorais. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento das Campanhas Eleitorais. Infrações Eleitorais. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral

Objetivo geral

Compreender os Princípios do Direito Eleitoral no Brasil.

Objetivos específicos

Analisar os sistemas eleitorais, e as previsões relativas às elegibilidades e inelegibilidades;

Discutir as normativas em torno do financiamento das campanhas eleitorais;

Compreender a previsão das infrações eleitorais;

Conhecer o funcionamento da Justiça Eleitoral e do Ministério Público Eleitoral.

Bibliografia Básica

NICOLAU, J. M., & SCHMITT, R. A.. (1995). Sistema eleitoral e sistema partidário. Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (36), 129–147. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200008> . Acessado em mar. 2024

NEIVA, Horácio Lopes Mousinho. Modelos de administração e fiscalização do processo eleitoral: entre democracia e autoritarismo eleitoral. v. 7 n. 7 (2020): Revista Eleições & Cidadania do TRE-PI. Disponível em: <https://revista.tre-pi.jus.br/index.php/revista/article/view/5>. Acessado em mar. 2024.

FERREIRA, Cristiano. Financiamento de campanha e êxito eleitoral: desafios para a representação feminina. Dissertação (mestrado) -- Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41220> . Acessado em mar. 2024.

Bibliografia Complementar

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. Direito eleitoral e processo eleitoral: direito penal eleitoral e direito político. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CONEGLIAN, Olivar. Propaganda eleitoral: de acordo com o Código Eleitoral e com a lei 9.504/97, modificada pelas leis 9.840/99, 10.408/02, 10.740/03, 11.300/06 e 12.034/09. 10. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

NICOLAU, Jairo Marconi. Sistemas eleitorais.5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SILVEIRA, Jose Neri da. Aspectos do processo eleitoral. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BARRETTO, Lauro. Propaganda política & direito processual eleitoral. Bauru: EDIPRO, 2004.

ROLLO, Alberto Rollo (org). Propaganda eleitoral: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PORTO, Walter Costa. O voto no Brasil: da Colônia a 6a República. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

AZEVEDO, Debora Bithiah; RABAT, Marcio Nuno. Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Direito Tributário**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Definição e características do Direito Tributário. Noção de tributo e de fato gerador. Limitações ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades. Espécies tributárias enumerados pelo Sistema Tributário Nacional Competência tributária. Repartição das receitas tributárias. Obrigação tributária, crédito tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito. Extinção do crédito. Exclusão do crédito. Administração tributária.

Objetivo geral

Discutir o Direito Tributário brasileiro conhecendo os elementos base para a compreensão da matéria.

Objetivos específicos

Definir e caracterizar o Direito Tributário;

Compreender as noções de tributo e de fato gerador;

Conhecer as limitações ao poder de tributar, os princípios constitucionais tributários e as imunidades;

Bibliografia Básica

COELHO da Silva, R. M. (2022). Liberdade e Legalidade no Contexto da Moderna Tributação Brasileira: Práticas de Regulação Transversal (Estado e Contribuinte) como Ponto de Inflexão do Sistema Tributário. Revista Direito Tributário Atual, (51), 367–381. Disponível em: <https://doi.org/10.46801/2595-6280.51.14.2022.2159> . Acessado em mar. 2024

DELIGNE, Maysa de Sá P.; ROCHA, Diego Pabulo P. Coisa julgada em matéria tributária: as relações jurídicas de trato continuado e os temas de repercussão geral n. 881 e 885. *Revista Direito Tributário Atual*, n. 55 (2023). Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/2428/2207>. Acessado em mar. 2024.

MACHADO Segundo, H. de B. (2012). Multas Tributárias, Proporcionalidade e Confisco. *Revista Direito Tributário Atual*, (27), 372–383. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1678>. Acessado em mar. 2024.

TORRES, R. L. (2004). O Princípio da Tipicidade no Direito Tributário. *Revista Direito Tributário Atual*, (18), 23–51. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1722>. Acessado em mar. 2024.

Bibliografia Complementar

- AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.
- BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006.
- CARRAZZA, Roque Antônio. *Curso de direito constitucional tributário*. 22. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2006.
- MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 34. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2013.
- SANTI, Eurico Marcos Diniz de (coord.). *Curso de direito tributário e finanças públicas: do fato a norma, da realidade ao conceito jurídico*. São Paulo, SP: Saraiva, 2008.
- PAULSEN, Leandro. *Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência*. 15. ed. Porto Alegre, RS: ESMAFE, 2013.
- TORRES, Ricardo Lobo. *Normas de interpretação e integração do direito tributário*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2006.
- GOMES, Marcus Livio; ANTONELLI, Leonardo Pietro (coords). *Curso de direito tributário brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Direitos Humanos**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Conceito e história dos direitos humanos. Correntes teóricas. (fundamentos, características, fins e valores). Direitos humanos no contexto multicultural. Direitos Fundamentais/Direitos Humanos na Constituição Federal: Discriminação Racial e Sexual. Direito à Saúde. Direito Eletrônico. Direito das Crianças e do Adolescente.

Direito das Pessoas com Deficiência. Direito das Pessoas Idosas. Direitos da Mulher. Direitos do Indígena. Direitos do Imigrante. Direito do trabalho.

Objetivo geral

Reconhecer a importância dos direitos humanos, considerando a evolução histórica e as correntes doutrinárias necessárias para sua compreensão, além dos reflexos nos ordenamentos jurídicos internos dos Estados nacionais, sejam eles relacionados aos direitos individuais, coletivos, difusos ou individuais homogêneos

Objetivos específicos

Compreender o processo de evolução histórica dos direitos humanos e seus fundamentos, valores e princípios;

Identificar as correntes teóricas acerca dos direitos humanos;

Desenvolver a compreensão de perspectivas transversais sobre direitos humanos e a multiculturalidade;

Reconhecer os direitos humanos/fundamentais no ordenamento jurídico nacional, considerando a recepção constitucional dos Tratados e Convenções dos quais o Brasil é signatário;

Compreender a legislação interna de proteção aos direitos humanos de grupos especiais.

Bibliografia Básica

ALVARENGA, Clara Sacramento. o garimpo ilegal na amazônia e os impactos socioambientais enfrentados pelos povos originários. Revista de direitos humanos e efetividade, v. 9, n. 2, 2023. <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadhe/article/view/10001/pdf>. Acessado em mar. 2024

FILHO, Jose S. Carvalho; BEMFICA, Melina Macedo. A insuficiência do conceito de gerações para discutir os direitos humanos das mulheres: uma análise da carta da mulher brasileira ao constituinte de 1988. v. 22 (2022). Disponível em: <https://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/477/457> . Acessado em mar. 2024.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. As sete décadas de projeção da declaração universal dos direitos humanos (1948-2018) e a necessária preservação de seu legado. Revista do instituto brasileiro de direitos humanos, v. 22 (2022). Disponível em: <https://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh/article/view/470/450>. Acessado em mar. 2024.

Bibliografia Complementar

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. O Conteúdo jurídico do princípio da igualdade. 3ª Ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BELTRAMELLI NETO, Silvio. Curso de direitos humanos. 6. São Paulo Atlas 2021
1 recurso online ISBN 9788597028249.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. 12. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553607884.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Manual de direitos humanos. 3. São Paulo Atlas 2014 1 recurso online ISBN 9788522488605. 108

MORAES, Alexandre de. Direitos humanos fundamentais teoria geral: comentários aos arts. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: doutrina e jurisprudência. 12. São Paulo Atlas 2021 1 recurso online ISBN 9788597026825

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Judiciário e Democracia**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O judiciário e o princípio da separação dos poderes. O desenho institucional do poder judiciário e a independência dos tribunais. A evolução histórica dos modelos e das funções do poder judiciário. O judiciário nas democracias constitucionais contemporâneas. O ativismo judicial e a judicialização da política e das relações sociais.

Objetivo geral

Estudar as dinâmicas políticas do poder judiciário e as transformações do papel do judiciário nas democracias contemporâneas.

Objetivos específicos

Conhecer a teoria da separação dos poderes e suas variações, tendo em vista as transformações históricas do papel do judiciário e das relações entre os poderes na Modernidade;

Compreender os fenômenos do ativismo judicial e da judicialização da política e das relações sociais nas democracias contemporâneas, em face constitucionalismo do pós-guerra e das novas demandas de cidadania;

Avaliar a relação entre desenho institucional e a independência dos tribunais.

Bibliografia Básica

BARROSO, Luís Roberto. Contramajoritário, Representativo e Iluminista: os papéis dos tribunais constitucionais nas democracias contemporâneas. Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, v.9, n.4, 2018, pp.2171-2228. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/30806>. Acessado em mar. 2024

MAGALHÃES, Rebecca Bianca de Melo Magalhães. Comunicação e poder judicial no Brasil: uma perspectiva sobre o Comportamento do Supremo Tribunal Federal (2000-2016). [Tese de doutorado]. Recife: UFPE, 2019. Disponível em: <<https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/40347/1/TESE%20Rebecca%20Bianca%20de%20Melo%20Magalh%C3%A3es%20Brasileiro.pdf>>. Acessado em 07 dez. 2022.

SILVEIRA, Gabriel Eidelwein. Democracia e justiça: uma abordagem comparativa. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/democracia-e-justica-uma-abordagem-comparativa-brasil-franca-estados-unidos>>. Acessado em 02 dez. 2022.

Bibliografia Complementar

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. São Paulo Saraiva Jur 2022.

MONTESQUIEU. O espírito das leis. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. São Paulo, SP: Ática, 2006. 2 volumes.

GARAPON, Antoine. O guardador de promessas: justiça e democracia. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

OST, François. Júpiter, Hércules, Hermes: tres modelos de juez. Academia: revista sobre enseñanza del Derecho, año 4, n. 8, 2007, pp. 101-130.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Relações de Gênero**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

As relações de gênero enquanto construções sociais. As principais abordagens teóricas do conceito de gênero. Gênero, sexualidade e identidade. Gênero e interseccionalidade.

Objetivo geral

Estudar as relações de gênero, em seus pressupostos teóricos interdisciplinares e críticos.

Objetivos específicos:

Compreender o gênero enquanto construção social;

Conhecer as principais correntes teóricas dos estudos de gênero;

Refletir sobre as relações entre identidade de gênero, sexualidade, normalização e poder.

Bibliografia Básica:

SCOTT, Joan Wallace. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, 1995. Disponível em < https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAAnero-Joan%20Scott.pdf > Acesso em: 24 fev. 2022.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **revista de ciências sociais - política & trabalho**, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 22–34, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869> . Acesso em: 5 jan. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5mdHWDNFqgDFQyh5hj5RbPD/?format=pdf&lang=pt> . Acessado em mar. 2024.

Bibliografia Complementar

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2012

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

RIBEIRO, Djamila **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. 13 ed. São Paulo, SP: Graal, 2012. 3v.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. *Textos Didáticos*, nº 48. Campinas, IFCH Unicamp, p. 7-42, 2002.

GROSSI, Miriam P.; LAGO, Mara; NUERNBERG, Adriano. (Org.). *Estudos In (ter) disciplinados: Gênero, Feminismo, Sexualidades*. 1ed. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 21-40, 2010.

KERGOAT, Daniele. *Divisão Sexual do Trabalho*. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. *Entre a família, o Estado e o mercado: mudanças e continuidades na dinâmica, distribuição e composição do trabalho doméstico e de cuidado*. 2019. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante Editora, 2020.

BAHRI, Deepika. “Feminismo e/no pós-colonialismo”. *Revista Estudos Feministas*, 21 (2), 2013, 659-688.

GONZALEZ, Lélia. “Por um feminismo afro-latino-americano”. In: Hollanda, Heloisa Buarque. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p.38-51

Identificação do componente

Componente Curricular: **Filosofia Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Exame de categorias filosóficas fundamentais na apreensão do fenômeno político, tais como: democracia, poder, soberania e governo.

Objetivo geral

Examinar as principais categorias do pensamento político, a partir de um olhar da filosofia, tais como democracia, poder, soberania e governo.

Objetivos específicos

Analisar diferentes acepções de democracias clássicas e contemporâneas;
Investigar as ideias de poder e governo desde uma perspectiva da filosofia;
Discernir entre as acepções clássicas e contemporâneas de soberania.

Bibliografia Básica:

ABREU, Luiz Eduardo de Lacerda. Qual o sentido de Rawls para nós? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 43, n. 172, out./dez. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/92822>. Acessado em mar. 2024

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. Trad. Wagner Pralon Mancuso e Pablo Ortellado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/pSDrmVSqRqggw7GXhxBjCgG/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em mar. 2024

RIBEIRO, R. J.. (1998). Filosofia, ação e filosofia política. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, 13(36). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091998000100010>. Acessado em: mar. 2024.

Bibliografia complementar:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7.ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.

ARISTÓTELES. **A política**. 15.ed. São Paulo, SP: Escala, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

PLATÃO. **A república**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**: princípios do direito político. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Intérpretes do Brasil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo dos autores, teorias e conceitos que problematizam a interpretação do Brasil.

Objetivo geral

Conhecer os principais autores e a evolução da problematização acerca da peculiaridade da cultura e da sociedade brasileiras.

Objetivos específicos

Identificar as principais categorias pelas quais se buscou a interpretação do Brasil, dentre as quais as noções de cordialidade, patrimonialismo, coronelismo, “jeitinho brasileiro”, etc;

Refletir sobre as condições sociais, culturais e econômicas, que forjaram a cultura política brasileira;

Problematizar o papel do racismo e da desigualdade na estruturação das atitudes políticas atuais no Brasil.

Bibliografia Básica

BOTELHO, A.. (2007). Seqüências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 50(1), 49–82. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000100003> Acessado em mar. 2024.

LYNCH, Christian Edward Cyril Lynch. “Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 19. Brasília, janeiro-abril de 2016, pp. 75-119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Dkz6m46wRKBXXw94ZhGVH8y/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em mar. 2024

SANTOS, Rogério Dultra dos. “Francisco Campos e os Fundamentos do Constitucionalismo Antiliberal no Brasil”. **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de

Janeiro, Vol. 50, n. 2, 2007, pp. 281-323. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/Vqdd8pp6LvxYZsjKgRgt7rb/> Acessado em mar. 2024.

Bibliografia complementar:

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina:** ensaio de interpretação sociológica. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

CUNHA, Euclides Da. **Os sertões:** campanha de canudos. 39. ed. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis:** para uma sociologia do dilema brasileiro. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo, SP: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes:** no limiar de uma nova era. 5.ed. São Paulo, SP: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo, SP: Global, 2007

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto:** o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. - São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1996.

SOUZA, Jessé de. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava-Jato. Leya, Rio de Janeiro: 2017.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Financiamento Eleitoral e Partidário**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Modelos de financiamento eleitoral. Financiamento de partidos e campanhas eleitorais. Relação entre financiamento e competitividade do processo eleitoral. Os padrões e práticas de financiamento de campanhas eleitorais.

Objetivo geral

Compreender os principais aspectos e modelos de financiamento de campanhas eleitorais.

Objetivos específicos

Habilitar os discentes para compreender e discernir os aspectos positivos e negativos em cada modelo de financiamento eleitoral, bem como os potenciais efeitos produzidos pelos distintos tipos.

Bibliografia básica

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política* 23(54): 155–83, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/BHmsqhsZZHpzHYNHFNXW4dF/#> . Acessado em mar. 2024.

SPECK, Bruno Wilhelm. Pensando a reforma do sistema de financiamento da política no Brasil. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 3, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/6171> . Acessado em mar. 2024.

RUBIO, Delia Ferreira. Financiamento de partidos e campanhas: fundos públicos versus fundos privados. *Novos Estudos CEBRAP*. 73. p. 5-15, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ZfshVgYBWNncYS7pn9pfh9G/> Acessado em mar. 2024.

Speck, Bruno W.; Mancuso, Wagner P. O que faz a diferença: Gastos de Campanha, Capital Político, Sexo e Contexto Municipal nas Eleições para Prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, v. 2, p. 107-124, 2013. Disponível em: https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_10389_5.pdf/11046824-77ff-9c4c-0a34-2449b34d3f02 Acessado em mar. 2024.

Zovatto, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*. Vol. XI, nº 2, p. 287-336, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/LCZbd6MjbsctTPcmmKkJsSc/abstract/?lang=pt>. Acessado em mar. 2024.

Bibliografia complementar

Borba, Felipe; Cervi, Emerson Urizzi. Relação entre propaganda, dinheiro e avaliação de governo no desempenho de candidatos em eleições majoritárias no Brasil. *Opinião Pública*, 23(3), 754-785, 2017.

Carlomagno, Márcio; Adriano Codato. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. *Colombia Internacional* (95): 79-107, 2018.

Marengo, André. Quando Leis Não Produzem os Resultados Esperados: Financiamento Eleitoral em Perspectiva Comparada. *Dados* 53(4): 821–53, 2010.

Speck, Bruno Wilhelm. Influenciar as eleições ou garantir acesso aos eleitos? O dilema das empresas que financiam campanhas eleitorais. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 104, p. 39-59, 2016.

Mancuso, Wagner P.; Santos, Manoel L. W. D.; Resende, Ciro; Barboza, D. P. Financiamento eleitoral e comportamento parlamentar: a relação entre doações da indústria e proposição de leis. *Boletim de Análise Político-Institucional*, v. 21, p. 45-55,

2019.

Santos, Manoel L. W. D.; Mancuso, Wagner P.; Baird, M. F.; Resende, Ciro. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. Texto para Discussão (IPEA), v. 2334, p. 7-59, 2017.

Speck, Bruno Wilhelm; Mancuso, Wagner P. Financiamento de campanhas e prestação de contas. Cadernos Adenauer, v. 15, p. 135, 2014.

Sacchet, Teresa; Speck, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública 18(1): 177-97, 2012.

Horochovski, Rodrigo Rossi, Junckes, Ivan Jairo; Silva, Edson Armando; Silva, Joseli Maria; Camargo, Neilor Fermino. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. *Opinião Pública*, 22(1), 28-55, 2016.

Reis, Bruno P. W.; Santos, Manoel L. W. D.; Figueiredo Filho, Dalson Britto; Silva, Lucas E. O. Modelos de Financiamento de Sistemas Eleitorais e Partidários: notas de pesquisa para o desenvolvimento de estudos comparados. *Teoria & Sociedade*, v. 23, p. 193-227, 2015.

Netto, Gabriela Figueiredo; Speck, Bruno Wilhelm. O dinheiro importa menos para os candidatos evangélicos?. *Opinião Pública*, v. 23, p. 809-836, 2017.

Speck, Bruno Wilhelm; Cervi, Emerson Urizzi. Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012. Dados (Rio de Janeiro), v. 59, p. 53-90, 2016.

Speck, Bruno W.; Mancuso, Wagner P. “Street fighters” e “media stars”: estratégias de campanha e sua eficácia nas eleições brasileiras de 2014. *Cadernos Adenauer*, v. 18, p. 121-138, 2017.

Heiler, Jeison Giovani; Viana, João Paulo Saraiva Leão; Santos, Rodrigo Dolandeli dos. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. *Opinião Pública*, 22(1), 56-92, 2016.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Cultura de Paz**

Carga Horária: **30 horas (2 créditos)**

CH teórica: 30h (2 créditos)

CH prática: -

Ementa

Considerações históricas e conceituais sobre Cultura de Paz. Perspectivas contemporâneas e metodológicas para Educação para paz.

Objetivo geral

Estudar os eixos estruturantes que norteiam a concepção de cultura de paz.

Objetivos específicos

Debater temas contemporâneos que versam sobre educação para paz;

Relacionar a Cultura de Paz com a prática política nas democracias modernas.

Bibliografia básica

COMPARATO, Fábio Konder. *Ética : direito, moral e religião no mundo moderno / Fábio Konder Comparato - São Paulo : Companhia das Letras, 2006. Disponível em:*

<https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/2926/%C3%89tica.pdf> Acessado em mar. 2024

NOUR, Soraya. Os cosmopolitas. Kant e os kantianos nas relações internacionais. CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 25, no 1, janeiro/junho 2003, pp. 7-46. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/x6JDDNZH5KW6n8bfqzd9gvP/?format=pdf> . Acessado em mar. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> >. Acesso em jun. 2019.

PINTO, Renato Sócrates Gomes. Justiça Restaurativa – Um Novo Caminho? Revista IOB de Direito Penal e Processo Penal, Porto Alegre, vol. 8, n. 47, dez. 2007/jan. 2008, pp. 190- 202. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/doutrina/justica_restaurativa/jr_um_novo_caminho.pdf Acessado em mar. 2024

Bibliografia complementar

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos humanos e cidadania. São Paulo: Moderna, 2008

MULLER, Jean-Marie. O princípio da não-violência: uma trajetória filosófica. São Paulo: Palas Athena, 2007.

JARES, Xexus R. Educar para paz em tempos difíceis. São Paulo: Athena, 2007.

NOUR, Soraya. A paz perpétua de Kant: filosofia do direito internacional e das relações internacionais. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

RAYO Tuvilla José. Educação em direitos humanos: rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SEQUEIROS, Leandro. Educar para solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas. São Paulo: Método, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Comunicação Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Entendimento sobre o discurso político e as relações entre linguagem, ação, poder e

verdade. Compreensão do espaço midiático e o dispositivo político. Análise das estratégias do discurso político. Identificação das transformações do poder político na era da comunicação eletrônica. Compreensão das formas de atuação da comunicação na política. Abordagem da comunicação e das relações públicas nas práticas governamentais.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

BORBA, Felipe. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, vol. 21, nº 2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/5KNbpbMWNL3tF5XLpS9wg7D/abstract/?lang=pt>
BRAGA, Sérgio; CARLOMAGNO, Márcio. Eleições como de costume? Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 26, pp 7-62, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182601>
GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33-45, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2019v16n2p33>

Bibliografia Complementar

BERNAYS, Edward. *Propaganda*. New York: Ig Publishing, 1928.
CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; CARVALHO, FC de. *Internet e eleições no Brasil*. Curitiba: UFPR, 2016.
LASSWELL, Harold. *The Theory of Political Propaganda*. *The American Political Science Review*, v. 21, n. 3, p. 627-631, 1927.
PRUDENCIO, Kelly. *Micromobilizações, alinhamento de quadros e comunicação política*. *Compública*, v. 4, n. 2, p. 87-110, 2014.
TORQUATO, Guadêncio. *Novo Manual de Marketing Político*. São Paulo: Summus, 2014.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Elites Políticas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Teorias clássicas das elites políticas. Elites políticas e sociais brasileiras contemporâneas. Metodologias para o estudo de elites. Recrutamento político. Profissionalização política.

Objetivo Geral:

Analisar e debater os principais tópicos das pesquisas sobre o tema.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

CODATO, Adriano; COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, v. 20, n. 3, p. 346-362, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 8, p. 165–208, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de sociologia e política*, v. 21, n. 46, p. 11-32, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000200002>

Bibliografia Complementar

PERISSINOTTO, Renato. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Editora Ibpx, 2018.

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano Nervo (Ed.). *Como estudar elites*. Curitiba: Editora UFPR, 2015

PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, p. 7-15, 2008.

CODATO, Adriano; LORENCETTI, Mariana; PRATA, Bruna. Elites políticas e representação: uma investigação da literatura contemporânea sobre políticos profissionais. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 95, 2021.

WEBER, Max. *A política como vocação*. EdUnB, 2003.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Teorias Democráticas e Representação Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Estudo das teorias clássicas e contemporâneas de democracia, das instituições políticas democráticas e seus contextos históricos, das influências na cultura, na arte e na política. Questões acerca da legitimidade e da representação. Democracia e governos. O futuro da democracia na América Latina.

Objetivo Geral:

Abordar conhecimentos teóricos sobre a democracia, seus dilemas e desafios.

Objetivos Específicos:

Habilitar os/as discentes a: i) compreender, ii) discernir, e iii) produzir análises sobre

distintos aspectos concernentes ao tema.

Bibliografia Básica

- AVRIZTER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 50, p. 25-46, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000200003>
- BENEVIDES, Maria Victória M. Cidadania e democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 33, p. 5-16, ago. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000200002>
- MONTEIRO, Lorena M.; MOURA, Joana T.V.; LACERDA, Alan D.F. Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades. *Sociologias*, v. 17, n. 38, p. 156-191. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-017003811>

Bibliografia Complementar

- BOBBIO, N. *O Futuro da Democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CUNNINGHAM, F. *Teorias da democracia – uma introdução crítica*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia – entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2012.
- KYMLICKA, W. *Filosofia política contemporânea – uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- LIMA JUNIOR, O. B. *Instituições políticas democráticas – O segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- O'DONNELL, G. *Democracia, agência e Estado – uma teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- PINSKY, J.; PINSKY, C. B. *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Governo, Federalismo e Políticas Públicas no Brasil**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Análise de conceitos e enfoques teóricos relevantes para o estudo empírico da estrutura federativa no Brasil, governo e o processo de formulação e aplicação das políticas em esferas distintas. Discussões acerca da complexa balança de poderes entre Estado, estados e municípios.

Objetivo Geral:

Traçar um panorama histórico evidenciando a discussão teórica inerente ao federalismo brasileiro.

Objetivos Específicos:

Analisar os três níveis da administração pública, verificando sua interface relativa às políticas públicas e sua governabilidade.

Bibliografia Básica

- ARRETCHE, Marta T. Federalismo e igualdade territorial. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 53, n.3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>
- PALERMO, V. O governo no Brasil. Rio de Janeiro, Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 43, n.3, p. 521-557, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000300004>
- SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. Revista Sociologia Política, n. 24, p. 105-121, jun. 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008>

Bibliografia Complementar

- ANDRADE, R. C. (Org.) Processo de governo no município e no Estado. São Paulo: Ed. USP, 1998.
- ARRETCHE, M. Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- AVELAR, L. & CINTRA, A. O. (Orgs.) Sistema político brasileiro: uma introdução. São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
- COSER, I. Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil (1823 – 1866). Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- SILVA, I. G. Democracia e participação na “Reforma” do Estado. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Federalismo no Brasil: aspectos político-institucionais (1930-1964). Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.21, n.61, p. 7-40, jun. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000200002>

Identificação do componente

Componente Curricular: **Estudos Feministas**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Perspectivas feministas e histórias dos feminismos. Feminismos decoloniais. Feminismos interseccionais. Gênero e Colonialidade. Feminismo Comunitário. Feminismo Popular. Pedagogias feministas e decoloniais na América Latina.

Epistemologia e feminismos. Feminismos e luta política.

Objetivo Geral:

Adquirir uma visão histórica e conjuntural das abordagens feministas enquanto categoria social de diferenciação através da análise das principais correntes teóricas, problemáticas e metodologias de investigação.

Objetivos Específicos:

Abranger a complexidade e diversidade teórica subjacentes ao conceito de “feminismos”, o qual tem se mostrado uma ferramenta analítica e também política para possibilitar o reconhecimento de muitas ações - e não apenas autodenominadas e ditas como conscientes mobilizações – enquanto os feminismos;

Apreender, por um lado, os fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da crítica feminista à teoria social e, por outro, a contribuição desta última para a construção da teoria feminista contemporânea;

Caracterizar teorias feministas ancoradas em discussões pós-coloniais e descoloniais, principalmente na América Latina;

Estudar as estratégias feministas desenvolvidas no processo de elaboração de perspectivas críticas para a política e para determinados objetivos em pauta no contexto da redemocratização do país.

Bibliografia Básica

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, v.15, n. 2, p. 291-308, mai./ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000200002>

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>

SEGATO, Rita L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, *E-cadernos CES [Online]*, v. 18, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/eces.1533>

Bibliografia Complementar

CARDOSO, Cláudia Pons. Por um Feminismo Afrolatinoamericano. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Salvador: UFBA, 2012. p. 134 a 143.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a Outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, jan/abr 2016, p. 99-126.

CORREA, Mariza. “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal”, *Cadernos Pagu*, no.16, Campinas, 2001.

CURIEL, Ochy. Crítica Pós-Colonial a Partir das Práticas do Feminismo Antirracista. *Nômadias (Col)*, núm. 26, 2007, pp. 92-101

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11- 33, 2009.

HERNÁNDEZ, Delmy Tania Cruz. Feminismos comunitarios territoriales de Abya Yala: mujeres organizadas contra las violencias y los despojos. *Revista Estudios*

Psicosociales Latinoamericanos. Vol. 3, Número 1, 2020, p. 88-107.
https://www.researchgate.net/publication/344774989_Feminismos_comunitarios_territoriales_de_Abya_Yala_mujeres_organizadas_contra_las_violencias_y_los_despojos
MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.
MIES, Maria; SHIVA, Vandana. Ecofeminismo: Teoría, Crítica y Perspectivas. Icaria Antrazyt. 1997.
http://www.icariaeditorial.com/pdf_libros/ecofeminismo.pdf.
PAIM, Elisangela Soldatelli (org). Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia / São Paulo: Editora Funilaria, 2020
https://rosalux.org.br/wpcontent/uploads/2021/03/Resistencias_re-existencias_web.pdf

Identificação do componente

Componente Curricular: **Introdução à Ciência Política**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

A Ciência Política moderna através do estudo de categorias, conceitos e problemas básicos tais como: poder, Estado, sistemas e regimes políticos. Abordagem dos pensadores clássicos da política

Objetivo Geral:

Compreender e desenvolver a noção de política enquanto atividade específica, examinar as categorias da área e introduzir obras dos pensadores clássicos da política.

Objetivos Específicos:

Oferecer um panorama da disciplina e das suas relações com outras áreas do conhecimento;

Discutir diferentes abordagens da política como prática e como ciência;

Discutir conceitos básicos como poder, influência, decisões e governo;

Apresentar alguns dos debates teóricos e metodológicos envolvidos no estudo da política;

Proporcionar bases conceituais para o estudo das disciplinas posteriores.

Bibliografia Básica

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar. Revista de Sociologia e Política, v. 15, p. 97-110, nov. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782000000200007>

LEITE, Fernando; FERES JR., João. A Ciência na Ciência Política brasileira. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.222017>

PERISSINOTTO, Renato. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 151-165, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300010>

TAVARES, Francisco Mata Machado; OLIVEIRA, Ian Caetano de. Omissões e seletividades da ciência política brasileira: lacunas temáticas e seus problemas sócio-epistêmicos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 11-45, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220161902>

Bibliografia Complementar

- ARENDDT, H. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2010.
- BOBBIO, N. *Dicionário da Política*. Brasília: Ed. UNB, 1986.
- _____. *Teoria Geral da Política: a filosofia e as lições dos clássicos*. Michelangelo Bovero (Org.). Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FIGUEIREDO, A.; FIGUEIREDO, M. *O plebiscito e as formas de governo*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- KLINGEMANN, H. D. *A new handbook of political science*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Nova cultural, 1988.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
- ROUSSEAU, J. J. *O Contrato social: princípios do direito político*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix: 2011.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Editora da UNB: 2009.
- WEFFORT, F. (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, vols. 1 e 2, 2006.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Pensamento Social e Político Brasileiro**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

O objetivo desta disciplina é perscrutar o pensamento político brasileiro de modo contextual, tendo por quadro intelectual os dilemas de construção do Estado e da Nação em geral. Pretende-se abordar olhares projetados a partir “de dentro” dessa experiência, apreciando-os em suas especificidades, mas também os cotejando com vistas à identificação de eventuais pontos de convergência e divergência. O recorte temporal adotado é amplo, de modo a permitir a percepção das inúmeras narrativas, modalidades discursivas e quadros de referência epistemológica através dos quais a vida social no Brasil foi codificada. São contemplados alguns dos trabalhos-chave do chamado “pensamento social e político brasileiro”.

Objetivo Geral:

Busca-se compreender e explicar o vasto e complexo conjunto de aspectos e processos implicados na formação brasileira e no subsequente ingresso do país na modernidade. Busca-se também identificar as tradições e as alternativas institucionais nela constantes,

de modo a lançar luz sobre os impasses contemporâneos.

Objetivos Específicos:

Apresentar diferentes autores e temáticas pertinentes ao Pensamento Social e Político Brasileiro;

Problematizar e compreender a dimensão social da formação da intelectualidade;

Identificar as bases da formação da intelectualidade no Brasil.

Investigar as bases da constituição do pensamento social conservador e liberal no Brasil.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, Gildo M. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, n. 2, p. 231-269, jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000200001>

LYNCH, Christian E.C.; REGINATTO, Victoria N.; CARVALHO, João Pedro B.; SANTANA, Henrique F. Estudos brasileiros: o pensamento político como chave de interpretação do Brasil. *Revista de Ciências do Estado (UFMG)*, v. 6, p. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2525-8036.2021.33178>

TAVOLARO, Sergio B. F. Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, v. 17, n. 3, p. 115-141, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.3.26580>

Bibliografia Complementar

BICUDO, Virginia L. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Editora Globo, 1999.

FRANCO, Afonso Arinos M. *Conceito de civilização brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.

HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. 1ª. Edição. Rio, José Olympio, 1936.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO, Paulo. *Retratos do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RAMOS, Guerreiro. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

OLIVEIRA VIANNA, F. J. de. *Populações Meridionais do Brasil*. Paz e Terra, 1973.

Identificação do componente

Componente Curricular: **Política Brasileira Contemporânea**

Carga Horária: **60 horas (4 créditos)**

CH teórica: 60h (4 créditos)

CH prática: -

Ementa

Trata-se de um componente no qual se busca apresentar e debater a produção acadêmica relevante sobre o processo político brasileiro doméstico contemporâneo. A disciplina discute alguns dos principais aspectos da política brasileira contemporânea, considerando duas perspectivas: foco nas instituições e nos atores políticos.

Objetivo Geral:

Busca-se mobilizar a bibliografia contemporânea a fim de se discutir os tópicos relevantes do cenário político nacional. Com isto, objetiva-se apresentar aos alunos o “estado da arte” da produção atual sobre a política brasileira contemporânea.

Objetivos Específicos:

Permitir aos alunos compreender as rupturas políticas no Brasil contemporâneo;
Apresentar alguns dos trabalhos fundamentais sobre a política brasileira e apreender os aspectos mais importantes de seus problemas de pesquisa, de suas estratégias de análise e de seus resultados.

Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, p. 1-23, jan. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17666/339613/2018>

BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 20, p. 7-42, ago. 2016. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162001>

SANTOS, Fabiano. Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 96, p. 15–25, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200002>

ROCHA, Marta M.; SILVA, Raquel G. A agenda da reforma política no Brasil: autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 16, Brasília, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151609>

Bibliografia Complementar

MESSEMBERG, Débora. “A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros”. *Sociedade e Estado*, 32(3), 621-648,

2017. <https://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203004>

PINTO, Céli Regina Jardim. “A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013- 2015)”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (100), 119-153, 2017. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-119153/100>

SZWAKO, José; DOWBOR, M.; PEREIRA, M. M. Fronteiras dos movimentos sociais. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 8, p. 7-25, 2020.

LYNCH; CASSIMIRO, P. H. P. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). *Aisthesis*, v. 70, p. 223-249, 2021.

SIMONI Jr., S., DARDAQUE, R. M., MINGARDI, L. M. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai à popularização da classe política? *Colombia Internacional*, nº 87, 2016. <http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n87/n87a06.pdf>
SANTOS, W. G. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados* vol. 56, nº 1, Jan/Mar. 2013. <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n1/a02v56n1.pdf>
SANTOS, W. G. A democracia impedida. *O Brasil no Século XXI*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2017.

4. GESTÃO

4.1 RECURSOS HUMANOS

A UNIPAMPA tem seus cursos regidos pela figura do(a) coordenador(a) e curso (e coordenador(a) substituto(a)), eleitos para mandato de dois anos. A gestão do curso se dá de forma colegiada, pela Comissão de Curso, com a participação de todos os professores, e pelo NDE, responsável pela concepção, acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico. O suporte administrativo ideal ao curso é um secretário que atenda às demandas da coordenação de curso e um técnico-administrativo ou docente responsável pelos laboratórios e salas de apoio do curso. A estrutura de decisão básica do curso é a Comissão de Curso, composta por um representante discente e pelos docentes atuantes no curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

4.1.1 Coordenação de Curso

O perfil ideal do coordenador de curso é um professor que ministra componentes curriculares no curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O regime de trabalho do coordenador deve ser de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação.

O coordenador deve dedicar-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho do Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções, pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

Para a gestão 2023/2024, foram eleitos à coordenação os seguintes professores:

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva – Doutor em Ciência Política; Mestre em Ciência Política, graduado em Ciências Sociais.

Prof. Dr. Leandro Carlos Dias Conde (coord. substituto) – Doutor em Ciência Política; Mestre em Ciência Política, graduado em Ciências Sociais.

As atribuições do coordenador estão definidas na Resolução da UNIPAMPA nº 5, de 17 de junho de 2010, mais especificamente na Subseção II – artigos 102 a 105, que assim estabelece:

Subseção II – Do Coordenador de Curso

Art. 102. O Coordenador de Curso e seu substituto serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos.

§1º. O processo eleitoral será disciplinado por edital específico, elaborado de acordo com as diretrizes da Universidade.

§2º. O Coordenador substituto representará o Coordenador em caso de afastamentos temporários e impedimentos eventuais.

Art. 103. O Coordenador de Curso deverá ter disponibilidade de tempo compatível com as atividades específicas da Coordenação.

§1º. A disponibilidade de tempo exigido no caput será definida pelo Conselho do Campus.

§2º. Nos cursos em fase de projeto ou de início de atividades haverá um Coordenador pro tempore definido pelo Conselho do Campus a partir de sugestão da Direção, para competente designação.

Art. 104. No caso de vacância ou impedimento definitivo do Coordenador e de seu substituto, haverá eleição para o provimento da função, no período restante, se este for maior do que 1 (um) ano. Parágrafo único. A Comissão de Curso indicará um Coordenador interino ao Conselho de Campus no caso do mandato ser menor do que 1 (um) ano.

Art. 105. Compete ao Coordenador de Curso executar as atividades necessárias à consecução das finalidades e objetivos do Curso que coordena, dentre elas:

- I. presidir a Comissão de Curso;
- II. promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;
- IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;
- V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;
- VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;

VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;

VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;

IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;

X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;

XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;

XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;

XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação “in loco”;

XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;

XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;

XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;

XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica: a) a matrícula em disciplinas eletivas;

b) a matrícula em disciplinas extracurriculares;

c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;

d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;

e) a mobilidade discente.

XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:

a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;

b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes;

c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;

d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;

e) avaliação de matrículas fora de prazo.

XIX. providenciar:

a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA;

b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;

c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;

d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;

e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;

f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.

XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;

XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;

XXII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

Como instância decisória, o curso conta com a sua Comissão de Curso, da qual participam seu corpo docente, representação discente e representação também dos servidores técnico-administrativos em educação. Compete à Comissão de Curso viabilizar a construção e implementação do Projeto Político-pedagógico, alterações dos currículos plenos, discutir temas relacionados ao curso, planejar, executar e avaliar as atividades acadêmicas do curso de graduação a que se refere, além de referendar ou rejeitar ações propostas pela coordenação, quando necessário submetê-las à decisão desta Comissão.

4.1.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Conforme Art. 1 da Resolução 97/Consuni, de 19 de março de 2015, que institui o Núcleo Docente Estruturante e estabelece suas normas de funcionamento, “o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada Curso de Graduação é proposto pela Comissão de Curso, sendo o Núcleo responsável pela concepção, pelo acompanhamento, consolidação, avaliação e atualização do respectivo projeto pedagógico” (UNIPAMPA, 2015, p.1). O NDE reúne-se, ordinariamente, ao menos uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. As ações propostas sempre são levadas à apreciação da Comissão de Curso, cabendo a esta referendá-las, rejeitá-las ou propor as alterações que o grupo julgar necessárias. O NDE atende à Resolução CONAES nº 1 de 17 de junho de 2010 e à Resolução CONSUNI nº 97 de 19 de março de 2015. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o responsável pela concepção e implementação do projeto pedagógico do curso e também do desenvolvimento permanente.

O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação *stricto sensu*; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de

avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório. O Anexo A que contém o regimento estabelecendo as diretrizes para convocação e quórum, além da forma que devem ser conduzidas as reuniões (conforme art. 7º da Resolução 97/2015);

Podemos destacar algumas das contribuições do NDE: consolidar o perfil profissional pretendido do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades da graduação, do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas na área de conhecimento do curso, e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

A composição atual é formada pelos seguintes professores, todos doutores, com regime semanal de 40 horas e dedicação exclusiva – DE:

Prof. Dr. Márcio Cunha Carlomagno (presidente)

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua (secretário)

Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Prof. Dr. Muriel Pinto

Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira

Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira

Prof. Dr. Leandro Carlos Dias Conde

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio.

4.1.3 Comissão do Curso

Conforme Art. 102 da Resolução nº 5/Consuni, de 17 de junho de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade, “a Comissão de Curso é o órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como

planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (UNIPAMPA, 2010, p.26). No caso do curso de Ciências Sociais - Ciência Política, é constituída por todos os docentes que atuam no semestre em vigor, por um representante discente eleito por seus pares e por um representante dos servidores técnicos-administrativos em Educação, eleito por seus pares. A comissão de curso se reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade e é a instância de decisões e discussões referentes ao ensino, pesquisa e extensão.

4.1.4 Supervisor de Extensão

A inserção da extensão na graduação tornou necessária a oferta de maior suporte institucional e de gestão para a prática extensionista no curso e, para atender essa necessidade, existe a função do supervisor de extensão, que deverá ser assumida por docente que atua no curso de Ciências Sociais - Ciência Política.

Funções:

- a) Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;
- b) Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;
- c) Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;
- d) Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

4.1.5 Corpo Docente

A formação atual dos professores do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política concentra-se nas áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

O Corpo docente conta com o apoio do NuDE, que é o órgão responsável também pelo atendimento aos docentes, o que proporciona uma qualidade no trabalho pedagógico e estudantil.

O perfil do docente desejado:

- Graduação em Ciências Sociais ou Ciência Política
- Mestrado em Ciências Sociais ou Ciência Política
- Doutorado em Ciência Política

A seguir são apresentados os docentes que atuam no curso e as suas formações:

Prof. Dr. Cláudio Júnior Damin

Graduação em Ciências Sociais – UFRGS

Mestrado em Ciência Política – UFRGS

Doutorado em Ciência Política – UFRGS

Prof. Dr. Domingos Sávio Campos de Azevedo

Graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda – PUCRS

Especialização em Metodologia do Ensino Superior – URCAMP

Mestrado em Comunicação – UFRJ

Doutorado em Engenharia da Produção – UFSC

Doutorado em Ciência Política – UFRGS

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniagua

Graduação em História – URCAMP

Mestrado em História – UNISINOS

Doutorado em História – UNISINOS

Prof. Dr. Gabriel Eidelwein Silveira

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais – UNISINOS

Mestrado em Sociologia – UFRGS

Doutorado em Sociologia - UFRGS

Prof. Dr. Gerson de Lima Oliveira

Graduação em Ciências Sociais – UFRGS

Mestrado em Sociologia – UFRGS

Doutorado em Sociologia - UFRGS

Prof. Dr. Leandro Carlos Dias Conde

Graduação em Ciências Sociais – UFRRJ
Mestrado em Ciência Política – IESP-UERJ
Doutorado em Ciência Política - IESP-UERJ

Prof. Dr. Luis Gustavo Teixeira da Silva

Graduação em Ciências Sociais – UFPEL
Mestrado em Ciência Política – UFPEL
Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas - FLACSO
Doutorado em Ciência Política - UNB

Prof. Dra. Rebecca Bianca de Mello Magalhães Brasileiro

Graduação em Direito – UCPE
Mestrado em Ciência Política – UFPE
Doutorado em Ciência Política - UFPE

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Graduação em Estudos Sociais - PUCRS
Licenciatura Plena em História – PUCRS
Mestrado em História – UPF
Doutorado em História – PUCRS

Prof. Dr. Thiago da Silva Sampaio

Graduação em Ciências Sociais – UECE
Mestrado em Ciência Política – UNB
Doutorado em Ciência Política - UFMG

Prof. Willian da Motta Brum

Graduação em Educação Física - ULBRA
Especialização em estudos culturais e currículos contemporâneos - UFRGS

4.2 RECURSOS DE INFRAESTRUTURA

O campus São Borja da UNIPAMPA está instalado em uma área de aproximadamente 500 mil m², dividido em três unidades (Prédio I e Prédio II e Prédio III). Como a UNIPAMPA é uma universidade nova, algumas instalações ainda estão em construção. Atualmente, a área construída em São Borja soma 6.482 m².

No Prédio I, encontram-se as salas de aulas - todas equipadas com projetor de multimídia e computador - e os laboratórios. Já no Prédio II, encontram-se os setores administrativos, secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro professores por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais. No recém construído Prédio III há novas salas de aula, salas para abrigar grupos de pesquisa, salas de estudo e a nova biblioteca.

Ressalta-se que a instituição incentiva à implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e extensão, na graduação. O campus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso de Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados para atender às demandas, experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 81,40 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CD-ROMs específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência. Por se tratar de uma biblioteca nova (implantada em 2007 e realocada em novo espaço em 2022), o acervo está em constante crescimento. Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus. Além disso, é possível acesso às obras digitalmente através da biblioteca digital disponível na Plataforma Minha Biblioteca (Pergamum).

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker). Para análise qualitativa de dados, um dos laboratórios do novo prédio possui instalado o programa MAXQDA. O curso de Ciências Sociais - Ciência Política conta especificamente para si com uma Sala Espelhada de Ponto Focal para realização de entrevistas e uma outra sala de uso do curso para atividades diversas.

O campus disponibiliza 13 salas de trabalho para os professores, que são compartilhadas pelos docentes dos nove cursos que funcionam em São Borja, sendo dois destes na modalidade de ensino à distância. Como o funcionamento dos cursos ocorre em três turnos (matutino, vespertino ou noturno), as salas disponibilizadas são suficientes para acomodar os docentes, que trabalham, em sua maioria, em regime integral e de dedicação exclusiva. Cada sala acomoda, em média, quatro docentes, cada um com sua mesa de trabalho e equipada com computador (ou notebook do próprio docente), armário, telefone e impressora centralizada. A coordenação do curso conta com gabinete exclusivo, também dotado de mesa, computador, telefone, impressora e armário para documentação. O ambiente permite o atendimento de alunos e docentes com privacidade.

As instalações do campus são as seguintes:

Quadro 8 - Utilização dos espaços físicos da Unidade

Tipo	2018	2019	2020	2021
Salas de aula (dotadas de mobiliário adequado, computador, datashow e ar condicionado)	18	17	17	17
Laboratórios de Informática	1	1	1	1
Laboratório de Criação	1	1	1	1

Tipo	2018	2019	2020	2021
Laboratório de Redação	1	1	1	1
Laboratório de edição	1	1	1	1
Laboratório de Pesquisa	1	1	1	1
Laboratório de Orientação, Supervisão e Práticas em Serviço Social	1	1	1	1
Laboratório de práticas jurídicas	1	1	1	1
Estúdio de TV	1	1	1	1
Estúdio de Fotografia	1	1	1	1
Estúdio de Rádio	1	1	1	1
Sala de videoconferência e reunião	1	1	1	1
Biblioteca	1	1	1	1
Sala de professores	13	13	13	13
Sala do NUDE	2	2	2	2
Sala secretaria acadêmica	2	2	2	2
Sala coordenação Acadêmica	1	1	1	1
Sala coordenadoria Administrativa (patrimônio, almoxarifado, compras, secretaria adm., Gestão de pessoal e informática)	5	5	5	5
Sala Diretoria	1	1	1	1
Auditório	1	1	1	1

Tipo	2018	2019	2020	2021
Restaurante e/ou cantinas	1	1	1	1
Diretório Acadêmico	1	1	1	1
Sala ACS	1	1	1	1
Sala PRAEC	1	1	1	1
Sala Coordenação de Curso	7	7	7	7
Sala pesquisa e extensão	1	1	1	1
Sala comissão de Concurso	1	1	1	1
Sala secretária de coordenação de cursos	1	1	1	1
Sala secretaria do Curso de Geografia EAD	1	1	1	1
Sala de tutoria do curso de Geografia EAD	1	1	1	1

Fonte: Setor de infra e obras Campus São Borja (2022)

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>:. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.795**, de 27 de abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004: Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº1, de 17 de junho de 2004: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnep_003.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº2, de 18 de junho de 2007: Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008: institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11640.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010: Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC/SESU. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Resolução nº1, de 17 de junho de 2010: Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192> . Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Parecer nº. 4 de 17 de junho de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6884-parecer-conae-nde4-2010&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº1, de 30 de maio de 2012: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 04 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018. Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, inclui a promoção de medidas de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em 05 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e à Distância. Brasília, outubro, 2017. Disponível em: <http://inep.gov.br/instrumentos>. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº. 01/04, de 17 de junho de 2004: Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf> >. Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 04 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 334/2019, aprovado em 8 de maio de 2019 - Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 441/2020, aprovado em 10 de julho de 2020 – Atualização da Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, e da Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009, que tratam das cargas horárias e do tempo de integralização dos cursos de graduação. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167061-pces441-20-1&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 13 de nov. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 1, de 29 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167921-rces001-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 5, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em: <<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 29, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/08/res29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelece suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2010/06/res97_2015-nde1.pdf>. Acesso em 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em:

<<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/pdi/files/2018/04/pdi-2018.pdf>> Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Elementos do Projeto Político-Pedagógico de Curso de Graduação da UNIPAMPA. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2021.

_____. Resolução CONSUNI nº 5, de 17 de junho de 2010: aprova o Regimento Geral da Universidade. Disponível em:

<<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 11, de 20 de outubro de 2010: aprova o regimento da Comissão Própria de Avaliação. Disponível em:

<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/04/resolucao-11_2010-com-alteracoes-resolucao-242-1.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

_____. Resolução CONSUNI nº 328, de 04 de novembro de 2021: dispõe sobre as Diretrizes para Acessibilidade no âmbito do Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação e para a instituição de Percursos Formativos Flexíveis para discentes com deficiência no âmbito da Universidade Federal do Pampa. 2021b Disponível em:

<https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2021/11/res-_328_2021-diretrizes-acessibilidade.pdf>. Acesso em 24 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI N. 329, 04 de novembro de 2021: dispõe sobre as Normas para os Estágios destinados a discentes de cursos de graduação, presenciais ou a distância, vinculados à Universidade Federal do Pampa e para estágios cuja unidade concedente é a UNIPAMPA. Disponível em: <https://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/medicina/files/2022/03/res-_329_2021-nova-normaestagios-1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 253, de 12 de setembro de 2019. Aprova a Estrutura Organizacional e as Normas para Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf>. Disponível em: <https://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/medicina/files/2022/03/res-_329_2021-nova-normaestagios-1.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 29, de 28 de abril de 2011: aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. 2011. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/08/res--29_2011-normas-basicas-de-graduacao-alterada-pela-res--249.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 84, de 30 de outubro de 2014: aprova a Política de Assistência Estudantil. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2010/06/res-_84_2014-politica-deassistenciaestudantilb.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Orientações para Regulação e Avaliação dos Cursos de Graduação. Bagé: UNIPAMPA, 2018. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/prograd/files/2019/03/orientacoes-para-avaliacao-decursos_2018_2.pdf> . Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 240, de 25 de abril de 2019. Fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximoinTEGRALIZACAO.pdf> . Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 97, de 19 de março de 2015: institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e estabelecer suas normas de funcionamento. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf>. Acesso em: 04 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos: conforme normas da ABNT. ARAÚJO, C. R. L. de; MARQUES, D. C. (Org.) 3. ed. rev. e ampl. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2013. Disponível em: <<http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/files/2013/06/Manual-deNormaliza%C3%A7%C3%A3o-3.-ed.-20131.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI 294, de 30 de novembro de 2020: regulamenta o Acompanhamento de Egressos da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2020/12/res--294_2020acompanhamento-de-egressos-certo.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 260, de 11 de novembro de 2019: estabelece as Normas para ingresso no ensino de graduação na

UNIPAMPA. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normasingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf>. Acesso em: 05 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 317, de 29 de abril de 2021: regulamenta a inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação, presencial e a distância, da UNIPAMPA. Disponível em: https://sites.UNIPAMPA.edu.br/proext/files/2021/05/res-317_2021-politica-de-extensao.pdf Acesso em 28 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução CONSUNI nº 337, de 28 de abril de 2022: altera a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011, que trata Normas Básicas de Graduação, Controle e Registro das Atividades Acadêmicas. Disponível em: https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2022/05/res-_337_2022-altera-ares--29-acg.pdf. Acesso em 24 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

SILVA, B. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1986.

REFERÊNCIAS TÉCNICO-PEDAGÓGICAS ESPECÍFICAS AO CURSO

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 1363, de 12/12/2001 (que dispõe da retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia). <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001 - Retifica o Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES nº 17, de 13 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia. <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES172002.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 224/2004, aprovado em 4 de agosto de 2004 - Solicitação de parecer formal do CNE, por parte de conselheiro especialista, quanto à obrigatoriedade de estágio para o bacharelado em Ciências Sociais. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces224_04.pdf>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA PDI. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/consuni/files/2019/07/res--246_2019-pdi-2019-2023.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE A - Regulamento de TCC

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, desenvolvido individualmente sob supervisão docente. A execução do TCC, na UNIPAMPA, está regulamentada pela Resolução das Normas Acadêmicas de Graduação da UNIPAMPA, que serviu de base à elaboração das normas aplicadas no curso de Ciências Sociais - Ciência Política, que tem em sua matriz curricular dois componentes curriculares dedicados a esse fim, sendo que o TCC II é avaliado por banca examinadora formada por três membros, sendo no mínimo dois docentes do curso - um deles o orientador - e um profissional de nível superior em área afim à temática do TCC.

Os professores orientadores de trabalhos de conclusão de curso devem ser professores ativos do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política. A relação de orientação pressupõe o acordo explícito entre orientador(a) e orientando(a) e deve ser formalizada junto à Coordenação do Curso. O Trabalho de Conclusão de Curso é de autoria única.

O TCC no curso de Ciências Sociais - Ciência Política deve ser produzido na forma de monografia conforme os seguintes parâmetros:

- O estudo deve exprimir uma primeira experiência de pesquisa acabada, ainda que de curta duração, representando uma reflexão metodologicamente orientada sobre um objeto formalmente delimitado. Nesse sentido, a monografia deve demonstrar a completude do caminho entre a problematização de um tema, o lançamento de hipóteses ou perguntas de partida, a construção dos dados e as reflexões críticas advindas da experiência da pesquisa. Portanto, ela deverá ser apresentada como expressão do desenvolvimento do projeto executado, tendo seus elementos textuais um mínimo de 25 páginas digitadas em espaço entrelinhas 1,5 (um e meio); margens: inferior a 3 cm, esquerda a 3 cm, superior a 2 cm e direita a 2 cm da borda da página; fonte Times New

Roman; todas as páginas deverão ser numeradas na borda superior a direita em números arábicos (menos folha de rosto, sumário e elementos pré-textuais); as referências deverão obedecer ao sistema Autor-data; ao final do trabalho deverá ser listada a bibliografia completa, por ordem alfabética do sobrenome dos autores, além de apêndices e anexos que eventualmente sejam incluídos. A formatação deve ela respeitar as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

●

Seminário de Projeto, Seminário de TCC I e Seminário de TCC II

Os componentes curriculares denominados “Seminário de Projeto, Seminário de TCC I e Seminário de TCC II” desenvolver-se-ão de acordo com o seguinte encaminhamento:

- O aluno elaborará um Projeto de Pesquisa, no sexto semestre, como sua proposta pessoal à atividade dos Trabalhos de Conclusão de Curso em concordância com o professor que ministra a disciplina de Seminário de Projeto;
- A proposta de projeto deverá conter informações sobre a natureza e objetivos do mesmo, sua metodologia, técnicas e recursos necessários para a realização, bem como a sugestão do orientador do TCC no final do sexto semestre;
- Devem constar no projeto de pesquisa os seguintes elementos: Tema, Delimitação Temática, Justificativa, Objetivos Gerais e Específicos, Formulação do Problema, Metodologia, Revisão Bibliográfica, Cronograma e Referências bibliográficas iniciais.
- Por ocasião da matrícula curricular, no sétimo semestre, o aluno deverá apresentar o projeto com a inscrição “De Acordo”, anotada pelo orientador, acompanhado de uma declaração de sua viabilidade e importância no conjunto do desenvolvimento do Curso;

- Faz parte do desenvolvimento dos componentes curriculares a participação das atividades programadas, tais como: seminários, encontros, simpósios.
- O aluno deverá manter contato regular de orientação com seu orientador, o que será computado pela sua frequência e seu desempenho discente; além disso, compartilhará com os demais discentes e com o docente coordenador das disciplinas de Seminário de TCC I e Seminário de TCC II, o processo de construção do texto para avaliar a evolução conceitual dos trabalhos.
- Na data aprazada, conforme o calendário da UNIPAMPA, o aluno apresentará pessoalmente seu trabalho final à Banca Examinadora, submetendo-o a seu exame e avaliação.
- O Trabalho de Conclusão de Curso será encaminhado pelos alunos à Comissão do Curso, na data por ela fixada. Após a avaliação final, a versão que incorpora as recomendações da banca será conduzida à Biblioteca da UNIPAMPA
- Será estipulado um prazo pela Coordenação do curso para que sejam resolvidas todas as pendências, condicionado à entrega do diploma.

1. Podem ser orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso todos os professores ativos do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, ou que ministram aulas no curso, sejam do quadro efetivo ou dos professores substitutos da UNIPAMPA.

- 1.1.** A escolha do orientador do aluno deve ser oficializada no início do sétimo semestre.
- 1.2.** A formalização deve acontecer a partir de formulários criados pela comissão de curso anexo a este PPC, contendo a assinatura do aluno, orientador e do coordenador do curso.
- 1.3.** Quando da necessidade de troca de orientador, o aluno deverá preencher o formulário de solicitação, anexo a este PPC, para após ser analisada pela comissão de curso e serem tomadas as necessárias providências. A

data prevista para solicitação de troca será na primeira semana de aulas, quando do começo do componente curricular de Seminário de TCC II.

- 1.4.** O Professor poderá solicitar via formulário à comissão de curso a sua intenção de não orientar mais o referido aluno.
 - 1.5.** Recomenda-se ao corpo docente considerar uma distribuição equilibrada das orientações de TCC que será apreciada pelo colegiado do curso.
- 2.** A orientação do Trabalho de Conclusão de Curso apresenta quatro dimensões, correspondentes às competências do colegiado de curso, do professor orientador, da banca examinadora e do orientando.
- 2.1.** A comissão de curso de Ciências Sociais – Ciência Política, com referência aos Trabalhos de Final de Curso, compete:
 - 2.1.1.** Zelar pelas condições de desenvolvimento das atividades dos alunos e dos orientadores no desempenho dos seus projetos;
 - 2.1.2.** Programar e efetivar atividades que visem à melhoria e planejamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
 - 2.1.3.** Propor alternativas às questões e dificuldades que venham a surgir no âmbito dos Trabalhos de Conclusão de Curso;
 - 2.1.4.** Elaborar o Calendário de Atividades, propondo-o à aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política;
 - 2.1.5.** Avaliar pedidos de alteração de orientador ou projeto;
 - 2.1.6.** Discutir e aprovar a constituição das Bancas Examinadoras;
 - 2.1.7.** Encaminhar à aprovação do Colegiado do curso de Ciências Sociais – Ciência Política o “Calendário de Defesas”, proposto a partir das datas sugeridas pela coordenação de curso;
 - 2.1.8.** Encaminhar à aprovação do Colegiado, igualmente, o convite a docentes de outras subunidades e de outras instituições de ensino superior para composição de bancas, promovendo também a prática interdisciplinar e o intercâmbio institucional;
 - 2.1.9.** Receber os Trabalhos de Conclusão de Curso, procedendo ao seu protocolo na Secretaria do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política na data e horário aprezados, fixados em até 15 dias antes

da data de avaliação de segundo bimestre, segundo o calendário da UNIPAMPA, e realizando a rubrica e liberação para distribuição aos membros da Banca de Avaliação;

2.1.10. Avaliar as questões pendentes a estas normas.

2.2. Ao Professor Orientador compete:

- 2.2.1.** Orientar devidamente as atividades de pesquisa e/ou experimentação de seu orientando;
- 2.2.2.** Estabelecer parâmetros e cronograma de trabalho desenvolvido pelo aluno;
- 2.2.3.** Avaliar o desempenho do orientando na sua globalidade, lembrando-se de que o Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se num trabalho conclusivo do campo acadêmico das Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política;
- 2.2.4.** Sugerir a constituição da banca examinadora à comissão do curso;
- 2.2.5.** Presidir a Banca Examinadora no ato de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- 2.2.6.** Proceder ao trâmite de registro do Projeto, quando pertinente;
- 2.2.7.** Providenciar a ata de defesa do TCC;
- 2.2.8.** Entregar aos membros da banca examinadora as cópias dos TCCs;
- 2.2.9.** Encaminhar à Coordenação de TCC a documentação inerente a cada banca examinadora sob sua responsabilidade, logo após a realização da mesma;
- 2.2.10.** Assegurar a realização das eventuais correções após as bancas examinadoras sob sua responsabilidade e a entrega da versão final do trabalho do aluno, no prazo indicado pela Coordenação de TCC;
- 2.2.11.** Publicar no sistema as notas relativas a TCC I e TCC II, dentro dos prazos indicados previamente e considerados a partir do Calendário Acadêmico vigente;

O orientador é co-responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, em relação a plágio, integral ou parcial, à

utilização de textos sem a correta identificação do autor, bem como pela atenção à utilização de obras adquiridas como se fossem da autoria do orientando

2.3. À Banca Examinadora compete:

- 2.3.1.** Avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso, aprovando, reprovando ou aprovando com recomendação de alterações, o Trabalho de Conclusão de Curso;
- 2.3.2.** Expressar sua avaliação em exposição e arguição em banca examinadora, segundo tempo previsto para sua participação;

2.4. Ao aluno orientando, matriculado nos componentes curriculares referentes ao “Trabalho de Conclusão de Curso”, compete:

- 2.4.1.** Conduzir-se como produtor de conhecimento, esforçando-se pela apresentação de um processo de investigação e/ou criação autêntica e de acordo com as normas acadêmicas;
- 2.4.2.** Comparecer às atividades estabelecidas pelo colegiado de curso e atender à linha de orientação do professor orientador;
- 2.4.3.** Entregar o Trabalho de Conclusão de Curso ao coordenador de curso com parecer avaliativo do orientador, protocolando-o na data e horário aprazados;
- 2.4.4.** Comparecer regularmente aos trabalhos de orientação, conforme disciplinamento acordado com o professor orientador;
- 2.4.5.** Atender ao plano de orientação construído com o professor orientador;
- 2.4.6.** Realizar as atividades avaliativas previstas, segundo prazos e tempos definidos;
- 2.4.7.** Executar eventuais correções indicadas pela banca examinadora em seu TCC II, atendendo a prazo estipulado para tal;
- 2.4.8.** O discente é responsável pela observação dos aspectos éticos e legais na execução e redação do TCC, especialmente em relação a plágio;

2.4.9. É facultada ao aluno a solicitação de troca de orientador no máximo uma vez durante o semestre, justificando-a por escrito e condicionando-a ao aval da Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso;

3. São condições a serem consideradas no processo de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso:

3.1. A banca será composta pelo orientador e dois professores convidados;

3.2. A banca de Avaliação deverá ser composta por, pelo menos, dois docentes do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política, observando a especialidade do projeto em questão.

Os casos omissos nestas normas deverão ser resolvidos pela Coordenação de TCC, e a Coordenação do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política pode ser consultada sobre questões que não constam na regulamentação.

Organização dos Componentes Curriculares referentes ao Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho inicia com o componente curricular de Seminário de Projeto, no sexto semestre do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O aluno, sob a orientação do docente que ministra a disciplina, desenvolve um projeto de pesquisa. No semestre subsequente, ele já com o aceite do seu orientador, desenvolverá a parte inicial do seu trabalho de conclusão de curso (revisão bibliográfica). No oitavo semestre, o componente curricular Seminário de TCC II, o aluno, sob a orientação do professor-orientador, desenvolverá o restante do TCC. O trabalho deverá ser apresentado em forma de monografia. Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do trabalho, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador, bem como comparecer aos encontros agendados.

Os alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor orientador não terão o direito de defendê-lo perante a banca de avaliação.

O aluno deverá construir o seu TCC com base nas normas dispostas no portal eletrônico da UNIPAMPA: <https://sites.UNIPAMPA.edu.br/sisbi/normalização>

Uma vez concluído, o trabalho será encaminhado em versão preliminar à Coordenação do Curso, em três cópias impressas (uma para cada professor membro da banca de avaliação). Após a defesa pública e feitos os ajustes necessários sugeridos pela banca, o aluno terá vinte dias úteis para entregar a versão final, em formato digital, à coordenação para que sejam encaminhadas à biblioteca. Dessa forma, cumprir-se-ão todos os requisitos para aprovação no componente curricular.

Ressalta-se que, de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA n. 328, de 4 de novembro de 2021, é facultado ao discente surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em língua portuguesa, enquanto segunda língua, com inserção de “notas do(a) tradutor(a) de Língua Brasileira de Sinais”, bem como é facultado ao estudante surdo, a entrega da versão final do seu trabalho de conclusão de curso de graduação em Língua Brasileira de Sinais, no formato de vídeo.

Reconhecendo que a língua portuguesa escrita é a segunda língua das pessoas surdas usuárias de LIBRAS, os trabalhos de conclusão de curso de discentes surdos poderão conter notas de rodapé que indiquem a tradução realizada por profissional tradutor de Língua Brasileira de Sinais. Será garantido ao discente surdo o acesso em LIBRAS de todos os materiais relativos à normatização de trabalhos acadêmicos, disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA.

Defesa pública

Ao final do período letivo correspondente ao componente curricular Seminário de TCC II, o trabalho deverá ser defendido pelo estudante perante banca examinadora composta pelo orientador, que a preside, e por outros dois membros indicados pelo orientador e aprovados pela Comissão de Curso em reunião específica para a composição das bancas de avaliação dos trabalhos de conclusão de curso, que atuarão como examinadores. As sessões de defesa de TCC serão públicas, vedada a manifestação da assistência.

A defesa do trabalho de conclusão será pública, com data, horário e local divulgados no mural do curso de Ciências Sociais – Ciência Política. O estudante apresentará seu trabalho de forma oral, utilizando os meios audiovisuais ou cenográficos que julgar necessários, cabendo-lhe assegurar sua disponibilidade e funcionamento adequado. A apresentação será seguida de arguição pelos examinadores. Em seguida, a banca se reunirá em privado para deliberar sobre a aprovação ou reprovação do trabalho. O trabalho será avaliado pelo professor orientador e por dois avaliadores. As notas serão atribuídas em sessão secreta ao final da arguição do aluno, cabendo ao orientador apenas o papel de presidência da banca. Logo a seguir, em sessão pública, será lida a ata de defesa, na qual constarão as notas atribuídas por cada avaliador e a nota final do aluno.

Cada membro da banca atribuirá nota de 0 (zero) a 7,0 (sete), para o trabalho escrito, e nota de 0 (zero) a 3,0 (três), para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo, nas tabelas 1, 2 e 3. A nota final será a média das notas dos integrantes da banca.

Quadro 9- Trabalho escrito de natureza teórico-prática

Critérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho)	2,0
Relação entre teoria e prática (vinculação da análise à(s) teoria(s) apresentada(s), qualidade/profundidade da análise)	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho)	1,0
TOTAL	7,0

Quadro 10 - Trabalho escrito de natureza teórico-bibliográfica

Crítérios	Valor
Consistência teórica (adequação do referencial teórico, qualidade das resenhas, nível de discussão, articulação entre os temas abordados)	3,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural e condução do trabalho)	3,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT, organização do trabalho)	1,0
TOTAL	7,0

Quadro 11 - Critérios para avaliação de defesa oral

Crítérios	Valor
Relevância, clareza e coerência na apresentação do trabalho	1,5
Desempenho na arguição	1,5
TOTAL	3,0

Quadro 12 - Pesos para a nota final

Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0

Reprovação

Em caso de reprovação o aluno deverá entrar com o pedido de matrícula perante a coordenação de curso, a qual irá requerer junto à Secretaria Acadêmica a reabertura do componente curricular no semestre subsequente.

APÊNDICE B - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art.1º Este Regulamento estabelece as regras para a realização das Atividades Curriculares de Extensão (ACE) no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política e estão em consonância com a Resolução Nº 317 / 2021 Consuni – UNIPAMPA e com Instrução Normativa Nº 18 / 2021 - UNIPAMPA.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Art. 2º A extensão é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UNIPAMPA e a sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Parágrafo único. São consideradas atividades de extensão, para fins de inserção curricular, as ações que promovam a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade externa, que estejam vinculadas à formação do discente.

Art. 3º As ações de extensão universitária, para fins de inserção curricular, poderão ser realizadas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos.

I - PROGRAMA é um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino, com caráter orgânico-institucional, integração no território, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo;

II - PROJETO é uma ação processual e contínua, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, registrado preferencialmente vinculado a um programa ou como projeto isolado;

III - CURSO é uma atividade de formação de curta duração com o objetivo de estimular o desenvolvimento intelectual, humano, tecnológico e científico;

IV - EVENTO são atividades pontuais de caráter artístico, cultural ou científico.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Seção I

Requisitos para Inserção da Extensão no Curso de Ciências Sociais – Ciência Política

Art. 4º As ações de extensão inseridas no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais – Ciência Política por meio de Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) compõem, no mínimo, 10% da carga horária total do curso e possuem as seguintes características:

§ 1º Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão;

§ 2º Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV): são constituídas por programas, projetos, eventos ou cursos de extensão vinculadas a Componentes Curriculares Obrigatórios ou Complementares de Graduação, com carga horária total ou parcial de extensão, discriminada na matriz curricular, ementa e no plano de ensino.

§ 3º A carga horária das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverá ser múltipla de 5 horas.

§ 4º As Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas (ACEV) deverão ter, explicitada no plano de ensino, o título e o número de registro da ação de extensão ao qual está vinculada, a descrição das atividades extensionistas, metodologia, cronograma, formas de avaliação e discriminação da carga horária atribuída à extensão.

§ 5º As ações de extensão que compõem as Atividades Curriculares de Extensão Específicas e Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas devem estar registradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

§ 6º Horas de estágio curricular obrigatório e de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) não podem ser contabilizadas como Atividade Curricular de Extensão.

§ 7º Projetos e programas devem compor, no mínimo, 80% da carga horária total das atividades curriculares de extensão.

§ 8º A carga horária de projetos de extensão relacionados a Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas não poderá ser contabilizada em mais de um componente da mesma matriz curricular.

Seção II

Atividade Curricular de Extensão Específica - “UNIPAMPA CIDADÃ”

Art. 5º A “UNIPAMPA Cidadã” é um programa institucional que será ofertado como atividade curricular de extensão específica (ACEE).

§ 1º O “UNIPAMPA Cidadã” é um programa de extensão que deverá ser composto por ações de cidadania e solidariedade.

§ 2º Nessa ação, os discentes da UNIPAMPA realizarão trabalhos comunitários em instituições públicas, organizações/associações da sociedade civil organizada e organizações não governamentais (ONGs) que atendam, preferencialmente, pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 3º O trabalho comunitário deverá atender as demandas e necessidades da comunidade e proporcionar às/os discentes experiências de novas realidades, relações, sentimentos, aprendizados, problemas e saberes.

§ 4º O “UNIPAMPA Cidadã” implica a aquisição de saberes populares que uma pessoa do povo aprende com outra pessoa do povo em situação de igualdade.

Art. 6º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais objetivos:

- I - promover a formação integral e cidadã dos discentes, com o intuito de formar egressos cientes de sua responsabilidade social e capazes de atuar de forma autônoma, solidária, crítica, reflexiva e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- II - estimular a autonomia dos discentes;
- III - aumentar a integração e a interação da comunidade acadêmica da UNIPAMPA com a comunidade;
- IV - estimular, no ambiente acadêmico, o uso dos saberes populares como ferramenta de formação humana e profissional.

Art. 7º A “UNIPAMPA Cidadã” tem como principais características:

- I - É uma atividade curricular de extensão específica (ACEE);
- II - É uma atividade obrigatória, com carga horária total de 60 horas;
- III - Deverá ser realizada por todos discentes do curso até o 7º semestre do curso;
- IV - Os discentes deverão realizar as ações comunitárias em instituições públicas, organizações não governamentais (ONGs) e organizações ou associações da sociedade civil organizada;
- V - As ações devem atender a demanda da comunidade e priorizar o atendimento da população em situação de vulnerabilidade social;

- VI - A instituição onde se realizará a UNIPAMPA CIDADÃ, o tipo / periodicidade do trabalho comunitário a ser realizado é de livre escolha do discente e deve ser acordado com a instituição, onde realizará o trabalho e o supervisor de extensão;
- VII - o planejamento, o acompanhamento, a avaliação e a validação da “UNIPAMPA Cidadã” serão feitos pelo supervisor de extensão do curso.

Art. 8º A metodologia para execução deste programa dar-se-á da seguinte forma:

- I - Apresentação do programa aos discentes evidenciando características, objetivos, metodologia e relevância da ação;
- II - Definição das instituições onde serão realizadas as ações;
- III - Os horários, os períodos de realização e os tipos de trabalho comunitário devem ser previamente definidos, de forma consensual, entre entidades, discentes e supervisor de extensão, respeitando as regras definidas no PPC;
- IV - A ação só poderá ser iniciada após a ciência e a aprovação do supervisor de extensão;
- V - A comprovação da realização da ação ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:
 - a) certificado da instituição onde foi realizada a ação, informando o tipo de trabalho, a carga horária, a população beneficiada e a avaliação da ação;
 - b) relatório da atividade do discente, conforme o modelo;

VI - após avaliação dos documentos apresentados pelo discente, o supervisor de extensão emitirá parecer favorável ou não à aprovação da atividade;

VII - o supervisor de extensão, após avaliar e aprovar a atividade, deverá encaminhar os documentos comprobatórios à Secretaria Acadêmica para validação da carga horária.

Seção III

Supervisão de Extensão no Curso de Ciências Sociais – Ciência Política

Art. 9º A comissão de curso indicará um docente efetivo do curso para exercer a função de supervisor de extensão.

Art. 10º O supervisor de extensão tem as seguintes atribuições:

§ 1º Avaliar o caráter formativo das ações de extensão realizadas pelos(as) discentes de acordo com o disposto no PPC;

§ 2º Acompanhar, avaliar e validar a atividade curricular de extensão denominada “UNIPAMPA Cidadã”;

§ 3º Validar o aproveitamento das Atividades Curriculares Extensão Específicas;

§ 4º Construir informe semestral sobre as atividades de extensão realizadas no curso.

Art. 11º Para o exercício da função de supervisor de extensão serão alocadas 8 horas semanais de trabalho como encargo docente na modalidade gestão.

CAPÍTULO IV DO COMPONENTE CURRICULAR COM ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO VINCULADA

Art. 12º O registro da execução das Atividades Curriculares de Extensão Vinculadas a componentes curriculares obrigatórios ou complementares, com a respectiva carga horária e data de realização, bem como a frequência do discente e o resultado final da avaliação de aprendizagem são de responsabilidade do docente do componente curricular.

Parágrafo único. No plano de ensino, além da carga horária de extensão, deverá constar a descrição das atividades extensionistas, a metodologia, o cronograma e as formas de avaliação.

CAPÍTULO V DAS ATRIBUIÇÕES DO (A) ACADÊMICO(A)

Art. 13º Para validação da carga horária das Atividades Curriculares de Extensão, os(as) acadêmicos(as) devem participar da equipe executora das ações de extensão.

Art. 14º Os(As) discentes poderão solicitar o aproveitamento das atividades de extensão realizadas na UNIPAMPA ou em outras Instituições.

§1º A carga horária de ações de extensão executadas em outras IES, no Brasil e no exterior, deverá ser analisada pela Comissão de Curso e poderá ser validada pelo supervisor como Atividade Curricular de Extensão, de acordo com as normas estabelecidas no PPC e na legislação vigente.

§2º Os(as) acadêmicos(as) ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas na instituição de origem.

Art. 15º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento das atividades de extensão indicadas no art. 14, junto à Secretaria Acadêmica, no prazo definido no calendário acadêmico da graduação:

I. o(a) acadêmico(a) deve anexar ao requerimento a cópia dos documentos comprobatórios, com indicação da carga horária da atividade, autenticados por técnico-administrativo mediante apresentação dos originais.

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo(a) discente e pelo técnico-administrativo, em que estão listadas todas as cópias de documentos entregues; uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Art. 16º As atividades de extensão somente serão analisadas se realizadas nos períodos enquanto o(a) discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17º O curso Ciências Sociais – Ciência Política realizará a autoavaliação continuada do processo de desenvolvimento das Atividades Curriculares de Extensão, avaliando a pertinência e a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico de Curso, bem como aos resultados alcançados em relação ao público participante.

Parágrafo único. A autoavaliação visa aprimorar a articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente e a relação com a sociedade.

Art. 18º Para fins de integralização do currículo do curso será exigido o cumprimento da carga horária de extensão determinada neste PPC.

§ 1º Os discentes devem participar da equipe executora das ações de extensão para que a carga horária seja validada como ACE.

§ 2º As cargas horárias das ações de extensão utilizadas como ACE não serão consideradas no cômputo da carga horária de outras atividades da graduação.

§ 3º É de responsabilidade do(a) discente solicitar o aproveitamento / validação das Atividades Curriculares de Extensão Específicas (ACEE) nas Secretarias Acadêmicas respeitando calendário acadêmico da graduação.

§ 4º No histórico acadêmico do(a) discente deverá constar a carga horária total das Atividades Curriculares de Extensão.

§5º Os(As) acadêmicos(as) do curso Ciências Sociais – Ciência Política deverão realizar a carga horária das Atividades Curriculares de Extensão até o 6º semestre.

§6º A carga horária mínima semestral a ser realizada pelo(a) discente em Atividades Curriculares de Extensão é de 15 horas.

Art. 19º Em caso de reingresso ou ingresso em outro curso, o discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária nas ações de extensão integralizadas anteriormente na UNIPAMPA.

Art. 20º Ingressantes provenientes de outras instituições de ensino superior poderão solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão integralizadas anteriormente na instituição de origem.

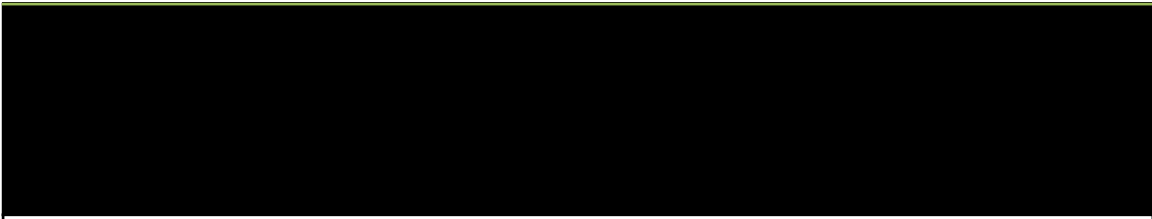
Art. 21º Os casos omissos serão discutidos em primeira instância pela Comissão de Curso e, em segunda instância, pela Comissão Local de Ensino do campus.

Quadro 13 - Modelo de Relatório – “UNIPAMPA Cidadã”

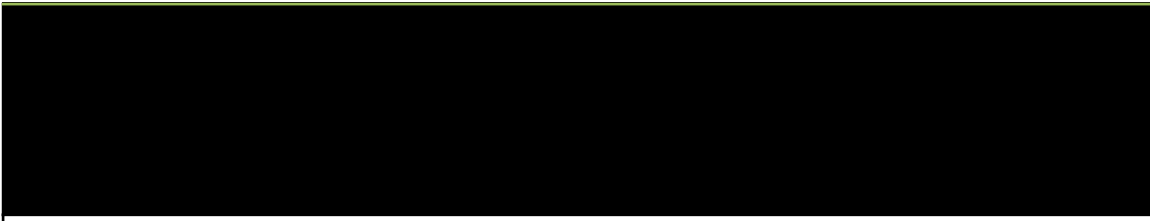
Nome:	
Matrícula:	
Curso de Graduação:	Campus:
Data de entrega:	

Assinatura:
Nome:
Endereço:
Cidade / Estado:
Responsável pela Instituição:
Assinatura do Responsável pela Instituição:
Período de realização:
Carga Horária Total:
Periodicidade:

Público da ação:
Número de pessoas alcançadas pela ação:
Descrição do trabalho realizado:
Descreva a importância da realização desta atividade para a sua formação pessoal e profissional.



Considerações:



--

--

Resultado: () Aprovado

() Não aprovado

Supervisor de Extensão - Nome:

Assinatura:

APÊNDICE C - DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GRADUAÇÃO (ACGs)

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos⁵:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

Quadro 14 - Atividades de Ensino para ACGs

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do componente curricular	Comprovante de Aprovação no componente curricular
Componente Curricular do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária da disciplina	Comprovante de Aprovação no componente curricular
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de Aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de Aprovação

⁵ No grupo da Extensão não é obrigatório a carga horária mínima de 10% do total das ACGs.

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do Orientador
Projetos de ensino	Participação na Equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projetos de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante/ Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação Científica	PIBIC ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante/ Certificado

Quadro 15 - Atividades de Pesquisa para ACGs

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa Institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do Orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Trabalho completo publicado em evento	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho

Quadro 16 - Atividades de Extensão para ACGs

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 60h)	Declaração do coordenador do projeto

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos pelos professores do curso e cadastrados no Sistema de Informações de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE) e/ou no Sistema Acadêmico de Projetos (SAP)	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto
Organização e participação em eventos de extensão	Eventos acadêmicos de nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e regionais	Máximo de 30h	Declaração da comissão da organizadora do evento e certificado
Publicação (artigos, papers, banners e apresentação oral) a nível Nacional sobre atividade de extensão.	Evento Nacional	Máximo de 30 h	Cópia do trabalho e publicação
Publicação de trabalhos (artigos, papers, banners e apresentação oral) a nível Internacional sobre atividade de extensão	Evento Internacional	Máximo de 30h	Cópia do trabalho e publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30 h	Certificado de participação e anais

Quadro 17 - Atividades Culturais, artísticas, sociais e de gestão para ACGs

Discriminação	Categoria	Carga Horária Registrada	Documentação
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	Máximo de 30h	Certificado de participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não Governamentais)	Máximo de 30h	Certificado de participação
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação
Representação	Instituição ligada à	Máximo de 20h	Declaração do
discente em órgãos colegiados	Universidade. Colegiados para fins acadêmicos		coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades em órgãos privados e públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador

Discriminação	Categoria	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e privados	Máximo de 30h	Declaração do orientador

OBS.: Resolução nº337/2022 que altera a Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011: Art. 105. Cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) nos grupos I, II e IV previstos no artigo 104. A comissão de curso estabeleceu o mínimo de 120 horas de carga horária total.

APÊNDICE D - RESPONSABILIDADES DOS DISCENTES

I – DAS RESPONSABILIDADES DOS DISCENTES

- a) Caberá ao discente realizar as atividades acadêmico-científico-culturais, visando à complementação de sua formação como Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política;
- b) Caberá ao discente requerer por escrito (de acordo com modelo disponível na secretaria acadêmica), a averbação da carga horária em seu histórico escolar;
- c) O discente deverá anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável recusar a atividade se considerá-la em desacordo com as atividades previstas neste Regulamento;
- d) Os documentos deverão ser apresentados em duas vias - original e cópia - sendo o original devolvido imediatamente após conferência da cópia.

II - DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) O curso de Ciências Sociais – Ciência Política poderá alterar ou complementar este regulamento, desde que estas alterações não tragam prejuízos aos discentes que já realizaram ou estão realizando atividades complementares.
- b) Atividades não previstas neste regulamento e/ou sem comprovantes poderão ser contabilizadas desde que aprovadas pela coordenação do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política.
- c) Os casos omissos serão apreciados e deliberados pela referida coordenação de curso.
- d) Este Regulamento entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo corpo docente do curso, revogando-se as disposições em contrário.

APÊNDICE E - REGULAMENTAÇÃO PARA ABERTURA DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS NO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Esta regulamentação trata dos procedimentos de apresentação, recebimento e análise das solicitações de quebra de pré-requisitos referentes à matriz curricular do Curso Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E DEFINIÇÕES

Para efeito do que dispõe o presente regulamento, serão consideradas as seguintes definições:

- I. Pré-requisito: componente curricular, cujo cumprimento é exigência para matrícula em outro(s) componente(s) curricular(es) a que se vinculam, conforme estabelece a matriz curricular do curso.

- II. Formulário de solicitação de quebra de pré-requisito: documento disponibilizado pela Secretaria Acadêmica, no qual são apresentados os dados do acadêmico, relação de componentes curriculares para os quais se solicita a quebra de pré-requisito e a justificativa, elaborada pelo acadêmico, para esta solicitação.

CAPÍTULO III

SOBRE A EXIGÊNCIA DE PRÉ-REQUISITOS

A adaptação dos pré-requisitos propostos no Projeto Pedagógico do Curso de Curso de Ciências Sociais – Ciência Política deve ser observada como apresentado a seguir:

Componente	Componentes pré-requisito
Seminário de Projeto	Metodologia do Trabalho Científico. Pesquisa Qualitativa. Pesquisa Quantitativa
Seminário de TCC I	Seminário de Projeto
Seminário de TCC II	Seminário de TCC I

CAPÍTULO IV

SOBRE A ANÁLISE DAS SOLICITAÇÕES

- I. As solicitações de quebra de pré-requisito deverão ser entregues à Secretaria Acadêmica, em formulário próprio, juntamente com o histórico escolar de graduação do acadêmico e a listagem de disciplinas faltantes para a sua integralização curricular. Estes documentos devem ser oficiais, extraídos do sistema da UNIPAMPA.
- II. As solicitações deverão ocorrer exclusivamente durante o período definido no Calendário Acadêmico da UNIPAMPA para o Ajuste Presencial de matrícula.
- III. Em caso de falta da documentação exigida ou a falta de justificativa, a solicitação será automaticamente indeferida.
- IV. As solicitações de quebra de pré-requisito serão analisadas de ofício pela Coordenação do curso Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política, autorizada previamente pela Comissão de Curso.
- V. O deferimento ou indeferimento das solicitações será realizado pelo Coordenador do Curso ou seu substituto.
- VI. A interposição de recurso deverá respeitar o prazo de 48 horas após o resultado.
- VII. A interposição de recurso deverá ser encaminhada à Coordenação do Curso, através da Secretaria Acadêmica e deverá ser avaliada por comissão formada por 2 professores efetivos da Comissão do Curso Bacharelado em Ciência Sociais – Ciência Política.

CAPÍTULO V

COMPONENTES PASSÍVEIS DE QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS

Os únicos componentes curriculares que poderão ter quebra de pré-requisitos deferida serão SB0074 -TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (TCC I), do 7º semestre e SB0075 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (TCC II), do 8º semestre, se o pedido estiver contido em uma das condições que seguem:

- I. O acadêmico solicita a quebra de pré-requisito de apenas um componente curricular do 5º semestre, cursando-o obrigatoriamente concomitante com TCC I.
- II. O acadêmico solicita a quebra de pré-requisito de apenas um componente curricular do 6º semestre, cursando-o obrigatoriamente concomitante com TCC II.

CAPÍTULO VI

IMPOSSIBILIDADES PARA A QUEBRA DE PRÉ-REQUISITOS

Não são motivos para quebra de pré-requisito nas disciplinas do Curso Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política:

- I. Nenhuma disciplina cursada pelo estudante (seja ou não a diretamente envolvida no processo de quebra de pré-requisito) deve apresentar choque de horário total ou parcial com outro componente cursado por ele no semestre em questão;
- II. Reprovação por nota (quando não decorrente de questões previstas em lei);
- III. Reprovação por frequência (quando não decorrente de questões previstas em lei);
- IV. Opção do estudante por não cursar a disciplina no semestre em que estava prevista;
- V. Realização de intercâmbios ou estágios no país ou no exterior;
- VI. Choques de horários entre disciplinas de semestres distintos.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

As questões não previstas neste regulamento serão discutidas pela Comissão do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – campus São Borja.

**REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)
DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Regimento interno aprovado na Reunião do NDE do dia 26 de
agosto de 2021

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa.

Art. 2º O NDE tem caráter consultivo e propositivo em matéria acadêmica e será corresponsável pela implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º São atribuições do NDE:

- I - contribuir para a consolidação do perfil formativo e profissional do egresso do curso;
- II - alterar e atualizar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo para deliberação e análise do Colegiado do Curso;
- III - conduzir os trabalhos de alteração ou reestruturação curricular, para aprovação nos órgãos competentes, sempre que necessário;

- IV - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no curso;
- V - elaborar o primeiro regimento interno do Colegiado do Curso junto ao Coordenador do Curso;
- VI - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação e demais marcos regulatórios, emanados dos órgãos competentes;
- VII - colaborar com a definição de alterações dos planos de ensino das disciplinas, quando consultado pelo Colegiado do Curso;
- VIII - seguir os critérios de avaliação e de acompanhamento do curso emanados da Comissão Própria de Avaliação – CPA e apresentar os resultados de sua análise à última;
- IX - sugerir ações de ordem didática, científica e administrativa que se entendam necessárias ao desenvolvimento das atividades do curso;
- X - zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo curso;
- XI - promover e incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação e da formação profissional, afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.

CAPÍTULO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º O NDE do Curso de Ciências Sociais – Ciência Política da Universidade Federal do Pampa será constituído por no mínimo cinco professores efetivos, pertencentes ao corpo docente atuante no curso.

Parágrafo único. O NDE deverá ser constituído por membros do corpo docente que exerçam liderança acadêmica, percebida na produção de conhecimentos na área do Curso, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 5º Os membros do NDE serão eleitos por seus pares em reunião específica.

Art. 6º O NDE será constituído exclusivamente por docentes com titulação de pós-graduação stricto sensu, nível doutorado, em regime de dedicação exclusiva em relação à UNIPAMPA.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DE TRABALHO DOS DOCENTES DO NÚCLEO

Art. 7º Os membros do NDE terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos 1/3 (um terço) por igual período.

§ 1º - O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o(s) membro(s) manifeste(m) desejo de interrupção, por decisão pessoal ou desligamento da UNIPAMPA.

§ 2º - O presidente do NDE deverá requerer o desligamento de membro do Núcleo, a qualquer tempo, em razão de 3 (três) ausências sem justificativa do docente.

§ 3º - A perda do mandato ou a exoneração de qualquer membro permite ao NDE a eleição de outro membro para substituí-lo.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE, DO VICE-PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 8º Os membros do NDE deverão eleger dentre seus membros um presidente e um secretário.

Art. 9º Compete ao presidente do NDE:

- I - convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive voto de qualidade;
- II - representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III - encaminhar as deliberações do NDE aos órgãos competentes;

- IV - designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;
- V - coordenar a integração do NDE com os demais órgãos Colegiados e setores da instituição;
- VI - realizar outras atividades correlatas.

Art. 10 Compete ao secretário:

- I - secretariar as reuniões do NDE;
- II - receber, preparar e expedir correspondências do NDE;
- III - preparar a pauta das reuniões;
- IV - providenciar serviços de estatística, arquivo e documentação;
- V - lavrar e submeter as atas ao NDE;
- VI - recolher proposições apresentadas pelos membros do NDE;
- VII - realizar outras atividades correlatas.

CAPÍTULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 11 O NDE deve obrigatoriamente reunir-se com a frequência de, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, preferencialmente no início e término do período letivo; extraordinariamente, o NDE se reunirá sempre que convocado por seu Presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros ou da Pró-Reitoria de Graduação.

§1º - A convocação dos membros deverá ocorrer com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão com a indicação prévia da pauta da reunião.

§ 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o §1º deste artigo, desde que todos os membros do NDE do curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Art. 12 As decisões do NDE serão tomadas por maioria absoluta, com base na presença de pelo menos três dos seus membros.

Art. 13 As votações serão regidas pelos seguintes critérios:

- I. a votação é obrigatoriamente pública e aberta, sendo vedada a votação secreta;
- II. qualquer membro do NDE pode fazer constar nominalmente em ata o seu voto;
- III. nenhum membro do NDE deverá votar questões ou deliberar em situações que lhe interessem pessoalmente;
- IV. não serão admitidos votos de ausentes ou por procuração.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou por órgão superior, de acordo com as respectivas competências legais.

Art. 15 O presente Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

São Borja, 26 de agosto de 2021

Thiago da Silva Sampaio

Presidente do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Ciências Sociais –
Ciência Política

ANEXO B – MODELO DE ESTRUTURA PARA PROJETO DE PESQUISA E
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO BORJA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA

AUTOR(A)

TÍTULO: SUBTÍTULO

São Borja

Ano

AUTOR(A)

TÍTULO: SUBTÍTULO (se houver)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
- Ciência Política da Universidade Federal
do Pampa. como requisito parcial para do
título de Bacharelado em Ciências Sociais
- Ciência Política.

Orientador:

Coorientador (se houver):

São Borja

Ano

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Título da figura

Figura 2 – Título da figura

Figura 3 – Título da figura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Título da tabela

Tabela 2 – Título da tabela

Tabela 3 – Título da tabela

LISTA DE SIGLAS

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade federal de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 TEMA	
2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	
3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA.....	
4 JUSTIFICATIVA.....	
5 OBJETIVOS.....	
6 METODOLOGIA.....	0
7 REFERENCIAL TEÓRICO.....	1
8 CRONOGRAMA.....	2
9 SUMÁRIO PROVISÓRIO.....	3
REFERÊNCIAS.....	3
APÊNDICES.....	3
ANEXOS.....	3
	6

1 TEMA

O Projeto de Pesquisa se trata de uma proposta, um roteiro para a elaboração de pesquisa em uma determinada área, possibilitando a produção do conhecimento e sua sistematização sobre o tema específico a ser abordado. O tema, propriamente dito, constitui-se no objeto de estudo. Em outras palavras, é “o que” irá ser estudado, em termos gerais. A indicação do tema da pesquisa é o primeiro passo da elaboração do projeto.

Nesse item, o tema deve ser exposto de forma clara, apenas indicando o objeto a ser estudado. Ressalta-se que a escolha do tema deve ser sempre permeada por vários fatores. Estes auxiliarão no desenvolvimento da proposta da pesquisa. Dentre eles, se destacam os seguintes:

- Vontade pessoal em desenvolver a pesquisa;
- Possibilidades de execução;
- Potencial de contribuição social/acadêmica;
- Estar de acordo com a área de concentração do curso.

A vontade pessoal é um dos pontos de partida para a escolha do tema. Uma pesquisa de cunho acadêmico é laboriosa e demanda energia e tempo. Desta forma, gosto pela temática auxilia no seguimento de uma pesquisa que necessite de maior fôlego, como uma monografia (TCC).

Além disso, é importante observar se a pesquisa é exequível. Em um exemplo extrapolado: a proposta de uma pesquisa de campo, envolvendo arqueologia de povos celtas, na Europa, acaba se tornando inviável pela logística hercúlea envolvida. Por isso, é fundamental elaborar uma proposta de pesquisa *possível*.

No sentido de contribuição social e/ou acadêmica, a temática deve possibilitar algum tipo de contribuição. Isto deve ser inerente ao ato de empreender qualquer pesquisa e deve permear a escolha do tema. No entanto, isto não significa atribuição de

juízos de valor, em menor ou maior importância a certos temas, ou engessamento na escolha da temática.

Isto se relaciona com o item de diálogo com a área de concentração do curso. É necessário dialogar entre proposta e aquilo que foi construído de conhecimento ao longo da graduação. É possível escolher, por exemplo, um campo das ciências sociais – ciência política e estabelecer delimitações a partir dele.

2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A delimitação do tema de pesquisa será fundamental para a própria execução desta última. Delimitar a temática implica em situar o tema em termos espaciais (delimitação geográfica) e temporais (período proposto para a pesquisa; por exemplo: recorte temporal entre 2020 e 2022). Se trata de “diminuir” o tempo. Por exemplo: ao empreender uma pesquisa sobre a polarização nas eleições de 2022 para presidente da república (recorte temático e geográfico), não se irá recuar até 2015, indo a 2022. Portanto, o recorte (temporal) poderá ficar mais delimitado, tornando a pesquisa exequível. Tais recortes devem estar de acordo com o contexto da temática proposta, com o objeto de pesquisa.

Além disso, há mais uma faceta importante da delimitação a ser considerada: a *material*. Se o objeto de pesquisa, por exemplo, é o procedimento de licenciamento ambiental, abordar este por inteiro pode ser demasiado abrangente. Por isso, fazer um recorte material a partir de *uma das partes integrantes deste processo*, como as audiências públicas, pode ajudar tanto em delimitação como em possível aprofundamento de análise.

A delimitação *subjéctiva* também pode auxiliar no sentido de um recorte sobre os atores/grupos a serem pesquisados. “Povos tradicionais”, por exemplo, pode abranger Povos Originários (Indígenas), Quilombolas e Ribeirinhos. É inviável considerar todos estes grupos em uma só pesquisa. Portanto, considerando o contexto estabelecido pelas outras facetas da delimitação do tema até aqui (geográfica, temporal, material), é possível fazer o recorte subjéctivo e delimitar o estudo, apenas, no que tange aos Indígenas, por exemplo.

Uma delimitação concisa irá tornar o trabalho efetivamente viável. Assim, quanto mais circunscrita for a delimitação, apontando para um rumo precisamente

delineado, maior a possibilidade da pesquisa contribuir social e academicamente, considerando contextos e atores específicos e chamando a atenção do leitor já à primeira vista. Além disso, é preciso que fique claro que será em função do *problema* que deverão ser precisadas tanto o espaço quanto a temporalidade do tema.

3 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

O problema se trata daquilo que a pesquisa visa responder, é a “pergunta”. É fundamental que dialogue com as delimitações estabelecidas. As partes da pesquisa, sempre, devem dialogar entre si e formar uma proposta/narrativa coerente. Neste item, o(a) autor(a) do projeto tem a possibilidade de construir uma análise mais aprofundada acerca do problema, podendo apresentar suas variantes, determinantes e, por fim, construir hipóteses.

Para contextualizar, formular o problema, é preciso trazer ao leitor aquilo que circunscreve a situação/impasse, por exemplo, sobre a qual o problema versa (por exemplo na polarização durante nas eleições de 2022, por exemplo). Não basta somente estabelecer o problema em forma de uma pergunta de pesquisa, mas também demonstrar ao leitor *como este foi formulado*, contextualizá-lo, e, a seguir, estabelecer a(s) hipótese(s) da pesquisa.

As hipóteses nada mais são do que respostas possíveis ao problema formulado, uma solução ao menos provisória para responder à inquietação suscitada pelo problema, tentando superar o impasse produzido por este último. Assim, a imaginação do pesquisador se antecipa à comprovação científica, ao conhecimento propriamente dito. Por isso, as hipóteses devem servir como um fio condutor que guiará o pensamento e a prática do pesquisador para encontrar as respostas para o problema de seu objeto.

4 JUSTIFICATIVA

Justificar consiste descrever e argumentar sobre as razões e motivações da escolha do tema em questão, apresentando, de forma clara e objetiva, a relevância social e/ou acadêmica da pesquisa. Na justificativa tem de ficar claro por que a pesquisa é importante, significativa. No caso de pesquisa de natureza científica ou acadêmica, a justificativa deve indicar, ainda:

- A relevância social do problema a ser investigado;
- As contribuições que a pesquisa pode trazer, no sentido de proporcionar respostas aos problemas propostos ou ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- O estágio de desenvolvimento dos conhecimentos referentes ao tema;
- A possibilidade de sugerir modificações no âmbito da realidade proposta pelo tema.

Podem estar envolvidos na Justificativa as possibilidades que o projeto tem para ser desenvolvido levando-se em consideração a sua própria carga de experiências e níveis formativos. Neste momento, é possível, por exemplo, dialogar entre experiência formativa na graduação, disciplinas cursadas e a própria proposta, evidenciando uma trajetória a ser empregada na empreitada de pesquisa, suscitando uma construção de conhecimento e uma contribuição ainda mais aprofundadas. É importante, ainda, realizar conexões do seu tema a outras pesquisas, bibliografias, descobertas recentes (em menção, apenas, pois o aprofundamento ocorrerá no referencial teórico), em função de que a importância do tema a ser trabalho cresce à medida que conseguimos relacioná-lo com outros textos e com a própria realidade social.

5 OBJETIVOS

A apresentação dos objetivos varia em função da natureza do projeto. Neste item, apresentam-se os objetivos em dois âmbitos: geral e específico. O *objetivo geral* define o que o pesquisador pretende atingir com sua investigação. Já no caso dos *objetivos específicos*, estes definem etapas do trabalho a serem realizadas para que se alcance o objetivo geral (não são novos objetivos).

Os objetivos podem ser exploratórios, descritivos e explicativos. Assim, deve-se sempre utilizar verbos no infinitivo para iniciá-los:

- Exploratórios (conhecer, identificar, levantar, descobrir)
- Descritivos (caracterizar, descrever, traçar, determinar)

- Explicativos (analisar, avaliar, verificar, explicar)

Este é o único capítulo de todo o Projeto que deve aparecer na forma de tópicos, ao contrário dos demais que deverão ser apresentados em texto cursivo e problematizado. Assim, ele é geralmente curto, e não deve conter muitos objetivos (um geral; dois específicos, aproximadamente, mas isto pode variar), pois poderá levar a pesquisa para meandros quase inalcançáveis.

6 METODOLOGIA

A metodologia remete diretamente à maneira de trabalhar o objeto da pesquisa. É “como” a pesquisa será realizada. Remete à ação pela qual serão alcançados os resultados. Assim, trata-se neste capítulo da forma pela qual serão pesquisados, filtrados e analisados os dados obtidos no decorrer da pesquisa. As hipóteses serão fundamentais nesse momento porque indicarão ao pesquisador, ainda sem o conhecimento devidamente aprofundado sobre o tema, ávido por respostas, a selecionar os meios mais adequados para obter indicações e/ou conclusões acerca das suas indagações.

Num primeiro momento, é preciso definir o foco, caracterizar a metodologia. Esta pode ser qualitativa ou quantitativa – ou mesmo quali-quantitativa. Na pesquisa qualitativa, o enfoque reside na compreensão mais aprofundada sobre um fenômeno ou grupo social delimitado, não havendo grande preocupação com levantamento em termos numéricos no que tange aos dados. Já na quantitativa, o enfoque reside sobre termos de levantamento quantitativo de dados, utilização de ferramentas matemáticas, envolvendo estatística.

Além disso, é preciso delimitar o tipo de pesquisa, seja ela bibliográfica, de campo, exploratória, descritiva, explicativa etc. Numa pesquisa bibliográfica, por exemplo, a metodologia consiste em descrever as fontes de pesquisa (as referências iniciais) e o processo de estudo. Além disso, é preciso deixar clara a proposta de seleção das leituras, isto é, porque alguns autores foram escolhidos e outros não. Na pesquisa documental ou mesmo na de campo, por exemplo, é necessário ainda delimitação e descrição (se necessário) dos instrumentos e fontes escolhidos para a coleta de dados: entrevistas, formulários, questionários etc. É preciso indicar, por exemplo, em pesquisas de campo, também a amostragem, ou seja, o número de atores/participantes que irão

compor a pesquisa ao longo do processo e que são representativos do fenômeno sobre o qual se pretende estudar (se irá se estudar os conflitos em relação à titulação de terras em uma comunidade quilombola, indicar quantos quilombolas serão entrevistados, por exemplo).

De toda forma, é importante lembrar que todo trabalho acadêmico irá empreender uma revisão bibliográfica sobre o tema sob enfoque, mesmo não se caracterizando em pesquisa bibliográfica, especificamente. Diálogo entre tema e autores que trabalhem este tema é sempre imprescindível.

A metodologia compreende, ainda, a indicação de como será feita a análise. É preciso deixar claro como se irá analisar os dados, o material coletado na pesquisa (através de análise do discurso, análise de conteúdo, hermenêutica etc.). Entretanto, não basta apenas caracterizar a pesquisa, tipificá-la e indicar métodos e técnicas de levantamento e análise dos dados: é fundamental, também, deixar o leitor ciente sobre como tudo isto será feito. Em função disso, podemos dividir a metodologia entre 1) principais conceitos/noções e pressupostos em relação aos métodos e técnicas 2) e principais atividades, ou seja, uma descrição aproximada sobre como a pesquisa será realizada na prática, etapa por etapa, trazendo concretude e deixando claro que a proposta é, metodologicamente, exequível.

7 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico, ou revisão bibliográfica, consiste em apresentar uma discussão teórica a partir do que já foi escrito sobre o tema. Uma pesquisa não parte do zero, por isso o pesquisador deverá fazer um levantamento prévio em relação às obras que versam sobre seu tema de estudo. Mesmo que seja uma pesquisa de campo inédita, que avalia uma situação concreta desconhecida em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares em certos aspectos que podem auxiliar na empreitada de pesquisa.

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Para isso, há alguns norteadores:

- A literatura indicada deverá ser condizente com o problema em estudo;

- Citar literatura relevante e atual sobre o assunto a ser estudado (últimos 10 anos);
- Apontar alguns dos autores que serão consultados;
- Demonstrar entendimento da literatura existente sobre o tema;
- As citações deverão ser feitas de acordo com as regras da ABNT.

No referencial teórico, é importante o cuidado para não utilizar conceitos e citações que se contradizem ou sejam antagônicos. É necessário, mesmo quando houver discordância entre autores, trabalhar isto no texto e ir em direção à perspectiva ou conjunto de autores selecionados para auxiliar a responder o problema de pesquisa. Além disso, é preciso manter certa coerência narrativa, não indo de um tópico de discussão ou de um momento temporal a outro sem fazer os ganchos necessários. É preciso sempre contextualizar o leitor ao introduzir tópicos novos, conforme forem sendo discutidos no texto. Isto trará clareza e coesão à revisão da literatura e, conseqüentemente, à própria proposta de pesquisa.

8 CRONOGRAMA

É necessário indicar o cronograma de realização do trabalho, o que dependerá do tempo disponível para a realização da pesquisa. A pesquisa deve ser dividida em partes, com previsão do tempo necessário para passar de uma fase a outra. Algumas partes que podem ser executadas simultaneamente enquanto outras dependem das fases anteriores. Assim, o cronograma visa distribuir o tempo total disponível para a realização da pesquisa, incluindo nesta divisão a elaboração do relatório final. Eis um exemplo:

ETAPAS	4ªSem/ MAIO	1ª Sem/JUN	2ª Sem/JUN	3ª Sem/JUN	4ª Sem/JUN	5ª Sem/JUN
Levanta mento bibliográfico	X					

ETAPAS	4ªSem/ MAIO	1ª Sem/JUN	2ª Sem/JUN	3ª Sem/JUN	4ª Sem/JUN	5ª Sem/JUN
Organização de questionários	X	X	X			
Aplicação de questionários		X	X			
Tabulação de dados		X	X			
Redação do trabalho				X		
Revisão e redação final					X	X

SUMÁRIO PROVISÓRIO

Neste item, indicar os possíveis capítulos que deverão ser escritos. Em média, uma monografia tem cinco capítulos. Se possível, tais capítulos devem ser subdivididos (conforme a necessidade), para que a discussão fique mais organizada, proporcionando, também, que o leitor tenha acesso mais rápido à informação que procura quando a redação do trabalho esteja pronta. Entretanto, como vemos, o próprio nome do capítulo indica que este deve ser um roteiro ou sumário provisório. Por isso, deverá estar relacionado à estrutura já estabelecida no projeto, sendo construído de forma a lançar luz sobre o que será produzido.

REFERÊNCIAS

Consiste na indicação dos materiais citados no projeto: livros, artigos, monografias, material da internet (de sites fidedignos e/ou oficiais) etc. As referências deverão ser feitas de acordo com as regras da ABNT. No Manual de Normalização de Referências da UNIPAMPA (online) é possível encontrar as diversas formas e formatações específicas para este item.

APÊNDICES

Elemento opcional. Colocado após o glossário e constituído de informações elaboradas pelo autor do trabalho, não incluídas no texto. Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

ANEXOS

Elemento opcional. Colocado após os apêndices e constituído de informações não elaboradas pelo autor do trabalho, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos.

ANEXO C - ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO —/ano

Ao(s) dias do mês de de dois mil e reuniram-se, na da UNIPAMPA, Campus de São Borja, para apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que serve como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais – Ciência Política. O referido trabalho de conclusão de Curso intitulado....., apresentado pelo graduando para a Banca Examinadora, composta pelos professores:, e obteve a média final de Nada mais tendo a relatar, encerro e assino a presente Ata com os demais componentes da Banca.

Prof.(a)(Orientador)

Prof. (a)(banca)

Prof. (a)(banca)

Observações: () Com recomendações () Sem recomendações

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE ACEITE DO ORIENTADOR

Declaração de Aceite do Orientador

Eu, _____, professor(a) orientador(a) do trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Ciências Sociais- Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus de São Borja, declaro que aceito orientar o(a) aluno (a) _____ no semestre letivo de: _____.

São Borja, _____ de _____ de _____.

Orientando

Professor Orientador

Coord. do Curso

ANEXO E - DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Declaração de Cancelamento de Orientação

Eu, _____, professor (a) orientador(a) do trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus de São Borja, declaro que não mais orientarei o(a) aluno(a) _____.

Motivos:

São Borja, _____ de _____ de _____.

Coordenador do Curso

Professor Orientador

Orientando

ANEXO F - DECLARAÇÃO DE TROCA DE ORIENTADOR

Declaração de Troca de Orientador

Eu, _____, aluno(a) orientando(a) do Professor(a) _____ venho requerer perante a comissão de curso a troca de orientador para meu trabalho de conclusão de Curso – TCC do Curso de Ciências Sociais - Ciência Política da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA – Campus de São Borja.

Motivos:

São Borja, _____ de _____ de _____.

Orientando

Professor Orientador

Coordenador do Curso